

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

JULIANA CORDEIRO DE FARIAS BOSSLET

**A CIDADE E A GUERRA**

Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-  
1975)

Niterói

2014

JULIANA CORDEIRO DE FARIAS BOSSLET

**A CIDADE E A GUERRA**

Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-  
1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.  
Área de concentração: História Social.

Orientador:

Prof.º Dr.º Marcelo Bittencourt Ivair Pinto

Niterói

2014

B777 Bosslet, Juliana Cordeiro de Farias.

A cidade e a guerra: relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda. / Juliana Cordeiro de Farias Bosslet ; orientador: Marcelo Bittencourt Ivair Pinto. – Niterói, 2014.  
237 f.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal Fluminense.  
Departamento de História, 2014.  
Bibliografia: f. 253 – 261.

1. Relação de classe. 2. Cidade. 3. Dominação. 4. Colonialismo. I. Pinto, Marcelo Bittencourt Ivair, orientador. II Universidade Federal Fluminense, Departamento de História. III. Título

CDD 967.3

JULIANA CORDEIRO DE FARIAS BOSSLET

## **A CIDADE E A GUERRA**

Relações de poder e subversão em São Paulo de Assunção de Luanda (1961-1975)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Federal Fluminense, como requisito para a obtenção do grau de Mestre em História.  
Área de concentração: História Social.

Aprovado em: \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

### BANCA EXAMINADORA

---

Prof.º Dr.º Marcelo Bittencourt – UFF  
Orientador

---

Prof.º Dr.º Alexander Gebara – UFF

---

Prof.ª Dr.ª Andrea Marzano – UNIRIO

### **Suplentes**

---

Prof.º Dr.º Alexandre Ribeiro – UFF

---

Prof.ª Dr.ª Monica Lima – UFRJ

Niterói

2014

A Sebastian Bosslet, por virar o meu mundo de ponta-cabeça e me mostrar que a vida é muito melhor ao contrário.

## AGRADECIMENTOS.

Agradeço, primeiramente, ao orientador desta pesquisa, professor Marcelo Bittencourt, por todo incentivo e cumplicidade que marcaram esses dois anos de trabalho conjunto.

À banca examinadora, que se dispôs, desde a qualificação, a ler o meu trabalho com todo o cuidado e atenção, e cujas críticas contribuíram enormemente para o resultado final. Aos professores Andrea Marzano e Alexsander Gebara, os meus sinceros agradecimentos e minhas desculpas por talvez me ter alongado demais. Ser sucinta não é uma das minhas qualidades.

Aos meus amigos leitores que, apesar de suas vidas corridas, me doaram seu precioso tempo e se dispuseram a ler capítulos da minha dissertação na busca infinita pelos milhares de erros de digitação e concordância, que minha cabeça cansada não mais conseguia encontrar. À minha avó Ignez, minha tia Juliana, minha prima Maria e aos meus amigos Caio, Isadora, Jessik e Nayara, obrigada de coração!

À minha família que esteve sempre presente e me incentivou em todas as etapas. À minha mãe, Esther, pela sua confiança desmedida, e às vezes até um pouco ingênua, na minha capacidade. À minha avó, Ignez, que compartilhou comigo as angústias e as alegrias que permearam essa trajetória. Aos meus irmãos, Fred e Daniel, aos meus tios, Florence, João, Nando, Juliana, Ricardo e Vímia, aos meus primos, Maria, Pedro, Thiago, Gabriel, Carolina, Gui, Mel, Théo e Manu, e aos meus sobrinhos, Romeo, Daniel e Vicente, pelo apoio e carinho de sempre. Aos meus sogros, Carola e Detlef, que mesmo além-mar, não podiam se fazer mais presentes na minha vida.

Às queridas amigas que trouxe comigo da graduação Jessik, Nayara, Beth, Carol, Anna, Bia Leão, Bianca e Fabi, que compartilharam comigo momentos de crises, mas também comemoraram ao meu lado muitas vitórias. Ao meu querido Rhuan, cujas trocas e incentivos mútuos marcaram o meu percurso acadêmico. À inesquecível turma da PUC, por termos conseguido manter os laços de imenso carinho que nos ligam para além do período universitário. Às novas amigas que fiz na UFF, em especial a Raquel Braum e a Juliana Mager, ou “as loucas da dissertação”. Foi essencial para a manutenção da calma poder dividir

com vocês os meus desesperos e saber que não estava sozinha nessa jornada. Ao amigo Gabriel Alves, pela infinita amizade e disposição em me ajudar.

À Universidade Federal Fluminense, por me ter permitido fazer parte de turmas com excelentes professores, o que foi essencial para o desenvolvimento do meu objeto. Aos funcionários da secretaria e às coordenadoras do Programa de Pós-Graduação em História da UFF, pela constante disposição, paciência e simpatia para com os alunos. À professora Sônia Mendonça pelo comentário escrito ao final do meu trabalho de fim de curso. “Onde estão as classes sociais?”, ela perguntou. Espero ter conseguido respondê-la.

A todos os professores e funcionários do Departamento de História da PUC-Rio, que grande importância tiveram na minha formação. Em especial, à professora Margarida de Souza Neves, cujos ensinamentos e amizade levarei para toda a vida, e aos professores Leonardo Pereira e Maurício Parada, que foram fundamentais no início do meu percurso.

À professora Leila Hernandez por ter compartilhado comigo parte da sua própria trajetória durante as nossas conversas em Natal. Sua experiência de vida e os seus conselhos foram incentivos inestimáveis para mim.

A todos os que deram calor humano aos meus dias em Lisboa, a maior parte dos quais passei entre papéis dentro dos arquivos. Agradeço, especialmente, a Augusto Nascimento, cuja hospitalidade fez com que eu me sentisse em casa em um ambiente que me teria sido estranho. Aos funcionários dos arquivos pelas divertidas conversas durante os meus raros intervalos. A todo pessoal do café Nortenha, ponto de parada diário após um longo dia de trabalho.

Ao meu “velho pai” que, mesmo fisicamente ausente, está sempre presente nos meus pensamentos e no meu coração. A ele dedico todas as minhas paixões, as quais construímos juntos em quase dezoito anos da mais profunda amizade e companheirismo.

Ao CNPq, pela bolsa de estudo a mim concedida.

Enfim, a todos os que fizeram parte desses dois anos, certamente os mais intensos até agora vividos por mim, gostaria de dizer, do fundo do meu coração: Muito obrigada!

*“Pode mesmo a gente saber, com a certeza, como é um caso começou, aonde começou, porquê, praquê, quem? Saber mesmo o que estava se passar no coração da pessoa que faz, que procura, desfaz ou estraga as conversas, as macas? Ou tudo que passa na vida não pode-se-lhe agarrar no princípio, quando chega nesse princípio vê afinal esse mesmo princípio era também o fim doutro princípio e então, se a gente segue assim, para trás ou para a frente, vê que não pode se partir o fio da vida, mesmo que está podre nalgum lado, ele sempre se emenda noutro sítio, cresce, desvia, foge, avança, curva, para, esconde, aparece... E digo isto, tenho minha razão. As pessoas falam, as gentes que estão nas conversas, que sofrem os casos e as macas contam, e logo ali, ali mesmo, nessa hora em que passa qualquer confusão, cada qual fala a sua verdade e se continuam falar e discutir, a verdade começa a dar fruta, no fim é mesmo uma quinda de verdade e uma quinda de mentiras, que a mentira é já uma hora da verdade ou o contrário mesmo”.*

(Luandino Vieira,  
*Estória do Papagaio e do ladrão. IN Luaanda*)

## RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo a elaboração de uma análise das relações sociais e de poder que marcaram a sociedade luandense do último período colonial. A proposta é a de olhar para a maneira pela qual as populações marginalizadas, política, social e economicamente, pelo sistema colonial português construíram e reconstruíram vínculos, de modo a responder às circunstâncias vividas na capital de Angola. Através dessa perspectiva, acredito ser possível analisar as influências que guerra pela independência gerou nas visões de mundo e nos projetos de sociedade formulados por mulheres e homens que não ingressaram na luta armada. As diferentes experiências vividas, por sua vez, tiveram por consequência expectativas também distintas do que seria a nação angolana. Em outras palavras, esta dissertação busca olhar para as populações postas à margem não só do sistema colonial vigente até 1975, mas também da narrativa hegemônica construída em torno do nacionalismo angolano nos anos que se seguiram. Para tal, olhar-se-á fundamentalmente para as maneiras pelas quais foram construídas relações sociais, com especial ênfase nas solidariedades raciais e de classe, e nos conflitos entre grupos delas decorrentes.

Palavras-chave: cidade, colonialismo, relações de classe, raça, poder, dominação, subversão.

## **ABSTRACT**

The aim of this dissertation is to analyse the social and power relations that characterised the society of Luanda during the last years of its domination by the Portuguese. I intend to focus on how the people - marginalised politically, socially and economically by the colonial system - built and rebuilt bonds in order to respond to the circumstances they lived in. From this perspective, I believe it is possible to investigate how the independence war influenced the worldviews as well as projects of society developed by women and men that had not joined the armed struggle. These individuals had different living experiences and therefore created equally distinct expectations of what the Angolan nation would be like. Thus, the purpose of this study is to look at the population that was put to the edge during both the colonial system that existed until 1975 and the hegemonic narrative regarding the Angolan nationalism built in the following years. To that end, the racial and class bonds will be explored in depth, as well as the tensions between groups that consequently arose.

Keywords: city, colonialism, relations of class, race, power, domination, subversion.

## LISTA DE FIGURAS

<b>Fig. 1.</b> Vista de Luanda. Encontro entre o musseque e a cidade (1974).....	14
<b>Fig. 2:</b> “Graxa freguês?” (1973).....	25
<b>Fig. 3</b> – Evolução das cotações do café e da construção urbana em Luanda (1948-1957).....	29
<b>Fig. 4:</b> Vista aérea de musseques e de estabelecimentos industriais ao longo da Rua Francisco Newton (1968).....	68
<b>Fig. 5:</b> Mapa dos musseques de Luanda. Cópia do plano de urbanização da cidade. (1961)...	72
<b>Fig. 6:</b> Fotografia aérea de Luanda (1973).....	97
<b>Fig. 7:</b> Mapa das freguesias de Luanda (s.d.).....	112
<b>Fig. 8:</b> Vista parcial da cidade Baixa de Luanda e do porto (1968).....	120
<b>Fig. 9:</b> Zona de extensão da guerrilha do MPLA em 1970.....	165
<b>Fig. 10:</b> Mapa. Atividade do inimigo em 1965 e 1966 (SCCIA).....	166
<b>Fig. 11:</b> A “guerra” das paredes. (1975).....	176
<b>Fig. 12:</b> Manifestação de militares. (1974).....	203
<b>Fig. 13:</b> Mercado nos musseques (1968).....	236

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AHU	Arquivo Histórico Ultramarino
CAC	Comitês Amílcar Cabral
CCPA	Comissão Coordenadora do Programa [do MFA] em Angola
CEPS	Centro de Estudos Políticos e Sociais
CIR	Centro de Instrução Revolucionária
CITA	Centro de Informação e Turismo de Angola
COMPOL	Corpo de Milícia Popular de Libertação
CPB	Comissões Populares de Bairro
DGE	Direção Geral de Economia
DGS	Direção Geral de Segurança
DISA	Direção de Informação e Segurança de Angola
ELNA	Exército de Libertação Nacional de Angola
FAPLA	Forças Armadas Populares de Libertação de Angola
FNLA	Frente Nacional de Libertação de Angola
FRA	Frente Revolucionária Armada
FRESDA	Frente Socialista Democrática de Angola
FUA	Frente da Unidade Angolana
FUICO	Frente Unida para Independência na Comunidade
GNP	Gabinete de Negócios Políticos
GRAE	Governo Revolucionário de Angola no Exílio
IAN/TT	Instituto de Arquivos Nacional/Torre do Tombo, Lisboa
MFA	Movimento das Forças Armadas
MDA	Movimento Democrático de Angola
MDIA	Movimento de Defesa dos Interesses de Angola
MIA	Movimento para a Independência de Angola
MINA	Movimento de Independência Nacional de Angola
MIPLA	Movimento Interno Popular de Libertação de Angola
MLNA	Movimento de Libertação Nacional de Angola
MMIA	Movimento de Mobilização no Interior de Angola
MNA	Movimento Nacionalista Angolano
MPLA	Movimento Popular de Libertação de Angola
MU	Ministério do Ultramar

NT	Nossas Tropas
OCA	Organização Comunista de Angola.
OPVDCA	Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil em Angola
OUA	Organização da Unidade Africana
PCA	Partido Comunista Angolano
PCDA	Partido Cristão Democrático de Angola
PIDE	Polícia Internacional e de Defesa do Estado
PIM	Polícia de Informação Militar
PLUAA	Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola
PM	Polícia Militar
Pró-AEUL	Pró-Associação dos Estudantes da Universidade de Luanda
PRPA	<i>Parti de Ressemblemt du Peuple Angolais.</i>
PSP	Polícia de Segurança Pública
PTSA	Partido Trabalhista para a Salvação de Angola
SCCIA	Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola
SNECIPA	Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Província de Angola
SMAE	Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade
UNA	União Nacional Angolana
UNITA	União Nacional para a Independência Total de Angola
UPA	União das Populações de Angola

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE FIGURAS.....</b>	<b>09</b>
<b>LISTA DE SIGLAS.....</b>	<b>10</b>
<b>INTRODUÇÃO.....</b>	<b>15</b>
<b>I LAÇOS DE SOLIDARIEDADE EM LUANDA: SOCIABILIDADE URBANA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA SE PENSAR A NAÇÃO.....</b>	<b>26</b>
I.1 Os jornais, a sociedade de Luanda e os grupos associativos.....	27
I.1.1 A Anangola e o Jornal de Angola.....	46
I.1.2 O Botafogo e o Bairro Indígena.....	57
I.2 Legalidade e clandestinidade em Luanda.....	61
I.3 Por uma visão relacional das <i>maneiras de fazer</i> .....	65
<b>II. CIDADE AO ACASO: CONDIÇÕES SOCIOECONÔMICAS DOS MUSSEQUES DE LUANDA E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.....</b>	<b>69</b>
II.1 Luanda: uma cidade em crescimento.....	70
II.2 “Tempo de acções e não de palavras!”: Lusotropicalismo e Ação Psicossocial.....	79
II.2.1 O lusotropicalismo a serviço do Estado Novo.....	79
II.2.2 A guerras pelos corações.....	86
II.3 Luanda: uma cidade em transformação.....	91
II.3.1 Mudanças na política econômica ultramarina.....	92
II.3.2 Classes sociais em formação: musseques enquanto reservatórios de mão de obra....	95
II.3.3 Espaços de lazer urbano.....	101
II.3.4 De indígenas e assimilados a burgueses e proletários, mas sempre <i>negros</i> .....	107
II.4 Reformas: na lei e na prática? Na lei <i>ou</i> na prática?.....	108
<b>III UMA CIDADE EM ESTADO DE SUBVERSÃO LATENTE.....</b>	<b>121</b>
III.1 O ano em que Angola se fez ouvir.....	123
III.2 Havia guerra em Luanda?.....	125
III.2.1 A guerra nos noticiários: o que diziam os jornais?.....	125
III.2.2 A Luanda do asfalto.....	134

III.2.3 Luanda: uma cidade dividida.....	138
III.2.4 Luanda em estado de subversão latente.....	142
III.2.4.1 A presença do militar na capital.....	146
III.2.4.2 Desigualdade e tensões raciais.....	150
III.2.5 A onipresença do MPLA.....	160
III.3 Uma outra guerra.....	173
<b>IV. PAZ E GUERRA: DO 25 DE ABRIL À INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA.....</b>	<b>177</b>
IV.1 O 25 de Abril em Luanda e os meses que se seguiram.....	179
IV.1.1 Cravos vermelhos, flor de Abril: a Revolução em Portugal.....	179
IV.1.2 O velho e o novo.....	183
IV.1.3 Partidos e associações.....	186
IV.1.4 Restruturação da rede clandestina.....	190
IV.1.5 Conflitos começam a se delinear.....	194
IV.1.6 Algumas questões colocadas neste primeiro momento.....	199
IV.2 O deflagrar do conflito.....	201
IV.2.1 Diferentes projetos de sociedade em questão.....	207
IV.2.2 A capital que os movimentos de libertação encontraram.....	210
IV.2.3 Considerações sobre essa etapa de incertezas.....	214
IV.3 Rumo à independência: novos desafios.....	215
IV.3.1 Unidade e paz.....	216
IV.3.2 A efêmera vida do Governo de Transição.....	219
IV.3.3 O fracasso do Acordo e as batalhas de Luanda.....	224
IV.3.4 A vida em Luanda por Ryszard Kapuściński.....	231
IV.4 Em Luanda, a guerra chega quando se discute a paz.....	233
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>237</b>
Retrospectiva.....	237
E depois?.....	240
Para terminar.....	250
<b>FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFIAS.....</b>	<b>253</b>



**Figura 1.** Vista de Luanda. Encontro entre o musseque e a cidade.  
Fonte: Revista *Notícia*, 19 de Maio de 1974.

## INTRODUÇÃO.

“Luanda voltou a ser ela própria, a dos grandes prédios, dos bairros em transgressão, das ruas sem asfalto, dos buracos, das falhas de água e de luz e de todos aqueles males que é uso atribuírem-se, por comodismo, à ‘crise de crescimento’. [...] Há grandeza e há miséria, mas há também, em muitos casos, solidariedade. É nosso. É próprio desta cidade repleta de contradições. [...] Por isso, nascido a milhares e milhares de quilômetros de distância, mantendo os gostos, as preferências e a saudade de tanto quanto me liga ao rincão natal, há muito que eu me sou já, ‘de Luanda’”<sup>1</sup>.

Essa epígrafe é uma traição ao autor que a escreveu. Ele certamente não concordaria com o recorte empreendido. Da nota publicada, retirei apenas as palavras que me auxiliariam a preencher a página em branco, sempre tão angustiante enquanto não manchada com as primeiras letras. Retirei todo o elogio a Luanda enquanto cidade portuguesa. Não gostaria de iniciar o meu trabalho com um tom por demasiado colonial.

Uma pergunta pode vir à tona, portanto. Por que, então, escolhi a passagem de um texto do qual não simpatizei por completo para iniciar o meu próprio? Simplesmente porque, se editado, faz todo o sentido para uma primeira ilustração da cidade a qual me vou debruçar. Considero, ainda, que o trecho e a imagem que abrem esse trabalho se complementam. Ambos mostram a grandeza e a miséria lado a lado, os altos prédios e os bairros em transgressão. A cidade do asfalto e os labirintos dos bairros de terra batida. Tratam, enfim, da contradição de uma cidade que crescia continuamente, quase sem interrupção. Por isso, peço perdão ao autor pela minha ousadia de discordar dele, mas, ainda assim, apropriar-me de parte do seu escrito.

Pareceu-me, então, vantajoso iniciar aludindo ao crescimento da cidade, tema que será, talvez um pouco exaustivamente, trabalhado nas páginas que se seguem. Um crescimento que, obviamente, não era apenas material, mas também humano. A cidade era por vezes culpada por suas próprias desventuras. Luanda sofre porque Luanda cresceu demais. Luanda, porém, não existiria se não fosse pelos corpos de pessoas que diariamente circulavam pelos dois lados da cidade, dando-lhes vida e alimentando as suas contradições. Será exatamente esse capital humano de Luanda e as suas formas de construir relações sociais entre si que estarão no centro deste trabalho. Afinal, não eram as paredes de tijolos ou de cimento da cidade urbanizada, ou mesmo as de pau-a-pique ou de madeira dos subúrbios, que construía a tal *solidariedade* a que nossa epígrafe faz referência, mas sim as mulheres e os

---

<sup>1</sup> M. C. “Esta minha Luanda”. *Diário de Luanda*. Luanda, 22 de Outubro de 1969, p. 13. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

homens que, pequeninos, quase que esmagados pelas construções ao redor de si, podem ser vistos pelo olhar atento que mira a fotografia. É esse o esforço de visão que se propõe empreender.

Luanda é, portanto, o objeto do estudo que aqui se inicia. De modo mais específico, busca-se a configuração das relações sociais em Luanda entre o início da guerra de libertação até a proclamação da independência, ou seja, entre 1961 e 1975, apesar de recorrer, quando necessário, às décadas de quarenta e cinquenta e aos primeiros meses de Luanda enquanto capital de um Estado autônomo.

Não se trata, todavia, de uma história da guerra. A produção historiográfica referente a Angola que trata deste recorte temporal tem-se concentrado fortemente em aspectos relacionados diretamente à luta de libertação. É inegável que o conflito armado iniciado em 1961 pela independência angolana possui importância significativa para a história do país e para os rumos tomados por Angola após a conquista da autonomia política em 1975. Essa visão, porém, um tanto focada em apenas uma das esferas da história angolana durante o último período da colonização, deixa de lado outras lutas, que são também relevantes para a compreensão do posicionamento dos angolanos em relação à realidade colonial. Essas lutas, por vezes esquecidas, ajudam também a entender o ambiente de tensão e disputa política que se seguiu à proclamação de independência pelo Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA), em 11 de Novembro de 1975.

É curioso pensar que, assim como o conflito armado saiu de Angola para realizar-se nas fronteiras com os países vizinhos, a escrita da sua história também tendeu a sair, uma vez que a narrativa dos historiadores frequentemente seguiu os movimentos armados nacionalistas e seus líderes. Enquanto isso, os que permaneceram na colônia foram, no mais das vezes, negligenciados pelos que se debruçam sobre esse período da história de Angola<sup>2</sup>.

Nos últimos anos, porém, tem-se assistido a uma renovação historiográfica sobre Angola que privilegia aspectos culturais e sociais, com foco nos que *ficaram para trás*, isto é, nos que permaneceram em Angola ao invés de ingressarem nas fileiras dos movimentos armados. É possível destacar estudos sobre os espaços culturais e de lazer das populações negras e mestiças em cidades da África sob o domínio português ao longo do último período da colonização. Uma obra de grande importância para o presente trabalho é a de Marissa Moorman, *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda*<sup>3</sup>, publicada em 2008.

---

<sup>2</sup> Marissa Moorman chama a atenção para essa tendência. Marissa J. MOORMAN *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008, p. 02.

<sup>3</sup> Marissa J. MOORMAN Op.cit.

A autora, tendo como base o diálogo entre nação e cultura, propõe-se a analisar, desde o momento anterior à luta de libertação até o pós-independência, a música como meio de construção da nacionalidade em Angola por parte daqueles ficaram em Luanda. Marcelo Bittencourt, no artigo *Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola*, de 2010, chama a atenção para a prática do desporto – prática esta que se poderia dizer cultural e de lazer por excelência – como espaço para a elaboração de reivindicações na esfera da legalidade colonial<sup>4</sup>. Para a importância do estudo da cultura popular construída nos meios urbanos do ultramar português, destacam-se ainda as análises sobre o esporte em Lourenço Marques realizadas por Nuno Domingos<sup>5</sup>.

No atual estágio da pesquisa sobre África, esse olhar faz-se importante. Vale aqui uma pequena retrospectiva. Durante muitos anos, a leitura sobre o continente privava aos africanos o papel de sujeitos de sua própria história. Na classificação das raças humanas empreendida por cientistas europeus ao longo, principalmente, do século XIX, o africano foi colocado na posição inferior<sup>6</sup>. Incapazes de se autogovernar, os povos da África ao sul do Saara, tidos como primitivos, precisavam de outro, *mais evoluído, civilizado*, que o fizesse por eles, e que os salvasse da sua própria *selvageria*, já que não conseguiriam escapar dessa condição por conta própria. De uma só vez, o europeu inferioriza o outro e justifica a sua própria ação ao atribuir-se uma missão civilizadora e supostamente humanitária<sup>7</sup>. Essa visão de mundo transparecia na maneira pela qual se construía o conhecimento sobre os africanos e o seu continente, e justificava a dominação imperialista do europeu na África. Para usar as palavras de Leila Hernandez, “o ‘imperialismo colonial’ está comprometido com a construção de um aglutinante ideológico capaz de fundir a prática das condições de exploração e de dominação com as formas de justificá-las”<sup>8</sup>.

---

<sup>4</sup> Marcelo BITTENCOURT. *Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola* In: *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. BITTENCOURT, Marcelo; Melo, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.

<sup>5</sup> Nuno DOMINGOS. “Cultura popular urbana e configurações imperiais” IN *História & Sociedade. O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). Lisboa: Edições 70, 2012; Nuno DOMINGOS. *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.

<sup>6</sup> Sobre o papel da ciência e, em especial, da antropologia tanto física quanto cultural, na formulação de uma teoria racial baseada em concepções científicas sobre a espécie humana, ver: Laura FRANEY. “Blurring Boundaries, Forming a Discipline: Violence and Anthropological Collecting” IN *Victorian Travel Writing and Imperial Violence: British Writing on Africa, 1855-1902*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.

<sup>7</sup> Sobre a relação entre as viagens de exploração, a pesquisa científica na África e a ocupação imperialista, ver: Johannes FABIAN. “Travel, exploration and occupation” IN *Out of Our Minds: Reason and Madness in the Exploration of Central Africa*. Berkeley: UCLA press, 2000; Renato da SILVEIRA. “Os Selvagens e a Massa: Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Revista Afro-Ásia*, n. 23, 1999.

<sup>8</sup> Leila Leite HERNANDEZ. *A África em Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2008, p. 93.

Em estreita relação com os objetivos políticos da expansão imperialista, esse saber não escapou ao questionamento que marcou a crise do sistema colonial. Foi, portanto, em meados do século XX que essa leitura passou a ser criticada. O reconhecimento da visão reducionista e preconceituosa da história da África, assim como o tratamento crítico que daí emergiu, estão intimamente relacionados aos movimentos negros na América e às descolonizações no próprio continente africano. Daí que, em uma espécie de contradiscurso, construiu-se uma imagem heroica a respeito dos africanos que se voltaram contra a situação colonial, e que pegaram em armas para combatê-la, reconhecendo-os, finalmente, enquanto sujeitos da sua própria história. Ganha destaque, no que se refere ao conhecimento construído sobre os povos africanos, o tema da resistência<sup>9</sup>.

Esta leitura que lhes atribuíra certo protagonismo permaneceu ainda restrita à luta armada, com ênfase frequente em uma dicotomia que colocava os que resistiram de um lado, e os que colaboraram de outro. Destarte, os que não ingressaram nas fileiras dos movimentos nacionalistas armados, os que *ficaram para trás*, foram, no mais das vezes, esquecidos. Tornaram-se *massas anônimas*, exploradas pelos colonialistas, mas sem voz. Passivas, portanto. Sem qualquer protagonismo<sup>10</sup>. Torna-se, então, importante – e necessário – reconhecer às tais *massas* o seu papel criador, a sua posição também enquanto sujeitos.

Para o reconhecimento do *colonizado* enquanto sujeito ativo de sua própria história, pode-se destacar, no campo da análise culturalista, os trabalhos de Edward Said que, ao tratar do discurso colonial como *representações* do outro, e não como relatos verídicos sobre povos

---

<sup>9</sup> O foco no tema da resistência não é próprio da historiografia sobre Angola. O artigo de Terence Ranger, intitulado *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista*, através de um levantamento sobre as principais correntes que guiam o trabalho dos historiadores sobre o tema da resistência africana, demonstra que essa discussão é bastante ampla e não se restringe a poucos países. Antes da renovação historiográfica sobre a África, as resistências africanas eram tidas como “insignificantes”, e identificadas como desorganizadas, irracionais e impulsionadas por crenças fetichistas ou por interesses estrangeiros. Segundo Terence Ranger, “*Os apologistas do colonialismo enfatizaram o caráter irracional e desesperado da resistência armada, apresentando-o como resultado frequente da ‘superstição’, e sustentando que as populações, aliás satisfeitas com aceitar a dominação colonial, teriam sido trabalhadas por ‘feiticeiros-curandeiros’.* Vários críticos europeus do colonialismo, favoráveis à oposição africana, também admitiam, no entanto, que os africanos não tinham muita coisa no seu modo de pensar ‘tradicional’ que pudesse ajudá-los a reagir efetiva ou concretamente às agressões ao seu modo de vida”.

Ver: Terence RANGER. *Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista* In: *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Vol. VII. BOGHEN, Albert Adu (edit.). Brasília: UNESCO, 2010, p. 54,

<sup>10</sup> Nas palavras de Moorman, “*The anticolonial nationalist struggle was experienced not only in the bush, in the different politico-military regions established by the MPLA, and in the exile bases of the FNLA in Zaire and UNITA in Zambia, but in the day-to-day lives of those who ‘stayed behind’.* Their stories are not present in the nationalist narrative; they are represented only as grim figures of exploitation, as anonymous masses”. Ver: MOORMAN. Op.cit., p. 13.

que viviam em territórios distantes<sup>11</sup>, abriu caminho para um importante questionamento: qual seria o papel do *colonizado* na produção do discurso metropolitano sobre ele? A presença do *colonizado* foi somente passiva ou, de alguma forma, na relação estabelecida entre colonizador e colonizado, o subalterno fez aparecer a sua voz?<sup>12</sup> Desta maneira, passa-se a questionar a ideia de que o *colonizado* só adquiriu o protagonismo de sua própria história quando decidiu revoltar-se contra o sistema colonial, ideia esta que pode ser ampliada de modo a englobar os que não aderiram à luta armada. A própria dominação colonial passa a ser vista enquanto relação, que, apesar de assimétrica, dava margem à constituição de um diálogo.

No caso de Angola, as populações *que ficaram para trás* criaram uma forma de ver o mundo, em diálogo com a realidade em que viviam, que em muito se diferenciava daquela construída pelos líderes dos movimentos nacionalistas. Vale dizer que a Luanda que as lideranças independentistas, especialmente as do MPLA, deixaram, entre os anos 1950 e 1961, passara por severas transformações, de modo que já não era mais a mesma Luanda quando, em meados da década de 1970, os movimentos de libertação retornaram a ela. Tal divergência de visões de mundo, foi, em parte, responsável por uma série de tensões, principalmente na capital, onde se estabeleceu o governo da nação independente.

O presente estudo se localiza no “meio do caminho” entre essas duas vertentes historiográficas, qual sejam: uma, propriamente política<sup>13</sup>, que privilegia aspectos relacionados à guerra de libertação; outra, no âmbito sociocultural, que olha para aqueles que não participaram diretamente da guerra. Por um lado, a intenção aqui é olhar para aqueles que permaneceram na cidade ao longo da luta de libertação e que, portanto, foram excluídos, no mais das vezes, das narrativas hegemônicas sobre a história de Angola. Por outro, adota-se uma perspectiva político-social, que privilegia, em muitos momentos, as influências que o decorrer da guerra exerceu na vida da cidade. Em outras palavras, procurei estar atenta para os perigos de um enfoque excessivo em aspectos culturais e sociais que acabasse por negligenciar as questões políticas trazidas pelo simples fato de a guerra existir, mesmo que esta não tivesse como palco a própria cidade<sup>14</sup>.

---

<sup>11</sup> Edward SAID. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007, p. 52.

<sup>12</sup> Patrick WILLIAMS; Laura CHRISMAN. *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*. New York: Columbia Press, 1994, p. 16.

<sup>13</sup> Moorman justifica a negligência com relação a aspectos culturais através da própria ideologia adotada pelo colonialismo português a partir dos anos 1950. Os ideólogos do regime defendiam que a colonização portuguesa tinha como base a cultura, e não a política e a economia. Os trabalhos escritos em oposição a essa visão teriam, segundo ela, se pautado em aspectos políticos e econômicos. Ver: MOORMAN, p. 12.

<sup>14</sup> O caminho aqui selecionado por vezes se encontra com o percorrido por Marissa Moorman. Em especial, em momentos em que a autora reconhece a influência da política nas práticas culturais. Segundo ela, “*cultural*

A guerra, portanto, aparece, mesmo que enquanto pano de fundo. No centro da reflexão estão as condições de vida da cidade e a maneira pela qual as populações enfrentavam as questões que a elas se colocavam. Essa proposta de análise, por sua vez, não pode ser concretizada se descolada das próprias relações de poder estabelecidas naquela sociedade, que era ainda colonial. Em outras palavras, não se pode, ou não se deve, produzir uma história social da capital de Angola sem pensar nas relações de poder e de domínio específicas do contexto do imperialismo. Para tal, no campo da teoria, tomo como base em especial os escritos de António Gramsci<sup>15</sup>, devido à sua ênfase em aspectos relacionados à dominação e à sua reprodução. Através dessa base teórica, é possível tratar de aspectos políticos simultaneamente aos sociais e culturais, sem grande prejuízo de qualquer uma das partes.

A relação colonial era marcada por uma profunda diferenciação entre colonizadores e colonizados, o que não era uma especificidade portuguesa. A dominação e a hegemonia exercidas nesse contexto tinham como base ideologias raciais que legitimavam como biológicas as diferenças histórico-sociais. A diferenciação entre dominadores e dominados, ainda que tais grupos estivessem longe de ser homogêneos, era uma das regras do jogo. Daí que a noção de raça far-se-á importante para a análise, uma vez que, devido às relações de poder impostas, tornou-se, simultaneamente, um fator agregador e de segregação na sociedade luandense.

A noção de raça aqui será tratada não apenas como uma maneira de classificar a diversidade humana, mas, em diálogo com Hannah Arendt, enquanto fundamento básico para a construção de uma ideologia justificadora e legitimadora da dominação imperialista sobre povos estrangeiros<sup>16</sup>.

No entanto, pelo fato de se tratar do último período da colonização portuguesa em Angola, as diferenciações raciais acabaram por tornar-se ainda mais complexas, uma vez que os *ventos da história* forçaram o governo português a promover uma série de reformas, cuja principal intenção seria a de permitir a sua permanência na África de maneira consensual.

---

*inflamed political imagination. Culture in late colonial Angola did not merely reflect social, political and economic relations and ideas, it produced them*". Ver: Marissa MOORMAN. Op.cit., p.07.

<sup>15</sup> Antonio GRAMSCI. "Breves Notas sobre a Política de Maquiavel" IN *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

<sup>16</sup> Hanna Arendt define ideologia como "sistemas baseados numa única opinião suficientemente forte para atrair e persuadir um grupo de pessoas e bastante ampla para orientá-las nas experiências e situações da vida moderna. Pois a ideologia difere da simples opinião na medida em que se pretende detentora da chave da história, e em que julga poder apresentar a solução dos 'enigmas do universo' e dominar o conhecimento íntimo das leis universais 'ocultas', que supostamente regem a natureza e o homem". Hannah ARENDT. *As Origens do Totalitarismo*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 189.

Para tal, fez-se necessário admitir mecanismos de mobilização vertical na sociedade angolana aos não-brancos. É possível ainda destacar dois fenômenos que marcaram este período: primeiro, a crescente industrialização, com especial incidência em Luanda e, segundo, a imigração de grande quantidade de população branca não-especializada, principalmente a partir de fins dos anos 1940, que acabou por preencher ocupações ao lado de africanos negros e mestiços e por alimentar a concorrência entre os grupos. Portanto, além do fator racial, para entender como se configuraram as relações de poder neste período, se fará necessário ter em mente o processo de formação de classes sociais, aqui entendida de acordo com a proposição de E. P. Thompson, cuja concepção em vários momentos se aproxima à teorização de Gramsci. Em outras palavras, classe social será aqui trabalhada enquanto *fenômeno histórico*, cuja formação se faz em meio a um *processo ativo* fruto de uma vivência comum, não sendo, portanto, vista como estrutura, mas como algo que ocorre nas relações humanas<sup>17</sup>.

Resultado, portanto, da percepção do compartilhamento de interesses em comum, em oposição aos interesses de outros, as classes sociais são construídas pelos próprios homens e são determinadas pelas relações de produção nas quais se encontram envolvidos. No caso de Luanda, porém, a questão torna-se mais complexa, quando se admite que a formação das classes sociais fora influenciada pelas diferenciações ráticas e, ainda, pelas étnicas e regionais. Veremos que, nos anos 1960 e 1970, dentre os habitantes de Luanda, poucos eram os que haviam lá nascido. A maioria imigrara, seja da metrópole, das demais colônias, seja ainda de outras partes de Angola, de modo que traziam heranças culturais, e mesmo linguísticas, distintas, e, muitas vezes, conflitantes, o que, por sua vez, interfere na capacidade de percepção do compartilhamento de interesses.

Todos esses fatores são essenciais para se pensar as relações de dominação e a maneira pela qual alguns grupos eram explorados por outros. O uso do plural aqui é proposital. A percepção da complexidade dos fatores que influenciavam a maneira pela qual eram estabelecidas relações sociais, é, talvez, a única forma de não nos tornarmos reféns do discurso reducionista que dividia a sociedade colonial entre colonizadores e colonizados. É importante perceber o quão diversificadas eram as clivagens sociais de modo a elaborar um estudo mais profundo do modo pelo qual as relações de poder eram construídas, reconstruídas, exercidas e contestadas nessa sociedade. O próprio enquadramento dos africanos negros e mestiços, de forma homogênea, na categoria “dominados” ou “explorados” lhes retira parte de seu papel ativo. É também, portanto, fundamental para este trabalho o

---

<sup>17</sup> E. P. THOMPSON. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987, pp. 09 – 13.

diálogo com Frederick Cooper, que problematiza a simplificação da análise das sociedades africanas com base em oposições rigorosas como as de colonizador-colonizado, dominador-dominado, colaborador-resistente, e chama a atenção para os perigos relacionados ao uso de categorias fixas e dicotômicas para a análise não só da construção das relações de poder, como também das maneiras pelas quais essas relações eram contestadas<sup>18</sup>.

No entanto, deve-se ter o cuidado de não esquecer que a dominação era, muitas vezes, exercida sobre as populações com base nessas diferenças dicotômicas e reducionistas, apesar de todas as aparentes incoerências que pudessem disso advir. Afinal, retomando a nossa epígrafe, Luanda era, de fato, uma “*cidade repleta de contradições*”, como o era o próprio regime colonial. Daí que a utilização, em conjunto, de António Gramsci e de Frederick Cooper será de grande valia para o presente estudo.

Dito isto, fica claro que a reflexão proposta aborda aspectos sociais e culturais que se considera relevantes para uma análise da construção das relações de poder na sociedade luandense do último período colonial. Devo ainda esclarecer que no foco do estudo estão as populações marginalizadas pelo sistema socioeconômico de Luanda. Em outras palavras, será dada especial atenção para as populações negras e mestiças que habitavam a periferia da cidade e que constituíram, no mais das vezes, o grupo ao qual exploração do sistema colonial se dirigia de maneira mais nítida e direta, e para as formas pelas quais essas pessoas respondiam às circunstâncias a elas colocadas pela realidade colonial após o início da luta de libertação. Teve-se o cuidado, porém, para não deslocar essa periferia da cidade como um todo, uma vez que um foco excessivo na zona suburbana prejudicaria uma leitura das relações de força que se colocavam naquela sociedade. Como na imagem, portanto, os bairros suburbanos e os seus moradores estarão em primeiro plano, não sendo possível, porém, esquecer que tão perto deles se erguia uma cidade de pedras, tijolos, cimento e asfalto que tendia a se expandir, e empurrava-os continuamente para áreas cada vez mais afastadas do centro de Luanda.

Com relação à documentação utilizada, tive acesso, através do professor e orientador Marcelo Bittencourt, a uma gama de entrevistas realizadas por ele durante a sua pesquisa, algumas delas disponíveis para consulta no Laboratório de História Oral e Imagem (LABHOI), da Universidade Federal Fluminense. Além disso, através dele, pude contar com uma série de periódicos que incluía o *Jornal de Angola*, entre 1953 e 1961; *A Província de*

---

<sup>18</sup> Frederick COOPER. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n.27, jul. 2008, p. 23.

*Angola*, entre 1974 e 1975; *Angola Desportiva*, entre 1961 a 1969; a *Revista Notícia*, nos anos de 1963, 1964 e 1974; e a *Semana Ilustrada*, entre 1969 e 1970.

Ao longo da minha pesquisa, tive a oportunidade de alargar o conjunto documental a ser analisado. Através de intensa pesquisa na Torre do Tombo, na Hemeroteca Municipal e no Arquivo Histórico Ultramarino, todos localizados em Lisboa, pude não só aumentar o acervo de periódicos – ao qual, inclui o *ABC Diário de Angola*, o *Diário de Luanda*, *O Comércio*, *A Tribuna dos Musseques* e a *Revista de Angola*, além de ampliar os números disponíveis dos supracitados –, mas também alargar minhas opções para outras formas de documentação. Vale destacar o acervo da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE), armazenado na Torre do Tombo, e o do Ministério do Ultramar, localizado no Arquivo Histórico Ultramarino. Através destes dois acervos, tive acesso a uma extensa documentação policial, não só produzida pela PIDE, mas também pela Polícia de Segurança Pública (PSP), a uma série de relatórios elaborados pelos Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), e a correspondências trocadas entre governadores de Angola e autoridades da Metrópole.

A comparação entre, por um lado, a documentação proveniente de arquivos policiais e correspondências – destinados a um público restrito e, em sua quase totalidade, de caráter altamente confidencial – e, por outro, os periódicos de circulação aberta – cuja restrição ao acesso se vinculava à capacidade de leitura e de compra das populações – será de grande valia no sentido de separar o discurso e a lei da prática de dominação colonial estabelecida no dia-a-dia da capital de Angola. O tratamento que será dado a essas fontes deverá obedecer também a essas questões. Se os jornais, por exemplo, estavam constantemente sob a vigilância da comissão de censura, o que os travava em sua liberdade de publicação, as documentações policiais eram destinadas apenas às próprias autoridades do regime português, e não foram elaboradas com vistas ao grande público.

Portanto, através dessa gama documental, buscar-se-á compreender a forma pela qual a população marginalizada econômica, política e socialmente pela colonização portuguesa construía vínculos de solidariedade entre si como resposta aos mecanismos de manutenção de uma determinada relação de forças, criados pelo regime colonial e reproduzidos no cotidiano da cidade, que tinham como base um sistema de dominação baseado, predominantemente, em diferenças de classes e de raças, mas que também lançava mão, quando necessário, de distinções de base étnico-regional.

Procurarei, portanto, demonstrar a complexidade da sociedade luandense ao longo do período em questão. Destino de indivíduos das mais diversas procedências, Luanda

configurou-se como um cenário singular, diferente de outras partes de Angola, apesar de atuar, no mais das vezes, como uma metonímia da Província. Quando se fala em Angola, é Luanda que vem automaticamente à cabeça. Ao longo desta análise, Luanda passa de capital da colônia para capital de um Estado independente, mantendo, portanto, a sua posição central na vida política de Angola.

Veremos também que a cidade passou por intensas transformações. Seus habitantes configuraram e reconfiguraram suas relações sociais e elaboraram os seus projetos de sociedade. Esses projetos, por sua vez, nem sempre coincidiram com aqueles formulados pelos líderes dos movimentos armados. A própria concepção de *povo* divergia, o que acabaria por causar desavenças no pós-independência.

Aos conflitos internos à cidade, adicione-se os travados fora dela. Angola, que enfrentou mais de 13 anos de luta de libertação, mergulhou em uma guerra civil mesmo antes de ver declarada a sua independência. Uma longa e sangrenta guerra que teve as suas batalhas iniciais na própria capital, e que trouxe como consequência, para Luanda, uma profunda crise de abastecimento que se refletiu, como de costume, no custo de vida.

Em suma, Luanda, mesmo após a saída da quase totalidade dos portugueses, continuou a ser uma cidade *contraditória*. Os longos anos do colonialismo deixaram profundas marcas na maneira pela qual essa sociedade constituiu as suas afinidades e alimentou suas disputas, o que seria rapidamente verificado no imediato pós-independência. Sem dúvidas, criaram-se novos laços a partir do compartilhamento de experiências em uma cidade que pouca margem dava para a contestação das relações de dominação. E as expectativas criadas pelos habitantes de Luanda entraram logo em choque com as de um outro grupo, cuja voz se fez importante: o dos guerrilheiros e líderes do movimento de libertação que triunfou na batalha pela capital, o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA).

Não entremos, porém, nas cenas dos próximos capítulos. Afinal, a independência está ainda distante muitas páginas desta em que agora estamos. Começemos do princípio, que é, no entanto, “*também o fim doutro princípio*”<sup>19</sup>. Mas como temos que começar a nossa narrativa de algum ponto, façamos nossa escolha. De resto, desejo ao leitor uma viagem pelas terras da Luanda de outros tempos o mais agradável possível.

---

<sup>19</sup> Luandino VIEIRA. “História do papagaio e do ladrão” IN *LUUANDA. Estórias*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 71.



**Figura 2:** “Graxa freguês?”.

Fonte: Revista *Notícia*. 21 de Julho de 1973.

## **I. LAÇOS DE SOLIDARIEDADE EM LUANDA: SOCIABILIDADE URBANA COMO ESPAÇO PRIVILEGIADO PARA SE PENSAR A NAÇÃO.**

Este capítulo recua no tempo. Começa alguns anos antes do início da guerra. A proposta é entender como a cidade de Luanda estava organizada e como seus habitantes lidavam com as inúmeras transformações que afetavam o seu cotidiano, de modo a perceber, posteriormente, o impacto causado pelo início da luta armada e pelas alterações na própria política colonial levada adiante pelo regime português. Para tal, elaborar-se-á aqui um estudo sobre dois grupos associativos ao longo dos anos 1950 e início dos anos 60, o clube desportivo Botafogo de Luanda e a Associação dos Naturais de Angola (Anangola), na busca por tensões e interseções entre modos de agir presentes na sociedade de Luanda neste momento. Através deste procedimento, torna-se possível entender os espaços de movimentação de parte da população luandense, em especial daquela composta por negros e mestiços que viviam nas periferias da cidade, ou, em outras palavras, do grupo marginalizado pela colonização portuguesa em Angola.

Não busco aqui nenhuma espécie de berço dos primeiros movimentos nacionalistas (ou *protonacionalistas*) que acabaram por contribuir para a formação dos movimentos de libertação. A intenção é a de entender como o espaço social estava a ser configurado, e como homens e mulheres se organizavam para lidar com as circunstâncias que se impunham, intenção esta que perpassa o trabalho como um todo.

Como se verá adiante, os anos que se seguiram à Segunda Guerra Mundial foram marcados por intensas transformações na sociedade angolana, e, em especial, na luandense. Tamanhas mudanças no espaço social não deixaram de se refletir na forma como os habitantes da cidade criaram e recriaram laços entre si, assim como amenizaram ou intensificaram tensões existentes, ou até produziram outras. Para melhor entender o histórico dessas relações, este capítulo se concentrará nos aspectos sociais dessa transformação, de modo a compreender como a população de Luanda se adaptou às novas circunstâncias, e como os grupos construíram laços de solidariedade entre si. O objetivo é produzir uma primeira reflexão sobre como os angolanos estavam organizados na passagem dos anos 1950

para os anos 1960, quando a guerra de libertação estoura e a ação repressiva da Polícia Internacional e de Defesa do Estado (PIDE)<sup>20</sup> se torna ainda mais aguda.

### **I.1 Os jornais, a sociedade de Luanda e os grupos associativos.**

“Naquela hora das cinco e meia, contínuo na rua, só de correio na mão indo ou vindo do velho edifício dos C.T.T., Xico João nem tirara a farda caqui como costumava, vestindo depois sua camisa colorida e calça estreita, como gostavam lá em cima as inúmeras admiradoras e admiradores do alfe do Botafogo. E assim atravessou toda a Baixa, naquela hora da saída dos empregos, com os miúdos ardinas correndo já para vender o primeiro jornal da tarde”<sup>21</sup>.

Este trecho de um romance de Luandino Vieira toca em aspectos significativos sobre a sociedade de Luanda às vésperas do ataque às prisões da cidade, em 4 de Fevereiro de 1961. Primeiro, faz referência à vestimenta enquanto código social e de aceitação dentre os diferentes grupos. A farda de cor caqui era a marca do funcionalismo, e caracterizava o seu usuário enquanto parte da sociedade classificada pelos portugueses enquanto *civilizada*. Em contraposição, estavam a camisa colorida e a calça estreita, que faziam sucesso dentre as moças da periferia. Note-se a referência de que Xico João tinha o hábito de trocar de roupa antes de dirigir-se lá para *cima*, do que pode concluir-se que o fazia como forma de ser mais bem aceito pelos seus *admiradores*. Ou seja, havia códigos culturais em confronto. Segundo, destaca-se no trecho o reconhecimento de que os jornais faziam parte do cotidiano de Luanda. Essa relevância dos periódicos, utilizada pelo autor para retratar o ambiente da capital em 1961, ganha ainda mais força nos anos posteriores, quando a escolarização sofreria significativa expansão<sup>22</sup>, com o conseqüente aumento do número de alfabetizados. Além disso, Luandino Vieira menciona o clube Botafogo, que grande importância teve para os movimentos políticos que estavam a ser organizados em Luanda nos anos 1950. Tais aspectos

---

<sup>20</sup> A PIDE era a polícia política do Estado Novo português, criada em 1945 – na verdade, ela substituiu a PVDE, Polícia de Vigilância e Defesa do Estado, cuja atuação remonta à década de 1930. A PIDE, um dos mais importantes órgãos da repressão portuguesa, chega ao ultramar apenas na segunda metade da década de 1950. Em fins dos anos 1960, Marcelo Caetano, que exerceu o cargo de Presidente do Concelho após Salazar, substituiu a PIDE pela DGS (Direção Geral de Segurança). Tratou-se, no entanto, apenas de uma mudança de nomenclatura, uma vez que suas funções e métodos permaneceram inalterados. O arquivo da PIDE está armazenado na Torre do Tombo em Lisboa, e muitos dos documentos que o compõem estão disponíveis para consulta.

<sup>21</sup> José Luandino VIEIRA. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. 6ª edição. Lisboa: Edições 70 / União dos Escritores Angolanos, 1979, p. 55.

<sup>22</sup> A sociedade de Angola sofre intensas transformações após o início da guerra, que se refletem fortemente na capital. Tais mudanças são tópicos para o segundo capítulo deste trabalho.

presentes neste pequeno trecho fazem dele a epígrafe ideal para o início da análise proposta, na qual se buscará compreender a construção de laços de solidariedade e a contestação da hegemonia imposta – processo no qual o clube Botafogo exerceu certa proeminência<sup>23</sup> – através, principalmente, da leitura de jornais.

Vieira, neste recorte, pinta um quadro da Baixa, uma área nobre da cidade, onde habitavam majoritariamente os portugueses e os seus descendentes, enquanto os negros e mestiços eram gradualmente expulsos para a periferia, ou, em outras palavras, para os *musseques*<sup>24</sup>, onde vivia a maioria da população de Luanda.

Vale a pena reservar aqui um espaço para tratar da separação racial que estava a se estabelecer na capital de Angola através da própria urbanização da cidade. Esta separação tem início já entre finais do século XIX e as décadas de 1910 e 1920, com o efetivo povoamento de Angola por portugueses – que ganhou impulso após as “*guerras de pacificação*”<sup>25</sup>. Norton de Matos, enquanto alto-comissário, já nos anos 1920, iniciou uma política de atração de colonos para Angola, e o faz através da subalternização dos negros e mestiços<sup>26</sup>.

Apesar do sucesso parcial da política de Norton de Matos e do agravamento das tensões raciais que dela decorreram, foi apenas nos anos 1940 e 1950 que se verificou um aumento significativo da emigração metropolitana para o Ultramar – principalmente para Angola – que, pela primeira vez, atraiu cerca da metade dos emigrantes de Portugal<sup>27</sup>. Esse aumento da migração para o Ultramar estava ligado não só a toda uma política governamental

---

<sup>23</sup> O Botafogo não foi o único clube desportivo que exerceu papel importante na construção de vínculos de solidariedade que tiveram, mais tarde, importância para os acontecimentos de Fevereiro de 1961. Outro clube do qual se poderia falar seria o Clube Atlético de Luanda que também atuou enquanto espaço aglutinador de ideias nacionalistas. Dele faziam parte jovens que originaram o movimento cultural *Vamos Descobrir Angola*, nos anos 1940. Segundo Mourão, Luandino Vieira também fazia parte do Atlético de Luanda. Ver: Fernando Augusto Albuquerque MOURÃO. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Miragem, 2006, p. 255.

A escolha do Botafogo para elaborar a presente reflexão se deu pela frequência com que apareceu nas fontes e na bibliografia consultadas. O mesmo se pode falar para a escolha da Anangola, em detrimento de outras associações, como a Liga Nacional Africana.

<sup>24</sup> De acordo com Ramiro Ladeiro Monteiro, “*musseque, grafia já aportuguesada, é termo originário do Kimbundu, sendo etimologicamente constituído pelo prefixo ‘mu’ (lugar) e pelo radical ‘seke’ (areia). Portanto, lugar ou terreno arenoso*”, mas que ganha conteúdo sociológico quando engloba “*os núcleos de cubatas nesses terrenos construídos por indivíduos que, devido à expansão da Cidade, se viram forçados a deixar a área urbana*”. Ramiro Ladeiro MONTEIRO. *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973, pp. 53 – 54.

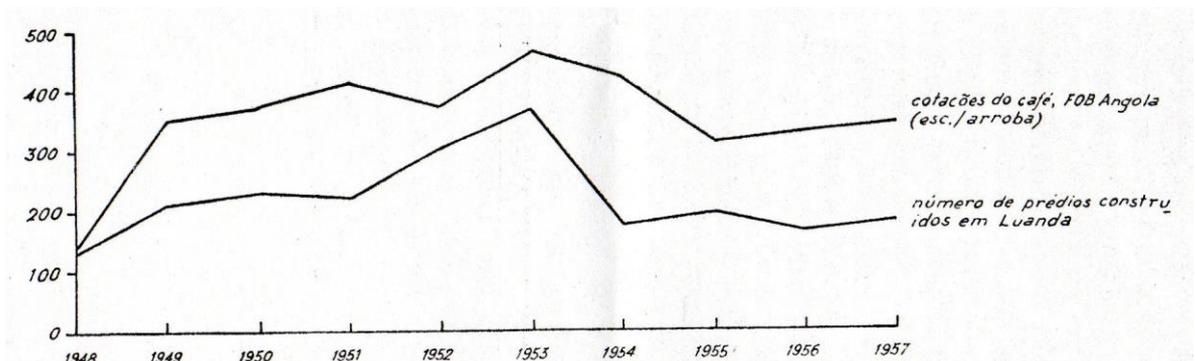
<sup>25</sup> Os portugueses chamaram de “*guerras de pacificação*” as ações militares voltadas para a neutralização da resistência africana à ocupação física e administrativa dos colonizadores.

<sup>26</sup> Cláudia CASTELO. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, pp. 326 – 327.

<sup>27</sup> Antes da Segunda Guerra Mundial, a emigração de Portugal fazia-se, sobretudo, para o Brasil. No pós-guerra, cerca de um quarto da onda migratória dirigia-se para a França. Ver: Gervase CLARENCE-SMITH. *O III Império Português (1825-1975)*. PINTO, Maria João (trad.) Lisboa: Teorema, 1985, p.22, 26.

de incentivo à colonização, mas ainda à alta da cotação dos produtos coloniais no mercado internacional. No caso de Angola, ganha destaque o café.

A corrida pelo café se refletiu na extorsão das terras dos nativos, no sentido de delimitar fazendas para o estabelecimento de plantações de café aos colonos, e também na busca por trabalhadores forçados no centro-sul de Angola<sup>28</sup>. Uma legislação que dificultava a saída de divisas da colônia incentivou o investimento dos lucros obtidos no plano interno, e, em especial, no campo da construção civil, principalmente com a instalação de rede de luz elétrica e de água em Luanda<sup>29</sup>. O geógrafo Ilídio do Amaral, que escreveu no início dos anos 1960, mostrou de forma clara a relação entre as cotações do café e a urbanização da capital.



**Figura 3** – Evolução das cotações do café (curva de cima) e da construção urbana em Luanda (curva de baixo), no período de 1948 a 1957.

Fonte: Ilídio do Amaral. *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola*. 1962.

Nessas circunstâncias, portanto, com a alta da cotação dos produtos ultramarinos no mercado internacional e com um aumento significativo da população metropolitana em Angola, que apresentou a tendência de se concentrar em Luanda, teve início o processo de urbanização da capital e, como veremos no próximo capítulo, de industrialização da colônia.

Tais transformações, por sua vez, estimularam também a migração dos próprios angolanos de outras áreas da província para a capital<sup>30</sup> em busca de melhores condições de vida e de oportunidades na indústria nascente. Assistiu-se, então, ao surgimento de sérios problemas de habitação.

<sup>28</sup> Lúcio LARA. *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. 2ª Edição. Vol.1. Luanda: LitoCor, 1998, p. 21.

<sup>29</sup> Fernando MOURÃO. Op.cit., pp. 199 – 200.

<sup>30</sup> Segundo o censo de 1960, neste ano, 20% da população residente em Luanda não havia nascido em Angola. Dos que nasceram em Angola, 57% não tinha nascido em Luanda. Houve um acréscimo populacional na cidade de 163.512 habitantes entre 1940 e 1960. Ver: *3º Recenseamento Geral da População - 1960*, Luanda, Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Repartição de Estatística Geral, vols. I-IV, 1964-67.

Por conta da especulação imobiliária, consequência da relação entre a crescente urbanização e a tendência de imigrantes metropolitanos e da própria colônia de se fixarem nos centros urbanos, e em especial em Luanda, os custos de moradia principalmente nas áreas mais próximas ao centro da capital tornaram-se mais altos do que as médias de salário<sup>31</sup>, que, no contexto colonial, variavam de acordo com o grupo a que se destinavam. Em outras palavras, a média salarial tendia a ser mais alta entre os brancos nascidos na metrópole, seguidos pelos brancos nascidos na colônia, por indivíduos provenientes de outras províncias, e com a menor média estavam os naturais da terra<sup>32</sup>. A diferença consequente do poder de compra para cada grupo originou uma gradual expulsão dos naturais de Angola para zonas mais afastadas do centro.

A própria Câmara Municipal de Luanda contribuiu para a transferência de negros e mestiços para áreas menos valorizadas. Um exemplo foi a expropriação contínua, a partir dos anos 1940, das residências dos moradores do bairro das Ingombotas, por anos ocupado pela classe média africana, para atender às necessidades de urbanização e ao crescimento da população branca em Luanda. A Câmara, para tal, apropriava-se de um discurso higienista. Era em nome do saneamento urbano que pessoas eram tiradas de suas casas e transferidas para locais distantes. Esta população foi em grande parte assentada no Bairro Operário<sup>33</sup>, no qual as condições de moradias eram demasiado precárias, especialmente se as compararmos com as casas simples, mas bem construídas, nas quais se vivia nas Ingombotas. Há, portanto, uma contradição entre prática e discurso no caso dessas expropriações.

Ora, dito isto, não é de surpreender que, a partir da década 1940, com o crescimento urbano de Luanda, ocorresse uma separação racial ainda mais áspera do que aquela que já se verificava desde os anos 1920, que se refletiu na arquitetura da cidade.

A separação física que se impôs entre a região da Baixa, marcada pelas construções de cimento, e a periferia, onde se localizavam os musseques, não foi, porém, absoluta. Na própria imagem que Luandino Vieira desenha dessa sociedade, pode-se notar um jogador de futebol do clube Botafogo, do Bairro Indígena, que trabalhava e andava pela área nobre da capital da província. Vê-se também, neste quadro, os ardinias, como eram chamados os vendedores de jornal, no mais das vezes crianças negras, pobres, e moradoras dos subúrbios. Outra personagem dos musseques que compunha o cenário da cidade de asfalto era o

---

<sup>31</sup> Fernando MOURÃO. *Op.cit.*, pp.182 – 183.

<sup>32</sup> Fernando MOURÃO. *Op.cit.*, p.278.

<sup>33</sup> Segundo Mourão, o próprio fato de os bairros indígenas e operários terem sido projetados em áreas contíguas reflete o caráter racial, acima do social, como critério para agrupar a população africana. Ver: Fernando MOURÃO. *Op.cit.*, 2006, p. 197 – 199.

engraxate. É a imagem de um deles que abre o presente capítulo<sup>34</sup>. Seu nome, Xiquito, o jornalista registrou no periódico<sup>35</sup>. Não capta, porém, o rosto dessa criança que, aos nove anos, passava os dias na Baixa à procura de clientes que quisessem dar brilho aos seus sapatos. Xiquito, de joelhos, olhava para o chão, em um gesto de nítida submissão. Sua caixa, instrumento de trabalho, ganha destaque na imagem, e não o seu olhar, o seu rosto, a sua expressão. Xiquito, enfim, não pertencia ao asfalto. Enquanto lá praticava a sua atividade, seu lugar era aos pés de quem lhe dava uma oportunidade de ganhar algumas moedas.

Em suma, não havia uma separação tão radical que impedisse a circulação de pessoas e informações pelas diversas áreas da cidade, o que não significa dizer que havia uma relação racial harmônica em Luanda, e que essa circulação não era de certa forma controlada. Os negros que circulavam pela Baixa o faziam, no mais das vezes, para prestar serviços, sendo que muitos desses serviços, devido ao acréscimo da imigração metropolitana, eram gradualmente tomados por portugueses, mesmo que estes tivessem qualificação inferior.

Segundo José Gonçalves, angolano que esteve envolvido em organizações clandestinas em Luanda, em entrevista ao professor Marcelo Bittencourt,

“[os portugueses] tinham resolvido o desemprego em Portugal de duas formas: uma fazendo imigração para Europa e outra fazendo imigração de pessoal de muito baixo nível para fora. Nós calculávamos que, no momento da Independência, mais de 10% dos brancos eram analfabetos, o que é um número inacreditável em África”<sup>36</sup>.

O elevado número de portugueses analfabetos em Angola não surpreende se tivermos em conta o alto índice de analfabetismo existente em Portugal. Em 1940, 53,6% da população metropolitana com mais de sete anos era analfabeta. Em 1950, essa percentagem caiu para 41,7%, e em 1960, chegou a 33,1%. Em 1970, a metrópole contava ainda com 25,6% de analfabetos<sup>37</sup>.

Cláudia Castelo analisa o grau de instrução dos metropolitanos que migraram para Angola e Moçambique. Segundo ela, foi entre os anos de 1940 e meados de 1950 que o percentual de analfabetos e de pessoas com o ciclo primário fora mais significativo<sup>38</sup>. Ao mesmo tempo, registra-se uma queda do número de emigrantes com curso secundário e superior. Muitos destes portugueses de baixa qualificação acabaram por encontrar residência

<sup>34</sup> Apesar de a foto ter sido tirada nos anos 1970, a presença da criança-engraxate acompanha todo o processo de marginalização da população africana.

<sup>35</sup> “Graxa freguês?”. Revista *Notícia*. 21 de Julho de 1973.

<sup>36</sup> José GONÇALVES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 2 e 3 de julho de 1996.

<sup>37</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., pp. 188.

<sup>38</sup> A autora relaciona esses dados com a política de povoamento levada a cabo pelo governo português. Entre os anos 1954 e 1960, verificou-se um alargamento da base social de recrutamento de colonos, parte de um programa de colonização dirigida para o qual eram mobilizados metropolitanos sem recursos financeiros e sem habilitações escolares. Ver: Cláudia CASTELO. Op.cit., pp. 189 – 190.

nos musseques, junto aos negros e mestiços, fossem estes indígenas ou assimilados<sup>39</sup>. Destarte, a sociedade de Luanda é mais complexa do que nos levaria a pensar uma hipótese de que negros e mestiços viviam radicalmente separados dos brancos.

Desta forma, apesar de Luandino Vieira localizar a venda de jornais como parte da Baixa, enquanto o mesmo não ocorre em suas descrições dos musseques no romance em questão, não se pode concluir que as informações contidas nos periódicos ficassem restritas à área nobre da cidade. Marissa Moorman argumenta, por exemplo, que periódicos como a *Semana Ilustrada* e a *Revista Notícia*, cujo público-alvo era a população jovem e branca da Baixa, tinham uma audiência que em muito ultrapassava este círculo. Segundo ela, quase todas as pessoas com as quais conversou alegaram ter tido contato com tais revistas. Esta informação, no entanto, deve ser analisada com certo cuidado, uma vez que a maioria das pessoas entrevistadas por Moorman era composta por músicos e produtores musicais, ou seja, por homens e mulheres envolvidos com o cenário cultural de Luanda. Ela mesma destaca que grande parte de seus entrevistados reivindicava ser proveniente de famílias da classe média luandense<sup>40</sup>.

Sendo jornais e revistas, todavia, uma fonte escrita, é indispensável, para que possamos traçar hipóteses sobre a recepção e os processos sociais de transmissão dos mesmos, que não ignoremos que grande parte da população negra (e até parte da população

---

<sup>39</sup> Na década de 1920, Portugal criou leis que definiram juridicamente a população africana de Angola. Esta passara a ser classificada formalmente nas categorias de indígena ou de assimilada, sendo esta última composta por aqueles que conseguiam atingir o estatuto de “africano civilizado”. Segundo a legislação, “*são considerados indígenas os indivíduos de raça negra ou dela descendentes que, pela sua ilustração e costumes, não se distingam do comum daquela raça*”. Ver: Marcelo BITTENCOURT. “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola” IN *Mais que um jogo: o esporte e o continente africano*. M. BITTENCOURT; V. A. de MELO; A. NASCIMENTO (orgs.) Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.104. Se essa legislação geral, ao nível do governo português, tem início nos anos 1920, a definição do indígena, em contraposição ao branco ou ao negro civilizado, lhe é anterior, e é consagrada na legislação local da colônia, até mesmo como método de formalizar o recrutamento de mão de obra. Como exemplo, pode-se mencionar o relatório de António Ennes, de 1893, que “*banaliza o trabalho forçado, dissimulando-o sob a máscara do trabalho contratado, que devia levar o ‘indígena’, esta sub-figura da estrutura social das colônias, a aceitar ‘voluntariamente’ as novas condições de trabalho*”. Ver: Isabel Castro HENRIQUES. “Estruturas sociais” IN *História da Expansão Portuguesa*. Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p.216. Já em 26 de novembro de 1899, foi promulgado o Regulamento do Trabalho Indígena. Ver: Cláudia CASTELO. Op.cit., p. 304.

Norton de Matos, por sua vez, em carta ao Ministério das Colônias, em 26 de dezembro de 1913, solicita o estabelecimento da diferença entre o cidadão português e o súdito português. Ver: Elizabeth Ceita Vera CRUZ. *O Estatuto do Indigenato – Angola: A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005 pp.118 – 121. Ainda segundo Elizabeth Vera Cruz, já nos primeiros anos do século XX, era possível perceber, através da imprensa angolana, a existência de uma diferença entre os nativos, que seriam negros letrados, e os indígenas, iletrados.

Em suma, a distinção entre o negro que viva como o *comum da sua raça* e aquele que dela se diferenciava, tendo adotado hábitos e costumes ditos *civilizados*, já existia não só na prática social, como ainda em legislações provinciais, desde fins do século XIX. Essa diferenciação, no entanto, ganha corpo e amplitude com o Estatuto do Indígena, de 1926.

<sup>40</sup> Marissa J. MOORMAN. Op.cit., p. 20, 23.

branca) em Luanda era analfabeta. De acordo com Elisete Marques da Silva, em 1950, dos habitantes de Angola – que contavam em 4.145.266, sendo 1,9% brancos, 0,72% mestiços e 98,07% negros<sup>41</sup> –, 23% da população branca era analfabeta, assim como 38% dos mestiços assimilados de acordo com a legislação vigente – e que, segundo ela, constituía a maioria daqueles que pertenciam a este grupo<sup>42</sup>. No que se refere à população africana, 51% dos negros assimilados eram analfabetos. No entanto, dentre os indígenas, apenas 0,84% deles sabiam ler e escrever. Com base nestes dados e tendo em conta o reduzido número de assimilados, a autora conclui que o número dos alfabetizados dentre a população negra de Angola girava em torno de 1%<sup>43</sup>.

No entanto, o foco aqui está na cidade de Luanda, e é preciso ter em mente a alta concentração das escolas nas áreas urbanas de Angola, uma vez que a proporção de estabelecimentos de ensino acompanhava a concentração geográfica da população europeia. Portanto, a taxa de analfabetismo na capital era provavelmente menor do que a correspondente ao território angolano como um todo. Segundo o sociólogo português José de Sousa Bettencourt<sup>44</sup>, cujo escrito refletia as preocupações coloniais no período, em 1959, em Luanda – cuja população total estava em quase 224.540<sup>45</sup> – havia 3.708 alunos matriculados no ensino primário oficial, sendo que, destes, 2051 (55,3%) eram europeus, 1024 (27,6%) euro-africanos<sup>46</sup>, e apenas 633 (17,1%) eram africanos. Já no ensino primário particular, registravam-se 3.668 alunos, dos quais 2.246 (61,23%) eram europeus, 606 (16,52%) euro-africanos, e 816 (22,25%) africanos. Levando-se em consideração que, em 1960, os africanos consistiam em aproximadamente 69,2% da população de Luanda, enquanto 24,7% eram

<sup>41</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., p. 216.

<sup>42</sup> Os mestiços, quando devidamente reconhecidos pelos pais brancos, eram automaticamente classificados enquanto assimilados. Caso contrário, teriam de passar pelos mesmos procedimentos que os negros para aquisição da cidadania.

<sup>43</sup> Elisete Marques da SILVA. “O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, n.ºs 16-17, 1992-1994, pp. 114 – 115.

<sup>44</sup> José de Sousa BETTENCOURT. *Subsídio para o Estudo Sociológico da população de Luanda*. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 2(1), 1965, p. 109.

<sup>45</sup> Esse era o número de habitantes em Luanda em 1960. Em 1950, sua população total era contada em 141.647. Não consegui dados relativos ao ano de 1959. Ver: Ramiro Ladeiro MONTEIRO. *A Família nos musseques de Luanda*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973, p.58.

<sup>46</sup> Adriano dos Santos, que pertenceu à direção do Botafogo ao longo dos anos 1950, clube ao qual Luandino Vieira faz menção no trecho destacado, em entrevista a Marcelo Bettencourt em 1997, define os euro-africanos como portugueses nascidos em Angola, mas Bettencourt em seu artigo refere-se aos mestiços quando fala de euro-africanos. A definição de euro-africanos enquanto português nascido no ultramar é também assinalada por Adolfo Maria, também em entrevista a Marcelo Bettencourt. Isso remete a uma divisão, pela administração colonial, dentro mesmo dos brancos de Angola. De fato, os brancos lá nascidos eram cidadãos de segunda classe. Cidadãos de primeira só os que tinham nascido na metrópole.

Vale reparar na distinção entre africano, euro-africano e europeu para diferenciar a população. Já que eram todos classificados na categoria “portugueses”, falar em portugueses e angolanos seria um contrassenso.

européus e 6,1% euro-africanos, é indiscutível que o acesso à educação formal existia, mas era extremamente desigual.

A partir, porém, da segunda metade dos anos 1950, o governo português buscou expandir o acesso à educação para os negros e mestiços. Até a abolição do Estatuto do Indigenato, que trouxe como consequência o fim da distinção legal entre indígenas e civilizados, o ensino na colônia era dividido entre o voltado para os brancos e assimilados e aquele aplicado aos indígenas. Para estes, durante os anos 1940 e 1950, havia o ensino rudimentar, sob responsabilidade exclusiva das missões católicas. Após haver cursado o ensino rudimentar, através de uma prova, era possível ao indígena passar para o ensino oficial primário, voltado para os ditos civilizados. Não podiam, porém, prosseguir os estudos sem que houvessem atingido o estatuto de civilizado.

De qualquer forma, importa aqui destacar que, já em 1957, o ensino rudimentar fora transformado em ensino de adaptação. Se, por um lado, tal não significou o fim da dicotomia entre os dois tipos de ensino vigentes, por outro, permitiu uma maior articulação entre eles, o que teve como resultado a passagem de maior número de indígenas na prova que os habilitava a cursar o ensino regular<sup>47</sup>. Nos últimos anos do período colonial, como veremos no próximo capítulo, essas reformas ganharam fôlego e, apesar da existência constante do fator racial como obstáculo para a ascensão social por parte da população negra e mestiça, a expansão do ensino, já unificado e sem barreiras legais que impedissem a matrícula de determinados grupos, fez com que a instrução se tornasse de fato uma possibilidade de mobilização social.

Os números relacionados às matrículas no ensino formal, todavia, revelam apenas uma visão parcial do acesso à leitura e à escrita por parte da população luandense, uma vez que considera apenas as matrículas em escolas oficiais e particulares. Além delas, existiam em Luanda grupos associativos como a Liga Nacional Africana, a Anangola e clubes desportivos como o Botafogo, que ofereciam cursos de alfabetização para a população dos musseques.

Adriano dos Santos, membro da direção do Botafogo ao longo dos anos 1950, enfatiza o serviço de alfabetização prestado pelo clube. Segundo ele, os que tinham acesso à educação formal ensinavam adultos e operários a ler e a escrever<sup>48</sup>. O serviço de alfabetização prestado pelo Botafogo durou até 1961, quando a PIDE fechou o clube devido à conexão do mesmo com assuntos políticos. A Liga Nacional Africana, por sua vez, chegou a criar escolas

---

<sup>47</sup> Elisete Silva atenta para o fraco êxito escolar obtido, em média, pelos alunos da escola rudimentar. Segundo ela, no início dos anos 1950 apenas 5% dos alunos que nela estavam matriculados conseguiam concluir a 4ª classe.

Elisete SILVA. Op.cit., p. 114.

<sup>48</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.

primárias para os indígenas, com a autorização do governo, voltadas, primeiramente, aos filhos dos associados<sup>49</sup>.

Mesmo que consideremos a alta taxa de analfabetismo em Luanda durante todo o período colonial, não se pode esquecer que as formas de sociabilidade contribuem para a difusão da cultura escrita. Como disse Roger Chartier, ao se referir às sociedades do Antigo Regime, não se deve considerar “*que o acesso ao texto escrito é sempre e em toda parte uma leitura individual, silenciosa, solitária, que supõe necessariamente a alfabetização*”<sup>50</sup>. A convivência, portanto, entre homens e mulheres de diferentes classes sociais e níveis educacionais pode ter contribuído para uma difusão do texto escrito, mesmo que através da oralidade.

As pessoas entrevistadas por Moorman, muitas das quais envolvidas com a vida cultural da capital, e que se autoidentificavam enquanto classe média, viviam nos musseques, junto com outros negros e mestiços, muitos dos quais analfabetos. Os musseques eram locais heterogêneos que reuniam africanos de várias etnias, assim como alguns portugueses com baixa qualificação. Como já foi dito, a intensificação da imigração deslocou muitos negros e mestiços para os musseques, parte deles pertencentes a uma elite crioula, e que passaram a conviver com os ditos *novos assimilados* e com os indígenas. Marcelo Bittencourt define essa sociedade crioula, ou os *filhos da terra*, como uma camada intermediária, “*com interesses próprios e enraizados lentamente, geração após geração*”, a qual

“era formada por indivíduos próximos tanto da matriz cultural europeia – expressa pelas letras, pela maneira de se vestir e na forma de administrar o comércio e o espaço urbano – quanto da matriz cultural africana, muitas vezes chamada de ‘tradicional’, implicando diferenciadas estruturas de parentesco, aquisição de bens e delegação de poderes. [...] O crioulo, aqui em discussão, diz respeito, portanto, a uma mestiçagem cultural, a um cruzamento de traços culturais diferenciados e com os quais ele adquire a capacidade de se relacionar, assumindo uma postura mediadora que lhe convém e que o diferencia, mas não o impede de se aproximar dos extremos que lhe dão forma, de acordo com as necessidades que surgem”<sup>51</sup>.

De acordo com Mário António de Oliveira, a colonização portuguesa, enquanto restrita ao litoral, do século XIV a meados do XIX, deu origem ao que chamou de “*ilhas crioulas*”, nas quais se elaborou uma miscigenação cultural profunda. Luanda seria um exemplo de ilha crioula<sup>52</sup>. O termo *crioulo*<sup>53</sup>, porém, não era utilizado pelo próprio grupo.

<sup>49</sup> Germano GOMES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de outubro de 1997.

<sup>50</sup> Acredito que esta ideia de Chartier não está restrita às sociedades do Antigo Regime, e pode ser aplicada, com as devidas adaptações, às análises de história contemporânea. Ver: Roger CHARTIER. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. LORENCINI, Álvaro (trad.) São Paulo: Editora UNESP, 2004, p. 11.

<sup>51</sup> Vale enfatizar que essa mestiçagem não era necessariamente racial. Marcelo BITTENCOURT. “*Estamos juntos!*”: *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Editorial Kilombelombe, vol. 01, 2008, p. 44.

<sup>52</sup> Mário António de OLIVEIRA. *Luanda, ‘ilha’ crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968, pp. 09 – 10.

Este identificava-se enquanto *angolenses* ou *filhos da terra*, noções estas que trazem um significado político, uma vez que, através delas, reivindicavam aquela *terra* como deles, em oposição não só aos brancos, mas ainda aos demais negros, dos quais também procuravam se diferenciar.

Os *filhos da terra*, até meados do século XIX, participaram ativamente do tráfico de escravos. Com a crise do mesmo, porém, dirigiram-se para outras áreas, fazendo carreiras administrativas, no judiciário e na esfera militar da colônia. No entanto, a própria disputa entre eles por cargos políticos e, principalmente, o crescimento do número de portugueses em Angola, diminuíram as opções de manutenção dos privilégios por parte deste grupo, e expulsou muitos deles da área central da cidade.

Os portugueses, como vimos, recorreram a uma legislação para classificar a sociedade angolana e moçambicana<sup>54</sup>, dividindo seus habitantes entre indígenas e civilizados, duas categorias juridicamente definidas. Essas leis foram implantadas através da promulgação do Estatuto do Indigenato em 1926, e reforçadas ao longo dos anos, até 1961. A partir de então, os *filhos da terra*, para manter uma condição diferenciada dos demais negros, precisavam alcançar a condição de *assimilados*, isto é, tinham que atingir o estatuto jurídico de africano *civilizado*. Os mestiços e negros que quisessem atingir tal condição tinham de se submeter a um exame, realizado por funcionários coloniais, que analisavam o grau de *civilidade* dos candidatos. Nesse exame, avaliava-se o domínio da língua portuguesa, a condição econômica, a moradia e os hábitos cotidianos. Caso fossem aprovados, passavam a ser considerados cidadãos, e tinham direito ao bilhete de identidade. Para o indígena, cuja condição não permitia que obtivesse o bilhete de identidade, desde a promulgação do Código do Trabalho dos Indígenas de 1928, instituiu-se a *caderneta indígena*, que era o seu documento de identificação e na qual deveria constar toda e qualquer informação relevante para a administração da colônia<sup>55</sup>. Nela, estavam registrados os contratos de trabalho do indígena. Aqueles que não a possuíssem ou que não tivessem ocupação nela registrada, estavam sujeitos ao trabalho forçado.

---

<sup>53</sup> Sobre os crioulos, Alberto da Costa e Silva diz que se desenvolveu na África uma “*cultura euro-africana ou afro-europeia se você preferir, não importa, em que determinadas maneiras de viver, comportar-se, de atuar, de vestir-se, de comer, não eram mais puramente africanas, não eram mais puramente locais. Então, é nesse sentido que você vai ver a expressão “crioulo” em Angola. Crioulo é o que? É o africano que se europeiza parcialmente e o europeu que se africaniza parcialmente. E o mulato que é as duas coisas. [...] O crioulo pertence a dois mundos*”. Alberto da COSTA E SILVA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000.

<sup>54</sup> Em 1926, criou-se o *Estatuto político, social e criminal dos indígenas de Angola e Moçambique*, que, em 1927, foi estendido à Guiné. Ver: Maria da Conceição NETO. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. Lusotopie, 1997, p. 345

<sup>55</sup> Elizabeth Ceita Vera CRUZ. Op.cit., pp.154, 159.

Christine Messiant<sup>56</sup> denomina o grupo que, através dessa nova regulamentação, atingiu a condição de “africano civilizado”, em especial após a Segunda Guerra Mundial, de “novos assimilados”, de modo a diferenciá-los da elite crioula. Os novos assimilados, frutos de um novo momento da colonização portuguesa em Angola, ao contrário dos *filhos da terra*, provinham de famílias *indígenas* e chegavam a tal condição principalmente por meio da educação que recebiam dos missionários, tanto católicos como protestantes. Para muitos membros da elite crioula, a nova legislação foi considerada humilhante, como a entrevista com José Gonçalves deixa ver.

“Toda a legislação sobre a assimilação é uma humilhação para eles, na medida em que a população negra – e uma parte dos mestiços também – da criouldade tem que provar que ela tem certos níveis de civilização. E essa é uma das razões pelas quais tanto a Lei do Indigenato quando a Lei de Assimilação sempre foram muito combatidas dentro desta cultura, tanto pelos setores negros da criouldade tanto por todos os outros que se consideravam como realmente crioulos e nacionais, e isso incluindo os brancos”.

Gonçalves recusa categoricamente a expressão “assimilado”, e define o termo como errado e ofensivo. Já para os *novos assimilados*, a possibilidade de atingir o estatuto jurídico de *civilizado* significava uma promoção social. Segundo Messiant, apesar de legalmente classificados como *assimilados*, a própria experiência social e a visão que esses dois grupos possuíam da sociedade eram um tanto distintas<sup>57</sup>.

Contudo, apesar das reservas por parte de muitos dos que pertenciam às famílias crioulas com relação à imposição desta legislação, o fato é que a maior parte da população negra e mestiça de Luanda procurou assimilar-se dentro da esfera legal. Vale dizer que a legislação colonial impunha duros deveres ao indígena. Destaca-se aqui a regulamentação trabalhista na qual constava a cobrança do imposto indígena. Esse sistema, cujo objetivo era forçar o indígena a ingressar no trabalho formal ao invés de dedicar-se ao processo doméstico de produção, ficou conhecido como “trabalho por contrato”, através do qual era possível adquirir moeda para pagar os impostos. O não pagamento deste imposto facultava às autoridades coloniais o direito de deter os indivíduos que não estivessem vinculados a algum posto de trabalho, e a encaminhá-los ao trabalho forçado<sup>58</sup>. Além disso, ao indígena não era

<sup>56</sup> Christine MESSIANT. “Social and political background to the ‘democratization’ and the peace process in Angola” IN *Democratization in Angola*. Leiden: Eduardo Mondlane Foundation; Holland Comitee on Southern African; African Studies Centre, 1992, pp. 16 – 17.

<sup>57</sup> Christine MESSIANT. Op.cit., p. 17.

<sup>58</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 48.

A adoção do trabalho forçado não é uma característica específica da colonização portuguesa na África. Apesar das diferenças entre as políticas coloniais existentes, o recurso ao trabalho forçado foi de certa maneira comum a todas as colônias africanas. Bayart, por exemplo, trata do caso francês, e afirma que o Estado colonial reproduziu “em proveito próprio, formas neoescravistas de mobilização da mão de obra, por meio do recrutamento militar

facultado o direito à propriedade e nem, portanto, a passagem da mesma aos seus descendentes. O próprio acesso à educação regular, como já mencionamos, estava fechado aos que não eram considerados como civilizados. De acordo com Heimer, o Estatuto do Indigenato teria sido uma forma de obrigar as populações africanas a contribuírem para a economia capitalista-periférica que se buscava desenvolver, ao mesmo tempo em que as permitia sobreviver enquanto entidades distintas da sociedade central. Com isso, mantinha-se a maior parte da população africana em um período transitório, em uma economia separada que, através da manutenção da agricultura de autossustentação, permitia o uso dessa mão-de-obra com custos ainda menores, uma vez que reduzia-se a despesa com a sua reprodução<sup>59</sup>. No que se refere à sociedade moderna, onde vigorava a economia capitalista, da qual Luanda tornou-se a forma acabada e ainda o seu foco de expansão, essa legislação bloqueou as possibilidades de mobilização vertical para os indígenas. A assimilação *de jure* apresentava-se, então, como a única possibilidade de se escapar a essa violência e arbitrariedade impostas pela legislação colonial.

Como pontua Albert Memmi, porém, “*para assimilar-se, não é suficiente despedir-se de seu grupo, é preciso penetrar em outro: ora, ele [o colonizado] encontra a recusa do colonizador*”<sup>60</sup>. Memmi aponta ainda que o racismo é uma ideologia que coletiviza. Não trata de um indivíduo em particular, mas de um povo. São os negros os portadores de características inatas que os fazem inferiores. O racismo, portanto, torna a assimilação uma contradição, uma vez que, geneticamente, o negro não pode jamais chegar ao nível do europeu. E é assim que a assimilação é colocada na prática colonial – mesmo aceita pela legislação portuguesa, o negro, ainda que assimilado, seria sempre o outro, mesmo que falasse o português fluentemente, andasse de acordo com a moda europeia e morasse em casas feitas de cimento. A cultura dominante, importada da Europa, adaptada às condições vigentes, mais separava do que unia. Até porque a união não seria vantajosa para o sistema colonial, baseado na exploração de uma maioria por uma minoria.

Em termos propriamente econômicos, na prática, as autoridades coloniais se incumbiram da função de fornecer mão de obra para os colonos. Daí a busca, nos mais das vezes, por dificultar os procedimentos de assimilação, de modo a garantir o fornecimento da

---

*e do trabalho forçado [...]*. Ver: Jean-François BAYART. “Caminhos enviesados da hegemonia colonial na África Ocidental francófona: ex-escravos, ex-combatentes, novos muçulmanos” IN Samantha Viz QUADRAT; Denise ROLLEMBERG (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, p. 55.

<sup>59</sup> Franz-Wilhelm HEIMER. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo, 1980, p.19

<sup>60</sup> Albert MEMMI. *O Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989, p. 109.

mão de obra indígena de baixo custo aos colonos portugueses. Em outras palavras, apesar da insistência na missão civilizadora do povo português, a intenção não era a de assimilar toda a população negra do além-mar.

Nas palavras de Conceição Neto, “a ‘assimilação’ era uma eficaz barreira jurídica e cultural à ascensão social da maioria da população negra”<sup>61</sup>, o que pode ser bem exemplificado nos obstáculos colocados aos indígenas no que se refere à educação, que seria, caso o acesso fosse facilitado, uma eficaz ferramenta para ascensão social. Mas, conforme relembra Adriano dos Santos, não era simples, para o não assimilado, ultrapassar as contradições impostas pelo sistema, que parecia construído para diminuir as possibilidades apresentadas aos indígenas.

“Eu me lembro, entrei para a Escola Industrial e Comercial, ciclo preparatório, não tinha o bilhete de identidade, fazia-se uma matrícula condicional. Mas depois, para fazer o exame para o segundo ano do primeiro ciclo, tinha que ter o bilhete de identidade. Mas, para ter o bilhete de identidade, tinha que ter o primeiro ciclo. Aquilo era um círculo vicioso. Se alguém conseguisse ter o primeiro ciclo, podia requerer o bilhete de identidade. Mas para fazer o primeiro ciclo tinha que ter o bilhete de identidade”<sup>62</sup>.

Essa dificuldade em se conseguir o bilhete de identidade por parte de negros e mestiços aumenta a partir dos anos cinquenta<sup>63</sup>. Os Estatutos do Indígena de 1926 e de 1929 não estabeleciam normas específicas através das quais se poderia adquirir a cidadania portuguesa. Estas normas ficavam a cargo das autoridades locais. Foi apenas com a revisão do Estatuto do Indigenato, em 1954, que se definiu os requisitos necessários para a aquisição do estatuto de assimilado. Dentre outros, o candidato à cidadania deveria falar corretamente a língua portuguesa, exercer profissão cujo rendimento fosse suficiente para se sustentar e aos seus dependentes, ter bom comportamento e ter adquirido a ilustração e os hábitos necessários para a aplicação do direito público e privado dos cidadãos portugueses. Ora, o difícil acesso ao ensino, os baixos rendimentos auferidos aos indígenas – que, como vimos, eram inferiores aos pagos aos demais grupos sociais – e a subjetividade do que se define por “bom

<sup>61</sup> Maria da Conceição NETO. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. Lusotopie, 1997, p. 342.

Cabaço trata da questão da assimilação, e defende que, com tal política assimilacionista, “não se procurava, em nenhum momento, a elevação de todos os autóctones aos patamares da ordem cultural e jurídica dos colonos portugueses. Se assim fosse, quem trabalharia nas condições subumanas que permitiam a acumulação do colonialismo?”. Apesar de tratar o caso moçambicano, esta análise se aplica também a situação de Angola. Ver: José Luís CABAÇO. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009, p. 119.

<sup>62</sup> Entrevista com Adriano dos Santos, realizada por Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.

<sup>63</sup> Maria da Conceição NETO. Op.cit., p. 346.

comportamento” eram entraves à aquisição da cidadania<sup>64</sup>. Portanto, após a revisão dessa legislação, em 1954, tornou-se ainda mais difícil abandonar a condição de indígena.

No momento da extinção do Estatuto do Indigenato, em 1961, o número de assimilados não ultrapassava 1% da população não-branca de Angola. Apesar disso, havia um número muito maior de indivíduos que, na prática, vivia em conformidade com a cultura e os padrões portugueses, mas não conseguia obter tal condição legalmente. Ou seja, mesmo dentro da categoria dos indígenas, havia indivíduos que viviam de acordo com os padrões culturais europeus, adotando sua língua, hábitos e costumes. Afinal, ao incorporar elementos europeus ao seu cotidiano, o africano se munia de *elementos de distinção*<sup>65</sup> perante seus pares que não o tinham.

Em uma tentativa de explicar o reduzidíssimo número de assimilados, dado muitas vezes mobilizado nas críticas dirigidas ao colonialismo português por parte das potências internacionais, ideólogos do regime argumentavam que muitos indígenas optavam por não requerer o estatuto de assimilado, uma vez que tal significaria abrir mão de benefícios materiais, conforme Salazar afirma em entrevista ao *New York Times*, em 1961<sup>66</sup>.

“[...] de há uns tempos se tem verificado que dezenas de milhar de elementos destribalizados, embora na posse de todos os requisitos necessários preferem não a requerer, porque a mudança de situação legal a sua continuada sujeição ao regime contemporizador lhes assegura grandes benefícios materiais, como a isenção de taxas fiscais e relações jurídicas de exceção. Quer dizer: é precisamente nos benefícios do sistema de defesa das populações e, ainda, no regime de administração tradicional que se encontra em larga medida a justificação do reduzido número de assimilados”.

Não parece, porém, crível que a imensa maioria da população preferisse correr os riscos do trabalho contratado, abrir mão do direito à propriedade e ter seu acesso à educação restrito para fugir ao pagamento de impostos de renda<sup>67</sup>. Por certo, para a maioria dos não-assimilados, a burocracia colonial era o maior entrave à aquisição da cidadania.

Vimos, através do depoimento de José Gonçalves, que houve resistência a essas leis. É de se supor, portanto, que haveria quem não requeresse o estatuto, mesmo tendo condições para tal, como forma de contestação da legislação, e mesmo os que, se tinham o bilhete de identidade, preferiam escondê-lo, e só mostrá-lo em casos de necessidade. Apesar de não constituir um grupo majoritário dentre os indígenas de Luanda, a sua existência demonstra

<sup>64</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., pp. 293 – 294.

<sup>65</sup> Bourdieu menciona as *marcas de distinção*, definindo-as com o modo através do qual os sujeitos sociais exprimem sua posição na estrutura social. Ver: Pierre BOURDIEU. “Condição de Classe e Posição de Classe” IN *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975. p. 14.

<sup>66</sup> Diário de Luanda, nº9.557, Ano XXXI, 2 de Junho de 1961, p. 05. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>67</sup> Aos indígenas era cobrado o imposto anual também conhecido como imposto indígena ou imposto de cabeça, cujo valor seria inferior ao imposto de renda pago pelos civilizados.

que havia uma contestação à hegemonia imposta. Toda a política assimilacionista portuguesa, cuja justificação se baseava na missão civilizatória do povo português na África, tinha como base a intenção de impor aos africanos os hábitos e costumes portugueses. Cumprida a missão, não haveria mais diferença entre os grupos, pois todos os africanos teriam sido *civilizados*, isto é, viveriam dentro dos padrões europeus. Note-se que por trás desse discurso estava a negação da existência de diferenças raciais. A desigualdade perante a lei era justificada pelas diferenças culturais dos grupos em questão. A lógica dessa política era a do evolucionismo; ou seja, uma das partes, a menos evoluída, deveria assimilar-se à cultura da outra parte, tida como superior. Não haveria, assim, nessa percepção, intercâmbio entre diferentes culturas. Toda a legislação referente à assimilação, portanto, reflete a tentativa de imposição de uma hegemonia cultural. E, se neste processo, podia-se verificar uma resistência de parte dos negros e mestiços em se submeter a tal legislação, ficava patente a existência de uma disputa de hegemonia.

Mesmo após a abolição do Estatuto do Indigenato, em 1961, as diferenciações, em especial a segregação racial no que se refere ao acesso ao trabalho e à educação entre os grupos em Luanda persistiram<sup>68</sup>.

Dito isto, pode-se ter uma noção da complexidade da vida cotidiana dos musseques, que reuniam pessoas de diversas classes sociais, níveis educacionais, etnias, etc. Esta convivência entre pessoas de diferentes níveis sociais pode ter contribuído também para a circulação de informações contidas em fontes escritas, como, por exemplo, em jornais e revistas, e, o que será importante mais adiante, para a comunicação de mensagens emitidas pelas rádios entre aqueles que tinham acesso ao aparelho e os que não tinham.

As relações de sociabilidade travadas neste contexto eram as mais diversas. Por um lado, algumas famílias, ao atingirem o estatuto de assimilados, procuravam afastar-se dos indígenas, como afirmou Adriano dos Santos.

“[...] havia assimilados que se demarcavam dos indígenas. Atingiam aquele estatuto e saltavam o muro. [...] Passavam-se para o outro lado e faziam a sua demarcação, não queriam confiança com os indígenas porque já eram assimilados. E tanto quanto possível evitavam ligações com indígenas para não serem conotados como tal [...] Daí que é muito natural que houvesse essa rivalidade entre assimilados e não assimilados. Porque alguns assimilados assumiam-se como brancos. Eles eram pretos, por mais pretos que fossem [...], o seu comportamento era de branco”<sup>69</sup>.

Nesse caso, embora tal não ocorresse com todos aqueles que atingiam o estatuto de cidadãos, era a própria diferenciação criada pela legislação colonial que influenciava nos

<sup>68</sup> Marissa J. MOORMAN. Op.cit., p. 42.

<sup>69</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.

comportamentos sociais. Era o estatuto legal conferido pelas autoridades que delimitava um grupo e levava parte dele a se afastar daqueles que não compunham tal estrato. Não é difícil concluir que tal isolamento proposital contribuiu para criar e aumentar tensões sociais dentro, mas não só, dos musseques.

Por outro lado, a intensificação da imigração de portugueses, a migração de angolanos de outras partes da Província para Luanda, e a deterioração das condições de vida, uma vez que os musseques ficaram ainda mais precários e superpovoados, contribuíram para a construção de certa ideia de coesão, marcada pela necessidade de sobrevivência em um ambiente urbano muitas vezes hostil<sup>70</sup>. Fernando Mourão, por exemplo, menciona a recorrente prática de empréstimo de móveis nos musseques. Aqueles que possuíam mobílias para que se pudesse atingir o estatuto de assimilado, emprestavam-nas para outros que não as tinham no dia da visita das autoridades, em um claro ato de solidariedade<sup>71</sup>.

Vários fatores, neste contexto, contribuíram para a criação e fortalecimento de vínculos, da mesma forma que geraram atritos entre indivíduos e grupos. As afinidades estabelecidas entre homens e mulheres passavam muitas vezes pela origem linguística e pelo local de origem daquelas pessoas<sup>72</sup>, uma vez que já vimos que a maioria dos habitantes de Luanda naquele momento havia nascido em outras regiões da província. A tendência dos recém-chegados era buscar abrigo junto a parentes, conhecidos ou mesmo antigos vizinhos e moradores originários da mesma região, de modo a recuperar as relações de vizinhança que haviam deixado para trás – o que era comum não apenas por parte dos migrantes originários da colônia, mas também por parte dos metropolitanos. Estes últimos formavam também as suas redes de contato e facilitavam a vinda e a fixação dos seus conterrâneos, chegando, inclusive, a fornecer-lhes a “carta de chamada”<sup>73</sup>.

No caso dos que provinham de outras áreas de Angola, além da busca por um ambiente familiar, havia a necessidade de aproximar-se daqueles que compartilhavam sua

---

<sup>70</sup> Muitos dos habitantes dos musseques eram de origem rural, e tinham de adaptar seus valores e tradições à realidade periurbana na qual viviam. E essa necessidade era um traço compartilhado entre os diversos grupos.

<sup>71</sup> Fernando MOURÃO. Op.cit., p. 241.

<sup>72</sup> Fernando MOURÃO. Op.cit., p.230 – 234.

<sup>73</sup> A partir dos anos 1930, o Estado português colocou obstáculos à emigração para o Ultramar de indivíduos pobres e sem garantias profissionais no local de destino. Por isso, exigia-se a “carta de chamada” como comprovação de colocação profissional ou de presença de familiares na província a que se dirigia. A partir de 1962, após a promulgação do decreto nº 44.171, tornou-se livre a fixação de cidadãos portugueses em qualquer parte do território nacional. No entanto, para os que dependiam do financiamento do Estado, ainda exigia-se certos requisitos, entre eles a “carta de chamada”. Em outras palavras, a liberdade de fixação valia apenas para aqueles que pudessem arcar com os custos da viagem.

Segundo Castelo, um dos motivos para tal obstáculo era o perigo que o branco desempregado representava para a própria imagem que se procurava construir do português enquanto agente da missão civilizatória na África. O desemprego de um branco era, portanto, considerado como um fracasso da colonização portuguesa.

Ver: Cláudia CASTELO. Op.cit., pp. 136, 290, 307.

língua. A expansão do português dá-se fortemente com as reformas do ensino no pós-1961, reformas estas que se efetuaram mais fortemente nos centros urbanos. Nas áreas rurais, muitas vezes não se sabia falar o português. A vivência nos musseques fez com que o *kimbundu*<sup>74</sup> e o português se tornassem as línguas compartilhadas pelos habitantes, mas não é de surpreender que os recém-chegados, ainda não familiarizados com os modos de vida urbanos, buscassem se aproximar de seus grupos etnolinguísticos. No entanto, o crescimento da cidade e a contínua expulsão dessa população para locais mais distantes do centro, contribuíram para uma maior dispersão desses grupos que tendiam a se aglomerar. Com a permanência na cidade, novos fatores além dos de sociabilidade começaram a influenciar na escolha de local para residência, tais como a proximidade do trabalho, a disponibilidade de terrenos e os valores do aluguel<sup>75</sup>.

Apesar de casamentos entre indivíduos de diferentes etnias e regiões ter contribuído também para um possível enfraquecimento de tais diferenciações no contexto dos musseques, os documentos mostram que a situação nos bairros periféricos era, muitas vezes, contraditória. Mesmo que se leve em consideração o caráter certamente *transétnico* e *transcultural* dos musseques, como insiste Mourão em sua defesa de que o cotidiano e a situação nestes locais fez com que seus habitantes muitas vezes ultrapassassem laços étnicos e regionais<sup>76</sup>, não se pode dizer que tais tenham desaparecido ou que se tenham tornado fracos o suficiente para que se possa desconsiderá-los. Muito pelo contrário. Percebe-se que, em determinadas situações, tais laços voltavam a ser mobilizados<sup>77</sup>. Deve-se, portanto, deixar claro que a construção de vínculos de solidariedade perpassa afinidades raciais, regionais, de parentesco, trajetórias, etc., sendo o musseque um local de interpenetração cultural que favorecia o diálogo, ou a interseção de muitos desses fatores, assim como o embate e a disputa entre eles, o que é aplicável não só em nível interno, mas ainda entre musseques diferentes. Em determinados contextos, alguns se sobrepõem, mas “*a presença de qualquer um desses pode*

---

<sup>74</sup> *Kimbundu* é a língua falada pelos povos *ambundu*, que constituíam a maioria dos habitantes de todos os musseques de Luanda. O musseque com a menor proporção desse grupo, em comparação com os demais, era o Sambizanga, que contava, em 1970, como 54,1% de falantes do *kimbundu*. Com a maior proporção era o Golfe, no qual este grupo compunha 91% de seus habitantes. No geral, os *Ambundu* compreendiam 74% dos moradores dos musseques em 1970. Para 1950, esse número era ainda mais significativo: 96% dos habitantes dos musseques eram falantes do *kimbundu*, de modo que não se admira que esta tenha se tornado língua vernácula em tais locais. Ver: MOURÃO. Op.cit., p. 230.

<sup>75</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., p. 99.

<sup>76</sup> MOURÃO. Op.cit., p. 234.

<sup>77</sup> As relações travadas nos musseques será analisada no terceiro capítulo do presente trabalho. Por enquanto, vale apenas ressaltar o caráter contraditório de como determinados vínculos eram afirmados ou negligenciados dependendo das circunstâncias. Veremos, por exemplo, que a intervenção policial em muitas querelas entre indivíduos de diferentes regiões nos musseques fazia com que aqueles que antes se agrediam se unissem contra o policial. Incidentes como este são constantes nas documentações elaboradas pela PSP e demonstram como a existência de laços de solidariedade, assim como de tensões, variavam em resposta à determinada situação.

*alterar os demais*”<sup>78</sup>, assim como influenciar nos posicionamentos sociais a serem adotados frente ao governo colonial e aos movimentos de contestação. É preciso, então, ter atenção para que não se caia na tendência simplificadora de reduzir as relações sociais a poucos fatores, talvez os mais recorrentes na análise policial, como os raciais e étnico-regionais.

Em outras palavras, mesmo tendo-se em conta a complexidade da construção de laços de afinidade dentro dos musseques, fato é que grupos muito distintos perceberam estar a compartilhar as mesmas condições de existência, o que acabou por gerar laços de solidariedade. A emergência de uma cultura urbana luandense, neste contexto, estava intimamente ligada a uma nova concepção de *tempo*<sup>79</sup> que regulava a vida do morador da cidade, relacionada aos horários impostos pelo mercado de trabalho, e, conseqüentemente, aos espaços e tempos de lazer próprios ao ambiente urbano, como os jornais, os cinemas, os bares, as farras, o desporto, etc.<sup>80</sup> O compartilhamento desses tempos e espaços, sem esquecermos que grande parte dos habitantes dos musseques era de origem rural, contribuía para a construção de novas sociabilidades. De acordo com Nuno Domingos, esses espaços compartilhados de lazer urbano parecem ter sido meios mais eficazes para o processo de integração do que as *pretensas* políticas de assimilação do Estado colonial português<sup>81</sup>.

Para entender a formação dessa cultura e o uso político que dela foi feito, é preciso ter em mente um outro aspecto. Em muitos casos, a marginalização dos africanos e sua expulsão

<sup>78</sup> Marcelo BITTENCOURT. *Dos Jornais às Armas*. Lisboa: Vega, 1999, p. 30.

<sup>79</sup> Os chegados dos meios rurais de Angola, no mais das vezes, já não controlavam o seu tempo, trazendo consigo a experiência do trabalho contratado. Ou seja, seu tempo era já controlado pelo empregador. No entanto, o ritmo da vida relacionado à atividade agrícola em muito se diferenciava do ritmo da vida urbana, ligada, muitas vezes, ao setor industrial.

A indisciplina, acusação que se fazia com frequência ao trabalhador negro nas cidades, relacionada ao não cumprimento dos horários de trabalho, a instabilidade profissional e ao demasiado tempo “desperdiçado” em atividades de lazer, ligadas, em muitos casos, aos bares e ao álcool, era uma forma de contestação dessa hegemonia do tempo urbano imposta aos habitantes da cidade. A disciplina de trabalho era um dos requisitos necessários não só para a aquisição da cidadania, mas também como forma de escapar ao trabalho forçado, uma vez que, na “caderneta indígena”, que deveria ser preenchida pelo patrão, constava as horas de trabalho efetuadas por dia e eventuais faltas ao serviço.

Ainda como resposta à indisciplina, as autoridades coloniais procuraram controlar os horários dessas atividades de lazer, impondo multas aos comerciantes dos subúrbios que funcionavam fora dos horários estabelecidos. Estes, todavia, brancos em sua maioria, também descumpriam com frequência os regulamentos.

E.P. Thompson, ao analisar a maneira pela qual a imposição de uma disciplina de trabalho aos operários ingleses esteve relacionada a uma nova concepção de tempo, ao longo da Primeira Revolução Industrial, coloca a questão: “*As classes ociosas começaram a descobrir o ‘problema’ [...] do lazer das massas. [...] Numa sociedade capitalista madura, todo o tempo deve ser consumido, negociado, utilizado; é uma ofensa que a força de trabalho meramente ‘passe o tempo’*”. [...] *Mas até que ponto essa propaganda realmente teve sucesso? Até que ponto temos o direito de falar de uma reestruturação radical da natureza social do homem e de seus hábitos de trabalho?*”. Essa reflexão vale também para o caso em estudo. Ver: E.P. THOMPSON. “Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial” IN *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.298

<sup>80</sup> Nuno DOMINGOS. “Cultura popular urbana e configurações imperiais” IN *História & Sociedade. O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Miguel Bandeira JERÓNIMO (org.). Lisboa: Edições 70, 2012, p. 392.

<sup>81</sup> Nuno DOMINGOS. Op.cit., 2012, pp. 395 – 396.

do centro da cidade gerou, como resposta, uma espécie de revalorização de uma cultura propriamente angolana, mesmo que muitas vezes misturada a elementos portugueses<sup>82</sup>, em contraposição à cultura do colonizador. Mourão chamou esse movimento de revalorização cultural de *angolanidade*<sup>83</sup>. Segundo ele, esta noção é fruto de um processo de sínteses transétnicas e transculturais e emerge da cultura urbana luandense, que sofre intervenções graduais ao longo do período colonial.

A *angolanidade* se expressou, por exemplo, através da música, como defende Marissa Moorman<sup>84</sup> ao dizer que grupos musicais e seus públicos forjaram uma ideia de nação. Apareceu também através da literatura, com o movimento *Vamos Descobrir Angola*, que ocorreu na passagem da década de 1940 para a de 1950, do qual faziam parte nomes como António Jacinto, Mário António de Oliveira, Aires de Almeida Santos, Viriato da Cruz, Mário de Andrade, Agostinho Neto, entre outros. Trata-se de uma iniciativa de recuperação de uma cultura que fosse propriamente angolana, mesmo que para isso utilizassem um formato europeu por excelência: o do romance e da poesia. Apesar de se tratar de um grupo proveniente de um estrato privilegiado da sociedade urbana africana, o seu olhar estava voltado para a população indígena dos musseques, nos quais ambientaram as suas histórias.

A *angolanidade*, a partir da entrada maciça de brancos em Angola, passa a gerar-se e, para usar o termo de Mourão, *resistir* nos musseques<sup>85</sup>. Em suma, a perda de privilégios e de status por parte de uma elite crioula e de *novos assimilados* e a sua expulsão para a região periférica foram fundamentais para a identificação de parte desse grupo com os demais negros e mestiços que viviam em situação precária nos musseques. Essa experiência comum, em muitos casos, foi capaz de superar as diferenças entre os residentes dos diversos bairros periféricos, ultrapassando, algumas vezes, até mesmo as fronteiras étnicas e econômicas<sup>86</sup>. O compartilhamento dessa experiência e a busca pelo que seria próprio de uma cultura angolana indicam que, naquele momento, estava-se a pensar a nação.

---

<sup>82</sup> A ideia de apropriação defendida por Chartier é importante para evitar que olhemos o que Moorman chama de “cosmopolitismo cultural” como uma forma de aculturação, como o fizeram muitos dos cientistas sociais portugueses ao longo dos anos 1950 e 1960 (como o já citado Bettencourt). Essa mistura pode ser exemplificada pelo uso de instrumentos musicais europeus por bandas angolanas, assim como pela popularização dos times e jogos de futebol em Luanda. Roger CHARTIER. Op.cit., 2004, pp. 12 – 14. Ao invés da leitura deste “cosmopolitismo” enquanto aculturação, pode-se propor a interpretação deste fenômeno enquanto estratégia de sobrevivência levada a cabo pelo indivíduo periurbano, estratégia esta marcada pela necessidade de reestruturação sociocultural e psicológica do mesmo. Ver: José Luís CABAÇO. Op.cit., p. 139.

<sup>83</sup> MOURÃO. Op.cit., pp. 22 – 23.

<sup>84</sup> Marissa MOORMAN. Op.cit., p. 06.

<sup>85</sup> MOURÃO. Op.cit., pp. 22 – 23.

<sup>86</sup> Marissa J. MOORMAN. Op.cit., p. 45.

Nesse contexto, podem-se destacar duas organizações associativas: os já mencionados clube Botafogo de Luanda e a Associação dos Naturais de Angola (Anangola) como espaços de sociabilidade que, por suas atividades, vieram a sofrer perseguição por parte da polícia política e tiveram as suas atividades encerradas após o início da luta de libertação.

### **I.1.1. A Anangola e o Jornal de Angola.**

O aparecimento do nome Anangola se deu em 1947. No entanto, esta é apenas a nomenclatura através da qual o Grêmio Africano, cuja fundação remonta a 1913, adotou em fins dos anos 1940<sup>87</sup>. Trata-se de uma organização marcada por contradições. A Associação foi muitas vezes caracterizada enquanto *elitista*, já que composta, basicamente, por mestiços e alguns negros bem posicionados na sociedade<sup>88</sup>. Durante os anos 1950, porém, a Anangola ampliou significativamente as suas bases: por um lado, associaram-se brancos naturais de Angola; por outro, através de uma ação voltada às massas, como a criação de postos médicos, escolas de corte e costura e de datilografia, aderiram também sócios das camadas mais baixas. Nessa época, ganha relevo na Anangola um grupo de jovens que pretendia, através da Associação, reunir pessoas em torno de uma ideia nacionalista e de independência. Esse grupo pressionou não só a Anangola, como também a Liga Nacional Africana – muitos eram sócios simultaneamente das duas associações – no sentido de concretizar ações em prol das populações menos favorecidas, de modo a alargar suas bases. Coloca-se, então, um conflito geracional<sup>89</sup> no que diz respeito às estratégias de ação a serem adotadas pela Associação. Segundo depoimento de Germano Gomes, à altura envolvido na Anangola,

---

<sup>87</sup> Em 1922 o Grêmio Africano foi posto na ilegalidade. Os *filhos da terra* se propunham a pensar a nação, mesmo que não necessariamente falassem em ruptura política, já desde o início do século, e foram duramente reprimidos por isso. Nessa atividade repressiva, pode-se destacar a atuação de Norton de Matos, cuja estratégia era a de rebaixar essa elite crioula como forma de apresentar maiores benefícios para colonos que desejassem se fixar em Angola.

No fim dos anos 1920, assiste-se a um retorno dos movimentos associativos e, dentre eles o Grêmio que, mais tarde se torna a Anangola. Por isso, em algumas fontes, a Anangola aparece como fundada entre fins dos anos 1920 e início da década de 1930.

Ver: Marcelo BITTENCOURT. *Dos Jornais às Armas*. Lisboa: Vega, 1999. p. 67, 114.

<sup>88</sup> Germano GOMES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de Outubro de 1997.

<sup>89</sup> Esse embate entre gerações pode ser explicado por mudanças ocorridas no habitus da população angolana mais jovem. Segundo Bourdieu, “o habitus não é um destino; em vez de um fatum – de acordo com a afirmação que me é atribuída –, trata-se de um sistema aberto de disposições que estará submetido constantemente a experiências e, desse modo, transformado por essas experiências. [...] é o habitus que, de alguma forma, constitui a situação e é a situação que constitui o habitus. Trata-se de uma relação extremamente complexa: de acordo com o meu habitus, verei, ou não, certas coisas na mesma situação. E vendo, ou não, essa coisa, serei

“Claro que nós estávamos com mais sangue na guerra. Portanto queríamos mais ação, queríamos, às vezes, respostas mais firmes, mais diretas do governo. Nós queríamos mesmo, digamos, por vezes criar situações de confrontação. E hoje também já mais maduros, reconhecemos que, em algumas situações, os mais velhos tinham razão. [...] E não deixavam, muitas das vezes, de ter razão em ser moderados, porque nós ganhamos com esta atitude moderadora que eles tomavam para preservar precisamente aquelas associações, que eram as únicas coisas que nós tínhamos, através das quais podíamos realmente fazer representações junto do governo, solicitar coisas, e até mesmo fazer exigências, denunciar situações”<sup>90</sup>.

Portanto, a Anangola não era uma associação homogênea, e era palco de conflitos já desde os seus primeiros anos.

Tais contradições, além disso, tornaram delicada a análise do periódico por ela publicado, o *Jornal de Angola*. A repressão que se seguiu à entrada da PIDE em Angola e à instituição da censura prévia no que se refere às publicações, na segunda metade dos anos 1950, tornaram-se obstáculos à ação política, que teve de ser exercida com ainda mais cautela. Foi talvez esse cuidado, aliado à própria heterogeneidade dos *naturais de Angola*, que acabou por intensificar o embate entre gerações.

O *Jornal de Angola* era uma publicação quinzenal, produzida pelo Departamento Cultural da Anangola. Não há informações sobre o número de tiragem e nem a respeito do preço do periódico. No número 97, ano 8, publicado em 15 de março de 1961, há informações sobre os locais de venda: uma papelaria na Avenida dos Combatentes, localizada na região dos musseques, em frente ao Bairro Operário e próxima ao Bairro Indígena e ao Marçal, e uma livraria na Baixa. Além disso, era possível fazer assinatura do jornal, mas não há números nas fontes disponíveis. Em fins de 1962, o jornal já não era mais vendido, mas distribuído gratuitamente aos sócios, cujo número, segundo a PIDE, neste ano, girava entre 3.000 e 5.000, apesar da reivindicação da Associação de possuir 27.000 associados<sup>91</sup>. Já aqui se pode levantar a hipótese de que não se trata de um jornal de grande circulação. Não era um daqueles jornais da tarde que eram vendidos nas ruas pelos ardinás, conforme a descrição de Luandino Vieira.

---

*incentivado por meu habitus a fazer, ou não, certas coisas*”, e caracteriza o envelhecimento como o bloqueio progressivo de estruturas já construídas. Ver: R. CHARTIER, R.; P. BOURDIEU. “Habitus e campo” IN *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, pp. 62 – 63.

<sup>90</sup> Germano GOMES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de Outubro de 1997.

<sup>91</sup> Informação nº 121/62/GAB de 01.10.1962. PIDE/DGS SC CI(2) Proc. 595, folhas 132-134.

Os cálculos da PIDE são feitos com relação às contas pagas pela Associação e de acordo com o que se ouviu na Anangola. Ambos os números, porém, devem ser questionados. 27.000 associados é um número que parece de fato um tanto excessivo. No entanto, o balanço da PIDE parece pecar para o outro lado, uma vez que havia a intenção de mostrar a Anangola enquanto uma associação sem representatividade dentre as populações negras de Angola, visto que a polícia política, a partir de 1962, insiste na ligação entre a Associação e o Movimento Popular de Libertação de Angola (MPLA) e, portanto, defende o encerramento de suas atividades.

No editorial do seu primeiro número, de 21 de novembro de 1953, o *Jornal de Angola* se apresenta como “*sequência da revista ‘Mensagem’ que a Associação dos Naturais de Angola, pelo seu Departamento Cultural, vinha editando*”<sup>92</sup>. Essa revista foi criada em 1951 e durou até outubro de 1952. À frente dela, estavam jovens que, em sua maior parte, pertenciam ao ambiente crioulo de Luanda, ou que se tinham deslocado para a capital para finalizar seus estudos<sup>93</sup>. Tornou-se o espaço de expressão do movimento *Vamos Descobrir Angola*, ao qual já nos referimos, cuja ideia central era a de valorizar a cultura angolana. Ao colocar-se como continuação da revista *Mensagem*, o *Jornal de Angola* colocava-se como expressão da *angolanidade*.

De fato, através da leitura de números posteriores do jornal, é possível concluir que seu público-alvo era composto por naturais de Angola com certo nível intelectual e educacional, envolvidos com temas culturais em geral, mas especialmente com literatura<sup>94</sup>. No ano de 1961, enquanto o jornal era ainda publicado com regularidade, há anúncio de máquinas de escrever em praticamente todas as páginas do periódico, além de páginas dedicadas a editoras, com listas de romances, contos e livros de poesia recentemente publicados. Matérias de cunho social e econômico, nas quais os autores usam vocabulários especializados, marcam também as páginas do *Jornal de Angola*.

O poder aquisitivo dos leitores também não deveria ser dos mais baixos. As listas editoriais, as chamadas para exposições e os informativos sobre os filmes em exibição no cineteatro Restauração, localizado na Cidade Alta, pressupõem um público leitor que tivesse condições de arcar com tais custos. Além disso, as propagandas de armazéns que vendiam produtos importados, das já mencionadas máquinas de escrever e, no supracitado número 97, a propaganda das canetas Mont Blanc, reforçam esta hipótese.

Em suma, é possível concluir que os leitores do *Jornal de Angola* eram naturais da colônia com certo poder aquisitivo e nível educacional, o que pode nos levar a restringir a maior parte do seu público aos *filhos da terra* e aos novos assimilados<sup>95</sup>. Deve-se ter cuidado, no entanto, para não excluir por completo os demais negros e mestiços do público que tinha acesso ao conteúdo do jornal. Como já se mencionou, mesmo dentre os classificados legalmente como indígenas, havia quem tivesse acesso à alfabetização através não só do

<sup>92</sup> “Editorial”. *Jornal de Angola*. Anangola. Luanda, 21 de novembro de 1953, ano 1, n. 1, p. 1.

<sup>93</sup> Marcelo BITTENCOURT. *Op.cit.*, 1999, pp. 123 – 124.

<sup>94</sup> Na página 5 do número 98, publicado em 31 de março de 1961, há, por exemplo, a regulamentação para concurso literário, promovido pela Câmara Municipal Sá da Bandeira, que incluía prêmios literários para romance, história, teatro, novela, poesia, literatura infantil e conto.

<sup>95</sup> Vale lembrar que a Anangola era considerada como uma associação de mestiços, e a maior parte desse grupo era legalmente assimilada.

ensino direcionado a este grupo, mas ainda através de outros meios que não a educação formal. Além disso, a própria difusão da cultura escrita muitas vezes se dava através da oralidade.

Ainda que considerássemos que a maior parte dos leitores pertencesse ao grupo dos assimilados, este, no entanto, não deve ser visto como coeso e homogêneo. Mesmo porque, apesar de muitas vezes fazerem parte de uma mesma classe social, a posição desses indivíduos em suas classes e na própria estrutura social da Província<sup>96</sup> variava. Havia conflitos e tensões, como já foi dito. Essas disputas acabaram por se refletir nas matérias publicadas no jornal, marcado ele mesmo por ambiguidades. Se, por um lado, membros da associação com frequente participação nos números analisados, como, por exemplo, Luandino Vieira<sup>97</sup>, acabaram por aderir a movimentos clandestinos anticoloniais, por outro, um apoio aberto ao governo marcou algumas páginas do jornal como na matéria a seguir, publicada no número que se seguiu ao 4 de Fevereiro, data que simboliza o início da luta armada pela independência, marcada por ataques a prisões na cidade de Luanda, e cuja chamada estava em destaque na primeira página:

“A direção da Associação dos Naturais de Angola, apercebendo-se do momento e seriamente preocupada, deliberou em sessão extraordinária do dia 7 do corrente mês, solicitar de sua Ex.<sup>a</sup> o Governador-Geral autorização necessária para que a Associação dos Naturais de Angola, por intermédio do seu jornal, possa garantir à população o maior apoio do Governo da Província para repressão e condenação rigorosa de todos os actos tendentes a provocar o terror e a desarmonia entre a população de Angola”<sup>98</sup>.

---

<sup>96</sup> Vale dizer que, em 1953, através da Lei Orgânica do Ultramar Português, o Império dá lugar às Províncias Ultramarinas. Ver: Maria da Conceição NETO. Op.cit., p. 346.

<sup>97</sup> Luandino Vieira foi preso em 1959, mas foi logo posto em liberdade. Continuou a publicar na imprensa angolana nos primeiros meses após o início da guerra de independência até ser preso novamente pela PIDE, ainda em 1961. Poderia ser considerado como o que Gramsci entende por *intelectual orgânico*. Na edição do Jornal de Angola de 15 de março de 1961, Vieira conclama os intelectuais angolanos a aceitarem a responsabilidade histórica a eles imposta pelo momento no qual se encontram, apesar de não deixar clara qual seria essa responsabilidade. “*Não tenho conhecimento de nenhum [artista] que tenha já acertado o passo com o momento que vive, o projecte para o futuro. Estamos todos agarrados a um passado recente, mas já morto e nenhum começou ainda a trilhar na literatura o caminho que já se define nas situações que anunciam esse estado de vivência, determinantes por isso de outro tipo de literatura*”. Pela trajetória de Luandino Vieira, pode-se concluir que esse outro tipo de literatura própria ao momento vivido é a literatura nacional. Ver: Orlando de TAVORA. “Conversa com o contista Luandino Vieira”. Jornal de Angola. Anangola. Luanda, 15 de março de 1961, ano 8, n. 97, p. 4.

<sup>98</sup> “O Sr. Governador-Geral garantiu à ANANGOLA a repressão e condenação rigorosa de actos tendentes a provocar desarmonia entre a população” IN Jornal de Angola. Anangola. Luanda, 15 de fevereiro de 1961, ano 8, n. 95, pp. 1 – 2. Matéria não assinada.

É claro que se deve levar em consideração a censura prévia, imposta aos jornais angolanos a partir de 1957, e agravada com o início da guerra em 1961<sup>99</sup>. De fato, com a independência do Congo Belga, a instalação da polícia-política e o início da guerra em Angola, as forças coloniais passaram a suspeitar de toda e qualquer associação que congregasse negros e mestiços<sup>100</sup>. Mas o próprio silêncio a respeito dos eventos é de se fazer notar. A única matéria a respeito dos ataques de 4 de Fevereiro à esquadra da Polícia de Segurança Pública (PSP), à prisão de São Paulo e à Casa de Reclusão é esta manifestação de apoio às forças metropolitanas. Em momento algum se relata ao menos o que ocorreu, mesmo que em tom de noticiário. E mais: silêncio absoluto sobre a revolta ocorrida no norte de Angola em 15 de Março de 1961. A guerra simplesmente não aparece nas páginas do jornal. Era como se não existisse.

Silêncio, porém, que foi interpretado de duas maneiras. Se, por um lado, o não posicionamento do jornal alimentou a ideia de que a Associação estava a favor do *colonizador*, por outro, a leitura dos demais periódicos que estavam em circulação nos dias que seguiram aos ataques de 4 de Fevereiro e 15 de Março traz uma leitura diferente. Os números de fevereiro e março de jornais diários como o *Diário de Luanda* e *O Comércio* insistiam diariamente no fato de que tais ações, definidas como *terroristas*, foram levadas a cabo por criminosos financiados por agentes estrangeiros para trair a Pátria<sup>101</sup>, ataques esses que podem ser lidos ocasionalmente em tais periódicos até 1974. A falta de menção a respeito de tais eventos, uma vez que não era possível assumir uma posição favorável à secessão, pode, então, ser lida enquanto uma forma de resistência à ordem imposta. Uma terceira leitura possível, e que é aqui adotada, considera a Anangola como uma associação que cobria grupos de interesses distintos, e que havia disputas de poder dentro dela, de modo que a falta de um acordo entre seus membros levou a impasses que se refletiram nas edições do jornal, e que tenderam a um agravamento com o decorrer dos primeiros anos da luta colonial.

Apesar desse silêncio e desse suposto “colaboracionismo”, do qual a Anangola foi algumas vezes acusada, o Jornal de Angola buscava com frequência destacar o que seria “especificamente africano”, ou angolano, em sintonia com o movimento *Vamos Descobrir Angola*. Desde pelo menos a edição de 14 de janeiro de 1961 até a de 15 de março deste mesmo ano, o escritor Henrique Abranches publica, em capítulos divididos ao longo das

---

<sup>99</sup> Os números a partir do publicado em 15 de março de 1961 contêm uma nota, algumas vezes impressa na primeira página, com os dizeres “visado pela comissão de censura”, nota esta que não estava presente nos números anteriores analisados para o presente trabalho.

<sup>100</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2010, p. 123.

<sup>101</sup> Esses periódicos serão analisados no terceiro capítulo. Por enquanto, fica só essa rápida menção, de modo a contextualizar a posição tomada pela Anangola através de seu jornal.

edições, uma matéria sobre o grupo étnico dos ganguelas, e chama a atenção para a estrutura social deste grupo, sua divisão do trabalho, para traços especificamente culturais, como a forma pela qual os ganguelas recebem seus nomes, e ainda para as transformações sofridas por conta dos contatos não só com os portugueses, mas também com outros grupos étnicos de Angola, como os *kyokos*. Muitas páginas do jornal exaltam os poetas africanos, com destaque aos que participaram do movimento literário supracitado. Mário António, um deles, é classificado, por exemplo, no número publicado em 28 de fevereiro, como mais autêntico e mais humano que os poetas portugueses. Neste mesmo número, elogia-se a publicação “Contos d’África: antologia de contos angolanos”, editada pelas Publicações Imbondeiro, por se debruçar sobre a realidade angolana.

Em algumas edições, o jornal vai ainda mais além, mesmo que mantenha a cautela necessária. A edição publicada em 15 de março de 1961 dedica uma página inteira a uma entrevista com Luandino Vieira, que comenta sobre a crise literária que acredita haver em Angola, e defende que esta crise se deve a fatores extraliterários, apesar de não especificar quais sejam. De qualquer forma, Vieira afirma categoricamente que um passo essencial para o desenvolvimento literário é a liberdade de expressão e imprensa. Em 31 de março de 1961, reproduziu-se entrevista publicada em jornal francês (não nomeado) com o recém-falecido autor negro norte-americano, Richard Wright, no qual este afirmou que *“há quem esteja convencido de que a raça negra vai ter um papel preponderante dentro dos acontecimentos mundiais, numa época não muito longínqua”*. Claro que a escolha de um poeta negro norte-americano, que apresentava um histórico de vivência de uma realidade de segregação racial na América, era uma forma de fazer com que os censores deixassem passar a matéria. Não esqueçamos que o ano de 1961 fora marcado por uma tensão entre os Estados Unidos da América e Portugal, devido ao fato de os norte-americanos criticarem na ONU a postura de Portugal perante seus territórios ultramarinos. Desta forma, multiplicavam-se nos periódicos angolanos denúncias de segregação racial nos Estados Unidos, como forma de mostrar que o racismo estava exatamente naqueles que criticavam a posição de Portugal na África. Essa espécie de negociação com a censura, porém, não invalida o fato de que a entrevista escolhida para ser publicada enfatizasse a posição do negro enquanto ator ativo no mundo. Ainda neste número, uma página é quase toda dedicada ao anúncio dos “POEMAS de VIRIATO DA CRUZ”. Nela, Viriato da Cruz – poeta envolvido com as organizações políticas clandestinas em Luanda nos anos 1950, incluindo o Partido Comunista Angolano (PCA), e por essa época já conhecido pela PIDE enquanto um dos líderes do MPLA – é definido como *“o mais autêntico poeta angolano”*. Matérias como essas, publicadas após os ataques de 4 de

Fevereiro e de 15 de Março, apontam para um processo de radicalização do discurso adotado por alguns dos redatores do jornal.

Para melhor entender esta ambiguidade presente na associação em questão, deve-se ter em mente que havia a ausência de um espaço formal para a disputa política, uma vez que não existiam partidos propriamente políticos na colônia. Por isso, algumas associações culturais buscaram tomar para si a função de estabelecer esse contato entre sociedade civil e sociedade política, tornando-se, para utilizar a terminologia gramsciana, aparelhos privados de hegemonia<sup>102</sup>. Uma dessas associações é precisamente a Anangola.

Na edição de 15 de fevereiro de 1961, há uma matéria cujo título é “A Direção da A. N. Angola visitou o Sr. Secretário-Geral e a Câmara Municipal de Luanda”, na qual se anuncia aos leitores o sucesso da visita da direção da associação ao Secretário-Geral. Segundo a matéria, o presidente da Anangola, Óscar Vieira da Costa:

“Depois de expor o programa da Anangola, para a actual gerência da sua direção, falou de alguns sectores da actividade da Anangola, em que não se tem podido fazer mais por falta de meios, mas que muito boa colaboração tem prestado aos serviços do Estado. Solicitou maior auxílio para a colectividade, dentro da esfera de acção do senhor Secretário-Geral e terminou por afirmar que a Associação dos Naturais de Angola, prestará sempre leal e construtiva colaboração à Administração da Província”<sup>103</sup>.

Em suma, através do jornal, a Anangola retratava a si mesma como “*defensora dos interesses dos angolanos*”<sup>104</sup> e, para assim fazê-lo, reivindicava sua posição como mediadora no diálogo entre sociedade civil e sociedade política, levando ao *Estado restrito* – para usar o termo proposto por Gramsci para definir o Estado no senso-comum<sup>105</sup> – as necessidades da coletividade, e garantindo a essa coletividade o reconhecimento por parte do Estado restrito da sua existência e reivindicação, assim como da sua autoridade de falar pelo coletivo. Para cumprir este papel de mediação, a Anangola precisava se fazer legítima para ambos os lados,

---

<sup>102</sup> Gramsci propõe uma noção ampliada de Estado, através da qual insiste numa integração entre sociedade civil e sociedade política. Para compreender essa noção de Estado ampliado por ele desenvolvida, faz-se necessário recorrer aos aparelhos privados de hegemonia, que, em Gramsci, podem também ser chamados de *partidos*, uma vez que: “o Estado ampliado resulta, exatamente, das distintas formas de organização e conflito da vida social. [...] O Estado ampliado guarda também uma dimensão de consenso, obtido a partir da ação das vontades coletivas organizadas nos aparelhos de hegemonia da sociedade civil, bem como da atuação do Estado restrito, que tende a promover/generalizar a visão-projeto da fração de classe hegemônica em um dado bloco histórico. É a disputa pela afirmação da hegemonia – que institui não só a política, como o Estado ampliado, ambos indissociáveis da cultura”. Ver: Sonia Regina de MENDONÇA; Virgínia FONTES. “História e teoria política” IN Ciro Flamarion CARDOSO; Ronaldo VAINFAS (org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2011, p. 63.

<sup>103</sup> “A Direção da A. N. Angola visitou o Sr. Secretário-Geral e a Câmara Municipal de Luanda” IN Jornal de Angola. Anangola. Luanda, 15 de fevereiro de 1961, n. 95, ano 8, p. 4. Matéria não assinada.

<sup>104</sup> *Editorial* IN Jornal de Angola. Luanda: Anangola, agosto de 1962, nº 119. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>105</sup> Voltar à nota 102, na qual se trata do conceito ampliado de Estado proposto por Gramsci de forma a dar conta das múltiplas e distintas formas de organização da vida social.

o que acabou por gerar descontentamento entre aqueles que passaram, nos anos 1950, a defender uma ruptura absoluta com o governo colonial português.

O avanço da luta anticolonial, por sua vez, parece ter agravado o clima de tensão existente na Anangola, devido à radicalização de posicionamento de alguns de seus membros. Talvez por motivos financeiros, a publicação do Jornal de Angola tornou-se um tanto irregular a partir de 1962. Segundo informação da PIDE, “*o rendimento do jornal não dá para pagar as despesas pois tirando os anúncios que são poucos, não tem venda, sendo distribuído gratuitamente aos sócios*”<sup>106</sup>. Diz ainda, neste mesmo documento, que como verba certa para a manutenção de suas atividades, a Anangola contava apenas com o subsídio do Estado, que era de 540.000\$00. No ano de 1962, apenas três números foram publicados. No mês de fevereiro do ano de 1963, anunciou-se a tentativa de tornar a publicação quinzenal<sup>107</sup>, como o era dois anos antes, o que só ocorreu de fato no mês de março. Um número foi ainda publicado em 1964, e outro na passagem de 1964 para 1965, quando o periódico teve suas atividades encerradas.

Quanto ao já mencionado *silêncio* em relação aos acontecimentos do período, a associação respondia a acusações vindas de todas as partes. Ora colaboracionistas para os críticos do regime colonial, ora como instrumentos políticos nas mãos do Movimento Popular de Libertação de Angola, acusação que está presente em muitas documentações elaboradas pela PIDE sobre a Anangola<sup>108</sup>. Pressionada pelos dois lados os quais procurava mediar, a Associação dos Naturais de Angola em alguns momentos radicalizou o seu discurso. No número de seu jornal, referente à segunda quinzena de março de 1963, publicou-se no Jornal de Angola um editorial com o título “*O que somos e o que queremos*”<sup>109</sup>, no qual se encontra as seguintes palavras:

“Diz um velho aforismo que ‘quem cala, consente’. Conhecedores que somos do muito que por aí se diz ao nosso respeito, por despeito ou razões inconfessáveis, o nosso silêncio de modo algum quer significar consentimento. Bem antes pelo

<sup>106</sup> Informação nº 121/62/GAB de 01.10.1962. PIDE/DGS SC CI(2) Proc. 595, folhas 91 a 93.

<sup>107</sup> “De hoje para o futuro ‘Jornal de Angola’ procurará surgir todos os dias 15 e 30 de cada mês, buscando quinzena a quinzena, número a número, ser um elo cada vez mais forte, a unir quantos nasceram nesta terra grande [...]”. “Editorial” IN Jornal de Angola. Luanda: Anangola, fevereiro de 1963, nº 122. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>108</sup> Segundo Informação da PIDE de 8 de Março de 1963, “não podem subsistir dúvidas de que a actual Direcção da ‘ANANGOLA’ que apenas tem três brancos, [...] não passa de uma capa do M.P.L.A.”. PIDE/DGS SC CI(2) Proc.595, folha 91.

<sup>109</sup> “Editorial” IN Jornal de Angola. Luanda: Anangola, março de 1963, nº 124. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

O redator-principal do jornal neste momento era Fernando Norberto de Castro, que, segundo a PIDE, estava envolvido com os Van-Dúnen, família de *filhos da terra*, cujo nome esteve frequentemente presente nos círculos nacionalistas de Luanda, e que, portanto, sua posição entre as “massas nativas” era suspeita. PIDE/DGS Delegação de Angola PInf. Proc15.12-A/2, folha 67.

contrário. É com ele que repudiamos quantos não sentem coragem para dizer públicamente o que propalam entre amigos, nos cafés e noutros centros de má-língua. [...]

“Não nos impressiona o latir dos rafeiros – repetimos – nem nos amedrontam os nomes ‘pomposos’ (um nunca mais acabar de ‘istas’) com que nos querem adjetivar. “Sabemos bem o que queremos e o que somos. Para que a ninguém subsistam dúvidas, em letra de forma deixamos aqui expresso: Somos angolanos convictos dos nossos deveres e dos nossos DIREITOS. Queremos sobretudo uma maior JUSTIÇA SOCIAL. Por ela nos temos batido, por ela nos continuaremos a bater sem tréguas [...]

“Os ‘istas’ que vêm desperdiçando connosco, pouco ou nada resultam. Será talvez melhor mudar de tática... porque essa é por demais conhecida... Se querem usar para connosco a designação, podem é chamar-nos ‘socialistas’. Isso somo-lo convictamente. E enquanto não fizer uma justiça total, enquanto se mantiverem os proteccionismos e as discriminações [SIC], continuaremos a lutar como até aqui, para que na sociedade em que vivemos Paulo só seja mais que Pedro pelo seu carácter, pela sua educação, pela sua cultura”.

Como se pode ver no editorial supracitado, a posição da Anangola perante a sociedade angolana – e por que não dizer luandense? – estava a ser questionada. A tal ponto que viu-se a necessidade de elaborar uma resposta para as acusações que lhes eram dirigidas. Acusações essas baseadas, como se pode perceber, no “silêncio”, como se o não posicionamento explícito perante a situação de guerra significasse um consentimento.

Pelo editorial, não se percebe a qual dos grupos essa resposta se dirigia. Acredito poder afirmar que se dirigia a ambos, e que a Anangola, novamente, buscava o seu espaço dentro dos dois grupos, de modo a reconquistar o papel de mediação que parecia perder.

O mais interessante, e até surpreendente, neste editorial, porém, é a afirmação de que a Associação é *socialista*. Não há qualquer definição do que se entende por *socialista* na matéria. No entanto, por já estarmos nos anos 1960, não é cabível que se tratasse do derrotado nacional socialismo, e o mundo que se seguiu a esta derrota era marcado pela polarização entre os blocos capitalista e socialista. Era claro, portanto, que tal afirmação não passaria despercebida, ainda mais tendo-se em conta que todo o processo de independência do continente africano estava inserido em um cenário das relações internacionais no qual a dicotomia capitalista *versus* socialista ditava as regras, e a guerra em Angola não era exceção.

O próprio discurso português, em uma tentativa de negar a existência de contestação interna, atribuía os acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março, assim como a guerra que se seguiu, à organização de grupos estrangeiros, que agiam a mando do bloco comunista, num contexto em que, no mais das vezes, *socialista* e *comunista* apareciam como sinônimos, sendo ambos relacionados à União Soviética. Destarte, o fato de a Anangola definir-se como *socialista*, sem ao menos apresentar maiores explicações com relação ao que entendia como socialismo, era um passo por demais ousado.

Dentro da Associação, grupos se formavam e a tensão existente – da qual já tratamos rapidamente – tornou-se mais aguda, fato que não passou despercebido aos olhos da PIDE. Segundo a polícia política, os conflitos dentro da Anangola tomavam acentuado caráter racial, o que não é de surpreender se levarmos em conta, e isso será trabalhado nos capítulos que se seguem, que os conflitos raciais em Luanda, após o início da guerra, de um modo geral, se intensificaram.

Em março de 1963, a direção da Anangola era composta por vinte e nove membros, dentre os quais três eram brancos, sendo um deles Óscar Vieira da Costa<sup>110</sup>. Segundo a PIDE, tal Associação era composta por uma maioria mestiça, seguida por negros, contando com um reduzido número de brancos. Em maio deste mesmo ano, tal polícia teve notícia de que se formava um movimento dentro da Anangola para derrubar o presidente Óscar Vieira da Costa, pelo fato de ser branco. A Associação é, então, definida pela polícia política como *“uma organização racista de mestiços que procura arrastar o elemento preto para a sua órbita”*<sup>111</sup>, o que a torna, portanto, perigosa.

Vale reafirmar que, de certo, não era apenas o elemento rácico que formava grupos e os contrapunha uns aos outros, mas trata-se de um fator que não pode ser desconsiderado e que era continuamente mobilizado no ambiente de Luanda durante a guerra de independência, não só pelas associações da sociedade civil como pelas próprias autoridades policiais.

A Anangola, vista pela PIDE como uma associação de mestiços que fomenta *“um separatismo rácico que meia dúzia de fanáticos ao seu abrigo vem alastrando”*<sup>112</sup>, passa, a partir de 1961, a sofrer forte perseguição da polícia política, que mostrou-se preparada para fazê-la desaparecer. Para tal, contribuiu o esfacelamento, em 1963, por essa mesma polícia, do Movimento Interno Popular de Libertação de Angola (MIPLA), movimento clandestino organizado entre os anos de 1962 e 1963, em Luanda, e que travou contatos com a direção do MPLA, na época em Léopoldville, da qual recebeu instruções e panfletos que eram reproduzidos e distribuídos por diversas áreas da cidade. Nele, estavam envolvidas diversas pessoas associadas à Anangola, e com papel de liderança dentro dela<sup>113</sup>, as quais fizeram uso da máquina duplicadora da Associação e utilizaram o seu espaço para travar contatos e planejar as ações do movimento.

---

<sup>110</sup> PIDE DGS SC CI(2) Proc.595, folha 91.

<sup>111</sup> Informação da PIDE de Outubro de 1962. PIDE DGS SC CI(2) Proc.595, folhas 108-117.

<sup>112</sup> Informação da PIDE de Outubro de 1962. PIDE DGS SC CI(2) Proc.595, folha 117.

<sup>113</sup> Pode-se citar Hermínio Escórcio, Aristófanos do Couto Cabral, Noberto de Castro, Lopo Fortunato do Nascimento e Joaquim Castro Lopo.

A partir da leitura dos autos de perguntas que acompanham a documentação referente ao MIPLA no arquivo da polícia secreta, não se pode ignorar que a Anangola constituiu-se num espaço de sociabilidade que possibilitou a reunião destes indivíduos e a criação de uma rede de contatos que facilitou a prática de atividades clandestinas. A questão racial como fator importante na criação de vínculos de solidariedade, o que já era denunciado pelos agentes da PIDE, aparece em interseção com outros fatores, como o do posicionamento político com relação ao futuro de Angola.

Segundo o depoimento de Lopo Nascimento, este conheceu Hermínio Escórcio, no início de 1962, na Associação dos Naturais de Angola, com o qual conversava sobre vários assuntos, inclusive sobre política. Com a convivência na Anangola, principalmente quando Lopo do Nascimento tornou-se colaborador do Jornal de Angola, do qual Escórcio era administrador, os dois tornaram-se ainda mais próximos, de modo que passaram a depositar confiança um no outro. Escórcio, já envolvido com o MPLA, ao perceber que Lopo do Nascimento compartilhava suas visões políticas, o aliciou para fazer parte da organização clandestina que estava a criar na cidade de Luanda. Em outras palavras, não era apenas o fator rático que aproximava ou afastava indivíduos – Lopo Nascimento era negro, enquanto Escórcio era mestiço<sup>114</sup>. O posicionamento político, este no mais das vezes fortemente interligado aos pertencimentos raciais, era também decisivo nesse processo de criação de laços. Certamente, não foram todos os negros e mestiços da Anangola aliciados para fazer parte do MIPLA. E, no mais, ao serem questionados do motivo de apoiarem o MPLA, era frequente a resposta de que este era um movimento que reunia negros, mestiços e brancos em suas fileiras, o que justificava a adesão<sup>115</sup>.

Dito isto, a formação de um grupo, segundo a PIDE liderado, entre outros, por Castro Lopo, um dos envolvidos no MIPLA, para derrubar Óscar Vieira da Costa, provavelmente não teve como única razão o fato deste ser branco, e não negro ou mestiço. Se o aspecto racial é indispensável para entender as tensões que se colocavam na Anangola, o direcionamento dado por Óscar Vieira da Costa, em sua constante luta por se fazer representar diante das autoridades coloniais, é igualmente um aspecto que não pode ser desconsiderado. A opção de uma luta dentro da legalidade<sup>116</sup> ou de organização de uma ação propriamente anticolonial tornava-se elemento de coesão e colisão dentro do espaço da Anangola. Novamente, percebe-

---

<sup>114</sup> M.I.P.L.A. IN PIDE/DGS SC SR Proc.2010/63, folha 35.

<sup>115</sup> Tal foi, por exemplo, a resposta de Luis Ferreira Rita, ele mesmo mestiço.

<sup>116</sup> Sobre o Jornal de Angola e suas reivindicações dentro da esfera da legalidade, fazendo uso do próprio discurso colonial como forma de ataque aos privilégios próprios daquela sociedade, ver: Marcelo BITTENCOURT. Op.cit.,2010.

se que a formação de vínculos afetivos e a eclosão de conflitos são mais complexas do que uma visão fechada em questões étnicas e raciais nos deixaria perceber.

Por fim, explicitadas as ligações de muitos de seus associados com o MPLA, a vida da Anangola não poderia ser longa. Em 1965, a Associação já não mais publicava o seu jornal. Era a vitória da PIDE contra a Associação dos Naturais de Angola.

### **I.1.2 O Botafogo e o Bairro Indígena.**

O clube Botafogo, por sua vez, foi fundado em 1951 no Bairro Indígena, e teve início como um clube de futebol, uma vez que o esporte se popularizara, e em praticamente todos os bairros existia um time próprio<sup>117</sup>. No entanto, como já foi dito, o clube não restringiu suas atividades ao futebol. Oferecia também atividades recreativas, serviços de alfabetização, consultas médicas, atividades para crianças, almoços nos fins de semana para reunir a população do bairro, entre outros.

O Bairro Indígena foi construído pelo governo colonial durante a década de 1940. Era uma época, como já foi dito, marcada pela explosão populacional de Luanda e pelo inchaço dos musseques, o que chamou a atenção das autoridades para a necessidade de criação de bairros populares, cujo traçado favorecesse uma maior vigilância das populações de origem africana por parte dos agentes da ordem.

De acordo com Moorman, o Bairro Indígena era um bairro mais ou menos *de classe média*, definida por ela como o grupo de assimilados em decadência e indígenas em ascendência, que, na escala social, se localizavam entre a elite colonial e os indígenas mais

---

<sup>117</sup> Nuno Domingos trabalha com os clubes desportivos enquanto via de construção de uma interdependência entre os bairros suburbanos em Lourenço Marques (atual Maputo), Moçambique. “*Os clubes foram envolvendo, por intermédio de um conjunto de atividades locais, um maior número de indivíduos. Estas iniciativas contribuíram para vincar a relação destes adeptos com os seus bairros e com o espaço suburbano mais largo consolidado pela partilha de práticas e referências que a cultura popular urbana ajudava a desenhar. A dinâmica associativa contribuiu para criar redes de laços sociais que rompiam com os circuitos sociais fechados fundados na origem regional dos seus membros. Sem anular a força do laço étnico, elemento permanente de reprodução social, a cultura popular, nomeadamente a desportiva, ajudou a criar as bases para outro tipo de interdependência urbana, já fomentada por outros fenômenos*”. Nuno DOMINGOS. “O futebol no subúrbio de Lourenço Marques” IN *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012 p. 139.

A colonização portuguesa esteve longe de ser idêntica em todos os seus territórios no continente africano. No entanto, principalmente no caso de Angola e de Moçambique, para onde se dirigiu a maior parte dos imigrantes vindos da metrópole, existem, sim, alguns pontos em comum. Até porque, para as duas colônias, a legislação imposta pela metrópole, como, por exemplo, o Estatuto *do Indigenato*, foi semelhante.

Desta forma, apesar da necessidade de adaptações, algumas reflexões acerca de Lourenço Marques podem ser interessantes para o estudo de Luanda.

pobres. Muitos deles frequentavam ou frequentaram escolas ou tinham chances de fazê-lo.<sup>118</sup> No entanto, como ocorreu com os demais musseques, o Bairro Indígena sofreu igualmente as consequências da intensificação da imigração para Luanda e da radicalização da segregação racial que se seguiu. Era, portanto, um bairro heterogêneo, como relembra Adriano dos Santos.

“Aqui em Luanda, eu vivia no Bairro Indígena. O Bairro Indígena aqui era uma sociedade com muitas misturas, muitas classes e com praticamente todas as raças, que vinham de vários pontos do país. [...] estavam ali todos: pretos, brancos, mestiços, no Bairro Indígena”.

Seus habitantes construíram seus próprios laços de solidariedade, e o Botafogo teve papel importante nesse processo. O futebol era um esporte bastante popular, não só na metrópole, como nas províncias. Assistia-se a uma proliferação de clubes de futebol tanto na Baixa quanto nos musseques. Segundo José Bettencourt, era raro haver um musseque que não contasse com pelo menos um clube<sup>119</sup>. De acordo com ele, no início dos anos 1960, havia já sessenta clubes de futebol espalhados pelos musseques, que contavam em cerca de nove.

Importa aqui ressaltar que os clubes de futebol, ao atraírem torcedores, acabavam por se tornar espaços propícios para a construção de laços solidariedade entre eles, ao passo que fomentam uma relação de disputa com os torcedores dos demais times. No caso do Botafogo, é recorrente a afirmação de que este se tornou um espaço de sociabilidade no qual os moradores do Bairro Indígena construíram vínculos entre si. Além disso, as disputas entre clubes de diferentes musseques, assim como entre clubes dos musseques e clubes da Baixa, fortalecia essa construção de elos, uma vez que unia os torcedores de um time contra os de outro. Torcedores do Botafogo seguiam o time quando este jogava em outros bairros. No fim das contas, o fator que sintetizava, nesse caso, as solidariedades ou as disputas era a adesão ao clube de futebol e, simultaneamente, o pertencimento ao bairro. Ou seja, o clube desportivo contribuía para a criação de uma identidade de bairro, de modo que unia em torno de si indivíduos muitos distintos e com trajetórias também diferentes. Nele eram criadas e desenvolvidas novas formas de se relacionar.

É necessário, mais uma vez, o cuidado para não simplificar. Dizer que os clubes de futebol criaram novas formas de relacionamento não significa que tenha substituído as demais. Provavelmente, um olhar atento às tensões internas dos clubes deixaria ver que diversos fatores de solidariedade e de tensão coexistem e influenciam na própria estrutura dos

<sup>118</sup> Marissa J. MOORMAN. Op.cit., p. 70.

<sup>119</sup> BETTENCOURT. Op.cit., pp. 119 – 120.

mesmos. No entanto, no momento de confronto com outros clubes, são os vínculos gerados pelo clube e pelo bairro que são mobilizados.

Segundo Moorman, as atividades do Botafogo eram mais acessíveis aos moradores do Bairro Indígena, assim como aos dos musseques vizinhos, do que as publicações de associações como a Anangola. Para fazer parte do clube, era preciso pagar uma mensalidade. No entanto, era possível participar das atividades através da compra de tíquetes a preços acessíveis<sup>120</sup>.

Adriano dos Santos relembra que, ao longo dos anos 50, o clube também possuía uma publicação, que, diferentemente do Jornal de Angola, era manuscrita. O título era em *kimbundu*, e significava “Ergam-se!”, “levantem-se!”, sendo um apelo à ação anticolonial<sup>121</sup>. Era um jornal de circulação ainda mais restrita, que circulava basicamente no bairro e, às vezes, conseguia sair de Angola para o exterior devido aos contatos de membros da diretoria do clube. Estando o formato de um texto relacionado às suas condições de produção e às suas intenções, não é de se surpreender as diferenças nas formas físicas dos jornais aqui mencionados, assim como a muito provável diferença de conteúdo, uma vez que, no caso do periódico publicado pelo Botafogo, tratava-se de um jornal clandestino, mais abertamente político, destinado, portanto, a um outro público, e realizado com outras intenções<sup>122</sup>. Por ser clandestino, não se fazia necessária a negociação com as autoridades, sempre presente nas páginas do Jornal de Angola. Não havia, aqui, quaisquer finalidades de mediação entre negros e mestiços e as autoridades coloniais. No entanto, a sua clandestinidade influenciava também nas suas condições de produção e de circulação.

Por volta de meados dos anos 1950, a atuação política clandestina dos membros do Botafogo tornou-se mais intensa, e o clube passou a servir de cobertura para tais atividades. Era uma luta, de acordo com Adriano dos Santos, restrita aos musseques, mas que ia além do Bairro Indígena, e era uma atividade orientada para a conscientização. Diz ele:

“Elaborávamos panfletos, distribuíamos panfletos pelos bairros na calada da noite. Seguíamos em grupos de dois elementos a distribuir panfletos, atirando pelos quintais, por baixo das portas. Era esse tipo de chamada de consciência da população. A denunciar atitudes de violência das autoridades coloniais, das

<sup>120</sup> Marissa J. MOORMAN. Op.cit., pp. 71 – 72.

<sup>121</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.

<sup>122</sup> Como escreveu McKenzie, “[...] *the different physical forms of any text, and the intentions they serve, are relative to a specific time, place, and person. [...] In fact, change and adaptation are a condition of survival, just as creative application of texts is a condition of their being read at all. [...] They alone make possible, in their sequence, any account of cultural change*”. MCKENZIE. Op.cit., pp. 60 – 61.

Mas, por mais singulares que fossem (e eram) tais publicações, havia entre elas o que McKenzie chama de “dimensões intertextuais” que não devem ser ignoradas.

deportações que se faziam para o São Tomé, as injustiças que eram cometidas nos postos de trabalho [...]”<sup>123</sup>.

Foi através do Botafogo que Adriano dos Santos, assim como outros de seus companheiros, ingressaram em reuniões clandestinas, muitas das quais lideradas por Viriato da Cruz, e acabaram por atuar no Partido Comunista Angolano (PCA).

Essa atividade política clandestina, levada a cabo pelos membros do clube Botafogo, levou alguns acadêmicos, como a própria Marissa Moorman, a concluir que existia uma espécie de vácuo entre associações como a Anangola e a Liga Nacional Africana, e agremiações recreativas, como o Botafogo.

Sem dúvida, houve um conflito geracional, e acredito que se pode inclusive, para usar os termos de Michel de Certeau, dizer que havia uma tensão entre *maneiras de fazer* de ordem tática, que estariam “*dentro do campo de visão do inimigo*”, e que, portanto, teriam que recorrer à negociação como forma de se poderem efetuar, e outras que iam em direção a uma atuação estratégica, possibilitadas a partir de um isolamento com relação ao ambiente ao qual se dirige<sup>124</sup>. Em outras palavras, havia um conflito entre ações dentro da legalidade colonial, e que, portanto, tinham que com ela negociar, e aquelas que, situadas na clandestinidade, eram mais claramente de resistência e de oposição.

É possível, entretanto, lançar a hipótese de que tais *maneiras de fazer* de ordem táticas e estratégicas eram, muitas vezes, e apesar dos conflitos e tensões existentes, exercidas simultaneamente. Já foi ressaltada a contribuição do escritor Luandino Vieira na edição do Jornal de Angola. Moorman, ao tratar do romancista, o contrapõe a atividades como as do Botafogo, e chega a afirmar que, apesar de ter os musseques como temas de seus escritos, os mesmos não eram difundidos nos bairros periféricos, mas eram lidos, no mais das vezes, pela elite metropolitana<sup>125</sup>. Todavia, não era somente através dos seus escritos que Vieira atuou

<sup>123</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.

<sup>124</sup> “*A estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças. [...] chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar senão o do outro. E por isso deve jogar com o terreno que lhe é imposto tal como o organiza a lei de uma força estranha. Não tem meios para se manter em si mesma, à distância, numa posição recuada, de previsão e de convocação própria: a tática é movimento ‘dentro do campo de visão do inimigo’, como dizia von Büllow, e no espaço por ele controlado. [...] As estratégias são portanto ações que, graças ao postulado de um lugar de poder (a propriedade de um próprio), elaboram lugares teóricos (sistemas e discursos totalizantes), capazes de articular um conjunto de lugares físicos onde as forças se distribuem.*”

Michel de CERTEAU. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998, pp. 99 – 102.

<sup>125</sup> Marissa MOORMAN. Op.cit., pp. 58.

nessa passagem dos anos 1950 aos 1960<sup>126</sup>. Ele, inclusive, colaborou com as publicações do Botafogo, como ele mesmo relembra.

“[...] como era muito jovem, eu via os meus mais-velhos fazendo a revista Mensagem e o jornal Cultura, e tudo quanto eram as seções culturais do clube Botafogo que tinha um nome brasileiro e eu sempre participei disto colaborando com desenhos, com meus textos. E ao mesmo tempo também colaborava no movimento político traduzindo, por exemplo do inglês, poemas e textos, difundindo, distribuindo panfletos, aquela coisa da atividade política básica”<sup>127</sup>.

Ademais, Moorman apresenta dados em uma de suas notas que reforçam esta hipótese. Segundo ela, entre abril de 1948 e abril de 1957, a Comissão Administrativa para Bairros Nativos em Luanda recebeu dezesseis correspondências, sendo que destas, dez foram enviadas pela Liga Nacional Africana e pela Anangola, que requeriam casas para seus membros no Bairro Indígena<sup>128</sup>. Lá, em suma, conviviam membros de ambas as associações, da Anangola e do Botafogo, e seria ingênuo imaginar que esses homens e mulheres não circulassem por elas, e que existisse uma barreira intransponível entre as atitudes reivindicativas dentro da legalidade colonial e àquelas clandestinas, voltadas mais propriamente para a luta pela independência. A opção por uma determinada associação, em detrimento de outra, quando era feita, passava por questões de geração, posicionamento político, e, por que não, por afinidade com outros membros. Nelas, porém, construíam-se novos laços assim como travavam-se novas disputas.

## **I.2 Legalidade e clandestinidade em Luanda.**

É assim que o Botafogo, tal qual a Anangola, enquanto espaços de sociabilidade, cujos membros eram majoritariamente negros e mestiços, tornaram-se locais abertos à discussão e ao debate político, e ambos serviram de local tanto para a reivindicação de direitos dentro da legalidade colonial quanto para a organização de trabalhos clandestinos.

---

<sup>126</sup> Marcelo Bittencourt chama a atenção para a fragilidade dessa fronteira entre aqueles que lutaram dentro da legalidade, através de atuações no esporte e no jornalismo, por exemplo, e aqueles que optaram pela luta clandestina. Ver: Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2010, p. 113.

<sup>127</sup> Luandino VIEIRA. “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor”. Entrevista concedida a Joelma G. dos SANTOS. Universidade Federal de Pernambuco, p. 285. Disponível em [http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura\\_entrevistado\\_Jose-Luandino-Vieira\\_art.16ed.21.pdf](http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura_entrevistado_Jose-Luandino-Vieira_art.16ed.21.pdf).

<sup>128</sup> Marissa MOORMAN. Op.cit., p. 222, nota 58.

Dentro de ambos os espaços atuaram jovens envolvidos na clandestinidade luandense dos anos 1950 e 1960. Germano Gomes relembra que o grupo com o qual atuava na Anangola, do qual faziam parte nomes como Viriato da Cruz e António Jacinto, percebeu a necessidade de criar algo que funcionasse subterraneamente<sup>129</sup>. Em meados dos anos 1950, Viriato da Cruz, António Jacinto, Ilídio Machado e Mário António de Oliveira fundaram o Partido Comunista Angolano, para o qual angariaram, como vimos, alguns membros do Botafogo.

É importante frisar que, em fins dos anos 1940 e ao longo da década de 1950, estabeleceu-se uma relação entre as ideias nacionalistas e a percepção de que havia necessidade de levar adiante ações diretas, e armadas caso fosse preciso, contra o colonialismo português. Esta percepção, por sua vez, estava diretamente relacionada com o contexto internacional do pós-guerra, marcado pela criação da Organização das Nações Unidas, pelo reconhecimento por esta organização do princípio da autodeterminação dos povos como direito humano fundamental, pelo início da onda independentista na Ásia e na África e por grandes conferências de solidariedade terceiro-mundistas, dentre as quais destaca-se a Conferência de Bandung, realizada em 1955.

O jovem PCA, no entanto, enfrentou inúmeras dificuldades e viu-se impossibilitado de crescer, devido não só à vigilância policial, mas também ao medo que o termo “comunista” inspirava naquela sociedade. A propaganda anticomunista do regime surtira efeito, de modo que possíveis militantes se afastavam do partido pelo fato deste trazer “comunista” em seu nome. O PCA, então, se desmembra em inúmeras siglas, dentre as quais pode se destacar o Partido da Luta Unida dos Africanos de Angola (PLUAA), que foi a primeira delas, o Movimento para a Independência de Angola (MIA), o Movimento pela Independência Nacional de Angola (MINA), o Movimento de Libertação Nacional de Angola (MLNA), entre outros. Apesar de fortemente concentrados em Luanda, esses movimentos diziam-se nacionais e pretendiam falar em nome de toda Angola, o que fica patente através da leitura de alguns de seus panfletos, nos quais as acusações ao colonialismo português trazem ferozes críticas às condições de vida impostas aos negros em áreas rurais<sup>130</sup>.

---

<sup>129</sup> Germano GOMES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de outubro de 1997.

<sup>130</sup> Entre essas críticas podem-se destacar a denúncia da arbitrariedade dos chefes de Posto, da exploração do africano através do trabalho forçado que separa famílias e os obriga a trabalhar por um salário mísero para os europeus, da extorsão da terras de nativos para a fixação de colonos, da imposição de culturas forçadas aos agricultores africanos, etc. Tais panfletos foram elaborados entre fins de 1956 e 1959, e foram produzidos pelas células clandestinas de Luanda. Lúcio Lara teve acesso a alguns deles por intermédio de Viriato da Cruz. Outros foram por ele encontrados dentre os autos de processos da PIDE. Ver: Lúcio LARA. Op.cit., pp. 23 – 28, 452 – 459.

Além dessas inúmeras siglas, organizou-se também um grupo nacionalista em torno do Cônego Manuel das Neves, que fora líder da Liga Nacional Africana, mas que, subterraneamente, defendia a necessidade de um gesto de ruptura, no sentido de alertar a opinião internacional para a existência de descontentamento em Angola<sup>131</sup>. Dentre os nomes de pessoas ligadas ao cônego estavam o de Afonso Dias da Silva e o de Joaquim Pinto de Andrade. Este último transitava simultaneamente por diversas outras siglas, o que demonstra uma inter-relação entre essa rede clandestina dos anos 1950.

Os militantes destas diversas células compartilhavam uma determinada vivência, e delas se aproximavam por questões de afinidade. Eram angariados por colegas de escola, por companheiros do clube desportivo, pelo vizinho de porta, por sócio da associação a que pertenciam. E não era incomum que estivessem ligados a diferentes células simultaneamente. Eram, na maior parte, membros da classe média negra e mestiça de Luanda, apesar de atraírem igualmente brancos tendentes à esquerda. Conheceram-se no Liceu Salvador Correia ou na Escola Comercial e Industrial de Luanda. Eram familiares, provinham de uma mesma região, ou ainda traziam laços de amizade por pertencerem às famílias crioulas de Luanda, que muito contato tinham entre si. Partilhavam, enfim, no mais das vezes, uma trajetória semelhante. No entanto, o fator que, de fato, agregou esses jovens foi o sentimento anticolonialista e nacionalista, o que os levou a ultrapassar questões que poderiam causar atritos. Joaquim Pinto de Andrade, por exemplo, apesar de ser padre, participava de grupos clandestinos ao lado de Ilídio Machado, que se dizia ateu<sup>132</sup>, e que foi um dos fundadores do Partido Comunista Angolano. Enfim, eram jovens que se reuniam para pensar a nação.

Apesar de fazerem parte de um estrato social que, por ter tido acesso à educação formal, poder-se-ia dizer privilegiado, esse grupo, como vimos quando tratamos dos conflitos geracionais na Anangola, tinha a preocupação de atingir as massas, isto é, de alargar a sua base de apoio. Havia uma clara intenção de se aproximar dos indígenas. Essa aproximação se deu, por um lado, através de associações e clubes, como a Anangola e o Botafogo, e por outro, na esfera da ilegalidade, por meio, por exemplo, de campanhas clandestinas de alfabetização. A ideia era elevar o indígena a um patamar superior ao mesmo tempo em que o consciencializava para a questão do nacionalismo<sup>133</sup>. Muitos militantes circulavam simultaneamente por mais de uma sigla clandestina, sem que abandonassem, portanto, suas atividades dentro da legalidade, através dos clubes e associações.

---

<sup>131</sup> Joaquim Pinto de ANDRADE. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 27 de agosto de 1997.

<sup>132</sup> Joaquim Pinto de ANDRADE. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 27 de agosto de 1997.

<sup>133</sup> Joaquim Pinto de ANDRADE. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 27 de agosto de 1997; Germano GOMES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de outubro de 1997.

A multiplicação de siglas, mesmo com a interseção de militantes entre elas, parecia ser uma das estratégias de Viriato da Cruz, cuja intenção era a de proteger a ação clandestina de um desmantelamento pela polícia secreta. Em manifesto de dezembro 1956, encontra-se o seguinte trecho:

“Porém, o colonialismo português não cairá sem luta. Deste modo, só há um caminho para o povo angolano se libertar: o da luta revolucionária. Esta luta, no entanto, só alcançará a vitória através de uma frente única de todas as forças anti-imperialistas de Angola, sem ligar às cores políticas, à situação social dos indivíduos, às crenças religiosas e às tendências filosóficas dos indivíduos, através portanto do mais amplo MOVIMENTO POPULAR DE LIBERTAÇÃO DE ANGOLA. Este movimento, porém, não se fará através da filiação de todos os patriotas angolanos a uma única organização ou associação. O movimento será a soma das actividades de milhares e milhares de organizações (de três, mais de três, dezenas ou centenas de membros cada uma) que se criarem em Angola. Isso quer dizer que o povo angolano deve organizar-se através de milhares e milhares de organizações espalhadas por toda a Angola”<sup>134</sup>.

A ideia era, portanto, ultrapassar questões que separavam a população e fazer da luta anticolonial o elemento de união, que possibilitaria a organização de uma frente ampla contra o colonialismo. Neste documento, o nome *Movimento Popular de Libertação de Angola* aparece pela primeira vez, embora o MPLA não estivesse, neste momento, constituído enquanto movimento de libertação e sua sigla não circulasse através de panfletos pela capital.

Apesar do cuidado para escapar à vigilância policial, no entanto, e por conta das ações de panfletagem e de consciencialização levadas adiante por essa clandestinidade, muitos dos militantes das inúmeras células foram, em 1959, presos pela PIDE, em um episódio que ficou conhecido como *Processo dos 50*. Os que permaneceram em liberdade, por sua vez, iniciaram uma forte campanha a favor dos presos políticos, exigindo, por um lado, a sua libertação imediata e, por outro, angariando recursos para o auxílio às suas famílias. Os presos políticos tornavam-se o centro da atividade clandestina e a possibilidade da transferência destes para prisões fora de Angola acendia ainda mais os ânimos da clandestinidade.

Portanto, o conflito entre formas de agir adentrou os espaços da Associação dos Naturais de Angola e do Botafogo, e as fronteiras entre suas ações dentro da legalidade, enquanto instituições aceitas pelo regime colonial, e clandestinas, devido à inserção de muitos de seus membros nas células supracitadas, eram altamente permeáveis. O próprio equilíbrio de forças dentro desses espaços variou. No caso da Anangola, por exemplo, o início da luta armada foi fundamental para uma maior polarização dentro da associação e para a formação

---

<sup>134</sup> “Documento sem título que viria a ser o Manifesto do MPLA”, transcrito integralmente em Lúcio LARA. *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. 2ª Edição. Vol.1. Luanda: LitoCor, 1998 p.26.

ou fortalecimento de grupos cujas ações se aproximavam mais àquelas desenvolvidas pelos membros do Botafogo antes de 1961.

Não só Luandino Vieira perpassa a sua trajetória pelas duas associações e pela rede clandestina formada em Luanda. Já se referiu aqui a Lopo do Nascimento, nome recorrente do nacionalismo angolano. Membro da Anangola, contribuidor do *Jornal de Angola* por volta de 1962 – veículo de reivindicações dentro da esfera da legalidade colonial –, Lopo fazia parte do corpo dirigente do Botafogo nos anos 1950, e esteve envolvido ativamente nas atividades clandestinas desenvolvidas sob a cobertura do clube. Devido ao clima de instabilidade decorrente do Processo dos 50, Lopo do Nascimento, por volta de 1959, transferiu-se para Golungo Alto, com a ajuda de Adriano dos Santos, com o qual estabeleceu vínculos de afetividade enquanto atuaram no Botafogo. No início dos anos 1960, voltou para Luanda, e se envolveu com um grupo de nacionalistas que criaram o já citado MIPLA, tendo o espaço da Anangola sido fundamental para o estabelecimento destes contatos. Portanto, mesmo que em uma perspectiva diacrônica, percebe-se uma ação clandestina às vezes muito similar exercida sob a capa de ambas as associações.

### **I.3. Por uma visão relacional das *maneiras de fazer*.**

“[...] a análise mostra antes que a relação (sempre social) determina seus termos, e não o inverso, e que cada individualidade é o lugar onde atua uma pluralidade incoerente (e muitas vezes contraditória) de suas determinações relacionais”<sup>135</sup>.

É possível dizer, portanto, que, apesar dos conflitos geracionais e de posicionamento político que certamente existiam, havia conexão e interatividade entre as atividades da Anangola, do Botafogo e das células clandestinas luandenses ao longo dos anos 1950, como o caso de Luandino Vieira nos permite ver, e que se estendeu no pós-1961, agora já sem o Botafogo, como nos mostrou a trajetória de Lopo do Nascimento. Essa conclusão, por sua vez, nos leva a crítica formulada por Frederick Cooper a dicotomias como colaboracionismo/resistência.

“Os binários colonizador/colonizado, ocidente/não-ocidente e dominação/resistência são mecanismos úteis para iniciar o estudo de questões de poder, mas acabam

---

<sup>135</sup> Michel de CERTEAU. Op.cit.,p. 38.

limitando a pesquisa sobre a forma exata pela qual o poder é difundido e as formas como esse poder é engajado, contestado, desviado e apropriado”<sup>136</sup>.

Esses binômios, segundo o autor, levam à subestimação da capacidade de ação dos africanos face ao regime colonial, e levantam o risco da produção de uma análise redutora das relações travadas nas sociedades coloniais na África. Desta forma, a sugestão de Cooper é que enxerguemos além de categorizações fixas e reducionistas, de modo a não isolar o ator social de seu contexto e de captar e não simplificar os modos de construção e de contestação de poder.

Se Cooper não abandona a ideia de resistência, ele a amplia e a torna mais complexa. Contribui, portanto, para a elaboração de uma visão mais crítica referente à situação colonial, não mais composta pelas categorias fixas do colonizador e do colonizado, do colaboracionista e do resistente, mas como uma relação na qual colaboração e resistência se misturam, e, às vezes, até mesmo se confundem, como acredito que se pôde constatar ao longo do presente capítulo.

\*

Através da construção de vínculos, portanto, construiu-se uma rede de solidariedade ao longo dos anos cinquenta que foi fundamental para a mobilização de negros e mestiços para participarem dos ataques às prisões com vistas à libertação dos presos políticos, vítimas do Processo dos 50, em Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961. Apesar de o MPLA ter reivindicado o papel de organizador do levante, parece que não houve apenas uma organização por trás do evento, mas diversos grupos que contavam com um pequeno contingente de adeptos, muitos dos quais aliciados em espaços com os do Botafogo e da Anangola, nos quais se criavam laços afetivos entre indivíduos com trajetórias e tradições muito distintas entre si.

Muitos membros do Botafogo foram presos durante o Processo dos 50, e o próprio clube foi fechado pela PIDE em 1961. A Anangola sobreviveu alguns anos mais, e publicou seu jornal até 1965<sup>137</sup>. O início da guerra de independência, em fevereiro de 1961, aumenta a atividade repressiva da polícia política, e deixa ainda menos espaço para *maneiras de fazer*

<sup>136</sup> Frederick COOPER. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. Revista Anos 90. Porto Alegre, v. 15, n.27, jul. 2008, p. 23.

<sup>137</sup> A partir de 1962, como foi dito, a publicação do Jornal de Angola torna-se um tanto irregular. Júlio de Castro Lopo não o inclui na resenha que apresenta dos periódicos em circulação em Angola em dezembro de 1963. Seria de se esperar alguma referência, uma vez que Castro Lopo menciona, logo de início, ao falar da origem de seu trabalho, a publicação de conferência realizada em 1952 a convite da Anangola, o que demonstra certa ligação com a Associação. Ver: Júlio de Castro LOPO. *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964, p. 7, 117 – 122.

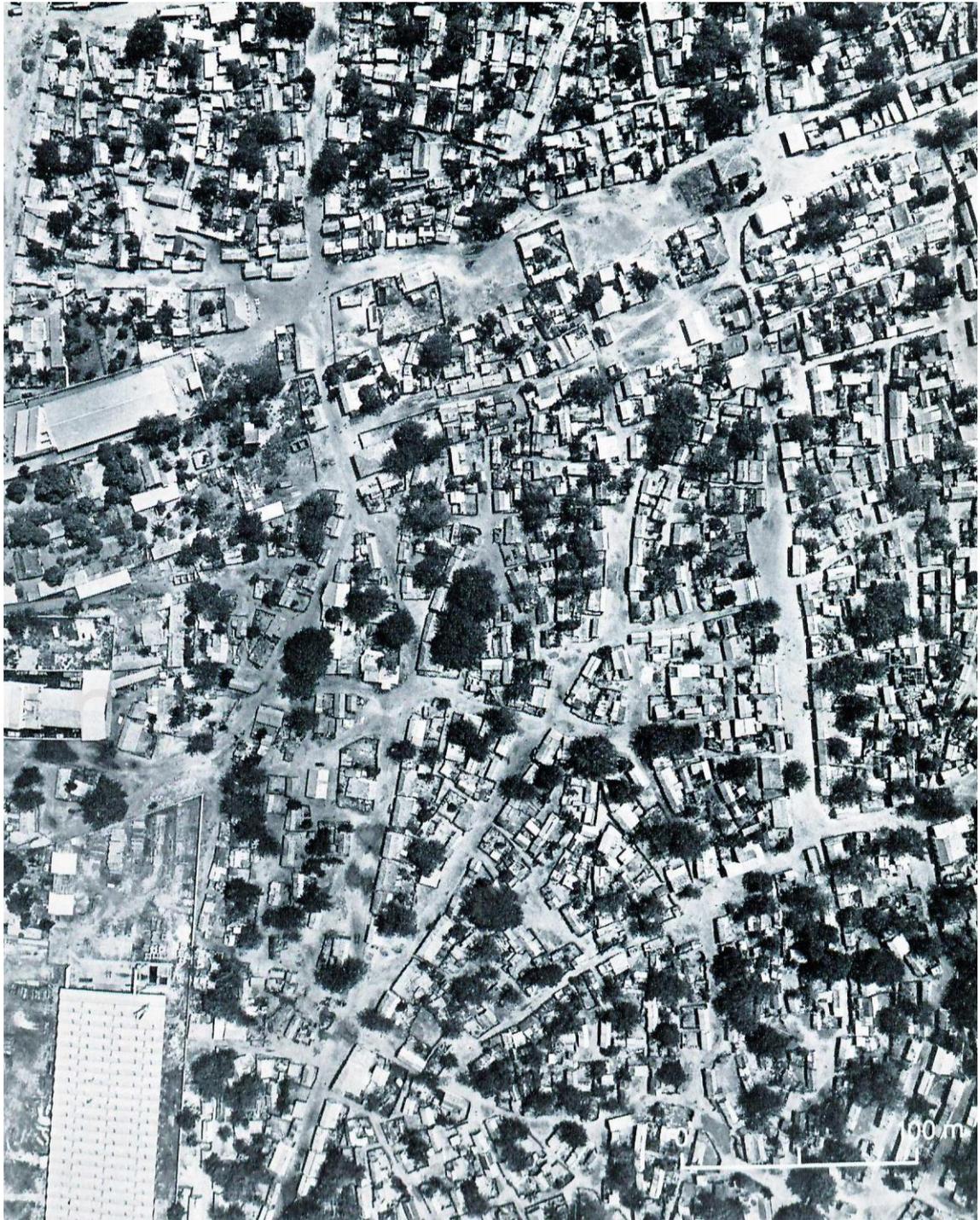
estratégicas dentro das fronteiras da Província. Os movimentos de libertação – MPLA, FNLA (antiga UPA) e, a partir de 1966, UNITA – se organizaram nos países vizinhos ou nas proximidades das fronteiras, e a guerrilha em si ocorreu nos limites de Angola. Alguns daqueles jovens que se politizaram nos anos 1950 ingressaram na luta. Outros foram presos. Houve até mesmo quem abandonasse a atividade política pelo temor à repressão. No entanto, não devemos esquecer dos que permaneceram em Luanda, atuando da forma como podiam, através de ações não muito organizadas, devido à constante vigilância policial, e com forte grau de espontaneidade. Além destes, apareceram outras gerações, que iriam atuar numa sociedade em intensas transformações, já muito distinta daquela na qual foi fundado e encerrado o Botafogo.

O início da luta armada, que coincidiu com um rápido desenvolvimento econômico e industrial de Angola<sup>138</sup>, assim como com uma extensão da rede escolar elementar e do ensino secundário<sup>139</sup>, inaugurou um novo período na história social de Luanda, sobre o qual me proponho debruçar daqui para frente.

---

<sup>138</sup> Mario MURTEIRA. “A Economia Colonial” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 124.

<sup>139</sup> João Carlos PAULO. “Práticas culturais” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 324.



**Figura 4:** Vista aérea de musseques e de estabelecimentos industriais ao longo da Rua Francisco Newton.  
Fonte: Ilídio do Amaral. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. 1968. Imagem 63.

## **II CIDADE AO ACASO<sup>140</sup>: CONDIÇÕES SOCIO-ECONÔMICAS DOS MUSSEQUES DE LUANDA E POLÍTICAS GOVERNAMENTAIS.**

No capítulo anterior, viu-se como a construção de laços de solidariedade na área dos musseques teve importância para a formação e ampliação de uma rede clandestina, seja pelo aliciamento de novos componentes para os grupos já formados, seja para formação de outros. Destarte, a criação e recriação de vínculos tiveram papel fundamental nos ataques às prisões de Luanda em 4 de Fevereiro de 1961<sup>141</sup>, que contou com forte presença de habitantes da periferia, assim como na organização de alguns movimentos clandestinos nos anos posteriores, como fora o caso do Movimento Interno Popular de Libertação de Angola (MIPLA).

Falou-se também no crescimento da cidade de Luanda, que contribuiu para a concentração das populações negras e mestiça nos musseques, fato que gerou uma segregação racial com consequências na própria configuração espacial da capital. Esta segregação, por sua vez, influenciou na forma de organização dessas populações e nas maneiras pelas quais tensões e vínculos afetivos foram gerados.

Neste capítulo, parte-se, uma vez mais, da expansão de Luanda. Aqui, entretanto, busca-se compreender como os grupos sociais se organizaram em classes, por influência do processo de industrialização. Processo este que, por conseguinte, contribuía para o contínuo crescimento da cidade, o que fez com que as autoridades a classificassem, no contexto de guerra, como *área sensível*<sup>142</sup>, devido ao seu denso núcleo populacional. Assim sendo, Luanda foi objeto de relevo no que se refere às estratégias políticas que ficaram conhecidas como *Ação Psicossocial*, levada adiante pelo Governo português no sentido de buscar uma aproximação com as populações africanas do Ultramar como forma de impedir o alastramento do que chamava de *ideias subversivas*. A organização social na capital sofreu as consequências ainda de uma série de reformas legislativas relacionadas ao Ultramar que teve início nos anos 1950 e que culminou com a abolição do indigenato em 1961.

---

<sup>140</sup> *Cidade ao Acaso* é uma coluna do jornal ABC Diário de Angola na qual eram denunciados os problemas da cidade. O início da publicação da mesma se dá em setembro de 1967. Os números do jornal ABC Diário de Luanda estão disponíveis no acervo da Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>141</sup> O 4 de Fevereiro e o 15 de Março de 1961 tornaram-se as datas simbólicas para o início da luta armada pela independência de Angola.

<sup>142</sup> *Relatórios Especiais de Informação dos SCCIA*. 1967. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/138/Pt.1

A questão que se coloca é, ao se comparar os objetivos dessas reformas e da *Ação Psicossocial* à realidade vivida pelos habitantes negros e mestiços dos musseques de Luanda, pode-se dizer que havia a intenção de transformar as formas de dominação existentes, típicas de uma sociedade colonial? É possível afirmar que tais reformas foram, de fato, capazes de transformar as próprias bases sobre as quais se construiu a sociedade colonial na capital da Província? Ou será que as transformações ficaram apenas na esfera da lei e da propaganda? Busquemos algumas respostas.

## II.1 Luanda: uma cidade em crescimento.

“A cidade capital da Província de Angola cresce. Em todos os sentidos: expande-se por dezenas de quilômetros, terra dentro, para norte e leste; expande-se à beira do mar; expande-se no sentido vertical, em numerosos arranha-céus [...]”<sup>143</sup>.

Luanda crescia. Especialmente a partir dos anos 1940, como foi visto. Continuava a crescer e a atrair imigrantes não só de outras áreas da Província como também de outras partes do território português. Esse aumento populacional chamou a atenção das autoridades policiais que procuraram controlá-lo. Nos resumos de informação da Polícia de Segurança Pública, consta o número de entradas e saídas de Luanda ao longo do mês ao qual o relatório se refere. Para um maior controle da população da cidade, era função da PSP, através da sua Seção de Identificação, passar Certificados de Residência para os recém-chegados, uma vez que via-se nesse controle uma forma de evitar a entrada dos tais *agentes subversivos*, que poderiam vir a espalhar suas ideias *terroristas* entre os habitantes de Luanda. Em alguns desses resumos, destaca-se, entre a população que recebeu certificados de residência, quantas vieram de Catete, do Malanje e, em alguns casos, da Metrópole. Curioso é que o número de indivíduos provenientes da metrópole é, com frequência, bastante significativo. Em março de 1968, 29% dos certificados emitidos foram destinados a portugueses, porcentagem esta que chegou a 40% em junho deste mesmo ano. No entanto, não se deve pensar que 40% dos que entraram em Luanda eram metropolitanos, mas que, dentre esses indivíduos, havia menos o que temer no que se refere a requisitar documentação junto às autoridades policiais. Afinal de

---

<sup>143</sup> “Luanda: Uma cidade em pleno crescimento” IN *Revista de Angola*. Luanda: número 93, ano V, Abril de 1965, páginas não numeradas. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

contas, nas rusgas que se realizavam aos musseques, a maior parte dos indivíduos detidos o eram por não possuir documentação<sup>144</sup>. Deste modo, o próprio número de indivíduos documentados mostra uma diferença da aplicação da lei segundo a proveniência, ou, para irmos mais além, segundo critérios raciais<sup>145</sup>.

Esse aumento populacional e a especulação imobiliária que seguiu empurraram a população mais desfavorecida para áreas distantes do centro da cidade, e contribuíram para a formação de grandes concentrações de homens e mulheres em áreas menos valorizadas, que ficaram conhecidas como *musseques*, cuja ocupação, no mais das vezes, não era regulada pela Câmara Municipal de Luanda. Os musseques cresciam sem planejamento, e através de construções clandestinas cuja multiplicação tornou-se uma questão recorrente nos periódicos luandenses, os quais exigiam da Câmara ações concretas no sentido de impedir tais transgressões.

Por falarmos em números, segundo um relatório de inspeção aos serviços prestados pelos S.M.A.E.<sup>146</sup>, elaborado por Domingues Orfão e Germano Coutinho, o número de habitantes da capital, que era de 185 mil em 1950, passou para 282 mil em 1960<sup>147</sup>, chegando a cerca de 320 mil em 1968. De acordo com Mourão, esse número atingiu em torno de 480 mil na década de 1970, sendo que aproximadamente 300.000 vivem nos musseques<sup>148</sup>. Claro está que a estrutura da cidade não acompanhou tão acelerado crescimento.

A situação das populações que viviam nos musseques, cada vez mais aglutinados, nos dizeres do sociólogo José de Sousa Bettencourt<sup>149</sup> passou a constituir *um problema social*.

---

<sup>144</sup> As rusgas eram operações policiais realizadas nos bairros periféricos da cidade. Seus objetivos serão tratados no terceiro capítulo deste trabalho.

<sup>145</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações, 1968. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.3.

O fato de a PSP ser responsável pela emissão de Certificados de Residência demonstra que, além da função relacionada à segurança, esta agia também no que se refere ao controle das populações.

<sup>146</sup> Serviços Municipalizados de Água e Eletricidade. Ver: Domingos ORFÃO; Germano COUTINHO. *Relatório sobre a inspeção ordinária realizada aos serviços municipalizados de água e eletricidade de Luanda*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos. 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.005/56.00430.

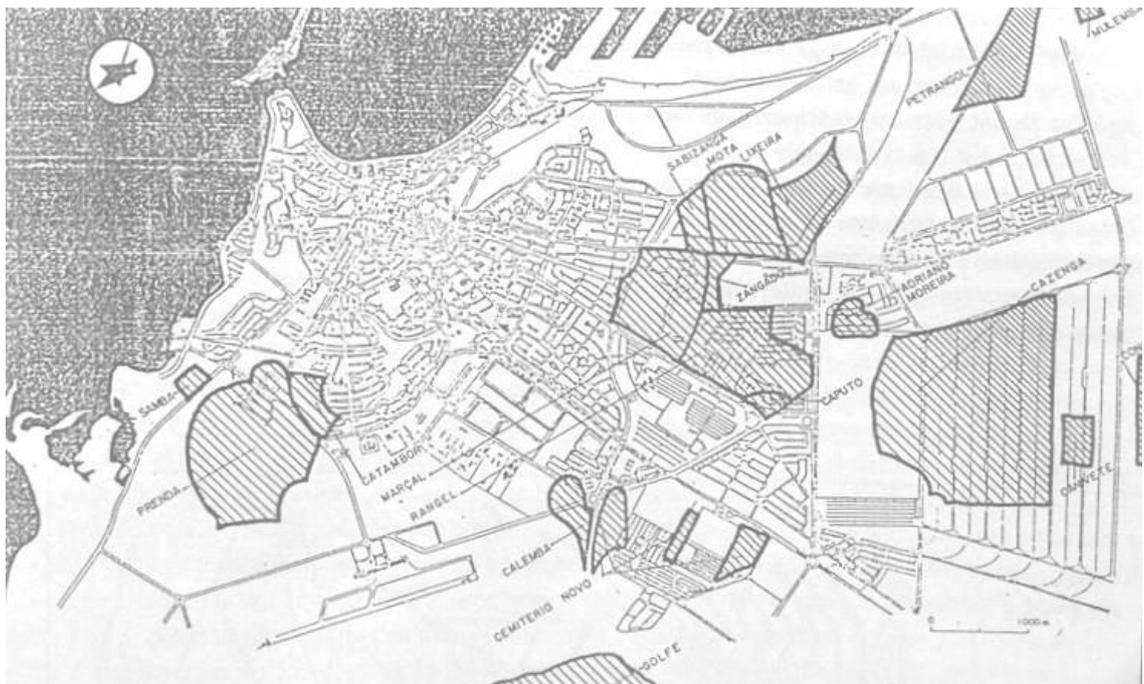
<sup>147</sup> Os números apresentados por Monteiro são inferiores, mas a diferença não é significativa. Conforme dito no capítulo anterior, de acordo com ele, os habitantes de Luanda eram 141.647 em 1950 e 224.540 em 1960. O que importa destacar é o vertiginoso crescimento da capital, demonstrado pelos números apresentados em ambas as fontes. Ver: Ramiro Ladeiro MONTEIRO. *A Família nos musseques de Luanda*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973, p.58.

<sup>148</sup> Fernando MOURÃO. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Miragem, 2006, p. 44.

<sup>149</sup> José de Sousa BETTENCOURT. *Subsídio para o Estudo Sociológico da população de Luanda*. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 2(1), 1965, p. 88.

Ainda de acordo com ele, já em 1965, uma média de cinco moradores por cubata<sup>150</sup> não seria considerada elevada, e adiciona que tais moradias eram, na maioria das vezes, compostas por apenas um cômodo, o que nos permite perceber o problema de habitação enfrentado por esses indivíduos<sup>151</sup>. Essas casas eram, no mais das vezes, construídas com pau-a-pique, coberta com zinco e com pavimento de terra batida ou, em alguns casos, de cimento. Algumas residências, melhor construídas, eram feitas de madeira, teto de zinco e pavimento cimentado<sup>152</sup>.

É importante frisar que a especulação imobiliária não ficou restrita às regiões nobres da cidade. Alguns musseques, por estarem localizados mais próximos ao centro, tiveram também suas cubatas valorizadas com a chegada maciça de imigrantes, como, por exemplo, o Prenda e o Samba, que ficavam próximos à Baixa. Como resultado, parte da população africana via-se forçada a mudar-se de um musseque a outro, de modo a poder arcar com os valores dos aluguéis. Essa transição, assim como a contínua chegada de homens e mulheres à cidade, são visíveis através de um sensível aumento da população dos musseques mais distantes do centro.



**Figura 5:** Mapa dos musseques de Luanda. Cópia do plano de urbanização da cidade. 1961.  
 Fonte: Fernando Mourão. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*, 2006.

<sup>150</sup> Cubata era o termo usado para designar as casas nas quais viviam os habitantes nos musseques, marcadas, no mais das vezes, pela improvisação da forma como eram construídas, assim como dos materiais utilizados para tal.

<sup>151</sup> José de Sousa BETTENCOURT. Op.cit., p. 108.

<sup>152</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., pp. 257 – 259.

No musseque Lixeira, habitavam 16.567 pessoas em 1970, chegando a 25.000 em 1973/1974. Situação semelhante se passou com o Cazenga, cuja população saltou de 16.950 para 30.000. Pode-se ainda mencionar musseques mais recentes como o Golfe, no qual os habitantes passaram de 168 em 1970 para 20.000 nos três ou quatro anos que se seguiram<sup>153</sup>.

As dificuldades enfrentadas pela população devido à alta de preços das habitações, mesmo na periferia, são também perceptíveis através de relatórios de inspeção e da imprensa de Luanda. No relatório de inspeção realizado por Vasco da Gama, entre agosto e outubro de 1961 – alguns meses, portanto, após o ataque às prisões –, o inspetor menciona o caso de João Batista Martins Ramos que, segundo consta, possuía algumas cubatas no musseque Prenda, as quais alugava para terceiros em troca de pagamento.

“Com a valorização das terras de periferia da cidade, ele começou a pensar na venda de parte desses terrenos, e então, em 1959 dirigiu-se à autoridade Administrativa da Circunscrição de S. Paulo, com o pedido de que esta corresse com os indígenas ocupantes, isto sem qualquer compensação ou indenização”<sup>154</sup>.

Como se pode perceber, a especulação imobiliária levou muitos proprietários a expulsarem moradores de suas cubatas, forçando-os a mudar-se para locais mais distantes, cujos aluguéis seriam compatíveis com a sua renda. O problema chamou a atenção o suficiente para ser colocado no relatório.

A imprensa, por sua vez, não silenciou a respeito. Em maio 1972, quase onze anos após a inspeção de Vasco da Gama, *A Província de Angola*, um dos mais lidos periódicos que circulavam na Província, tratou da questão em artigo intitulado *O problema (grave) da habitação e o “negócio” (livre) da renda de casa – solução a encontrar... abuso a reprimir*<sup>155</sup>. Neste encontra-se a denúncia de que, em Luanda, “*realmente chega a constituir escândalo o custo das rendas da casa, de acanhados apartamentos e de cubículos*”, e chama a atenção para o fato de que muitos moradores já gastam dois terços de seus rendimentos para pagar aluguéis. Segundo o artigo, de 1968 a 1972 as rendas de casas em Luanda aumentaram de 30 a 40%, de modo que os habitantes pagavam altos preços para viver em deploráveis condições sanitárias e morais.

<sup>153</sup> Fernando MOURÃO. Op.cit., p. 228. 233. Mourão baseia-se em Ilídio Amaral para apresentar dados referentes a 1970 e em Troufa Real para os números de 1973/1974. Ainda segundo ele, muitos dos moradores do musseque Golfe teriam vindo do Prenda.

<sup>154</sup> Vasco da GAMA. *Relatório de Inspeção ao Concelho de Luanda - 2º Bairro ADM*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, 1961, p. 06. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.004/53.00389.

<sup>155</sup> *A Província de Angola*. Luanda, nº14.999, ano XLIX, 05 de Maio de 1972, p.05. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

No ano seguinte, a situação continua semelhante, e dessa vez é outro periódico, a *Revista Notícia*, a fazer a denúncia em artigo de título *Justiça de senhorio*<sup>156</sup>.

“Marido, mulher e três crianças foram postos na rua dos anexos em que viviam, por um senhorio que tem um primo bem colocado. O senhorio fez, por isso, sem o auxílio de mais ninguém, de procurador judicial, juiz e oficial de diligências, dando ordem de despejo ao seu inquilino, Eduardo Xavier Madeira”.

O caso em questão se passou no Bairro da Cuca. O proprietário, cujo *primo bem colocado* poderia constituir uma salvaguarda para que pudesse driblar os procedimentos legais, colocou a família de Eduardo Xavier Madeira para fora de casa quando o mesmo não se encontrava. Segundo consta a matéria, o aluguel do mês anterior estava, inclusive, pago. Há, nesse artigo, uma imagem da família despejada, cujos membros eram todos brancos. Isso mostra, como já se referenciou no capítulo anterior, que havia brancos pobres em Luanda, compartilhando condições de vida semelhantes (mas não idênticas<sup>157</sup>) às dos negros e mestiços, embora em número significativamente menor.

Uma consequência da especulação imobiliária, aliada à lentidão burocrática e ao crescimento contínuo da população, foi o aumento do número de construções ilegais em terrenos da Câmara Municipal, do Estado ou até mesmo particulares, na área dos musseques. Os donos de casas clandestinas contavam, no orçamento, com o dinheiro necessário para pagar os fiscais, que costumavam aparecer quando as cubatas estavam quase prontas para cobrar multas aos infratores. Além de construídas com material, no mais das vezes, de baixa qualidade, seus moradores vivem em condições ainda mais precárias porque a Câmara Municipal, com o intuito de conter o alastramento das casas em transgressão, proibiu o fornecimento de água e energia por parte dos S.M.A.E.<sup>158</sup> para construções ilegais. A quantidade insuficiente de fontanários nos musseques fazia com que sua população dependesse da água vendida pelos comerciantes, o que se tornava mais um peso financeiro para famílias com poucos recursos.

Além dos problemas referentes à habitação, cujo custo aumentava vertiginosamente, durante todo o período estudado a periferia da cidade sofria ainda com diversos outros problemas, como falta de transporte, iluminação, água e saneamento básico, aspectos esses

<sup>156</sup> Revista Notícia. Luanda. 20 de Janeiro de 1973, p. 32. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>157</sup> Falaremos disso adiante. Vale dizer que antes de Setembro de 1961, todo e qualquer branco era considerado civilizado e, portanto, cidadão, mesmo que não fosse alfabetizado e vivesse nas mesmas condições que os então indígenas. Depois de 1961, apesar do fim do estatuto do indigenato, a população branca continuou a desfrutar de privilégios, como, por exemplo, salários frequentemente mais altos do que os pagos a negros e mestiços, para exercerem a mesma função.

<sup>158</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973, p.286.

denunciados não só pela imprensa, mas pela própria Polícia de Segurança Pública, em seus relatórios.

O problema dos transportes, por exemplo, é citado pela PSP em seus resumos. No de fevereiro de 1966<sup>159</sup>, diz-se que, na cidade de Luanda, os transportes públicos não atendem às necessidades, principalmente da população das áreas suburbanas, o que por vezes gera desordens devido a confusões criadas nas filas para a entrada nos mesmos. A situação é descrita de forma mais detalhada em relatório de 1971, no qual consta o seguinte:

“Na cidade de LUANDA, a falta de transportes públicos sente-se cada vez mais, especialmente nas ‘horas de ponta’, continuando a verificar-se a existência de extensas ‘bichas’ nos locais de paragem dos autocarros, originando-se por vezes atropelos, discussões e as consequentes desordens, pois, momentos há em que as ‘bichas’ não são respeitadas, quer pela ânsia de se conseguir um lugar sentado ou pelo simples motivo de não se querer ficar ‘em terra’, desesperando pela chegada de outro autocarro.

Este problema carece de solução rápida e, forçosamente, terá de acompanhar o ritmo da expansão que se vem verificando na cidade e que abrange importantes sectores, designadamente, os de construção civil, comércio e indústria”<sup>160</sup>.

Pode-se notar que a denúncia do problema vem seguida da justificativa de que o mesmo se dá devido à expansão da cidade, e que a solução da questão deve acompanhá-la. Como veremos adiante, a atribuição dos problemas sociais ao crescimento de Luanda é muito comum, de modo que são deixadas de lado as relações de dominação próprias da sociedade colonial, em muito responsáveis pela precarização das condições de vida de negros e mestiços.

A *Revista Notícia*, em artigo sobre o problema dos transportes<sup>161</sup> de 1973, mostra que, apesar do apelo da PSP, o problema não havia sido solucionado.

“sem sombra de dúvida, que as nossas gentes têm um espírito forte, de uma resistência sem limites. De outra forma não se compreendia que seja tão baixo nível de psicopatas no nossos hospitais. Chega-se ainda à conclusão (talvez não tão positiva), de que as gentes são calmas e pacíficas por natureza. De contrário e muito provavelmente, já teria havido uma reacção em cadeia contra o actual estado de coisas”.

Importante destacar nessa matéria o reconhecimento de que a situação vivida pelas *gentes* de Luanda justificaria uma resposta não necessariamente serena. Ou, em outras palavras, há a ideia de que as condições de vida extremamente difíceis, enfrentadas pela

<sup>159</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°2. De 01 a 28 de Fevereiro de 1966, p.70. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.1.

<sup>160</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°2. Fevereiro de 1971, p.35. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.6. O fato de o problema ser mencionado em relatórios produzidos desde 1966 até 1971 demonstra que, apesar de constar em relatórios policiais como uma questão de ordem pública, a questão não foi solucionada.

<sup>161</sup> *Revista Notícia*. Luanda. 20 de Janeiro de 1973, p. 35. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

população mais pobre da cidade, são capazes de alimentar um descontentamento passível de ser tornar uma *reação em cadeia contra o actual estado de coisas*. E se tal não ocorreu até então, não foi por falta de motivos, mas porque as *gentes* seriam *naturalmente calmas e pacíficas*.

Os hospitais, que não dão conta das necessidades das populações que não podem arcar com os custos de médicos particulares, também se tornam alvos de críticas. Em relatório da PSP de junho de 1966, diz-se que as filas começavam a ser formar, em frente ao Hospital Central D. Maria Pia, localizado na Cidade Alta, por volta das duas horas da manhã, e, mesmo assim, muitos não conseguiam ser atendidos. Situação semelhante ocorria no Hospital de São Paulo, onde o início da aglomeração se dava às três horas, mesmo que a inscrição para consultas só tivesse início por volta das sete horas da manhã<sup>162</sup>. Vale dizer que esta queixa ao mau funcionamento dos hospitais repete-se nos relatórios de 1967.

A crítica ao funcionamento do sistema de saúde também ganha ecos na imprensa. Mais uma vez, é a *Revista Notícia* que, em agosto de 1971<sup>163</sup>, traz a denúncia, ao publicar um artigo com o título *Paciência, Pacientes* para tratar do mau funcionamento do Banco de Emergências do Hospital de São Paulo.

A deficiência de iluminação pública é outro tema frequentemente encontrado nos relatórios da PSP. O problema, assim como os demais, concentra-se na área periférica da cidade. Segundo a Polícia de Segurança Pública, a falta de iluminação nos musseques era um fator que em muito prejudicava o controle das populações, uma vez que atrapalhava a ação policial<sup>164</sup>. Por isso, insistia que tal fosse resolvido o quanto antes. Parece, porém, que as autoridades competentes não lhe davam ouvidos, uma vez que a denúncia continua a constar nos resumos dos anos posteriores.

Vale retomar o capítulo anterior para lembrar que a expulsão dos negros e mestiços do centro da cidade, quando respaldada diretamente pelas autoridades, era realizada, frequentemente, com o pretexto de que tal ação fazia parte de uma política sanitária para a cidade de Luanda. No entanto, os resumos policiais chamam a atenção para a falta de

---

<sup>162</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°7. Julho de 1966, pp. 07 – 08. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.1.

<sup>163</sup> Revista Notícia. Luanda. 07 de Agosto de 1971, pp. 58 – 59. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>164</sup> “Também os Bairros PRENDA, PALANCA, CAZENGA e ZONA N°2 do SARMENTO RODRIGUES, carecem de melhor iluminação, não só para mais ampla facilidade de policiamento, como também para garantir maior segurança aos seus moradores”. Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°2. Fevereiro de 1968, p.18. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.3.

lavadouros e balneários na periferia, assim como para a existência de águas estagnadas<sup>165</sup> e para a falta de recolhimento de lixo<sup>166</sup>, o que

“obriga os respectivos habitantes a concentrar o lixo nas ruas e terrenos devolutos, formando por vezes enormes ‘lixeiros’, onde se criam e desenvolvem mosquitos e insectos de toda a espécie, provocando ainda um mau cheiro constante, com os naturais e graves efeitos de nocividade para a saúde pública”.

A situação de alguns bairros periféricos era ainda mais degradante, como era o caso dos musseques Prenda e Samba Pequena, nos quais não havia sanitários, o que levava seus habitantes a “*fazerem as necessidades fisiológicas em qualquer local e cujo estado de coisas não se coaduna com as medidas e planos de promoção social estabelecidas*”<sup>167</sup>.

Os problemas relacionados à estrutura da cidade aqui mencionados influenciavam, mais diretamente, a vida dos moradores da periferia. Eram eles os que não tinham condições de arcar com os custos de médicos privados, e que viam-se forçados a aguardar horas por uma consulta nos hospitais; eram eles os que dependiam dos transportes públicos, enquanto os carros e motos multiplicavam-se, causando por isso transtornos no trânsito na parte *branca* da cidade<sup>168</sup>; eram eles os que mais sofriam com a falta de água e de iluminação – o crescimento da população branca e o conseqüente aumento do consumo de água e eletricidade teve como resultado, a partir de 1966, cortes de fornecimento diários para toda a cidade em determinadas horas do dia.

A justificativa corrente para os problemas presentes em Luanda era o crescimento acelerado da cidade. Tratava-se, dizia-se, de questões comuns a toda grande cidade, e Luanda era apenas uma delas, como se pode ver na análise de Bettencourt – opinião esta

---

<sup>165</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°9. Setembro de 1969, p.02. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.5.

<sup>166</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°3. Março de 1970, pp.02 – 03. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.5.

<sup>167</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações N°8. Agosto de 1970, p.02. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/058/Pt.6.

Nota-se aqui um reconhecimento por parte dos próprios agentes da ordem da discrepância entre as medidas de promoção social, das quais trataremos ainda neste capítulo, e a realidade vivida nos musseques.

<sup>168</sup> A jornalista portuguesa Ana Sofia Fonseca escreveu um interessante trabalho no qual analisa a vida da população branca em Angola. Para tal, realiza uma pesquisa profunda e várias entrevistas com os “retornados”, ou seja, portugueses que voltaram para Portugal após a independência, sendo que alguns o fizeram já logo após o 25 de Abril de 1974.

Neste livro, a autora afirma que, em 1972, havia já 16 mil veículos registrados na Província. Pelo que se viu até aqui, não seria de se admirar que a maioria deles estivesse em Luanda. Ver: Ana Sofia FONSECA. *Angola, terra prometida: A vida que os portugueses deixaram*. 2ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009, p. 64.

compartilhada por outros cientistas sociais que se debruçaram sobre o caso da capital, como Ilídio do Amaral em 1968<sup>169</sup> e Ramiro Ladeiro Monteiro, em trabalho concluído em 1973<sup>170</sup>.

“Os muceques de Luanda não se evidenciam por qualquer exotismo ou caso especial. É a consequência natural do desajustamento social que se verifica em todas as cidades do Mundo, desde os bairros de latas, às favelas, aos ‘slums’ e quejandos, onde uma população, de economia débil, arrasta as suas misérias, sempre à espera de uma oportunidade que lhe abra as portas da verdadeira cidade, para entrar na circulação geral da vida agitada, febril e movimentada da sociedade urbana”<sup>171</sup>.

No mais das vezes, a imigração da população de outras partes de Angola era considerada como a causa desse crescimento e do inchaço verificado nos musseques. Deixava-se de lado o fato de que o aumento da população portuguesa empurrou grande parte da população de origem africana – e aqui, incluo, além dos negros, grande parte dos mestiços – para o subúrbio. Esta crença não traz surpresa, uma vez que o povoamento branco era interpretado como o caminho para civilizar os africanos, sendo visto, portanto, de forma positiva. Porém, não se pode deixar de perceber como se fechavam os olhos para o fato de que, parte da população negra e mestiça vivia em melhores condições antes da chegada de grandes contingentes de europeus. Vimos no capítulo anterior, por exemplo, que as casas eram muito melhor construídas do Bairro das Ingombotas do que no Bairro Operário, para onde seus moradores foram transferidos por conta de *ações sanitárias* a serem levadas a cabo na cidade.

José Bettencourt, por exemplo, atribui o contínuo crescimento dos musseques não apenas a fatores econômicos – famílias que não podem arcar com os aluguéis em outras áreas da cidade se veem forçadas a buscar espaço entre as cubatas – mas também a um fator genético “*quer morfológico da pigmentação, quer sociogênico da herança cultural*”, que traz um “*desajustamento à vida social urbana*”<sup>172</sup>. Destarte, o sociólogo anula quase que por completo a influência da população de origem europeia nas condições de vida enfrentadas pelos negros e mestiços. Em sua argumentação, estes últimos, por suas condições genéticas, tendem a afastar-se da vida e da área urbanas, concentrando-se – só faltou usar o termo *por vontade própria* – nos insalubres musseques da periferia.

Desta forma, no mais das vezes, fechava-se os olhos para as causas reais dos problemas da cidade (e de Angola como um todo), mesmo porque, para de fato resolvê-los seria preciso reformular as próprias bases da sociedade e desconstruir as formas de dominação

<sup>169</sup> Ilídio do AMARAL. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1968, p. 73.

<sup>170</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., p.23.

<sup>171</sup> José de Sousa BETTENCOURT. Op.cit. p. 112.

<sup>172</sup> José de Sousa BETTENCOURT. Op.cit., p. 112.

existentes. Não é difícil concluir que esta não era a intenção do Governo de Portugal nem dos colonos em Luanda estabelecidos.

Era preciso, porém, diminuir a insatisfação que as populações africanas negras e mestiças, amplamente majoritárias, sentiam frente às condições de vida que se lhe impunham. Ainda mais quando o seu descontentamento as tornava abertas para os ideais de autodeterminação que ganharam amplitude após o início da luta armada.

## **II.2 “Tempo de acções e não de palavras!”<sup>173</sup>: Lusotropicalismo e Acção Psicossocial.**

### **II.2.1 O lusotropicalismo a serviço do Estado Novo.**

“E foi sem dúvida esta concepção de vida igualitária, de democracia humana, a contribuição mais significativa da acção portuguesa no mundo para a valorização do homem. Uma acção no mundo absolutamente alheia à ideia de conflito e de domínio, de superioridade e inferioridade racial, ao esquema simplista da dialéctica entre a agressão e a resposta”<sup>174</sup>.

Os ideólogos do regime português fizeram, a partir dos anos 1950, amplo uso das ideias de Gilberto Freyre a respeito da existência de uma maneira própria aos portugueses de estar no mundo como forma de justificar a manutenção de sua presença na África. Apesar de algumas ideias centrais para a elaboração do conceito de lusotropicalismo estarem já presentes em *Casa Grande & Senzala* (1933) – como, por exemplo, a predisposição portuguesa para a miscigenação e para a interpenetração de valores e costumes<sup>175</sup> –, foi apenas alguns anos mais tarde que as ideias do sociólogo foram apropriadas pelo Estado Novo português.

Para entender a rejeição ao pensamento de Freyre em um primeiro momento e sua posterior apropriação (e manipulação) em Portugal, é preciso ter em mente a situação vivida pelo país nesses dois momentos. Nos anos 1930, consolida-se o regime do Estado Novo. O golpe de 28 de maio de 1926 marca o fim da primeira República e uma nova etapa da história da metrópole. António de Oliveira Salazar assume, em 1928, a pasta das Finanças no novo

<sup>173</sup> Palavras do Ministro do Ultramar, Silva Cunha, ao empossar o novo Secretário Provincial de Obras Públicas e Comunicações de Angola. Ver: ABC Diário de Angola. Luanda, N° 3021, ano IX, 21 de Fevereiro de 1967, capa. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>174</sup> Adriano MOREIRA. *Ensaio*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar / Estudos de Ciências Políticas e Sociais, 1963, p. 13 APUD Marcelo BITTENCOURT. *Dos Jornais às Armas*. Lisboa: Vega, 1999, p.19.

<sup>175</sup> Cláudia CASTELO. “*O Modo Português de Estar no Mundo*”: *O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa*. Porto: Edições Afrontamento, 1999, p. 35.

governo e, em 1932, torna-se presidente do Conselho. Desde cedo, Salazar procurou marcar, no novo governo, uma ruptura com a orientação republicana – o que ficou patente com a promulgação do Ato Colonial, já em 1930. Nele, os territórios ultramarinos passaram a ser chamados de colônias e configuraram o Império Colonial Português; retirou-se a autonomia antes concedida aos alto comissários, agora substituídos pelos governadores gerais. Ao invés da abertura ao capital estrangeiro, optou-se pelas nacionalizações<sup>176</sup>.

O que importa notar, no entanto, é a maneira como foi construída a *mística imperial*, fortemente associada ao próprio nacionalismo português, em cuja formulação teve papel de destaque Armindo Monteiro, ministro das Colônias entre 1931 e 1935. A visão do africano consagrada pelo Ato Colonial e pelas legislações voltadas para os indígenas – como o Estatuto do Indigenato e o Código do Trabalho – é a de um ser inferior, mas passível de ser civilizado. Destacamos, no capítulo interior, o darwinismo social presente nessas leis. Através do contato com o branco, o negro reconheceria a sua própria inferioridade, e esforçar-se-ia para atingir o patamar superior. Assim, o africano seria civilizado, isto é, abandonaria, progressivamente, sua cultura em prol da cultura alheia, à qual se iria assimilar. Nesse contexto, não surpreende que as ideias de Gilberto Freyre – que traziam uma ideia de interpenetração cultural, isto é, de influência cultural mútua das partes em contato – fossem ignoradas ou, quando mencionadas, categoricamente refutadas.

No pós-guerra, porém, o contexto internacional muda profundamente. A derrota da Alemanha nazista coloca em cheque os ideais de pureza racial defendidos até então, e a questão do direito à liberdade dos povos torna-se central. A Carta da Organização das Nações Unidas, criada em 1945, estipulava em seu artigo 75º que seus países membros tinham o dever, perante seus “territórios não autônomos” de “*desenvolver o autogoverno, tendo em devida consideração as aspirações políticas dos povos e assisti-los no progressivo desenvolvimento das suas livres instituições políticas*”<sup>177</sup>. Além disso, a carta determinava a obrigação dos países membros de informar, com regularidade, o secretário-geral da ONU sobre a forma através da qual os territórios não autônomos estavam a ser administrados. Em 1948, a Declaração Universal dos Direitos do Homem consagrou a autodeterminação enquanto direito fundamental<sup>178</sup>. Já nos anos 1950, uma onda independentista atinge a Ásia e, na década seguinte, chega à África.

<sup>176</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, pp. 45 – 47.

<sup>177</sup> Yves LÉONARD. “O Ultramar português” IN *História da Expansão Portuguesa*. Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p.31

<sup>178</sup> Cláudia CASTELO. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 107.

Foi justamente, porém, na década de 1950 que o império colonial atingiu o auge de sua importância econômica para a metrópole – antes do início da guerra, a remessa de capital por parte de emigrantes portugueses nas Américas e na Europa constituía a principal fonte de divisas estrangeiras para Portugal e cobria a maior parte do déficit econômico da balança de pagamentos. Com a recessão econômica de 1930, Salazar colocou as colônias no centro das preocupações de Portugal. Em fins dos anos 1940 e durante a década de 1950, o governo português colhe os frutos da estratégia econômica salazarista<sup>179</sup>. Além disso, a construção da mística imperial deu às colônias uma importância vital para o próprio nacionalismo português e, portanto, para a manutenção do regime. Portugal não iria abrir mão de seus “territórios não autônomos”, e nem admitiria interferência externa em sua administração. Tornava-se clara, portanto, a necessidade de uma reformulação da política colonial portuguesa. É nesse contexto que se verifica uma primeira série de reformas e que se ensaia uma aproximação a Gilberto Freyre.

Em 1951, as disposições que constituíam o Ato Colonial, com alterações, são integradas na Constituição da República. Neste texto, Portugal já aparece enquanto uma nação pluricontinental, da qual faziam parte províncias europeias e ultramarinas, o que constituiu uma alteração de nomenclatura e nada mais, uma vez que “as diferentes partes de Portugal” eram juridicamente distintas e não compartilhavam nem mesmo uma moeda única<sup>180</sup>. Essa mudança de terminologia é consagrada pela nova Lei Orgânica do Ultramar Português, de 1953, na qual também é abolido o indigenato nas províncias do Timor e de São Tomé e Príncipe<sup>181</sup>.

Portugal ingressa na ONU em 1955<sup>182</sup>. A partir de então, quando pressionados com relação ao cumprimento do artigo 75º da Carta, os diplomatas portugueses alegariam não possuir colônias, ou “territórios não autônomos”, mas sim províncias ultramarinas, e defenderiam que qualquer interferência em sua administração significaria ingerência na política interna portuguesa.

Outras reformas efetuadas no período, das quais tratamos no capítulo anterior, dizem respeito ao sistema educacional – através da transformação do ensino voltado para os indígenas, que deixou de ser rudimentar para ser de adaptação, aumentando a articulação entre

---

<sup>179</sup> Para uma análise em pormenor da política econômica portuguesa com relação à África, ver: Gervase CLARENCE-SMITH. *O III Império Português (1825-1975)*. PINTO, Maria João (trad.) Lisboa: Teorema, 1985.

<sup>180</sup> Maria da Conceição NETO. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. Lusotopie, 1997. p. 346.

<sup>181</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, pp. 58 – 60.

<sup>182</sup> É bom lembrar que a manutenção do Estado Novo em Portugal, classificado por muitos como um regime fascista, mesmo após a queda do Nazismo com o fim da Segunda Guerra Mundial, marginalizou politicamente o país no cenário internacional. Ver: Maria da Conceição NETO. Op.cit., pp. 340 – 341.

o ensino para os indígenas e o ensino regular – e ao Estatuto do Indigenato, agora referente apenas a Angola, Moçambique e Guiné.

Apenas dois meses após a revogação do Ato Colonial, em agosto de 1951, Gilberto Freyre inicia uma viagem por terras lusitanas, a convite do então ministro do Ultramar, Sarmento Rodrigues. É entre 1951 e 1952, que o conceito de lusotropicalismo é finalmente formulado<sup>183</sup>. Em suma, segundo a apropriação política do lusotropicalismo<sup>184</sup>, Portugal seria diferente das demais potências colonizadoras por sua capacidade de adaptação cultural e material, cuja origem remontava à própria formação do português, que sofrera forte influência dos mouros e dos judeus. Como consequência, resultaria uma interação humana amistosa, multirracial e igualitária, conforme as palavras de Adriano Moreira aqui utilizadas como epígrafe. Ideólogos do Estado Novo apresentavam os supostos cinco séculos de contatos entre portugueses e africanos, assim como a alta taxa de miscigenação em suas colônias, como provas de uma relação sempre harmônica entre os portugueses e os povos tropicais<sup>185</sup>, e de que os últimos foram sempre tratados pelos primeiros como iguais. O Brasil tornou-se a prova viva de que o contato entre portugueses e outros povos produz sociedades multirraciais<sup>186</sup>.

Foi, portanto, como resposta às pressões externas que Portugal, por um lado, revogou o Ato Colonial e, por outro, fez uso da teoria lusotropical para validar *cientificamente* a

---

<sup>183</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, pp. 36, 87.

<sup>184</sup> Essa apropriação política retirou das ideias de Freyre os elementos que poderiam comprometer a soberania portuguesa perante os territórios ultramarinos. Para Freyre, a união cultural e de sentimentos que o lusotropicalismo representava ultrapassava as fronteiras políticas, de modo que não seria posta em causa com a independência das colônias. O Brasil seria exemplo disso. Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, pp. 139, 140.

<sup>185</sup> Se a presença portuguesa na África remonta ao século XV, vale lembrar que essa presença esteve, por muitos séculos, restrita a áreas costeiras e limitada a certas regiões comerciais, não se traduzindo numa efetiva ocupação do território. O contato efetivo entre portugueses e africanos teve início, de fato, em meados do século XIX, quando a posição de Portugal perante os territórios ultramarinos tomou outros contornos. É só neste momento que se inicia o povoamento destes territórios pela população metropolitana.

Além disso, até o século XX, em Angola, os portugueses defrontaram-se com resistências e contestações africanas, o que demonstra que não só os cinco séculos de contato constituem um mito, como também a ideia de harmonia e relação amistosa é igualmente falsa.

<sup>186</sup> Gerald J. BENDER *Angola sob o Domínio Português: Mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004, p. 53. Bender faz uma excelente análise do lusotropicalismo de modo a invalidar as principais bases sobre as quais a ideologia se justificava. Primeiro, mostra que as adaptações culturais e materiais não são características apenas dos contatos entre portugueses e outros povos, mas que se trata de uma característica compartilhada por outras potências colonizadoras – de fato, é difícil imaginar que uma relação entre povos culturalmente diferentes possa ser travada sem que haja transformações, mesmo que desiguais, de todos os envolvidos; em seguida, mostra que os longos séculos de convívio não necessariamente significam relações amistosas entre povos; mostra ainda que, no caso brasileiro, utilizado pelos ideólogos portugueses como prova máxima de que o seu contato com diferentes populações origina sociedades multirraciais, os portugueses figuravam apenas como uma entre as diversas nacionalidades que o povoaram, sendo que nenhuma delas contribuiu com mais de um terço do total de imigrantes. Defende, inclusive, que o número de mestiços, utilizado por Portugal como prova da relação igualitária travada com povos diferentes, era menor nas colônias portuguesas do que em algumas outras que foram colonizadas por outros países, sendo os casos do Brasil e de Cabo Verde exceções à regra. Aliás, diz ele, o Brasil tem um número menor de mestiços do que a maior parte dos países da América Latina. Isso para não mencionarmos que o índice de miscigenação não prova a existência de uma relação pacífica, mas pode mostrar justamente o contrário, uma vez que os mestiços eram normalmente filhos ilegítimos.

excepcionalidade de sua permanência em territórios africanos. Em outras palavras, era através da defesa dessa suposta igualdade presente em territórios portugueses – que seriam multirraciais e harmônicos – e de uma colonização branda e não-racista, que Portugal buscou defender, contra os ataques internacionais e, principalmente a partir de 1961, frente à contestações internas, a sua posição na África, de onde não pretendia sair.

“O discurso português, nos anos que se seguiram a constituição da ONU (Organização das nações unidas), era realmente original: não havia nada a descolonizar porque não havia colônias, havia uma nação portuguesa ‘plurirracial e pluricontinental’. Portanto, tudo o que a ONU definia para os territórios colonizados não se aplicava ao caso português...”<sup>187</sup>.

No entanto, apesar dessa aproximação, as ideias de Gilberto Freyre não se tornaram, de fato, a base para as reformas dos anos 1950, o que pode ser percebido através da manutenção da diferença jurídica entre indígenas e civilizados em algumas províncias e da própria lógica através da qual realizou-se a revisão do Estatuto do Indigenato de 1954. Uma das ideias principais para explicar a formação da sociedade lusotropical, em Freyre, era a da *integração*, que significaria uma simbiose, cujo resultado seria a participação das partes na formação de uma cultura com tendência a tornar-se homogênea, composta por traços adaptados de todos os povos participantes. A integração, segundo a perspectiva de Freyre, contrastaria com a subjugação e mesmo com a assimilação<sup>188</sup>. Suas ideias, portanto, estavam mais próximas de um intercâmbio cultural do que da lógica segundo a qual uma das partes deveria ser civilizada com o objetivo de atingir o patamar de uma cultura que lhe seria alheia, como formalizado no Estatuto dos Indígenas.

Um dos grandes responsáveis pela difusão do lusotropicalismo dentre a intelectualidade portuguesa dos anos 1950 foi o professor Adriano Moreira. Enquanto diretor do Centro de Estudos Políticos e Sociais (CEPS), em 1957, Moreira criou as primeiras missões de estudo com vistas à realização de inquéritos nas províncias ultramarinas. Esses relatórios revelaram que as sociedades lusotropicais estavam ainda longe de se tornarem realidade, principalmente em Angola e Moçambique. Moreira, à frente do CEPS, justificava tais discrepâncias enquanto desvio às tradições portuguesas<sup>189</sup>.

Também seria preciso recorrer a malabarismos para elaborar, através da retórica lusotropicalista, uma justificativa para os ataques de 4 de Fevereiro e 15 de Março de 1961, assim como para a guerra de independência que se seguiu. Se havia, de fato, uma sociedade

<sup>187</sup> Maria da Conceição NETO. Op.cit., pp. 340 – 341.

<sup>188</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, p. 38.

<sup>189</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 1999, pp. 102 – 106.

igualitária, na qual não existiam preconceitos raciais, como explicar o descontentamento da população nativa? Corria-se o risco de perder um dos elementos mais sólidos da ideologia lusotropical, que assentava exatamente na relação harmônica entre as partes<sup>190</sup>. Tornou-se necessário, então, rever o sistema relacional entre brancos e negros na Província.

Portugal optou por, publicamente, continuar a negar a existência de contestação interna e por atribuir a autoria dos ataques a elementos externos, sendo “*fruto da ambição expansionista soviética*”<sup>191</sup>. O próprio Salazar, em entrevista concedida ao *New York Times*, e reproduzida na primeira página do periódico *Diário de Luanda*, em 02 de junho de 1961, afirmou que “*os recentes acontecimentos verificados em Angola resultam de uma acção instigada e conduzida do exterior*”<sup>192</sup>.

Foi ainda no contexto das pressões internacionais e da eclosão da violência anticolonial em Luanda que em abril de 1961 Adriano Moreira é nomeado ministro do Ultramar. Durante o breve período em que esteve no cargo, Moreira esforçou-se por aplicar as ideias de Freyre ao terreno jurídico. Levou adiante uma série de reformas no colonialismo português, reformas essas há alguns anos reivindicadas, mas que chegaram à prática efetiva apenas após o início da guerra, quando se percebe que não é apenas com palavras que se poderia vencê-la. As mais importantes delas foram o fim do indigenato, de modo que todos os naturais dos territórios portugueses passaram a desfrutar da categoria de cidadãos – o que, significa, entre outros benefícios, a abertura a um maior número de africanos do acesso à educação e à propriedade –; a elaboração de uma regulamentação mais rígida da ocupação de terras<sup>193</sup>, que protegia, pelo menos na esfera da lei, o acesso à terra pelas populações nativas; e

<sup>190</sup>Isabel HENRIQUES. “Estruturas Sociais” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 259.

<sup>191</sup> Marcelo BITTENCOURT. “*Estamos Juntos*”: *O MPLA e a luta anticolonial*. 1º Volume. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008, p. 114.

<sup>192</sup> “Nunca está posta a questão de Portugal poder trair os seus princípios e as suas populações – Notável entrevista de Salazar ao *New York Times*” IN *Diário de Luanda*. Luanda, N° 9.557, ano XXXI, 02 de Junho de 1961, capa.

<sup>193</sup> A expulsão de populações africanas, por meio lícitos e ilícitos, das terras mais férteis da colônia, para que fossem ocupadas por colonos brancos, era frequente. Os ataques no Norte em 15 de Março de 1961 foram levados a cabo, em grande parte, por indivíduos que consideravam que suas terras na região haviam sido roubadas pelos brancos, em sua ganância pela riqueza proporcionada pelas plantações de café. Deste modo, o decreto n° 43 894, que fazia parte das reformas de setembro de 1961, estabelecia três classes de terra em Angola: as de primeira classe eram as terras urbanas e suburbanas; de segunda, as terras africanas de propriedade comunitária cujos ocupantes não poderiam ser expulsos, uma vez que se reconhecia os seus direitos inalienáveis a elas; por fim as de terceira, que só poderiam ser delimitadas após as demais já o terem sido, eram as que poderiam ser concedidas aos europeus. Viu-se, no entanto, que novas artimanhas foram elaboradas para tomar as terras dos africanos, sendo importante destacar os programas de reordenamento, intensificados a partir de 1967, que transferiam populações para áreas controladas, e tinham como um de seus objetivos desenvolvê-las econômica e socialmente, além, é claro, do mais importante que seria impedir o contato entre elas e os movimentos de libertação. Muitos europeus viram nesse plano uma maneira de “libertar” terras para serem por eles ocupadas. Ver. BENDER. Op.cit., p. 296, 268.

a abolição do trabalho forçado não remunerado<sup>194</sup>. Portanto, nos dizeres de Bender, “*a guerra fez finalmente acordar Portugal para o reconhecimento de alguns anacronismos no seu sistema colonial*”<sup>195</sup>.

A guerra, por conseguinte, acelerou a realização de reformas, que já estavam em discussão desde fins dos anos 1940<sup>196</sup>. O sistema mundial, como vimos, estava em transformação, como atestam as reformas levadas a cabo nas colônias inglesas e francesas. Se Portugal relutou em seguir a corrente, não poderia continuar a fazê-lo por muito tempo. Mesmo porque buscava o seu espaço dentro da comunidade internacional, e buscava fazê-lo apresentando a si mesmo enquanto uma potência pluricontinental, e não apenas como um pequeno país sem fôlego perante as demais potências europeias.

A diferença jurídica entre cidadãos e o recurso ao trabalho forçado eram condenados internacionalmente. Com o impulso de industrialização do ultramar, assunto do qual falaremos adiante, os próprios empresários do setor industrial passaram a contestar tais políticas, uma vez que dependiam do poder de compra dos negros e mestiços para se consolidar<sup>197</sup>. Destarte, se a guerra não foi a única causa para a implementação de tais reformas, é inegável, no entanto, que ela diminuiu os obstáculos e acelerou o ritmo de sua implementação.

O que importa destacar é que Adriano Moreira conseguiu, na esfera legal, substituir o ideal de assimilação pelo de *integração*, que, como vimos, estava em maior conformidade com o lusotropicalismo. Essas reformas simbolizam, no que se refere à lei, o reconhecimento da existência de uma multiplicidade de culturas que deveriam ser preservadas para que, em

---

Além de obrigar os nativos a abandonarem suas terras, muitas vezes apropriadas pelos colonos, a maior parte dos casos de deslocamento para os reordenamentos indica que o objetivo de desenvolver essas populações não foi levado adiante. Grande parte das transferências foram realizadas à base de violência, assim como a manutenção dessas populações nas áreas delimitadas, cujas entradas e saídas eram altamente controladas. Além disso, nessas áreas, as populações transferidas não eram capazes de desenvolver suas atividades produtivas, o que teve como consequência a falta de alimentos, que chegou, inclusive, a afetar os centros urbanos. Uma outra consequência foi o aumento de doenças infectocontagiosas pela falta de higiene que marcou muitos dos reordenamentos, assim como a carência de médicos para atender a estas populações.

<sup>194</sup> Apesar de legalmente abolido, a prática do trabalho forçado permaneceu, mas sob a forma de trabalho correcional aplicado pelo Estado, no caso de *vagabundagem* comprovada do africano. Ver: Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 56.

<sup>195</sup> BENDER. Op.cit., p. 256. Anacronismos porque outras potências coloniais, como a França e a Inglaterra, realizaram reformas semelhantes já nos anos 1940, enquanto Portugal só o fez quando percebeu não haver alternativas.

<sup>196</sup> Enquanto ministro das Colônias, José Ferreira Bossa, já em 1944 (ainda antes do fim da Segunda Guerra Mundial, portanto), alertava para os perigos da construção jurídica do Império face à nova ordem mundial, e defendia a necessidade de englobar na construção jurídica toda a Nação Portuguesa. Em 1951, dez anos antes das reformas de Adriano Moreira, o deputado Mendes Correia defendeu na Assembleia Nacional a extensão da cidadania aos indígenas, mas a sua proposta não foi aceita. Cláudia CASTELO. Op.cit. 1999, pp. 24, 57.

<sup>197</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., p. 195.

contato com a cultura portuguesa, originassem a cultura lusotropical<sup>198</sup>. Retomando a fala de Moreira, essa ideia de integração servia ainda para negar a existência de dominação em territórios portugueses.

O conceito de lusotropicalismo, portanto, que teria cunho cultural, acaba por ser apropriado, com o consentimento de Freyre, e posto a serviço da política portuguesa. São os diplomatas portugueses os que maior uso fazem dessas ideias, aplicadas como resposta às pressões internacionais dirigidas ao colonialismo.

Adriano Moreira, portanto, procura reformar a legislação ultramarina de modo a adequá-la aos princípios lusotropicais. Essa terá sido a única tentativa concreta nesse sentido. No entanto, o discurso lusotropical continua a ser apropriado até o fim do colonialismo português. Não apenas no discurso voltado aos interlocutores estrangeiros, mas também para a conquista dos próprios africanos para a causa portuguesa. O lusotropicalismo é, destarte, politizado e transformado em ideologia.

## II.2.2 A guerra pelos corações.

O afastamento de Adriano Moreira do cargo de ministro do Ultramar em dezembro de 1962, portanto, não significou o abandono do recurso à teorização lusotropical – pelo menos não no âmbito dos discursos. No entanto, como vimos no próprio caso de Moreira, a defesa pública do lusotropicalismo, com a consequente insistência na existência de um compartilhamento cultural e de uma vivência harmônica entre as diversas partes que compunham o povo português, não contrariava o reconhecimento da discrepância entre teoria e prática e da necessidade de efetuar algumas mudanças. Nos documentos cuja circulação era restrita, algumas autoridades portuguesas admitiam haver injustiças sociais nos territórios ultramarinos e reconheciam ser necessária a realização de reformas<sup>199</sup>. A partir disso, elaborou-se um plano que ficou conhecido como *Ação Psicossocial*, cujo objetivo era aproximar as populações nativas de Portugal. Para tanto, os formuladores das diretrizes do programa

<sup>198</sup> Aliás, o incentivo ao povoamento branco das províncias era também uma das frentes defendida por Moreira. Dentre as suas medidas estava a criação das Juntas Provinciais de Povoamento.

<sup>199</sup> Essa opinião não era, claro está, compartilhada por todos. Havia também grupos que defendiam que era através da força que se devia responder aos ataques de 1961, e que a realização de reformas não iria suscitar qualquer resultado. A estratégia adotada pelo Governo Português buscava equilibrar a força e o controle com a realização de reformas. Aqui, ganha destaque a ação via reformas. No próximo capítulo, a ênfase estará na força e na repressão levadas a cabo pelas autoridades portuguesas no sentido de controlar a difusão das ideias nacionalistas e a persuasão das populações nativas pelos movimentos de libertação.

perceberam o quanto os laços de solidariedade contribuíram para a formação de grupos classificados como subversivos e buscaram atuar no mesmo sentido. Em outras palavras, a finalidade era conquistar as populações, através da criação vínculos entre elas e as autoridades coloniais.

Vale dizer que se admitia que os ditos *terroristas* apenas conseguiram o apoio das populações nativas na medida em que elas já não mais acreditavam que as autoridades teriam qualquer intenção de transformar as suas condições de vida, o que, de fato, é um reconhecimento da relação desigual, muitas vezes violenta, entre brancos e negros existente nos territórios ultramarinos.

Já em junho de 1961, isto é, logo após o início da guerra em Angola, o Gabinete do Ministro do Ultramar envia para o Gabinete dos Negócios Políticos um trabalho elaborado pelo Chefe da Seção Militar, Hermes de Oliveira, no qual se diz que o inimigo, por não possuir meios militares para dominar política e geograficamente o território, procura na população o apoio que necessita, e, seja através da persuasão, seja através da violência, irá conquistar a aliança que lhe permitirá dominar determinada área.

“O adversário sabe que a vitória pertencerá a quem tiver por si as populações. Tudo o mais virá com elas. [...] É, portanto, neste mesmo terreno – a população – que lhe devemos dar combate, no intuito de conquistar o mesmo objectivo – a população. Não nos é consentido, se quisermos vencer, travar a guerra em campos diferentes. Constitui imperativo para nós instalarmo-nos nos espíritos e nos corações”<sup>200</sup>.

A estratégia adotada pelas autoridades coloniais seria então a de reconquistar aqueles que se haviam passado para o lado dos inimigos de Portugal e de manter a lealdade dos que ainda não o tinham feito. No entanto, alertavam, apenas palavras não bastam para conquistar os corações da população. Fazia-se necessária ainda uma ação concreta, material, uma vez que *“se ela se encontra voluntariamente do lado da rebelião é porque não acredita que lhe resolvamos os problemas que a afligem. Mostrar-lhe-emos sermos capazes de os resolver e, mais ainda, estarmos dispostos a isso”*<sup>201</sup>.

Coloca-se, aqui, a questão de forma bastante clara: segundo os ideólogos da Ação Psicossocial, quem tivesse o apoio da população, venceria a guerra. Nota-se também a defesa de que, para tanto, seria preciso conquistar os *corações*, o que colocava a ênfase na importância da construção de laços afetivos com os nativos.

<sup>200</sup> “Preâmbulo”. Directivas, 1961. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.1, p.02. Grifo no original.

<sup>201</sup> “Preâmbulo”. Directivas, 1961. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.1, p.04.

Através da documentação sobre a Ação Psicológica pode-se concluir que foram os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola (SCCIA), em parceria com as Forças Armadas e com o Centro de Informação e Turismo de Angola (CITA), que levou o projeto adiante. A partir de 1965, passam a realizar-se reuniões semanais nos SCCIA para tratar das linhas gerais de ação, com a presença do diretor da PIDE.

Em Informação de fevereiro de 1965, elaborada pelo Grupo de Trabalho de Informações sobre a Ação Psicológica, e enviada ao Ministro do Ultramar, encontra-se um despacho do então Governador-Geral, Silvino Silvério Marques, que escreve: “*Na consolidação da frente interna ter-se-á como 1º objectivo a população dos meios suburbanos, depois as dos meios rurais e finalmente a população mais evoluída dos meios urbanos*”<sup>202</sup>.

Tais objetivos, por sua vez, tiveram o consentimento do Ministério do Ultramar em Informação datada de abril deste mesmo ano<sup>203</sup>. Isso significa que as populações dos meios suburbanos tornaram-se os alvos principais da ação psicológica, também chamada de *contrapropaganda*, o que não deixa de ser um reconhecimento, ainda que não explicitado nestas duas informações de 1965, de que as condições nas quais tais populações se encontravam as afastavam das autoridades coloniais, o que poderia ser utilizado pelos propagandistas dos movimentos de libertação no sentido de abrir uma frente dentro das cidades.

No campo da ação psicológica, uma Informação dos SCCIA, de junho de 1966<sup>204</sup>, de certa forma relembra os três objetivos principais, que já estavam presentes, mesmo que de forma mais dispersa, nos documentos que tratam das bases gerais e das diretrizes a serem seguidas, elaborados em 1961/1962. O primeiro era consolidar a frente interna, e o tema destacado é o de que “*Portugal é um país multirracial e anti-racista e o conjunto de territórios portugueses é uma força extraordinária para o futuro*”. O segundo objetivo era combater o inimigo, e pode-se destacar a intenção de mostrar que “*os chefes inimigos são manejados por interesses exteriores comunistas, imperialistas e neocolonialistas*”, ou seja, de que não se trata de insatisfação interna, além de enfatizar as dissidências internas dos movimentos de libertação e o seu cunho racista. O terceiro objetivo citado seria o de fortalecer a posição de Portugal no exterior, através da veiculação de uma imagem antirracista

---

<sup>202</sup> Informação, Fev. 1965. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.4, p.04

<sup>203</sup> Informação, Abr. 1965. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.2, p.06

<sup>204</sup> Informação SCCIA, Jun. 1966. Acção Psicossocial. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, MU/GM/GNP/060/Pt.2

e anticolonialista do país. Em suma, através da ação psicológica, procurou-se fortalecer o discurso lusotropicalista, tanto no plano interno como no externo.

Curiosamente, é no exato momento em que os acontecimentos colocam em cheque a ideia de uma sociedade lusotropical, harmônica e multirracial, que este discurso, cujas bases se assentavam na excepcionalidade da colonização portuguesa, ganha ainda mais força, fazendo parte da ação psicológica que estava a ser posta em prática.

Para atingir tais objetivos, a imprensa teve papel central, e não apenas após 1965, quando os grupos de trabalho passaram a reunir-se com maior frequência para discutir os meios de ação, mas desde logo a seguir às primeiras ações armadas dos movimentos de libertação angolanos. Já em fevereiro de 1961, realizaram-se reuniões entre as autoridades coloniais e os representantes dos principais órgãos da imprensa angolana, nas quais se verificou que estes “*estão dispostos a apoiar inteiramente o Governo*”<sup>205</sup>.

No dia 04 de fevereiro de 1961, o jornal da tarde *Diário de Luanda*<sup>206</sup> publica na primeira página uma pequena nota informativa a respeito dos acontecimentos da madrugada. Segundo a nota, o Governo-Geral de Angola há alguns dias estava a receber informações de que se tramava “*um plano de agitação organizado de fora para dentro*”<sup>207</sup>. Já aqui, neste pequeno informativo na capa do jornal, encontra-se o discurso empregado pelas autoridades portuguesas ao longo da guerra colonial: esta luta não é angolana, mas estrangeira, e obedece a interesses de fora. Afinal, em terras portuguesas, não se verificam conflitos raciais.

O jornal, também diário, *O Comércio*, no número publicado no dia 07 de fevereiro, traz em sua primeira página a matéria intitulada *Começa já a divisar-se o sucedido nos bastidores dos incidentes da madrugada de sábado: Há indivíduos europeus implicados*<sup>208</sup>.

“Segundo apurámos em fontes dignas de fé, a audição policial dos detidos em relação com os últimos incidentes, confirmou plenamente que os três indivíduos europeus já presos, estiveram directamente implicados na organização do sucedido na madrugada de sexta-feira.

“Por outro lado os exames médicos efectuados vieram confirmar que a grande maioria dos assaltantes se encontrava embriagada e revelou que também tinha sido ministrada a quase todos altas doses do tóxico euforizante ‘marijuana’ – a nossa conhecida ‘liamba’”.

Os europeus presos passam a constar entre os *organizadores* do movimento, e não como simples participantes do mesmo. Os negros que participaram estavam inconscientes,

<sup>205</sup> Correspondência do Gabinete do Ministro do Ultramar para o Gabinete dos Negócios Políticos. 9 de Fevereiro de 1961. Arquivo Histórico Ultramarino. MU/GM/GNP/052/Pt.1.

<sup>206</sup> O Diário de Luanda era um jornal abertamente pró-regime. Após a queda do Estado Novo, é alvo de críticas e acusações, por ser órgão da ANP (Ação Nacional Popular), nome que ganhou a União Nacional em 1970.

<sup>207</sup> “Nota oficiosa do Governo Geral de Angola” IN *Diário de Luanda*. Luanda: N° 9.442, ano XXXI, 4 de Fevereiro de 1961, capa.

<sup>208</sup> O Comércio. Luanda, N° 5.000, ano XXVI, 6 de Fevereiro de 1961, capa.

sob o efeito de drogas, e se deixaram levar pelo discurso alheio, vindo do exterior. Matérias como esta são abundantes nos números que se seguem. No dia 10 de Fevereiro, por exemplo, também na primeira página de *O Comércio*, lê-se: “*Façamos a frente única contra todos os perturbadores da nossa vida e da nossa harmonia que agem confessadamente a soldo dos estrangeiros – preconiza a Câmara de Luanda*”.

Até certo ponto, pelo menos no que se refere à ação psicológica, a preocupação em positivar a presença portuguesa na África é mais antiga do que o início da guerra, ou, para recuar um pouco mais, é anterior aos anos 1950. A própria ênfase na missão civilizadora dos europeus – ideia que legitimou a expansão imperialista, comum a todas potências europeias que participaram da “corrida para África” –, que levariam aos africanos a modernidade e a civilização, demonstra uma intenção de convencimento e persuasão de que a colonização seria benéfica aos colonizados. No entanto, a formulação mais detalhada de uma Ação Psicológica que saísse da esfera da persuasão e que contasse, para isso, com a execução de uma Ação Social, supostamente adequada às necessidades da população, ganhou impulso apenas a partir do início da guerra.

Talvez, porém, não seja de todo absurda uma comparação dessa fase final da presença portuguesa em Angola, na qual as Ações Psicossociais ganham mais relevância, com a reflexão de Chatterjee<sup>209</sup> sobre a dominação britânica na Índia, na qual os colonizadores buscavam ser amados, e não só temidos<sup>210</sup> pelos colonizados, e, para tal, desenvolviam ações comumente chamadas de *melhoramentos*. Daí a percepção de que a ação psicológica, já amplamente defendida nos discursos portugueses, deveria ser acompanhada por uma ação social, que traria melhorias concretas à vida dos nativos, e que seriam essenciais para a conquista dos *corações*.

Além disso, essa ação de persuasão estaria voltada para a *integração* da população autóctone, isto é, ela teria por base o respeito pela diversidade cultural africana – ao contrário dos anos anteriores em que o benefício da colonização estava relacionado à evolução dos *indígenas* ao patamar superior dos *civilizados*.

Nesse sentido, e com vistas à criação de laços afetivos com os negros, a música, a língua e os costumes autóctones passaram a ser valorizados e apropriados. A estratégia levada adiante pelo Estado colonial tinha como intuito controlar os espaços de lazer dessas

---

<sup>209</sup> Partha CHATTERJEE. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: Edufba, 2004, p.31.

<sup>210</sup> Isso não significa que a componente do medo, ou do temor, deixasse também de se colocar no sentido de garantir a dominação colonial. O aspecto do temor, como já foi dito em outra nota, será melhor analisado no capítulo terceiro.

populações e fazer deles meios de difusão de sua ideologia. A rádio *Voz de Angola*<sup>211</sup> é um exemplo disso. Além de emissões em línguas nativas, a rádio emitia músicas angolanas para atrair os ouvintes. Em seus noticiários, veiculava-se a propaganda do regime. A utilização do meio radiofônico como instrumento de persuasão não deixou de ser uma resposta direta à guerra, uma vez que os movimentos de libertação, em especial o MPLA, a partir de meados dos anos 1960, passaram a emitir programas através de rádios estrangeiras que podiam ser sintonizadas do interior de Angola.

Os responsáveis pela *Ação Psicossocial*, como vimos, não se restringiram à esfera da propaganda. Tiveram importância também no sentido de exigir que as reformas de 1961 fossem colocadas em prática como estratégia para *conquistar corações e mentes*, e isso, no entanto, deu-se apenas em finais dos anos 1960. Tendo concluído que o racismo branco era um dos principais entraves para sua atividade de persuasão, lança-se uma campanha de erradicação do racismo através do recrutamento de negros para o aparelho de Estado e da pressão para que empresas privadas contratassem maior número de não-brancos<sup>212</sup>.

A questão que se coloca, principalmente tendo em vista as condições de vida das populações dos musseques apresentadas no início do presente capítulo, é se as reformas de 1961 e a alteração do tratamento do nativo preconizado pela *Ação Psicossocial* alteraram, de fato, a realidade das populações ou se representaram apenas mais uma mudança na forma da lei, sem resultados concretos.

### **II.3 Luanda: uma cidade em transformação.**

Fizemos já algumas menções ao processo de industrialização de Angola, cujo foco esteve nos centros urbanos, e que trouxe consequências para a organização social de Luanda. Para entender como se deu esse processo, apresentaremos, resumidamente, o contexto de

---

<sup>211</sup> De acordo com Moorman, a *Voz de Angola* era um programa da Emissora Oficial de Angola. Já Monteiro afirma que a *Voz de Angola* e a *Emissora Oficial* eram emissoras distintas. Ver: MONTEIRO. Op.cit., p. 372.; MOORMAN. Op.cit., p. 150. A EOA iniciou suas emissões em meados de 1950. Quanto à *Voz de Angola*, não encontrei dados. É no entanto com o início da guerra que o governo português intensifica os investimentos em radiodifusão e utiliza este meio como forma de *conquistar corações*, que é o que importa para nós. Roberto de Almeida, em entrevista ao professor Marcelo Bittencourt, em 16 de fevereiro de 1997, menciona que o jornal *Tribuna dos Musseques*, do qual falaremos adiante, e a *Voz de Angola* foram criados em 1968. Sabemos, porém, que o periódico data da primeira metade de 1967. Como Roberto de Almeida esteve preso entre 1963 e 1968, não admira que ele misture as datas, mas é possível concluir que a *Voz de Angola* também data de meados dos anos 1960.

<sup>212</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., p. 227.

abertura econômica e os interesses envolvidos na implantação de indústrias no Ultramar. Em seguida, retornaremos ao nosso objeto de estudo.

### **II.3.1 Mudanças na política econômica ultramarina.**

Os anos que se seguiram ao início da luta de libertação em Angola foram marcados por um intenso crescimento econômico. Segundo Mario Muteira<sup>213</sup>, o Estado Novo português, apesar de ser um Estado capitalista, uma vez que o regime se assentava na propriedade privada dos meios de produção, adotou, desde a sua consolidação em fins dos anos 1920 e início dos 1930, um capitalismo que se queria autocentrado, ou seja, que resistia à abertura ao capital estrangeiro e que se orientava para a integração econômica entre a metrópole e suas colônias. Tratava-se, de acordo com Muteira, de um Estado intervencionista.

Já as colônias, tendo sua autonomia econômica e política bastante limitada, contavam apenas com seu próprios recursos para financiar o seu desenvolvimento. Apenas em alguns casos, elas dispunham de empréstimos da metrópole e de investimentos estrangeiros ainda restritos. Pelo menos, assim o era até os anos quarenta, quando as restrições à implantação de indústrias no ultramar começaram a diminuir. Foi apenas no último período colonial que as fronteiras econômicas das colônias foram abertas ao capital externo<sup>214</sup> e que realmente se aceitou a industrialização das colônias, em especial de Angola e de Moçambique<sup>215</sup>.

A industrialização das colônias estava em discussão, pelo menos, desde 1926. Com o início da recessão de 1930, Salazar desencoraja a industrialização do império. Havia, no entanto, discordâncias. De um lado, os pequenos industriais metropolitanos que se colocavam contra qualquer proposta de industrialização das colônias. De outro, estavam os oligopólios

---

<sup>213</sup> Mario MURTEIRA. “A Economia Colonial” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 109.

<sup>214</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 1999, p. 23.

<sup>215</sup> Na maior parte do período colonial, no entanto, vigorava o já conhecido “pacto colonial”, através do qual as colônias produzem bens primários para a indústria metropolitana e consomem bens manufaturados provenientes da Metrópole. Ver: MURTEIRA. Op.cit., pp. 112 – 113.

Angola, ao contrário de Moçambique, dispunha de recursos naturais amplamente valorizados no mercado internacional, tais como os minérios de ferro, o diamante, o petróleo e o café. A exploração do petróleo angolano, iniciada em 1955, chega a representar 30% das exportações do território em 1973. Vale dizer que 90% do petróleo vinha de Cabinda, onde a exploração fora concedida a uma empresa norte-americana, a Cabinda Gulf Oil (CABGOC). Já 80% da extração de diamantes de Angola era realizada exclusivamente pela DIAMANG, empresa fundada em 1917, da qual um grupo belga possuía a maior participação (18%). Portugal detinha 16% de suas ações. Ver: MURTEIRA. Op.cit., pp. 121 – 122.

portugueses<sup>216</sup> e os colonos; os primeiros atraídos pela possibilidade de reduzir custos e ambos seduzidos pela perspectiva de investir no além-mar. Em 1936, Salazar autoriza a industrialização das colônias em áreas em que as exportações pudessem vir a ser substituídas. A partir de meados da década de 1940, autoriza-se a montagem de fábricas têxteis no império, e coloca-se maior ênfase nas necessidades internas da colônia como condição para montagem de indústrias, desde que os interesses da metrópole fossem respeitados<sup>217</sup>.

No caso de Angola, a criação de infraestrutura, relacionada aos planos de povoamento branco dos anos 1940 e 1950, foi também um fator de atração para a indústria. Ademais, o grande contingente de população branca que migrou para o território teve por consequência a criação de um mercado consumidor interno.

A partir dos anos 1950, a economia angolana recebe impulso através dos Planos de Fomento, nos quais se definiam setores que receberiam investimentos por parte do Estado, tais quais o setor agrícola, o de educação, o de saúde, o de transportes, e até mesmo o de construção civil. No caso da educação, por exemplo, os anos 1960 e 1970 constituem um período de acelerada transformação, marcados por uma significativa extensão da rede escolar elementar e do ensino secundário e pela fundação dos Estudos Gerais Universitários em 1963<sup>218</sup>, o que retira da metrópole a exclusividade da formação universitária.

A partir de 1961, com início da luta armada em Angola, encoraja-se a industrialização do Ultramar – em especial de Angola e Moçambique – através, por um lado, dos já mencionados planos de fomento e, de outro, da redução (mas não da abolição) das restrições impostas à percentagem de capital estrangeiro que se podia investir em alguns setores da economia. Este foi dominante, sobretudo, em áreas que necessitavam de melhor tecnologia ou grandes investimentos. A novidade deste período foi o aumento do número de empreendimentos que envolviam oligopólios portugueses ou o capital colonial e sócios estrangeiros<sup>219</sup>. A necessidade de apoio internacional para a guerra na África teria sido uma das razões para essa abertura, mas não a única. As necessidades dos oligopólios de novas tecnologias foram também um importante condicionante.

Se na década de 1950 pode-se considerar que as colônias atingiram o auge de importância para a economia portuguesa, a situação volta a alterar-se ao longo dos anos 1960.

---

<sup>216</sup> A recessão de 1930 teve como consequência a concentração de capital nas mãos de um reduzido número de pessoas. Obtiveram lucro com a neutralidade portuguesa durante a Guerra Civil Espanhola e ao longo da II Grande Guerra. Gervase CLARENCE-SMITH, *Op.cit.*, pp. 177 – 178.

<sup>217</sup> Gervase CLARENCE-SMITH, *Op.cit.*, pp. 173 – 174.

<sup>218</sup> João Carlos PAULO. “Práticas culturais” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 324.

<sup>219</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. *Op.cit.* 210, 216

De forma bastante simplificada, a partir de 1963, foi autorizada a entrada livre de produtos portugueses nas províncias ultramarinas. As importações de produtos metropolitanos eram maiores do que as exportações para Portugal. As colônias passaram a depender das divisas adquiridas nas transações com países estrangeiros para equilibrar sua balança de pagamentos. No entanto, devido ao “*ruinosos processos de industrialização e de fomento econômico implementado nas colônias*”<sup>220</sup>, um fracasso que esteve ligado à falta de mão de obra qualificada e de tecnologia em alguns setores, as relações com os países estrangeiros se deterioraram, o que impossibilitou o pagamento aos fornecedores da metrópole. Havia, então, uma crise a solucionar.

Em 1968, Marcelo Caetano assume a Presidência do Conselho. Em 1970, estabeleceu restrições para a entrada de produtos portugueses nas províncias ultramarinas, e entre 1972 e 1974 foram concedidos empréstimos para que as colônias pudessem pagar suas dívidas<sup>221</sup>.

Portanto, a partir de fins dos anos 1960, Portugal mais uma vez começa a se afastar economicamente do Ultramar. Ganha força, na metrópole, uma corrente favorável a emancipação das colônias. O capital humano despendido em uma guerra que parecia não ter fim alimentou essa oposição. Além disso, empresários e industriais passaram também a defender a autonomia das províncias, uma vez que estas eram vistas como um obstáculo não somente para uma maior integração de Portugal no mercado europeu, mas também para trocas comerciais com países do terceiro-mundo.

Pressionado por este grupo e, simultaneamente, pelos *integracionistas* que defendiam, como o nome diz, uma maior integração entre províncias metropolitanas e ultramarinas sob uma única Constituição, Marcelo Caetano optou por uma *via intermédia*, na busca de uma conciliação entre as partes. A revisão constitucional de 1971 consagra o que Caetano entendia por *autonomia progressiva*. Procede-se, então, a uma nova mudança de nomenclatura e Angola recebe a designação honorífica de Estado. A guerra, porém, continua. A insistência em se manter na África já não podia, então, se justificar através de argumentos de ordem econômica. A guerra continuou porque era já difícil manter o regime sem o império. Os portugueses que viviam permanentemente no Ultramar, os quais Portugal não teria condições de reabsorver caso optassem por regressar face à composição de um governo negro, constituíam também um obstáculo para a resolução do problema colonial.

---

<sup>220</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., pp. 204 – 205.

<sup>221</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., pp. 204 – 205.

### II. 3.2 Classes sociais em formação: musseques enquanto reservatórios de mão de obra.

“Mas o melhor de tudo ainda é o que eu tenho na cabeça: ir na Luanda... Amanhã vou outra vez falar com Adá. Ele sempre que tem aquelas histórias boas da cidade. Diz há muitos empregos bons onde um homem ganha muito dinheiro: cautoleiro, criado das senhoras, criado das lojas, pedreiro, carpinteiro, ajudante das camionetas, contínuos com farda mesmo, caiadores... Com muita sorte dele, até consegue ser enfermeiro... Diz que nunca acaba... Pedreiros, criados, então, é que dá mais. Estão a fazer muitas casas, todas cubatas estão ir abaixo. Casas a gente olha para cima e fica tonto até... De cinco andares, parece é essa as palavras dele”<sup>222</sup>.

Voltemos, então, ao caso de Angola. O início da luta armada, portanto, coincide com o desenvolvimento econômico, relacionado a um impulso de industrialização que transforma significativamente o cenário angolano. É claro, porém, que tal desenvolvimento não ocorreu em todas as partes da Província de forma idêntica, mas concentrou-se em algumas regiões, sendo Luanda uma delas. Uma maior abertura no que se refere à industrialização do ultramar, como vimos, surtiu efeito na economia Angola e na de sua capital. É precisamente na década de 1940 que Ilídio Amaral situa a criação das primeiras indústrias de maior importância em Luanda, relacionadas à fabricação de artefatos de borracha, de tecidos e de massas alimentícias. Nos anos 1950 e 1960, essas indústrias passaram por um crescimento em um ritmo mais acelerado e seguro<sup>223</sup>, mas permaneceram voltadas para o abastecimento interno, sendo sua exportação muito diminuta<sup>224</sup>. Entre 1950 e 1970, foram instaladas 1.141 unidades industriais em Luanda<sup>225</sup>.

Uma das consequências desse crescimento econômico para Angola é a emergência na capital do que Mourão chama de *novo musseque*<sup>226</sup>, que, no último período colonial, torna-se um reservatório de mão de obra para as indústrias nascentes. Para isso, contribui a atração provocada, pela cidade, em homens e mulheres que, originários de outras partes da província, sonhavam com uma vida melhor. O trecho acima é retirado de um romance de António Cardoso, envolvido na rede nacionalista clandestina da passagem dos anos 1950 para os 1960, que foi escrito na prisão da PSP em 1963. A crônica retrata bem a magia exercida por Luanda nos corações dos angolanos, que, mesmo sem nunca a ter visto, sonhavam com ela para a solução de sua pobreza.

<sup>222</sup> António CARDOSO. *Baixa & Musseques*. 2ª Edição. União dos Escritores Angolanos, 1985, p.67.

<sup>223</sup> Ilídio do AMARAL. Op.cit., 1968, p. 85.

<sup>224</sup> Ilídio do AMARAL. Op.cit., 1968, p. 85

<sup>225</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., p. 61.

<sup>226</sup> MOURÃO. Op.cit., p. 22.

Esses migrantes que, no mais das vezes, não possuíam qualquer qualificação, acabam por inchar ainda mais os subúrbios da capital e por aumentar o número de desempregados e subempregados verificados. Tinham ainda que lidar com a concorrência desleal do trabalhador desqualificado da metrópole que conseguia, em Luanda, maiores salários do que obteria em Portugal, e cujas possibilidades de conseguir bons empregos e promoções eram superiores às dos negros, em discrepância com o que defendiam os responsáveis pela *Ação Psicossocial*. Se Ladeiro Monteiro e Ilídio do Amaral concordam com José Bettencourt que o problema dos musseques seria comum a toda grande cidade, o primeiro enfatiza o fator industrialização na formação dos bairros suburbanos, ao passo que o segundo reconhece o papel da imigração de pessoal de baixa qualificação da metrópole como um agravante para a questão do desemprego e do subemprego em Luanda<sup>227</sup>. Por escreverem alguns anos *a posteriori*, esses autores puderam considerar mais detalhadamente as consequências do processo de desenvolvimento industrial para a organização social da cidade.

Apesar da desilusão com a vida em Luanda, que estava longe do conto de fadas com o qual muitos sonhavam, não era comum que tais imigrantes retornassem às regiões de origem<sup>228</sup>. A própria personagem de António Cardoso reflete essa tendência à permanência, quando, após relatar dez anos de frustrações vividos na capital, conclui: “*O povo já estava muito longe mesmo. Não o longe do caminho, mas o longe da cabeça*”<sup>229</sup>. O retorno não era uma possibilidade.

Interessa notar que a industrialização forma e transforma os musseques de Luanda que, por se tornarem espaços de reserva de mão de obra, se proletarizam, e acabam por entrar nas novas relações de produção. Nota-se essa proletarização dos musseques através da criação do quarto Bairro Administrativo<sup>230</sup> em 1964, que compreendia exatamente a zona industrial e

---

<sup>227</sup> Ilídio do AMARAL. Op.cit., 1968, p. 74.

<sup>228</sup> Ilídio do AMARAL Op.cit., 1968, p. 72.; Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit. p. 23.

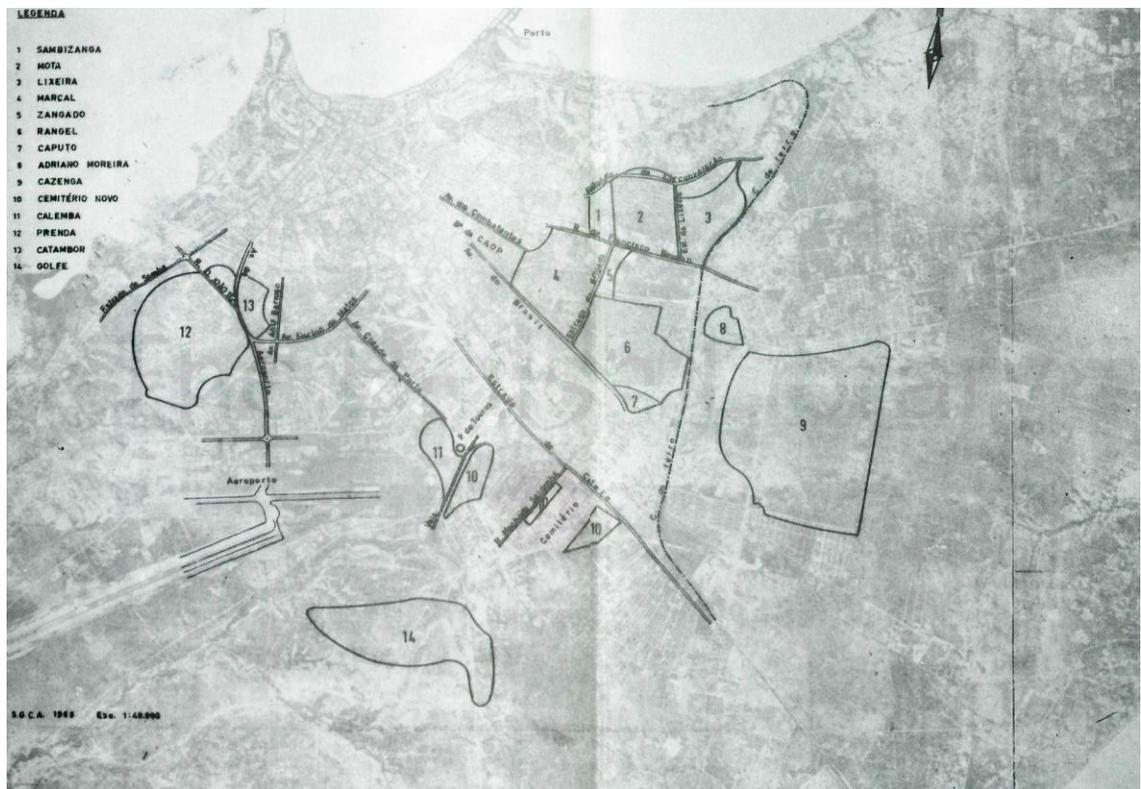
<sup>229</sup> António CARDOSO. Op.cit., 74.

<sup>230</sup> Em 23 de dezembro de 1959, através do Decreto 42.757, devido a dificuldades de administração dos grandes centros urbanos do Ultramar, alguns concelhos de maior desenvolvimento foram divididos em Bairros Administrativos. Em Maio de 1960, publica-se o Diploma Legislativo N° 3.042, que divide a área do concelho de Luanda em três bairros administrativos. Pela portaria N° 13.489, de 14 de novembro de 1964, é criado o 4° bairro administrativo. Ver: Relatório da Inspeção ao 1° Bairro Administrativo do Concelho de Luanda pelo Inspector Duarte Carlos Pires Velloso. Inspeção dos Serviços Administrativos n° 331. 1969. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.005/56.00430.

O concelho de Luanda ficou dividido da seguinte forma: o 1° Bairro era composto pelas freguesias do Cabo, da Praia do Bispo, dos Remédios, da Nazaré, do Carmo e do Cruzeiro; do 2° Bairro faziam parte das freguesias de Fátima, do Rangel e da Terra Nova; do 3° Bairro, as freguesias de Maianga, de Sagrada Família, de Santana e do Prenda; e do 4° Bairro, as freguesias de São Paulo e do Cazenga. Ver: MOURÃO. Op.cit., p. 184.

os musseques em crescimento. Segundo um relatório de inspeção a este bairro, realizado em 1972<sup>231</sup>,

“a área do 4º Bairro é habitada por densos núcleos populacionais, aglomerados em musseques, perfazendo três quartos do total dos indivíduos pertencentes às classes economicamente mais débeis, que ocupam as áreas não urbanizadas deste Bairro, em inferiores condições de conforto e higiene”.



**Figura 6:** Fotografia aérea de Luanda.

Fonte: Ramiro Ladeiro Monteiro. *As famílias nos musseques de Luanda*. 1973.

É no 4º Bairro Administrativo, delimitado pelo leito da estrada de ferro<sup>232</sup> (antes localizado na Cidade Alta, mas transferido para a área periférica), que se encontram os musseques Cazenga, Bairro Operário, Sambizanga, Lixeira, Mota e Marçal. Uma fotografia aérea de um musseque abre este capítulo (figura 4). Apesar de não ser possível identificar o musseque da imagem, pode-se concluir que ele se localiza no 4º Bairro, já que é demarcado pela Rua Francisco Newton. Além disso, no canto esquerdo da imagem, aparece um

<sup>231</sup> Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda pelo Inspector Dr. João Barros Paralta. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972, p. 11. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221

<sup>232</sup> Murteira chama a atenção para a função das estradas de ferro nas colônias portuguesas: “Como seria de se esperar numa economia colonial, as grandes infraestruturas de transporte destinavam-se a escoar os recursos em produtos primários para as rotas marítimas em direção aos mercados importadores, permitindo ao mesmo tempo o acesso ao litoral dos países e territórios interiores. As populações locais e indígenas, se não eram espectadores passivos desse processo de drenagem, serviam de elementos complementares desse mesmo processo”. MURTEIRA. Op.cit., pp. 123 – 124.

complexo industrial, o que nos mostra a maneira pela qual a indústria fez crescer em torno de si um bairro periférico de grande envergadura.

Na figura 6, é possível localizar os Caminhos de Ferro de Luanda, que tangencia o musseque Lixeira, e as principais ruas que demarcam este conjunto de musseques, quais sejam: a Francisco Newton, a Estrada da Brigada, a Estrada da Circunvalação e a Avenida do Brasil. É nesse cenário que, devido à proximidade com a área industrial, a organização da população dos musseques em classes sociais fica mais visível, organização esta que não deixa de lado o fator racial.

O angolano Henrique Guerra, preso em Lisboa pela PIDE por acusação de envolvimento com o MPLA, escreve, na cadeia, entre 1972 e 1973, o livro *Angola: Estrutura Econômica e Classes Sociais*, o qual é bastante esclarecedor no que se refere à organização social que estava a se consolidar em Angola no período. Contra o que se defendia na época, o autor afirmava a existência de um proletariado angolano.

“A verdade é que o proletariado angolano não só existe como cresce e consolida-se de dia para dia. Ele é o principal produtor directo da maior parte das matérias-primas e bens de consumo produzidos em Angola, é o principal fornecedor directo da maior parte da soma total de mais-valia que põe em funcionamento todo o sistema económico-social”<sup>233</sup>.

Guerra estima o proletariado de Angola em cerca de 460.000 indivíduos, e o define, de acordo com a corrente marxista, como composto por aqueles que não possuem os meios de produção e vivem apenas de sua força de trabalho e da produção de mais-valia, que é apropriada por outrem. Quanto ao proletariado rural, Guerra defende que o operário agrícola tende a diminuir devido à mecanização da agricultura e ao êxodo para as cidades, onde os salários tendem a ser maiores.

Em relação ao proletariado que atua na construção civil, o qual, segundo seus cálculos, varia entre 20 e 40 mil, 80% dele encontra-se em Luanda, Lobito, Benguela e Nova Lisboa<sup>234</sup>. Dentre o proletariado da área de transportes, 1.500 são empregados em Luanda. Nesta cidade, concentra-se também 50% do proletariado fabril, que o autor conta em 100 mil<sup>235</sup> no total.

<sup>233</sup> Henrique GUERRA. *Angola: Estrutura Econômica e Classes Sociais*. 4ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1979, p.95.

<sup>234</sup> Henrique GUERRA. Op.cit., p. 98.

<sup>235</sup> Henrique GUERRA. Op.cit., pp. 99 – 100.

“Na região de Luanda, que detêm cerca de 50% de todo o proletariado fabril, algumas concentrações: SIGA, 400 operários; SATEC (no Dondo), 850 operários e empregados; Companhia Cerâmica de Angola, 150 operários e empregados; Vidra, 160 operários e empregados; Mabor, 340 operários e empregados; Companhia de Pólvora e Explosivos, 340 operários; Condel, 100 operários e empregados; Metalúrgica Manuel Conde, 120 operários negros e 80 operários especializados e empregos; conjunto Elan, Metang, Fata (metalúrgica), 200 operários e empregados, etc.”

Pode-se, então, concluir que, dentre as demais regiões da Província, a capital concentrava grande número de operários, que se aglomeravam na periferia, especialmente na zona industrial, o que fez com que a área não-urbanizada desta zona, em 1972, contasse, segundo já citado relatório de inspeção, com “*três quartos do total dos indivíduos pertencentes às classes economicamente mais débeis*”<sup>236</sup> do 4º Bairro Administrativo.

Outro grupo presente nas cidades destacado por Guerra é o dos que ele chama de semiproletariado improdutivo, composto pelos funcionários e pelos prestadores de serviço. É improdutivo porque não produz mercadoria, e participa apenas de sua distribuição e da prestação de serviços destinados ao consumo. No entanto, é ainda uma espécie de proletário, uma vez que vive da sua força de trabalho e não participa da exploração da mão de obra alheia. Ademais, vive em condições semelhantes ao proletariado. Dentre eles, destaca-se os serventes em estabelecimentos comerciais, os frentistas de postos de gasolina, os criados, as domésticas e, em um nível superior, os que fazem parte do funcionalismo e de escritórios, mas que não detêm posição de chefia ou controle<sup>237</sup>. A partir do momento em que participam da exploração, passam a fazer parte da semiburguesia.

Guerra chama de semiburguesia tanto a *pequena burguesia africana* quanto a camada que não possui qualquer meio de produção e nem produz mais-valia, mas que vive de salários pagos pelos patrões<sup>238</sup>. Os semiburgueses, embora vivam da sua força de trabalho e não atuem diretamente na produção de mercadorias, já se beneficiam da exploração da força de trabalho alheia. Dentre eles, destacam-se os que atuam na esfera do comércio e do funcionalismo, os profissionais liberais, entre outros. Segundo o autor, o aparecimento desta camada é um tanto recente, e só veio a consolidar-se nos anos de 1970. Seu desenvolvimento, no entanto, é travado pela pressão da pequena burguesia branca<sup>239</sup>, que possui mais facilidade de conseguir crédito e de arranjar clientela com maior poder de compra, e, portanto, maior facilidade para desenvolver seus negócios. Em seus inquéritos junto a chefes de família que habitavam os

---

<sup>236</sup> Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda pelo Inspector Dr. João Barros Paralta. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972, p. 11. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221

<sup>237</sup> GUERRA. Op.cit., pp.107 – 108.

<sup>238</sup> “*Num país como a Angola dos nossos dias, são raros os africanos que formam uma verdadeira pequena burguesia. [...] são raros os comerciantes e proprietários de prédios e terrenos, de lojas, oficinas e pequenas indústrias, mestres-de-obras e agentes comerciais, etc. O núcleo aglutinador é formado pela semiburguesia e não vejo necessidade (por enquanto) de se diferenciar a pequena burguesia*”. GUERRA. Op.cit., pp. 158 – 159.

<sup>239</sup> Uma parte significativa da pequena burguesia branca estava também localizada nos musseques, nos quais controlavam grande número de estabelecimentos comerciais. Esta fato gerou conflitos entre negros e mestiços nos musseques e esses comerciantes, o que fica claro nos registros policiais que fazem constante referência a boatos que circulavam nos musseques de que comerciantes brancos, associados a donos de funerárias, vendiam doces envenenados para as crianças negras de modo a matá-las. Além disso, muitos desse comerciantes brancos eram acusados de atuarem enquanto informantes (*bufos*) da PIDE.

musseques, Monteiro encontrou uma discrepância dentre os rendimentos declarados. Enquanto os comerciantes europeus disseram obter uma média de 14.700\$00 mensais, os de origem africana alegaram ganhar 4.500\$00<sup>240</sup>.

Apesar da ênfase de Guerra na maior dificuldade por parte dos africanos, em relação aos negros, em adquirir crédito junto aos bancos – que também ganharam força após 1961<sup>241</sup> – o fato é que o acesso ao crédito, mesmo que ainda limitado, apenas se tornou possível com as reformas realizadas após o início da luta armada. O próprio aumento da população dos musseques, resultante do impulso industrial, contribuiu para o surgimento dessa *pequena burguesia africana* que, apesar de ainda numericamente pequena, viu nas transformações que se seguiram a 1961 uma oportunidade de consolidação. O número de eletricitistas, sapateiros, alfaiates, mecânicos, barbeiros se expandiu. Alguns desses profissionais puderam, inclusive, contratar um ou dois ajudantes, de modo que passaram a explorar a força de trabalho alheia. Esse grupo foi, talvez, o que mais se beneficiou com as reformas<sup>242</sup>.

Essa diferenciação ocasionada pelas ocupações socioprofissionais não passou despercebida pelas autoridades coloniais. O administrador do 4º Bairro Administrativo informou ao inspetor João Paralta que

“De um modo geral a população negra se dedica às mais variadas actividades, quer por conta de outrem, designadamente como pessoal não especializado, em obras de construção civil, oficinas indústrias, grandes empresas, etc., como também por conta própria em diversos ofícios”<sup>243</sup>.

Nesse pequeno trecho, aparecem todos os grandes grupos mencionados por Guerra: o proletário, o semiproletário improdutivo, e a pequena burguesia africana, a qual ele inclui no que chama de semiburguesia.

---

<sup>240</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., pp. 220 – 221.

<sup>241</sup> Até a década de 1950, Angola contava apenas com o seu banco emissor, o Banco de Angola. Em 1957, foi inaugurado o Banco Comercial de Angola, seguido pelo Banco de Fomento Nacional (1960), pelo Banco de Crédito Comercial e Industrial (1965), Banco Totta-Standard de Angola (1966), e, na segunda metade da década, pelo Banco Pinto & Sotto Mayor. Ver: Ilídio do AMARAL. Op.cit., pg. 85.

<sup>242</sup> Marissa MOORMAN. *In tonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008, p. 89, 107. Não se deve confundir esse grupo em ascensão com aquela elite africana, os *filhos da terra*, que foram gradualmente expulsos para a periferia, onde passaram a viver lado a lado com os, então, *indígenas*. Pelo contrário, a extensão da cidadania e a abertura do acesso à educação e ao emprego público a um número maior de pessoas acabou por constituir uma concorrência a este grupo, que deixou de monopolizar o capital social e cultural de Luanda. No entanto, algumas das famílias pertencentes àquela elite voltam a ganhar força no pós-independência, o que se pode perceber pela posição ocupada, no novo contexto, pelos Van-Dúnem e pelos Vieira Dias, por exemplo.

<sup>243</sup> Armando Lobato de Faria FERREIRA. “Elementos solicitados pelo Excelentíssimo Doutor João Barros Paralta, para a elaboração do relatório de inspeção ordinária feita a este Bairro” IN Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda pelo Inspector Dr. João Barros Paralta. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972, p. 127. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221

Ou seja, o processo de industrialização, intensificado após 1961, transforma a realidade dos musseques e até mesmo a forma como seus habitantes se relacionavam entre si. O processo de configuração de classes sociais nas periferias torna-se mais um elemento nas formas de construção de laços afetivos. O fim do indigenato, pelo menos na esfera legal, eliminou a distinção entre indígenas e civilizados. As novas regras econômicas, por sua vez, contribuíram para a construção de distinções por classes, dentro do ambiente dos musseques, as quais, apesar de não substituírem os demais fatores que geravam vínculos e intensificavam tensões<sup>244</sup>, foram somadas a eles, o que fica mais claro se nos detivermos nas transformações ocorridas na esfera cultural nos bairros suburbanos.

### II.3.3 Espaços de lazer urbanos.

De acordo com as Bases Gerais para a Ação Psicossocial<sup>245</sup>, que guiou de certa maneira as reformas que marcaram o período final da presença portuguesa em Angola, era necessário respeitar os usos e costumes da população do Ultramar<sup>246</sup>, assim como eram respeitados os costumes dos povos do Alentejo, do Ninho e de Algarve, e promover entretenimento e diversão para os africanos, ou para utilizar o termo presente no documento, era preciso *distraí-los*.

Mencionamos, rapidamente, o esforço em torno da *Voz de Angola*, que exprimia a preocupação de aproximação aos negros através do uso de línguas nativas e da emissão de

---

<sup>244</sup> No primeiro capítulo, mencionou-se os fatores mais comuns que contribuíam para a formação de laços de solidariedade entre indivíduos nos musseques. Tais fatores, não se pode esquecer, da mesma forma que influenciavam na construção de vínculos, contribuíam também para a intensificação de tensões e disputas entre diferentes grupos.

<sup>245</sup> Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/060/Pt.1

As Bases Gerais da Ação Psicológica e da Ação Social foram enviadas para o Diretor do Gabinete Político pelo Representante dos Serviços de Informação e Relações Exteriores, Carlos da Costa Freitas, em 2 de Fevereiro de 1962. No entanto, é curioso que as bases gerais em si, cuja assinatura está ilegível, data de Janeiro de 1960, o que nos mostra, portanto, que mesmo antes do início da luta armada já houvesse quem percebesse que eram necessárias algumas mudanças de comportamento com relação as populações, na época, ainda classificadas enquanto *indígenas*. Por outro lado, essas ideias ganharam eco dentre as autoridades coloniais apenas após 1961. Apesar de ter sido enviada ao GNP dois dias antes aos ataques às prisões de Luanda, outros eventos envolvendo Angola podem ter contribuído para chamar a atenção das autoridades portuguesas. Pode-se destacar a rede clandestina luandense, desmantelada em 1959; a revolta camponesa na Baixa do Cassanje, cujos primeiros sinais apareceram já em dezembro de 1960 mas que se efetivou, de fato, em janeiro de 1961; e o assalto ao Santa Maria por Henrique Galvão, também em janeiro deste ano.

<sup>246</sup> Respeitar os usos e costumes africanos não significava, porém, abrir mão da missão civilizadora. Consta nas Bases Gerais que, aos poucos, dever-se-ia modificá-los e adaptar tais populações aos usos e costumes portugueses. Mas tal não se conseguiria de imediato, o que não seria motivo para desrespeitá-los.

músicas angolanas. O Estado colonial, que chegou a proibir a utilização de línguas nativas nas escolas, agora delas se apropriava para construir uma nova imagem de si. Essa ação não se restringiu à rádio. Utilizou-se também outras ferramentas, tais como o cinema, os espetáculos, clubes desportivos, a imprensa, entre outros. O objetivo era submeter os espaços de lazer compartilhados por negros e mestiços ao Estado, de modo que, através deles, se pudesse controlar os tempos livres dessas populações e colocar em prática as estratégias de persuasão. Sem dúvida, a guerra política fez-se também através de espaços culturais.

A apropriação do desporto pelo regime, na forma de organização de campeonatos corporativos, demonstra, por exemplo, o reconhecimento da formação de uma classe trabalhadora e a necessidade de controle da mesma, devido ao perigo que ela poderia representar ao colonialismo português. Vimos no capítulo anterior o quanto a prática do desporto tornava-se popular nos musseques, principalmente a do futebol.

“O público suburbano, que na época passada vibrou de entusiasmo ao presenciar as pugnas desportivas destes JOGOS, reconhecendo o papel do desporto na vida dos trabalhadores, de novo vai aplaudir alegremente esta iniciativa do INSTITUTO DO TRABALHO, que, em relação aos trabalhadores, visa preencher os tempos livres com exercícios físicos, fonte de revigoração da saúde, estimulante do equilíbrio psíquico-motor e meio compensatório das formações a que as ocupações diárias dão origem.

A população suburbana, todos sabem, concorre com percentagens esmagadoras de atletas que compõem as equipas das empresas”<sup>247</sup>.

Através da apropriação do desporto, que se tornou popular no subúrbio à margem do regime colonial, o Estado, por meio do Instituto do Trabalho, buscava preencher (e, assim, controlar) os tempos livres da população suburbana. Ao mesmo tempo, porém, por meio do esporte, contribuía para a criação de laços entre os trabalhadores que ultrapassam os do bairro, uma vez que os atletas ingressavam nos times das empresas para as quais trabalhavam.

O trecho previamente citado foi retirado de um jornal semanal voltado especificamente para a população dos subúrbios, chamado *Tribuna dos Musseques*. Ele foi lançado em 11 de maio de 1967, enquanto suplemento do *ABC Diário de Angola*, um jornal considerado *liberal* e de grande circulação, embora pudesse igualmente ser adquirido à parte pelo preço de 1\$00 – o *ABC* custava, à época, 2\$00. No primeiro editorial, com o título de *Razões de Ser*, afirma-se que o jornal não é feito por profissionais, e que estará aberto à publicação de trabalhos enviados pelos leitores<sup>248</sup>. As matérias selecionadas para a publicação estão, no mais das vezes, relacionadas a aspectos do cotidiano suburbano. É possível destacar,

<sup>247</sup> Afonso Dias da SILVA. “Recomeçam este mês os jogos corporativos”. *Tribuna dos Musseques*. 7 de Marco de 1968, p. 6. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>248</sup> “Razões de ser”. *Tribuna dos Musseques*. Ano 1, nº1, 11 de maio de 1967. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

por exemplo, as notícias sobre o futebol nos musseques, os campeonatos de futebol corporativo como a nota supracitada, e uma seção chamada *Vida Social*, na qual se anunciavam aniversários, óbitos, casamentos e batismos dos leitores. Ao mesmo tempo, servia de espaço para reivindicações e críticas às condições de vida dos musseques. No segundo número, publica-se uma nota intitulada *A população suburbana diz*, na qual constam reclamações sobre o trânsito, o sistema de coleta de lixo, a falta de asfaltamento das ruas, entre outras<sup>249</sup>.

O *Tribuna dos Musseques* foi idealizado pela PIDE, publicado através de um jornal privado, e contou com apoio financeiro dos SCCIA. Tornou-se rapidamente um espaço contraditório. Apesar de ter tido como objetivo declarado o de “*defender as infraestruturas necessárias na promoção social das camadas mais débeis; [de] servir, até, de ‘tubo de escape’ à sociedade suburbana e rural e ainda para desviar da esfera de influência da subversão*”<sup>250</sup>, o jornal contou, dentre seus colaboradores, com figuras chaves da clandestinidade luandense. É possível mencionar Manuel Pedro Pacavira, que escreveu no jornal até ser detido pela segunda vez pela PIDE ainda em 1967, Adriano Sebastião e mesmo seu fundador, Afonso Dias da Silva<sup>251</sup>, que, segundo ele, teria sido pressionado por Aníbal de São José Lopes para fazer o jornal<sup>252</sup>. Os três, portanto, haviam sido presos pela PIDE, entre 1960 e 1961, e postos em liberdade condicional em 1967, quando iniciaram o trabalho no *Tribuna*.

O jornal cresce e acaba por se configurar, em agosto 1969, em publicação independente do *ABC Diário*. A própria PIDE reconhece a amplitude que o jornal adquiriu e o compara com a *Voz de Angola*. Segundo o subinspetor da polícia política, Jaime Oliveira,

“Embora em menor escala do que ‘A Voz de Angola’, a ‘Tribuna dos Muceques’, já tem mais apreciação do que parece. Só por uma questão daquilo a que chamaríamos ‘decoro político’ é que muitos não o adquirem. Mas muitos o têm à socapa e outros, muitos, desejariam colaborar nele. Inibi-os, porém, o receio de se comprometerem perante o ‘mundo nacionalista’”<sup>253</sup>.

<sup>249</sup> “A população suburbana diz”. *Tribuna dos Musseques*. Ano 2, nº1, 18 de maio de 1967. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>250</sup> *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, PInf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo.

<sup>251</sup> Vimos no capítulo anterior que Afonso Dias da Silva esteve ligado, nos anos 1950, ao Cónego Manuel das Neves. Teve ainda participação de relevo no ataque às prisões em 4 de Fevereiro. Foi preso em 1962 e posto em liberdade em 1967.

<sup>252</sup> Afonso Dias da SILVA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt e José Maria. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 13 de Março de 1996.

São José Lopes era o diretor da PIDE em Angola.

<sup>253</sup> *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, PInf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fl. 43. Lisboa, Torre do Tombo.

O trecho acima traz uma informação importante: a fama de jornal enquanto órgão do Estado, que o *Tribuna* estava a adquirir, afastava de si leitores relacionados ao “mundo nacionalista”. Todavia, as matérias nele publicadas contribuíam para quebrar essa barreira, e levavam alguns indivíduos a ler o jornal às escondidas e até a desejar usar seu espaço para publicar suas opiniões.

A partir de 1970, parece que o Estado, através dos SCCIA, buscou aumentar o controle sobre esta publicação, o que levou Afonso Dias da Silva, em 25 de novembro desse ano, já quase sem liberdade dentro da produção do jornal, a chamar a atenção para os perigos que disso poderiam advir. Em carta endereçada ao diretor provincial da polícia secreta, Afonso Dias da Silva afirmou que o verdadeiro caminho do *Tribuna dos Musseques* seria o de “*órgão da imprensa válido e porta-voz das massas africanas*” e, para atingir tais objetivos, “*tudo quanto se escrever no TRIBUNA terá que ser de autoria de colaboradores nativos não tidos como ‘Salazaristas’ [...] salvo raras exceções. Só assim as populações africanas poderão acreditar na sinceridade do Jornal*”. Para ganhar a guerra da subversão, continua, o jornal, “*o único de características genuinamente africanas*”, não deve “*receber directrizes dos SCCIA nem de qualquer outro organismo oficial, e antes pelo contrário seguir uma linha estritamente modesta e neutral em matéria política ou afins*”. Justifica a sua posição ao afirmar que “*há reclamações, muitas, dos mais variados escalões sociais, alegando que: O Jornal está a perder as características africanas! – Que agora é Jornal da PIDE! – Agora é Jornal do Estado!*”. Para a publicação voltar a ser o que era, seria, portanto, necessário “*perder a característica de Jornal encomendado, faceta que ingenuamente se está a introduzir de há um tempo para cá*”<sup>254</sup>.

O caso do *Tribuna dos Musseques* – valeria uma pesquisa centrada neste periódico – reitera que a opção pelo *apolítico* era, por si só, um posicionamento político, já que ser considerado como “*Jornal do Estado*” significava que se estava a perder as “*características africanas*”. Em outras palavras, há, nessa forma de pensar, uma oposição entre o Estado colonial, representado pela PIDE, e o “*genuinamente africano*”, o que coloca o conflito existente entre as partes em evidência e, destarte, revela um posicionamento político bastante forte.

Apesar de criado e controlado pelos agentes da ordem colonial, por tratar de assuntos que interessavam às populações dos musseques e por se configurar enquanto espaço aberto para a sua contribuição, o *Tribuna* conseguiu fazer-se popular. Tornou-se, inclusive, um

---

<sup>254</sup> *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, PInf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo.

espaço de reivindicação. O fato de muitos leitores optarem por “consumi-lo” às escondidas demonstra, por um lado, o sucesso em atrair o público leitor do subúrbio e, por outro lado, o fracasso em aproximá-los do regime.

Vimos que a cultura urbana constituiu espaços de compartilhamento e lazer para a população, no mais das vezes, recém-urbanizada, em visível transformação. Se o aumento do poder de compra da população e sua crescente possibilidade de aquisição de aparelhos de rádio justificariam o investimento na *Voz de Angola*, a extensão do ensino com o consequente aumento, embora ainda muito limitado, do número de alfabetizados explica a criação do *Tribuna dos Musseques* em 1967. Esse jornal, com as suas notícias sobre o futebol nos musseques, com a programação da casa de espetáculos *N’gola Cine* – cujo público alvo era também a população suburbana –, com os artigos sobre assuntos que efetivamente interessavam essa camada da população, configurava-se como um desses espaços de lazer próprios da cultura urbana. Em suma, o regime colonial, através de espaços culturais e de lazer, buscou condicionar as visões de mundo dos grupos dominados em seu favor. No entanto, a forma como se deu a recepção dessas estratégias nos permite contestar até que ponto elas atingiram plenamente seu objetivo<sup>255</sup>.

É também notável outro espaço cultural desenvolvido a partir do suporte dado pelo governo, cujos resultados não foram os previstos. Trata-se da promoção de agendas culturais voltadas para o entretenimento e a recreação dos negros e mestiços, de modo que alguns deles se aproveitaram das vantagens dessa política para abrir clubes recreativos nos musseques<sup>256</sup>.

Tais clubes, segundo Moorman, fundados pela pequena burguesia não-branca nascente, já não eram como aqueles dos anos 1950, como o Botafogo. Devido ao aumento da repressão, tornou-se mais difícil usar o espaço dos mesmos como cobertura para atividades políticas anticoloniais. Para ela, esses clubes eram essencialmente culturais. Organizavam espetáculos, shows com bandas africanas e farras. Pouco tinham a ver com a luta nacionalista travada fora da cidade. O que contava era a diversão. De acordo com Moorman, esses clubes

---

<sup>255</sup> Nuno DOMINGOS. “Cultura popular urbana e configurações imperiais” IN *História & Sociedade. O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. Miguel Bandeira JERÓNIMO (org.). Lisboa: Edições 70, 2012, pp. 396 – 397.

<sup>256</sup> MOORMAN. Op.cit., p. 83.

Moorman trata dos clubes recreativos criados por africanos, mas vale dizer que, devido ao processo de industrialização, algumas empresas criam também os seus clubes, e chegam a financiar competições e espetáculos.

se configuraram como uma espécie de alternativa para as precárias condições de vida em que essas mulheres e homens viviam<sup>257</sup>.

O fato desses clubes não servirem de cobertura para uma ação direta anticolonial e de não terem ligações com os movimentos em armas não significa, porém, que fossem apolíticos. Novamente, vale lembrar que as fronteiras entre colaboração e resistência eram mais porosas do que uma análise centrada em dicotomias permitiria ver. Enquanto espaços culturais voltados para a população não-branca dos subúrbios, eles, mesmo que *essencialmente* culturais, tornavam-se propícios para se pensar a nação. Em outras palavras, apesar de constantemente vigiados pela polícia política, esses clubes, que eram espaços culturais africanos, contribuíram para estreitar vínculos entre aqueles que os frequentavam além de abrirem caminho para a formação de novos laços, já dentro de outro contexto. Moorman percebe a presença do *político* ao concluir que, através dessas sociabilidades, em vez de se aproximarem do Estado colonial, essas pessoas afastavam-se dele<sup>258</sup>, o que certamente não havia sido previsto pelos que elaboraram os planos da Ação Psicossocial.

No entanto, a questão que se coloca é a de quem frequentava tais clubes. Moorman afirma que enquanto os exilados políticos caracterizam o período entre 1961 e 1974 como politicamente repressivo e violento, os residentes de Luanda lembram este tempo como sendo marcado por uma melhoria econômica limitada e, principalmente, por diversão<sup>259</sup>. Se olharmos para a população branca da cidade, não há dúvidas – apesar de que, para muitos deles, os benefícios econômicos não eram tão limitados. Se nos voltarmos para a população dos musseques que, como vimos, já ensaiava uma divisão em classes sociais<sup>260</sup>, surge a questão: será que, para a maioria dela, essa afirmação de Moorman é cabível? Como já dissemos no capítulo anterior, a autora realizou uma série de entrevistas para tirar as suas conclusões, mas ela mesmo reconhece que a maior parte das pessoas com as quais conversou considerava-se de classe média e estava envolvidas com o cenário cultural luandense.

---

<sup>257</sup> MOORMAN. Op.cit., p.85.

<sup>258</sup> MOORMAN. Op.cit., p.90.

<sup>259</sup> MOORMAN. Op.cit., p.84. A autora realizou suas entrevistas com luandenses em 2001. Podemos questionar o quanto essa memória nostálgica com relação ao período final da colonização portuguesa em Angola fora influenciada pela vivência das dificuldades causadas por uma guerra civil (1975-2002) que, naquele momento, parecia infundável.

<sup>260</sup> Lembremos apenas que a formação de classes sociais está relacionada à uma vivência em comum e à percepção do compartilhamento dos mesmos interesses. Então, a industrialização não forma, automaticamente, as classes sociais. Sua configuração depende de um processo histórico e relacional. Henrique Guerra, apesar de apresentar uma visão marxista por vezes ortodoxa, reconhece isso ao afirmar que o que chamou de *semiburgesia* africana só conseguiu se consolidar por volta de 1970, ou seja, quase dez anos após as reformas e cerca vinte após o início do fortalecimento de uma economia industrial em Luanda.

Quando, por sua vez, Moorman trata dos clubes que surgiram na esteira das reformas, afirma que o acesso a eles era restrito não só pelos preços dos ingressos, mas também por um código de vestuário e de conduta. Reconhece ainda que os habitantes dos musseques que não faziam parte da pequena burguesia conseguiam frequentá-los apenas ocasionalmente. Aqueles que não possuíam condições de entrar nos clubes, juntavam-se fora deles, e às vezes chegavam a criar as suas próprias festas nas ruas. Ora, percebe-se que mesmo no nível sócio-cultural, no qual indivíduos criavam laços entre si, a diferenciação da população luandense em classes sociais, acelerada pela industrialização e pela abertura da economia angolana ao capital estrangeiro, assim como pelo impulso reformador que marcou a época, ia-se fortalecendo entre os moradores da periferia.

#### **II.3.4 De indígenas e assimilados a proletários e burgueses, mas sempre *negros*.**

Não é difícil concluir, portanto, que essa série de reformas levada adiante pelo Governo português tornou ainda mais complexa a organização social de Luanda e transformou o seu cenário de maneira significativa. O fim da classificação dos seus habitantes entre as categorias de *civilizados* e *não civilizados* e o acesso da população africana à educação – que acarretou a multiplicação do número de profissionais liberais dentro deste grupo e a possibilidade de atingir postos um pouco mais elevados no funcionalismo –, diversificaram uma população antes muito homogeneizada, pelo menos na esfera da lei. Em outras palavras, novas possibilidades se abriram para os negros e mestiços. Vale lembrar que, através do estatuto do indigenato, aquele que não atingisse o estatuto jurídico de assimilado, via suas oportunidades de ascensão social um tanto limitadas, uma vez que mesmo a educação só estava aberta para si no nível primário, o que acabava por restringir as possibilidades de mobilidade dos indígenas.

Em comum, pode-se afirmar que negros e mestiços continuavam a viver majoritariamente nos musseques, o que significa, portanto, que, apesar de muitas vezes pertencerem a diferentes classes sociais, ainda compartilhavam condições de vida por vezes um tanto degradantes. O fator condicionante desta situação era, ainda, o racial.

## II.4 Reformas: na lei e na prática? Na lei ou na prática?

“A herança de cinco séculos de abusos contra os africanos era demasiado grande para ser superada com umas quantas reformas atrasadas”<sup>261</sup>.

Reconhecer que as reformas *atrasadas* tiveram como consequência transformações relevantes nos modos de vida das populações dos musseques não significa dizer que se conseguiu superar toda a herança colonial que, no fim das contas, constituía a base na qual essa sociedade se construiu. A divisão da população por classes sociais, por exemplo, não substituiu a divisão por raças, e muito menos diminuiu a segregação imposta aos negros e mestiços. Como vimos na primeira parte deste capítulo, eles continuavam a ser empurrados para musseques afastados do centro da cidade, como ilustra o crescimento do Cazenga e do Golfe, localizados já no 4º Bairro Administrativo. O distanciamento físico que teve início nos anos 1940 e 1950 ganhou força, e a concentração do reservatório de mão de obra, composto principalmente por africanos negros e mestiços, na zona industrial, apenas reforçou essa separação.

A forma de dominação imposta em Angola baseou-se em hierarquias raciais, através das quais os brancos se viam como *naturalmente* superiores. A imposição de uma hierarquia socioprofissional, por sua vez, adequou-se à racial, ao invés de substituí-la. Em uma economia baseada no recurso a uma mão de obra abundante e barata, não era viável eliminar a exploração de um grupo por outro, sem que isso significasse o próprio fim da colonização.

Em outras palavras, as mudanças efetuadas pelo governo português não tinham como objetivo acabar com a relação de domínio de um grupo sobre o outro, mas conservá-la. Para isso, percebeu-se a necessidade de fazer concessões. O grupo dominante, para manter a sua dominação, não pode deixar de levar em consideração os interesses dos dominados. Isto é, deve estabelecer com eles um equilíbrio de compromisso. Em suma, para manter a sua hegemonia, é necessário que o grupo dominante faça sacrifícios<sup>262</sup>.

---

<sup>261</sup> BENDER. Op.cit., p. 256.

<sup>262</sup> “O fato da hegemonia pressupõe indubitavelmente que sejam levados em conta os interesses e as tendências dos grupos sobre os quais a hegemonia será exercida, que se forme um certo equilíbrio de compromisso, isto é, que o grupo dirigente faça sacrifícios de ordem econômico-corporativa; mas também é indubitável que tais sacrifícios e tal compromisso não podem envolver o essencial, dado que, se a hegemonia é ético-política, não pode deixar de ser também econômica, não pode deixar de ter seu fundamento na função decisiva que o grupo dirigente exerce no núcleo decisivo da atividade econômica”. Antonio GRAMSCI. “Breves Notas sobre a Política de Maquiavel” IN *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p. 48.

Todo Estado toma para si a função de manter certo tipo de civilização e de cidadão<sup>263</sup>. No caso do Estado colonial, essa civilização seria sempre marcada pela distinção entre tipos de cidadãos tendo a raça como base, pois era essa distinção que legitimava a exploração. Apesar da nova normatização, o *habitus*, para utilizar o conceito de Bourdieu<sup>264</sup>, senão acompanhasse tais transformações, não permitiria que mudanças no âmbito das práticas sociais fossem significativas.

Já em 1961, quando se começava a discutir mais seriamente a possibilidade de se dar início ao programa de Ação Psicossocial, em Informação elaborada no Gabinete dos Negócios Políticos<sup>265</sup>, se reconhece que a sua aplicação será dificultada pelos interesses dos colonos.

“Quando tudo se prepara para que, em breve e com bases sérias, se inicie em Angola uma campanha de acção psicológica destinada à recuperação das populações locais tresmalhadas pela acção terrorista pelos desmandos de muitos europeus e, também, ao apaziguamento dos espíritos e ao regresso à tradicional política de coexistência pacífica entre os dois grupos humanos em presença, surgem naquela província indícios de que haverá uma grande barreira a vencer”

<sup>263</sup> “Se todo Estado tende a criar e a manter um certo tipo de civilização e cidadão (e, portanto, de convivência e de relações individuais), tende a fazer desaparecer certos costumes e atitudes e a difundir outros, o direito será o instrumento para esta finalidade (ao lado da escola e de outras instituições e atividades) e deve ser elaborado para ficar conforme a tal finalidade, ser maximamente eficaz e produtor de resultados positivos”. Ver: Antonio GRAMSCI. Op.cit., 2000, p. 28.

O governo colonial não apresentou uma preocupação concreta em “educar” conforme os moldes europeus os jovens e crianças colonizados. Houve, sim, uma tendência em fazer desaparecer certos costumes, inclusive, como já vimos, através da própria concepção e organização das cidades. No entanto, se o direito delimitava os critérios para a assimilação legal, tornando o indígena um cidadão, as autoridades coloniais buscavam barrar essa possibilidade. A tentativa de salvaguardar os privilégios, que só existem em função das diferenças, pode ser analisada através do conceito de *habitus*, de Bourdieu, isto é, “maneiras de ser permanentes, duráveis que podem, em particular, levá-los a resistir, a opor-se às forças do campo”. Ver: Pierre BOURDIEU. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004, p. 28.

Se as normas que regem um campo mudam sem que haja transformações no *habitus*, gera-se uma situação de crise (*hysteresis*). No entanto, é o *habitus* que contém também a capacidade de inovação, ou, para usar as palavras de Burawoy, “uma criatividade definida por disposições acumuladas e internalizadas a partir das estruturas sociais prévias; uma criatividade ao mesmo tempo canalizada e delimitada pela estrutura social realmente existente”. Ver: Michael BURAWOY. *O Marxismo Encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010, p. 53.

<sup>264</sup> O *hábitus* seria o “resultado da incorporação das estruturas da sociedade pelos corpos dos agentes, na forma de conjunto de disposições” M. BURAWOY. Op.cit., p. 57. O *habitus* seria disposições tão profundamente interiorizadas, que seriam inacessíveis à consciência. É o elo entre o indivíduo e a sociedade. É a negação de Bourdieu tanto de concepções que veem o homem como subjetividade autônoma quanto daquelas que ignoram a subjetividade do indivíduo, tratando-o como determinado pela sociedade. O *habitus* é, simultaneamente, individual e coletivo, é um aprendizado passado, uma pré-disposição para a ação. Em outras palavras, é o resultado da internalização do externo e da externalização do interno.

Para uma análise das relações de poder em Luanda através da teorização de António Gramsci e Pierre Bourdieu, ver: Juliana CORDEIRO DE FARIAS. *Entre Domínio e Consenso: Uma análise da relação de dominação no sistema colonial português em Angola*. Cadernos de História: História e cultura africana e afro-brasileira. Recife: Editora Universitária UFPE. Ano 9, nº IX, 2012, pp. 61 – 79. Disponível online através do endereço: [http://www.ufpe.br/editora/ufpebooks/livros-texto/caderno\\_historia/](http://www.ufpe.br/editora/ufpebooks/livros-texto/caderno_historia/).

<sup>265</sup> Acção Psicossocial. Informação. Agosto de 1961. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. MU/GM/GNP/060/Pt.1

O documento se refere à opinião de grande parte da população branca de Angola de que seria apenas através da força que se conseguiria qualquer resultado junto aos *bandoleiros*. As próprias reformas de setembro de 1961 não foram bem recebidas por todos. A abolição do indigenato, segundo o inspetor Vasco da Gama em relatório já mencionado, “*não foi percebida pela quase totalidade dos nativos e até por grande parte da população branca. Também se diz que os indígenas não acabaram e que os novos decretos só são para a O.N.U. ver*”, e continua,

“Seja como fôr, deixou de existir o conceito jurídico de indígena e tal situação político-social não mais poderá ser evocada, porém, tornar-se-á necessário abolir em absoluto tudo o que comprometeu o indigenato. É mesmo indispensável que de direito e de facto exista justiça social, pois não basta legislar mas é preciso que a LEI se cumpra”<sup>266</sup>.

Como se viu no caso da supressão do estatuto do indigenato, mesmo com a permanência na esfera da prática do critério racial que estava por trás<sup>267</sup>, o fim do conceito jurídico de indígena abriu oportunidades para um maior número de não-brancos. Se olharmos, todavia, para o caso de Luanda, perceberemos que novas artimanhas foram adotadas pelos que se beneficiavam da colonização, de modo que a exclusão social de uma maioria permaneceu.

Vimos que, em 1972, era na zona não-urbanizada que habitavam três quartos da população mais pobre do 4º Bairro Administrativo. Dos seus moradores, que figuravam em 109.128 – nesse número constam também os que viviam nos bairros populares, esses já urbanizados<sup>268</sup> –, havia 25,53% de brancos, 9,69% de mestiços, 64,74% de negros e 0,04% de grupos não especificados. A maior parte da população branca estava concentrada na área urbanizada deste Bairro<sup>269</sup>. Havia também concentração de população branca de baixa renda no musseque Cazenga. Ainda assim, na área deste bairro administrativo, não havia qualquer

<sup>266</sup> Vasco da GAMA. *Relatório de Inspeção ao Concelho de Luanda - 2º Bairro ADM*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, 1961, pp. 11 – 12. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.004/53.00389.

<sup>267</sup> Apesar das condições para a assimilação estarem relacionadas a aspectos culturais, a própria definição de indígena, como consta no capítulo anterior, baseava-se em critérios raciais. Negros e mestiços, quando estes últimos não tinham descendência comprovada, eram automaticamente classificados como indígenas. Enquanto brancos, mesmo que fossem analfabetos e que vivessem nas mesmas condições que os indígenas, eram naturalmente considerados enquanto civilizados.

<sup>268</sup> Na periferia de Luanda, existiam também bairros populares já urbanizados que, muitas vezes, levavam o mesmo nome dos musseques do entorno. Casos como este ocorrem, por exemplo, no Cazenga, que é simultaneamente nome de um musseque e de um bairro popular, assim como no Adriano Moreira. Há casos em que se verifica uma pequena diferença de nomenclatura, como no musseque Rangel e no Bairro de Reordenamento do Rangel. Ver: MONTEIRO. *Op.cit.*, pp. 87, 349. Enquanto Monteiro diferencia o que entende por musseque e por bairro popular, na documentação consultada raramente se faz essa distinção. Os termos *musseque* e *bairro* aparecem aleatoriamente, o que dificulta uma análise específica voltada para cada um dos casos. Sobre variações ao longo do tempo no que se refere ao uso dos termos, ver: MOURÃO. *Op.cit.*, p. 349.

<sup>269</sup> No 4º Bairro, a população branca constituía 70,6% dos comerciantes e vendedores e 94,8% dos quadros superiores da administração pública e privada. Dados apresentados por Mourão tendo como base os anexos ao Boletim Mensal de Estatística, de julho de 1973. Ver: MOURÃO. *Op.cit.*, p. 266, 269.

escola secundária ou liceu, e as escolas primárias que existiam, em número insuficiente para atender à demanda, encontravam-se em condições precárias. Era ainda o 4º Bairro Administrativo o que em menor número possuía sedes de Organismos de Utilidade Pública<sup>270</sup>.

Nas áreas do dito bairro administrativo ocupadas por musseques, não existiam esgotos e as ruas não eram pavimentadas. O serviço de limpeza diária era ineficiente, e havia lixo e detritos espalhados por toda a parte. Desnecessário falar que a grande maioria dos habitantes não tinha acesso à água canalizada, tendo de comprá-la a preços exorbitantes daqueles que a tinham, que eram, no mais das vezes, comerciantes brancos. Daí que o relatório conclui que *“o panorama sanitário das áreas não urbanizadas do 4º Bairro Administrativo é francamente deplorável, com grave risco para a boa saúde pública”*<sup>271</sup>.

Tratou-se aqui com especial atenção da situação dos musseques situados no 4º Bairro Administrativo, uma vez que eles refletiam com mais clareza a situação dos bairros periféricos inseridos nas relações de produção características do processo de industrialização crescente. No entanto, mesmo nos musseques mais antigos, e situados em outros bairros administrativos, a situação não era muito melhor. No Rangel, localizado no 2º Bairro Administrativo do Concelho de Luanda, em 1970, muitas crianças não conseguiram se matricular nas escolas, uma vez que estas já não comportavam mais alunos. As crianças que tinham condições para tal, foram matriculadas em escolas particulares, o que contribuiu para aumentar o fosso econômico que se ia construindo dentro dos musseques<sup>272</sup>.

Nesse caso, poder-se-ia alegar que a exclusão se dá na esfera econômica, como acontece com todos os países que adotam o sistema capitalista de produção. Cabe, porém, chamar a atenção para o fato de que, na freguesia do Rangel, aproximadamente 87,27% da população era composta por negros, enquanto apenas 5,32% eram brancos<sup>273</sup>. Além disso, os estabelecimentos de ensino concentravam-se, em geral, na área urbanizada dos bairros. As escolas situavam-se no Bairro do Reordenamento do Rangel, já urbanizado. Dos

---

<sup>270</sup> Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda pelo Inspector Dr. João Barros Paralta. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972, pp. 43 – 44. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221

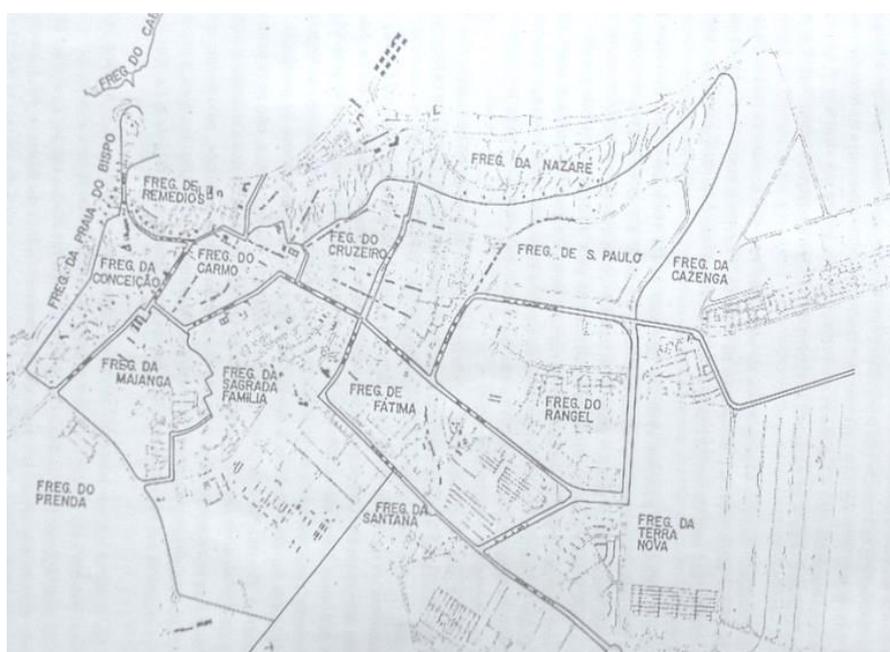
<sup>271</sup> Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda pelo Inspector Dr. João Barros Paralta. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972, p. 45. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221

<sup>272</sup> Polícia de Segurança Pública. Resumo de Informações, Outubro, 1970. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa, p.05. MU/GM/GNP/058/Pt.6.

<sup>273</sup> Esses números valem apenas para a Freguesia do Rangel. Se considerarmos o 2º Bairro como um todo, segundo Mourão, a sua população em 1970, era composta por 15,75% de brancos, 8,51% de mestiços e 75,66% de negros. Podemos concluir que a população branca, presente em todos os Bairros Administrativos, parece concentrar-se nas áreas urbanas dos mesmos. Isso não significa, vale frisar, que não houvesse brancos nos musseques.

MOURÃO. Op.cit., pp. 263, 264.

estabelecimentos de ensino da região, nenhum distava menos que um quilômetro do centro do *musseque Rangel*, o mais populoso de todos. Ou seja, quando conseguiam se matricular, as crianças tinham que andar bastante para chegar às escolas, o que influenciava em seu rendimento. Essa concentração de escolas nas áreas urbanizadas fazia com que a proporção de crianças brancas nos colégios fosse superior à porcentagem delas no que se refere aos habitantes dos subúrbios<sup>274</sup>, contribuindo para a reprodução da desigualdade racial em Luanda. Acredito com isto poder afirmar que continuava a existir uma clivagem no que se refere ao acesso à escolarização baseada em uma segregação racial. Vale lembrar que os habitantes dos bairros periféricos eram, em sua maioria, aqueles que, antes de 1961, eram classificados legalmente enquanto indígenas.



**Figura 7:** Mapa das freguesias de Luanda, s.d.

Fonte: Fernando Mourão. *Continuidades e discontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda*, 2006.

Com relação à expansão do sistema de ensino, vale ainda apontar para outra questão, que faz referência à situação de Angola como um todo: se houve, de fato, um aumento significativo do número de estabelecimentos de ensino e do número de alunos matriculados – aumento este que foi de 400% entre os que frequentavam as escolas primárias entre 1960/61 e 1972/73, dado que, por levar em conta números absolutos, não pode de modo algum ser descartado – essa expansão não foi capaz de resolver o problema do insucesso escolar. A proporção de alunos que atingiam a 4ª classe continuou estável, em cerca de 10%, o que

<sup>274</sup> Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., p. 349, 351.

demonstra que, em termos relativos, os resultados foram limitados<sup>275</sup>. Luanda, enquanto sociedade central, urbana, com grande contingente de população europeia, era agraciada com professores mais qualificados e com um maior número de escolas do que outras regiões da Província, fato que diminuiria o insucesso escolar na capital. No entanto, temos de levar em consideração que a maior parte da população marginalizada que lá viva havia migrado de outras partes de Angola em busca de melhores condições de vida. Ou seja, a situação própria ao ensino na Província como um todo, e principalmente nas áreas rurais, cujo ensino disponível às vezes ia apenas até a 2ª classe, é de grande relevância para se pensar a situação em Luanda.

De qualquer forma, voltemo-nos à manutenção de estratégias de segregação racial. A situação fica ainda mais clara se analisarmos a questão dos empregos e dos salários. Os musseques, como já foi dito, tornaram-se grandes reservatórios de mão de obra para as indústrias, e a cidade atraía grande número de imigrantes que lá se estabeleciam em busca de melhores oportunidades. No entanto, mesmo após o fim do indigenato, persiste ainda uma diferenciação no que se refere aos salários pagos para trabalhadores negros e brancos, mesmo que estivessem a exercer a mesma função. Segundo Bender, ainda em 1958, período no qual o estatuto do indigenato estava ainda vigente portanto, Afonso Mendes afirmava que as *“diferenças salariais [entre brancos e assimilados] não podiam considerar-se como exemplo de discriminação racial porque os salários mais baixos representavam o valor da produção”*. Mendes, que, como se pode perceber, subordinava a produtividade individual a critérios raciais, exerceu o cargo de diretor do Instituto Angolano do Trabalho entre 1962 e 1970<sup>276</sup>.

Discurso semelhante está presente no estudo sociológico elaborado por Bettencourt, no qual, apesar de afirmar que *“no ambiente da fábrica ou da oficina, os operários, sejam europeus ou africanos, são nivelados pelo mesmo padrão qualifcativo”*, divide o comportamento individual do trabalhador de acordo com características raciais. O operário europeu, segundo ele, apresenta *“um sentido de responsabilidade mais agudo”*, o que o leva a buscar aprimorar seus conhecimentos técnicos e a primar pela perfeição, de modo que *“a sua ascensão profissional é baseada no mérito próprio”*. Enquanto o africano – leia-se negro, uma vez que, neste discurso, o branco nascido na África não pertence ao grupo dos africanos

–,

---

<sup>275</sup> Elisete Marques da SILVA. “O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, nºs 16-17, 1992-1994, p. 120.

<sup>276</sup> BENDER. Op.cit., pp. 253 – 254.

“só é assíduo enquanto o salário auferido se equilibra com as suas necessidades e da família. Logo que, por mérito próprio, a promoção a melhor salário lhe permite um maior desafogo nos seus ganhos, há uma imediata quebra da sua produtividade, resultante da falta de aplicação e aquisição de vícios que não tinha, em especial o alcoolismo”<sup>277</sup>.

As consequências desta forma de pensar são penosas para o operário negro, que se vê estagnado na mesma posição, na qual ganha apenas o necessário para a subsistência (e, às vezes, nem para isso), devido a características supostamente próprias à sua raça, como a falta de aplicação profissional e a propensão para o vício<sup>278</sup>. Os africanos, segundo a concepção de Bettencourt, por não possuírem o profissionalismo em suas estruturas, dependiam da flexibilidade do sistema social português para conseguirem ascender e se adequar as normas de trabalho<sup>279</sup>. Ou seja, apesar do fim do estatuto do indigenato, a concepção do negro como aquele que necessita da civilização que o português lhe proporcionaria não desapareceu. Apenas deixou de ter validade jurídica. Guerra, que analisa a situação vivida em Angola já no início dos anos 1970, menciona o fato ao afirmar que, no setor da construção civil,

“pode-se ver frequentemente um operário branco que ganha 160\$ diários trabalhar ao lado de um operário negro que ganha 37\$50. No respectivo Sindicato, regista-se uma estratificação de categorias e salários praticamente segundo a cor de pele”<sup>280</sup>.

A diferenciação salarial, talvez por falta de atenção da Comissão de Censura, chegou à página de um periódico. Em matéria publicada na Revista *Notícia*, em agosto de 1971, um operário metropolitano da construção civil afirma receber, em Luanda, 220\$00 diários, o dobro do que recebia na metrópole. Outros operários da obra em que trabalhava, também provenientes de Portugal, recebiam entre 150 e 200 escudos por dia,

“Excepto para os operários angolanos, cujo salário só de muito raro vai além dos 120 escudos diários e frequentemente estaciona nos 70 ou nos 80. Em alguns casos desce mesmo até aos 45 [...], apesar da ilegalidade que estes pagamentos envolvem [...].  
E é assim em todas as profissões ligadas à construção civil, assegura-me ele e confirmo eu depois”<sup>281</sup>.

<sup>277</sup> BETTENCOURT. Op.cit., 117.

<sup>278</sup> Bender analisa o comércio de álcool em Angola, que muitos lucros gerou tanto para indústrias metropolitanas quanto para produtores europeus instalados na colônia. Mesmo com a pressão internacional e a proibição da venda de aguardente para os africanos, não houve qualquer alteração no consumo de álcool. Segundo o autor, colonos passaram a produzir seu próprio rum e a utilizá-lo como pagamento aos trabalhadores africanos, prática que subsistiu até o fim do colonialismo português em Angola e que contribuiu para a degradação dos africanos. Levando-se em consideração que muitos dos habitantes de Luanda no período estudado haviam migrado de outras partes da Província, não é de surpreender que muitos já trouxessem consigo o vício no álcool, que era, então, atribuído ao africano como uma característica racial. BENDER. Op.cit., p. 243.

<sup>279</sup> BETTENCOURT. Op.cit., pp. 123 – 124.

<sup>280</sup> GUERRA. Op.cit., p. 115.

<sup>281</sup> “Trabalho (2) A Casa dos Outros. Um operário. Um patrão”. Revista *Notícia*. Luanda: 21 de agosto de 1971, p. 67.

Além disso, segundo Guerra, os operários brancos possuíam mais facilidade para ascender no emprego, o que fora defendido, segundo outros critérios, por Bettencourt. Tais diferenciações, portanto, se já não eram definidas por critérios legais, permaneciam como realidade.

A possibilidade de reivindicação por parte dos trabalhadores negros não era significativa. A maioria deles não estava sindicalizada. De acordo com a série sobre trabalho publicada na Revista *Notícia*, a quantidade de operários da construção civil sindicalizada nas obras raramente ultrapassava 60%, assim como 80% dos frentistas dos postos de gasolina não estavam sindicalizados. O próprio sindicato, o SNECIPA, atuava mais no sentido de assistência social do que na defesa dos interesses da classe trabalhadora<sup>282</sup>, e nem mesmo o atendimento assistencialista era prestado de forma decente. O doente tinha que chegar às 4 horas da manhã ao posto médico na esperança de conseguir marcar uma consulta<sup>283</sup>. Nessas condições, não espanta a instabilidade da mão de obra de origem africana.

Todavia, algo efetivamente mudou com relação aos musseques. Após o início da luta armada e, em especial, após o ataque às prisões de Luanda, em 4 de Fevereiro de 1961, no qual estavam envolvidos muitos de seus habitantes, o eixo da ação política, seja a de controle seja a de conquista de corações, deslocou-se para as massas populares negras e mestiças. Já vimos que as populações dos meios suburbanos tornaram-se os alvos principais da ação de *contrapropaganda*, e isso devido ao reconhecimento de que essa população estaria mais aberta à propaganda dos movimentos nacionalistas.

A situação de vida nos musseques de Luanda, por sua contínua precarização, e pela intensa entrada e saída de indivíduos, chama então a atenção das autoridades, a tal ponto que o Governador Geral de Angola nomeou, em 13 de dezembro de 1966, um Grupo de Trabalho, que contava com representantes do Comando de Defesa de Luanda, da PIDE e da PSP, com o objetivo de elaborar um estudo das medidas necessárias para um maior controle das entradas e saídas de Luanda e das condições de vida das populações que habitavam os musseques. Como tais representantes perceberam, logo de início, que o problema não poderia ser resolvido apenas através de medidas repressivas, convidaram a participar da discussão também o chefe do Departamento de Trabalho, do Instituto do Trabalho, Previdência e Ação Social. O temor que tornou a questão preocupante foi explicitado no relatório apresentado pelo Grupo:

---

<sup>282</sup> Série “Trabalho” Revista *Notícia*. Luanda: 18, 21 e 28 de agosto de 1971.

<sup>283</sup> “Assistência clínica do SNECIPA. Revista de Angola. Número 115. Ano VI. Luanda: Março, 1966, s.p.

“qualquer terrorista aqui pode entrar, sair e viver livremente sem que seja incomodado”, mesmo porque tornava-se

“impossível, com os meios de que dispomos [...], poder destrinçar dentre esta enorme massa populacional aqueles que procuram a cidade para alcançarem, assim, uma melhoria de vida daqueles que a procuram com fins e ideias inconfessáveis. [...] Em parte, o que se passa em Luanda passa-se em todos os grandes centros. Não é um fenómeno local mas um fenómeno geral de urbanismo. Mas, se só assim fôsse, por normal, não teria implicações mais graves do que as já conhecidas e estudadas pelos sociólogos; por geral, permitir-nos-ia a adopção de métodos já conhecidos para minorar o mal. Mas a tudo isto há que acrescentar um outro fenómeno: o do terrorismo”<sup>284</sup>.

Ora, neste trecho fica clara, mais uma vez, a concepção de que os problemas sociais de Luanda devem-se ao seu crescimento. Deixa-se de lado que tais problemas eram características de uma sociedade colonial, marcada por uma dominação assentada primeiramente em critérios raciais. A diferença entre Luanda e outras cidades do mundo estaria no perigo do *terrorismo*.

O mais interessante neste documento para compreender as condições em que vivia a maior parte dos habitantes dos musseques é o relatório em anexo elaborado pelo representante do Instituto do Trabalho. Segundo se diz, a renda necessária para garantir a subsistência de uma família com dois filhos é de 1.166\$00, enquanto os salários médios, de acordo com dados de 1964, giravam em torno dos 728\$00 e 780\$00 mensais. Aqueles que não possuem familiares que contribuam com a manutenção da casa se veem obrigados a privar-se do mínimo. “*Deixa-se, pois, expressa a notória insuficiência dos salários do trabalhador não especializado, incapazes de permitirem mais do que a simples subsistência*”<sup>285</sup>. Além disso, os custos de vida nos musseques sofriam um aumento<sup>286</sup>, principalmente devido ao comércio clandestino, cujos preços cobrados pelos produtos eram ainda mais elevados do que nos demais, mas que eram escolhidos pela população economicamente mais débil por permitirem a compra a crédito.

Por tudo o que aqui se demonstrou, fica patente que, apesar das reformas efetuadas, os moradores da periferia de Luanda continuaram a assistir a uma deterioração das suas condições de vida. Já podiam se matricular legalmente nas escolas, mas não conseguiam vagas naquelas que se situavam nas proximidades. Para se deslocar às mais distantes, não

<sup>284</sup> Condições de vida das populações nos musseques de Luanda, 1966, folhas 02 – 03. Torre do Tombo, Lisboa. PIDE/DGS. Del. Angola. Proc. 14.13.A. NT. 2040.

<sup>285</sup> Combate à vadiagem nos centros urbanos, 1966, folha 07. Torre do Tombo, Lisboa. PIDE/DGS. Del. Angola. Proc. 14.13.A. NT. 2040.

<sup>286</sup> Esse aumento do custo de vida continuava a se verificar, não só nos musseques, mas em Luanda como um todo. Segundo Bender, em 1973, o custo de vida na capital da Província aumentou em 13,2%. Ver: BENDER. Op.cit., p. 276.

contavam com um sistema de transportes que atendesse às suas áreas e que fosse minimamente eficiente. Viviam em condições de insalubridade por não possuírem água canalizada, por não haver rede de esgoto na região e pela falta de coleta de lixo. Expostos a uma situação de grande risco para saúde, se acabavam por adoecer, tinham de se deslocar no início da madrugada para os hospitais e torcer para conseguir uma consulta. E a maioria esmagadora dessa população era negra.

Entre fins dos anos 1960 e a primeira metade da década de 1970, porém, verifica-se um fenômeno curioso, quando alguns postos-chave da administração de Angola são ocupados por brancos opositores ao Estado Novo<sup>287</sup>. Nesse contexto, o problema dos musseques torna-se central e o Gabinete de Urbanização começa a desenvolver uma série de projetos para resolver a divisão dual entre a cidade branca e os musseques. Dá-se início, por exemplo, a projetos de urbanização de alguns musseques, cujo papel do arquiteto Troufa Real pode ser destacado. O objetivo principal desses projetos era levar às populações condições mínimas de infraestruturas<sup>288</sup>. Muitos foram os obstáculos para sua concretização – como, por exemplo, a problemática da remoção e da instalação em outros locais dos moradores ao longo do período de obras. Tais projetos estavam ainda em discussão e andamento quando se dá o golpe de Estado em Lisboa, em 25 de Abril de 1974. No mês seguinte, Troufa Real ainda insistiria na necessidade de resolver os problemas estruturais mínimos dos subúrbios. Disse ele em entrevista à Revista *Notícia*,

“Repito: devemos levar aos musseques infraestruturas que satisfaçam as necessidades primárias. E fazer abrir arruamentos não é, de forma alguma, a mais prioritária. Pelo contrário, é a última. Primeiro a água, depois o saneamento. Depois do saneamento deve dar-se a satisfação a aspectos de carácter social, escolas, por exemplo. E finalmente os arruamentos”<sup>289</sup>.

Esta fala nos informa que, quando se dá a queda do Estado Novo português, as populações dos musseques ainda viviam em condições precárias, e que o esforço iniciado em finais dos anos 1960 não conseguira resolver a questão. Em junho de 1974, a Câmara Municipal constituiu um grupo de trabalho para corresponder às necessidades dos habitantes dos musseques. “*O programa de trabalhos compreende, entre outros objectivos, o fornecimento de água, construção de arruamentos, de balneários públicos, de mercados, de*

<sup>287</sup> Franz-Wilhelm HEIMER. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo, 1980, p. 29.

<sup>288</sup> MOURÃO. Op.cit., p. 288.

<sup>289</sup> António GONÇALVES. “Água para os musseques”. Revista *Notícia*. Luanda: 19 de maio de 1974, p.29

*escolas e de diverso equipamento social, tendo já o apoio do Governo*”<sup>290</sup>. No entanto, este programa não chega a se tornar realidade, pois, a esta altura, a fronteira imaginária entre a cidade de asfalto e os musseques estava prestes a se tornar real<sup>291</sup>.

Nessas condições, portanto, não é de se admirar que as insatisfações persistissem nos bairros periféricos e que as reformas tenham fracassado em seu objetivo principal: conquistar os corações dos africanos. Talvez o Ministério do Ultramar ao levá-las adiante tenha tido de fato o interesse de melhorar a vida dessas populações. Afinal, Portugal gastou muito dinheiro em investimentos que visavam aumentar às populações nativas as possibilidades para melhorar de vida. Fica claro, porém, que tiveram como obstáculo as ambições dos colonos lá estabelecidos, que não estavam interessados em abrir mão de seus privilégios e deixar de explorar o trabalhador negro. Neste caso, as intenções de alguns legisladores da metrópole não coincidiram com as dos colonos, os quais, por seu poder de pressão face ao governo, conseguiam, no mais das vezes, que seus desejos fossem atendidos. No fim das contas, as reformas tiveram mais força enquanto propaganda do que enquanto ações concretas. No entanto, os próprios idealizadores da Ação Psicossocial já afirmavam que não haveria possibilidade de conquistar a confiança e a amizade dos africanos se esta aproximação não fosse realizada através de realizações materiais.

Desta forma, podemos esboçar algumas conclusões a respeito da efetividade das reformas levadas a cabo pelo regime colonial e as transformações verificadas na sociedade luandense. Acredito ter ficado claro que as reformas efetuadas, ao invés de aproximar as populações negras e mestiças a Portugal, como era o esperado, acabou por afastá-las. De fato, elas abriram possibilidades de ascensão social para um maior número de negros do que o permitia o estatuto do indigenato. Maior número, porém, não significa um grande número. A maioria teve que aceitar o trabalho de operário não especializado nas fábricas e indústrias, recebendo uma média de 25\$00 diários que, devido ao elevado custo de vida de Luanda, mal dava para a subsistência. Um dos resultados foi o aumento do desemprego e do subemprego, além de uma notória instabilidade da mão de obra. Alguns poucos, tão poucos que Guerra optou por não considerá-los enquanto classe autônoma, puderam tirar vantagens dessa situação e configurar-se enquanto uma *pequena burguesia africana*. Mesmo esse grupo, porém, apesar de se ter beneficiado mais com as reformas do que os demais, por sofrer

---

<sup>290</sup> “Objectivo do Município: Acudir rapidamente às necessidades e problemas dos habitantes dos musseques”. A Província de Angola. Luanda, Ano LI, número 15.748, p. 07.

<sup>291</sup> No início do segundo semestre de 1974, as forças militares estabelecem uma linha de segurança que separava o subúrbio da cidade de asfalto, devido à incidência de sangrentos conflitos nos musseques. Isso, porém, será tema para o quarto capítulo.

pressão da concorrência desleal com a pequena burguesia branca, tinha seus motivos para desejar a saída dos brancos de Angola. E mais, enquanto os grupos se distinguiam por classes sociais nos musseques, continuavam a compartilhar as mesmas precárias condições de vida, de modo que era inegável que o critério de configuração do espaço urbano de Luanda, mesmo com todas as reformas, era ainda racial. Daí a questão elaborada pelo representante do Instituto do Trabalho para o grupo encarregado de analisar as condições de vida nos musseques de Luanda: *“De resto, poderá constituir-se uma sociedade plurirracial e harmónica, quando um dos sectores vive muito precariamente, enquanto outro, quase unicamente constituído por elementos de uma das etnias, tem um nível de vida aceitável?”*<sup>292</sup>

Mesmo dentre aqueles que trabalhavam pela causa colonial, portanto, havia quem percebesse a fragilidade do discurso lusotropical quando se procurava aplicá-lo a uma sociedade onde eram as diferenças raciais as que mais contribuíam para caracterizar as condições de vida de cada um dos grupos. Essas vozes isoladas, porém, não foram ouvidas por aqueles que viviam a colonização e se beneficiavam com ela. A ambição dos colonos venceram as intenções de alguns ideólogos da colonização<sup>293</sup>. Fica patente, portanto, que legislação e prática social nem sempre coincidem.

Nos relatórios da PSP, a partir dos últimos anos da década de 1960, torna-se mais comum a informação de que eram encontradas siglas do MPLA escritas em muros localizados nos musseques, e panfletos espalhados por alguns cantos da periferia da cidade – algo que não consta com frequência nos resumos anteriores. Isso significa que, nos derradeiros anos da luta de libertação, as ideias de autonomia começaram a se mostrar nos subúrbios de forma mais clara, apesar de não parecer ter havido qualquer movimento organizado em atuação na capital. Isso, porém, fica para o próximo capítulo, no qual tratar-se-á das relações travadas nos musseques, tendo-se em consideração essa nova organização social impulsionada pelo crescimento populacional e pelo processo de industrialização e, é claro, influenciada pelo decorrer da guerra de independência. A luta armada trouxe consigo não só a realização de uma série de reformas, mas também o peso de uma repressão policial mais brutal contra um setor específico da população de Luanda, além de novos mecanismos de dominação racial que substituíram aqueles legalizados pelo Estatuto do Indigenato.

---

<sup>292</sup> Combate à vadiagem nos centros urbanos, 1966, fl. 10. Torre do Tombo, Lisboa. PIDE/DGS. Del.A.. Proc.14.13.A. NT. 2040.

<sup>293</sup> Exemplos disso são as já mencionadas manutenção de um salário diferenciado para brancos e negros e facilidade de promoção no emprego por parte de trabalhadores brancos, mesmo após o fim do Estatuto do Indigenato. Pode-se ainda mencionar a maior dificuldade em se conseguir crédito pelos africanos. Em suma, através das práticas sociais, os que se beneficiavam da diferenciação jurídica, formalizada pela antiga legislação, encontravam maneiras de perpetuar suas prerrogativas, a despeito das reformas realizadas.



**Figura 8:** Vista parcial da cidade Baixa de Luanda e do porto.  
Fonte: Ilídio do Amaral. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*, 1968.

### III. UMA CIDADE EM *ESTADO DE SUBVERSÃO LATENTE*.

Luanda crescia. Continuamente. Em um ritmo que a Câmara Municipal não conseguia acompanhar. Ficou claro no capítulo anterior que Luanda crescia desregulada. Acelerada. Com consequências graves para a vida dos seus habitantes. Principalmente daqueles que, antes das reformas de 1961, eram classificados juridicamente como *indígenas*, ou seja, como *africanos não civilizados* e, portanto, excluídos do direito à cidadania.

Pois bem, disso falou-se bastante. Algumas questões, porém, permanecem. Curiosa, por exemplo, foi a manutenção do crescimento da cidade, assim como da própria província, mesmo após o deflagrar da luta de libertação. Como explicar o contínuo e acelerado crescimento físico e econômico de Luanda e o elevado índice de imigração portuguesa, mesmo após o início de uma guerra? Não seria de esperar que pelo menos grande parte dos portugueses estabelecidos em Angola retornassem à metrópole? Tendo sido Luanda o palco do acontecimento que marcou o início da luta armada, não seria razoável pensar que o número de europeus lá estabelecidos sofreria uma queda significativa?

*“A crise de 1961 [...] não foi, graças à rija têmpera portuguesa, demasiado prolongada. Os que em Março e Abril e Maio desse ano partiram, voltaram. E vieram muitos que nunca cá tinham estado”*<sup>294</sup>, reconhecia um dos jornais diários de maior circulação na capital. De fato, houve uma leva de portugueses e seus descendentes que retornou à metrópole após os incidentes de fevereiro e março de 1961. Não demorou, porém, para que muitos deles solicitassem auxílio financeiro para voltar a Angola, como deixa ver uma série de correspondências da *Caritas Portuguesa* aos órgãos responsáveis da administração ultramarina. Eis um exemplo de uma delas, datada de agosto de 1962:

“Continuando a Cáritas a receber pedidos de deslocados que desejam regressar a Angola, e que não têm possibilidades de o fazer pelos próprios meios, muito agradeceríamos se vossa excelência quisesse ter a bondade, de mais uma vez, providenciar no sentido de que, os deslocados mencionados na lista anexa, possam regressar para junto de suas famílias”<sup>295</sup>.

A ascensão de Adriano Moreira ao cargo de ministro do Ultramar, em 1961, como vimos, marcou uma tentativa de aplicação legal dos preceitos lusotropicalistas. Para tal, além de

---

<sup>294</sup> DALA. “Casas com escritos em Luanda” IN Diário de Luanda. Ano XXXV. Número 11.054. Luanda: 23 de Agosto de 1965, p. 06. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>295</sup> Correspondência ao subsecretariado da Administração Ultramarina. Cáritas Portuguesa. 13 de agosto de 1962. AHU\_MU\_DGE\_RPAD\_000; Cx.104. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.

levar adiante uma série de reformas, Moreira procurou intensificar o povoamento português no Ultramar, como forma de constituir sociedades multirraciais. Durante a década de 1960, portanto, ganha força uma intensa propaganda a favor do povoamento, cuja função primordial seria, de acordo com o discurso adotado, a promoção social das populações negras. Seria através da colonização branca que se alcançaria a integração preconizada pelo ideal lusotropical<sup>296</sup>. Vale dizer que, em setembro de 1961, foram criadas as Juntas Provinciais de Povoamento de Angola e Moçambique, responsáveis pela condução e orientação de questões referentes ao povoamento<sup>297</sup>.

Atraída pelas propagandas do governo ou pelo crescimento econômico da província, ou ainda por ambos, o fato é que a população, tanto branca quanto negra, de Luanda só aumentava. Apesar da diminuição percentual da migração da metrópole para o ultramar no pós 1960 – se o comparamos com o ritmo migratório para as colônias nas décadas de 1940 e 1950 –, o número de brancos nas províncias ultramarinas continuou a crescer até o final do colonialismo português na África<sup>298</sup>. Em 1960, o número de portugueses em Angola era de 172.529, tendo chegado a mais de 300.000 em 1974<sup>299</sup>. A despeito das tentativas por parte do governo português em direcionar essa população branca para a prática da agricultura, eram os centros urbanos que atraíam esses imigrantes. Em 1970, 57% dos brancos de Angola viviam na capital<sup>300</sup>. Essa atração exercida por Luanda pode nos levar, em um primeiro momento, a pensar na cidade como uma ilha, isolada e protegida da guerra levada a cabo nas proximidades das fronteiras de Angola. Será?

Neste capítulo, portanto, buscar-se-á as possíveis influências da luta de libertação na vida dos habitantes de Luanda, objetivo que, aliás, permeia todo o trabalho. Já se olhou para a sociedade luandense ao longo dos anos 1950, e viu-se como o espaço urbano influenciou na criação de laços que, por sua vez, contribuíram para a organização de uma rede clandestina na cidade. Trabalhou-se ainda em como o regime, através do Ministério do Ultramar e das autoridades estabelecidas na província, organizou-se no sentido de buscar conter o alastramento do que chamavam de *ideias subversivas* em Angola, principalmente através de reformas na legislação e da *Ação Psicossocial*. Se, por um lado, chegou-se à conclusão de que as reformas promovidas pelo governo colonial não foram capazes de transformar efetivamente

---

<sup>296</sup> Cláudia CASTELO. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007, p. 123.

<sup>297</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit. 2007, p. 135.

<sup>298</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit. 2007, p. 143.

<sup>299</sup> Marcelo BITTENCOURT. *“Estamos juntos!”: O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Vol. 01. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008, p.42.

<sup>300</sup> Gerald J. BENDER. *Angola sob o Domínio Português: Mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004, p.78.

a vida da maior parte da população de Luanda, por outro ficou em aberto se elas foram eficazes no sentido de travar a entrada de ideias nacionalistas na capital.

Em suma, tem-se aqui como objetivo buscar as influências efetivas, diretas ou indiretas, da luta armada na configuração das relações sociais e de poder da capital de Angola. O discurso português sofreu transformações, a própria legislação foi modificada, a censura à imprensa ganhou força, assim como a repressão policial a tudo o que poderia configurar atividade subversiva. Quais foram os resultados desse esforço? Olhemos, então, para o cotidiano luandense entre 4 de Fevereiro 1961 até o 25 de Abril de 1974 para tentar responder a tais questões.

### **III.1 O ano em que Angola se fez ouvir.**

O ano de 1961 não seria tranquilo para o regime de Salazar. Na cena internacional, Portugal continuava a enfrentar dificuldades na ONU. Os países asiáticos e africanos recém-independentes que ingressaram na dita Organização estavam dispostos a pressionar Portugal para que cumprisse os princípios de autodeterminação presentes na Carta das Nações Unidas, e não aceitariam a justificativa portuguesa de que não possuía colônias, mas territórios ultramarinos.

Essa pressão internacional remontava, pelo menos, ao ano de 1960, quando a Assembleia Geral das Nações Unidas votou as resoluções 1514, na qual assinalava-se que a subjugação de povos configurava uma negação aos direitos humanos fundamentais, e 1542, que considerava os domínios ultramarinos de Portugal como territórios não autônomos<sup>301</sup>. Entre 1960 e 1973, os jovens países independentes, com o apoio da maioria dos países latino-americanos e do bloco soviético, submeteram na ONU diversas moções contra o colonialismo português<sup>302</sup>.

No que se poderia chamar de plano interno, uma vez que o regime não deixava de proclamar a unidade entre o Portugal continental e as suas províncias ultramarinas, as manifestações de descontentamento com a situação colonial em Angola aparecem já na passagem de dezembro de 1960 para janeiro de 1961, quando estoura uma revolta camponesa

---

<sup>301</sup> Yves LÉONARD. “O Ultramar Português” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 44.

<sup>302</sup> Jerry DÁVILA. *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950 – 1980*. Durham/London: Duke University Press, 2010, pp. 94, 97.

na Baixa do Cassanje, no distrito de Malanje, contra as terríveis condições de trabalho impostas pela COTONANG<sup>303</sup>. Ainda em janeiro desse ano, deu-se o assalto ao paquete Santa Maria por Henrique Galvão que, já desde 1947, criticava o sistema de trabalho contratado aplicado em Angola<sup>304</sup>. As notícias sobre o caso Santa Maria ainda ocupavam largamente as páginas dos jornais que circulavam em Luanda quando um novo acontecimento viria a roubar a cena.

Na madrugada do dia 4 de Fevereiro de 1961, Luanda assiste ao ataque ao Quartel da Companhia Móvel da PSP, à Cadeia de São Paulo e à Casa de Reclusão. A intenção era libertar os presos políticos, vítimas do *Processo dos 50*. Além disso, buscava-se promover uma ação capaz de mostrar à ONU e à opinião pública internacional que, em Angola, havia descontentamento com o regime colonial, ao contrário do que defendia o discurso dos ideólogos do regime de Salazar.

O 4 de Fevereiro ficou consagrado como o marco inicial da luta armada pela autonomia do país, e foi, de acordo com Marcelo Bittencourt, “*a mais expressiva ação urbana em toda a longa guerra pela independência, apesar de seu fracasso do ponto de vista militar*”<sup>305</sup>. Portanto, se é possível afirmar que o movimento falhou quanto ao primeiro objetivo, não há dúvidas que obteve sucesso quanto ao segundo.

No mês seguinte, outro acontecimento colocou novamente em risco o discurso português de que não haveria descontentamento com o regime estabelecido. Em 15 de Março de 1961, grupos em sua maioria compostos por bakongos promoveram violentos ataques aos brancos, mestiços e negros ovimbundos no norte da província, em região próxima à fronteira

---

<sup>303</sup> A cultura intensiva obrigatória do algodão na Baixa do Cassanje trouxe profunda alteração aos ritmos da vida de suas populações, principalmente a partir dos anos 1940. À Cotonang foi concedido o direito exclusivo sobre a comercialização do algodão produzido pelos camponeses. Os primeiros sinais de resistência apareceram em dezembro de 1960, quando verificou-se a ausência de camponeses nas lavras de algodão e a recusa ao pagamento do imposto. A partir de fevereiro de 1961, a revolta tornou-se aberta.

Sobre a Revolta da Baixa do Cassanje ver: Ainda FREUDENTHAL. *A Baixa do Cassanje: algodão e revolta*. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº18-22, 1995-1999, pp. 245 – 283.

<sup>304</sup> Henrique Galvão e Humberto Delgado planejaram o sequestro do paquete para que coincidissem com as poses dos presidentes Kennedy nos Estados Unidos e Jânio Quadros no Brasil, uma vez que os dois eram considerados simpáticos à causa anticolonial. Ver: Kenneth MARXWELL. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 78 – 79. A concessão de asilo político a Henrique Galvão por Jânio Quadros prejudicou as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal. Ver: Jerry DÁVILA. Op.cit., 2010, p. 34.

Para uma análise sobre a situação do que chama de “oposição clássica” a Salazar neste momento, ver José Freire Antunes. Segundo ele, em nenhuma das campanhas presidenciais oposicionistas (Norton de Matos em 1949, Arlindo Vicente e Humberto Delgado em 1958), questionava-se a unidade nacional enquanto composta também pelas colônias. “*Juntos num europocentrismo doentio, os ideólogos do regime e da oposição clássica divergiam quanto aos diferentes ritmos de desenvolvimento e de progresso. Os segundos clamavam, em suma, pelo retorno aos tempos epopeicos do alto-comissariado*”. José Freire ANTUNES. *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980, p. 70.

<sup>305</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, pp. 78 – 79.

com o Congo-Léopoldville. A partir de então, a luta institucionalizada pela libertação de Angola passa a ser organizada nos países vizinhos, onde se estabeleceram o MPLA e a UPA, transformada em 1962 em FNLA, ou nas matas próximas aos limites da Província, como no caso da UNITA, criada em 1966. Com os movimentos de libertação, saem também as narrativas de guerra. A luta já não estava em Luanda. A situação na capital, insistiam os jornais, estava calma e sob controle dos agentes da ordem.

### **III.2 Havia guerra em Luanda?**

Não é simples responder a esta pergunta. Mesmo porque, numa cidade que, enquanto crescia, estabelecia uma dicotomia ainda mais severa entre a cidade do asfalto e os musseques – ou entre a área urbana e a suburbana – seria ingênuo imaginar que, mesmo se esta guerra existisse, ela influenciaria de maneira igualitária a vida de todos os grupos sociais que viviam em Luanda.

#### **III.2.1 A guerra nos noticiários: o que diziam os jornais?**

Antes de iniciarmos uma análise sobre os periódicos produzidos em Luanda entre 1961 e 1974, convém lembrar que, logo a seguir ao ataque às prisões em 4 de Fevereiro de 1961, as autoridades coloniais se reuniram com representantes dos principais órgãos da imprensa angolana e obtiveram a garantia de que estes apoiariam inteiramente o governo<sup>306</sup>. Além disso, todos os meios de informação estavam, já desde a década de 1950, submetidos à censura prévia que, por sua vez, tornou-se ainda mais rigorosa após o início da luta de libertação. A partir de então, estampa-se em suas páginas uma pequena nota com os dizeres: “visado pela comissão de censura”.

Se olharmos para os periódicos que circulavam na capital, encontraremos uma guerra muito distante. Uma guerra entre várias outras, cujas notícias eram, às vezes, tão mais frequentes do que a própria luta relacionada ao futuro da província. É fácil perceber, por

---

<sup>306</sup> Correspondência do Gabinete do Ministro do Ultramar para o Gabinete dos Negócios Políticos. 9 de Fevereiro de 1961. Arquivo Histórico Ultramarino. MU/GM/GNP/052/Pt.1.

exemplo, que entre fins dos anos 1960 até 1970 a guerra civil na Nigéria aparece com mais frequência nos jornais angolanos do que a luta pela libertação de Angola. Guerra da Coreia, conflito no Oriente Médio, golpes no Congo Kinshasa, e assim por diante, ocupam seções inteiras em alguns números desses jornais<sup>307</sup>. E, no meio dessas notícias, é possível encontrar pequenas notas, e vez por outra algumas matérias, sobre a guerra que aqui nos interessa buscar<sup>308</sup>.

A leitura do jornal da tarde *ABC Diário de Angola*<sup>309</sup>, editado pelas Indústrias ABC, nos deixa ver o quanto a guerra era mostrada como algo fora da realidade vivida pelos habitantes da cidade. Em 1967, por exemplo, tal periódico era dividido em seções que iam do mais próximo ao cotidiano da capital até os noticiários internacionais. Primeiro, aparecia a seção *Cidade*, depois *Angola de Norte a Sul*, seguida pelo *Do Mundo Português*, e então vinha *De Todo o Mundo*. Muitos dos números silenciam a respeito da guerra. Mas o que convém chamar a atenção é que poucas eram as matérias sobre os movimentos de libertação que apareciam na seção *Cidade*. Quando muito, figuravam em *Do Mundo Português*, como, por exemplo, a matéria *Desmentindo um Comunicado do M.P.L.A.*<sup>310</sup>, publicada em 05 de

<sup>307</sup> Com relação à guerra civil na Nigéria e aos golpes no Congo há uma intenção nítida na insistência dos periódicos: a de mostrar o suposto fracasso dos países africanos independentes.

<sup>308</sup> Os jornais aqui selecionados foram produzidos em Luanda. Marcelo Bittencourt nota, porém, através de uma análise dos números publicados entre 1958 e 1974 do *Jornal do Congo*, produzido em Carmona (atual Uíge), norte de Angola, uma estratégia semelhante. Isto é, a guerra aparece na seção militar do jornal e em algumas notas dispersas, que tendem, com o passar dos anos, a tornar-se ainda mais raras. Pode-se perceber, porém, uma diferença no tom dos jornais aqui analisados e o *Jornal do Congo* no que se refere aos números que circularam logo após os ataques de fevereiro e março de 1961. Enquanto os periódicos luandenses não economizaram elogios à atuação das autoridades frente aos acontecimentos e insistiam no fato de que a ordem já teria sido restabelecida, no *Jornal do Congo* aparecem críticas à preocupação em demasia com Luanda em detrimento das demais regiões, e discute-se o fato de que responsáveis coloniais estariam informados previamente sobre os levantamentos de 15 de Março, mas nada teriam feito para evitá-los. Ver: Marcelo BITTENCOURT. “*Estamos Juntos!*”: *O MPLA e a luta anticolonial*”. Vol.1. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008, 282 – 283.

<sup>309</sup> A coleção do jornal *ABC Diário de Angola* está praticamente completa no acervo da Hemeroteca Municipal de Lisboa. Para o presente trabalho, foram consultados números relativos aos anos de 1963, 1965, 1967 a 1969, e 1971 a 1974. A partir de 1971, a publicação torna-se irregular, sendo publicados dois números por ano até 1974. No inquérito feito por Ramiro Ladeiro Monteiro junto a 602 chefes de família moradores dos musseques, 29,8% alegaram ler jornais, mesmo que esporadicamente. Dentre eles, o *ABC* figurou como o terceiro jornal mais lido, sendo o primeiro a *Província de Angola* e o segundo o *Diário de Luanda*. Ver: Ramiro Ladeiro MONTEIRO. *A Família nos musseques de Luanda*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973, p.375.

O *ABC Diário de Angola*, como mencionamos no capítulo anterior, era um jornal liberal. Segundo Afonso Dias da Silva, era considerado um jornal “do contra”, ou seja, um jornal que não era pró-regime, tendo sido, por isso, escolhido para a publicação do *Tribuna dos Musseques* – o que seria importante para dar credibilidade ao suplemento. Ver: *Tribuna dos Musseques*. PIDE/DGS Del.A, PInf., Proc.15.12-A/2, NT.2084, fls.15-20. Lisboa, Torre do Tombo; Afonso Dias da SILVA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt e José Maria. Centro de Estudos Afro-Asiáticos. Rio de Janeiro, 13 de Março de 1996.

Não ser pró-regime, porém, não significava que fosse um jornal abertamente anti-regime – para tal, devido à censura, teria que ser clandestino. Ainda, se opor ao Estado Novo estava longe de ser sinónimo de ser pró-movimentos de libertação. A sociedade colonial angolana era mais complexa do que a dicotomia entre a favor ou contra o Estado Novo deixaria ver, o que ficará mais claro quando tratarmos do pós-25 de Abril.

<sup>310</sup> “Desmentindo Comunicado do MPLA” IN *ABC Diário de Angola*. Ano IX. Número 2975. Luanda, 05 de Janeiro de 1967, p. 11.

Janeiro de 1967. No dia 12 do mesmo mês, na mesma seção, constava a matéria *Pedido à OUA do não reconhecimento do G.R.A.E.*<sup>311</sup>, que enfatizava a rivalidade entre os próprios movimentos de libertação.

Notícias sobre os mesmos chegam a aparecer, inclusive, na seção *De Todo o Mundo*, como ocorreu no número de 17 de Fevereiro de 1967, quando se publicou a nota “*Com o apoio dos cubanos o M.P.L.A. tenta desalojar Mobutu do Governo de Kinshasa*”<sup>312</sup>. As intenções eram claras: primeiro, destaca-se o vínculo entre o MPLA e a Cuba comunista; segundo, as questões do MPLA não se referiam a Angola.

No dia 22 de Fevereiro de 1967, porém, uma nota aparece na seção *Cidade*, intitulada “*A crise da subversão dita ‘angolana’*”<sup>313</sup>. Curiosamente, não obstante a seção na qual foi publicada, o objetivo dessa matéria era mostrar que tais movimentos não eram de fato angolanos. Nela, o jornal insiste no argumento de que, localizados no estrangeiro, os movimentos sobrevivem de armas e de mercenários de fora, uma vez que nem adeptos encontram mais dentre os angolanos.

Enquanto isso, os jornais, em suas seções destinadas aos aspectos próprios a Luanda, publicam quase que diariamente notas sobre entradas em hospitais, ações da polícia e julgamentos realizados no tribunal<sup>314</sup>. Nelas, constam apenas problemas que poderiam se dizer usuais à vida de toda grande cidade, e nada que dê qualquer indicação de reflexos da guerra na capital. No tribunal, são julgados os habitantes de casas em transgressão, os infratores das leis de trânsito, os comerciantes de *liamba*, que conhecemos por maconha, os acusados de roubo, os que abrem suas casas comerciais fora dos horários estabelecidos ou que não possuem alvará para tal, os que têm cachorros sem licença, ou que realizam farras sem autorização, os casos de jogos de bola na praia que contrariam a proibição dos mesmos, e assim por diante. Nos hospitais, internam-se vítimas de roubo e de agressões várias, originadas por contendas entre vizinhos, brigas familiares, e, principalmente, registram-se as entradas de vítimas de atropelamentos e acidentes de carro.

---

<sup>311</sup> Governo Revolucionário de Angola no Exílio, vinculado à FNLA, e criado em abril de 1962 “*Pedido à O.U.A. do não reconhecimento do G.R.A.E.*” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 2982. Luanda, 12 de Janeiro de 1967, p. 08.

<sup>312</sup> “*Com o apoio dos cubanos o MPLA tenta desalojar Mobutu do governo de Kinshasa*” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3017. Luanda, 17 de Fevereiro de 1967, p. 11.

<sup>313</sup> “*A crise da subversão dita ‘angolana’*” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3022. Luanda, 22 de Fevereiro de 1967, p. 07.

<sup>314</sup> No *Diário de Luanda* e no *ABC Diário de Angola*, encontram-se as seções *Pelo Hospital* e *Pela Polícia*. Neste segundo, há também *Tribunal de Polícia* e *Dia a Dia*. Já na *Província de Angola*, tais notas encontram-se na seção *Casos do dia*. Os três periódicos estão disponíveis para a consulta na Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Essas notas são, no mais das vezes, bastante sintéticas. Em tópicos, apresentam-se casos que ocorreram em Luanda, cujas vítimas tiveram de ser levadas a um dos hospitais da capital. No geral, não se emite julgamento. Em alguns números, porém, há uma pequena introdução, na qual se admite serem as zonas *limítrofes* da cidade as que mais sofrem com a questão da violência<sup>315</sup>. Há também casos em que se culpa o excessivo uso de bebidas alcoólicas como a causa de elevado número de agressões<sup>316</sup>. No entanto, de modo a seguir fielmente as prerrogativas ideológicas do regime – mesmo porque seria ilógico imaginar que a comissão de censura permitiria que fosse feito o contrário –, jamais, nessas notas, coloca-se qualquer referência racial. Quando muito, consta a região de origem dos envolvidos, o que também se torna raro com o passar dos anos.

Quero com isso mostrar que, na forma como essas notícias são colocadas nos periódicos, figura-se, mesmo que nas entrelinhas, que os problemas de Luanda são consequência da evolução do sistema capitalista, que, através da meritocracia, cria clivagens sociais que se refletem na própria exposição à violência. Não se fala mais de *terroristas* na cidade, ou de agentes subversivos, de indivíduos que atuam na capital a soldo do estrangeiro – para utilizar o repertório de nomes tão comuns nos números que se seguiram ao 4 de Fevereiro.

Com exceção dos números referentes ao primeiro semestre de 1961, portanto, onde noticiavam-se nas seções referentes a Luanda as prisões de *terroristas* envolvidos no ataque às prisões, a subversão desaparece dos casos ocorridos na cidade. Isso não significa dizer que não houvesse casos de subversão em julgamento nos tribunais. Significa apenas que, pelo menos, não era desejável que estes se tornassem notícias. Se houve atentados e sabotagens, eles não conseguiram quebrar o silêncio dos jornais, como o fizera o ataque às prisões de fevereiro de 1961 – ou porque não tiveram tamanho impacto, ou porque, após o início da guerra, o regime ditatorial estabelecido já se havia preparado para evitar a sua repercussão.

Os periódicos diários, no entanto, eram um dos principais veículos de ligação entre a população das áreas não-afetadas pela guerrilha com as notícias oficiais da guerra em si<sup>317</sup>.

---

<sup>315</sup> Pelo Hospital IN ABC Diário de Angola. Luanda: 01 de Julho de 1971, p. 15. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>316</sup> Pelo Hospital IN ABC Diário de Angola. Luanda: 02 de Julho de 1971, p. 05. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>317</sup> Não era o único veículo, e isso deve ficar claro. O Governo português, como foi dito no capítulo anterior, investiu fortemente na radiodifusão durante os anos da guerra, de modo a levar a programação da *Emissora Oficial de Angola*, diretamente ligada ao CITA, e a da *Voz de Angola* a regiões cada vez mais amplas. A *Emissora Oficial* transmitia, às segundas, terças, sextas, sábados e domingos, o programa “Hora do Soldado”. Ver: “Vida militar” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3435. Luanda: 24 de Abril de 1968, pp. 01, 09. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Deste modo, a rádio tem também significativa importância no plano de “*conquista de corações*” dos nativos. Além disso, havia ainda meios não-oficiais que divulgavam outras versões

Isso porque, semanalmente, era publicado nestes periódicos o *Comunicado das Forças Armadas em Angola* ou *Boletim Informativo das Forças Armadas*. Pode-se resumir o conteúdo destes comunicados da seguinte maneira: *terroristas* ou *bandoleiros* atacam povoações, violam mulheres, assassinam africanos e promovem sequestros para aumentar suas fileiras. As Nossas Tropas, abreviadas em NT, com o apoio da polícia civil (Polícia de Segurança Pública) e da própria população, vão ao socorro dos africanos e tem como objetivo protegê-los da violência do inimigo.

“Em 25 de Maio, um grupo de cerca de 150 terroristas, utilizando armamento moderno e gentílico, atacou a povoação de Alto Culto, que foi valorosamente defendida pela guarnição local da PSP, com a colaboração da população que revelou grande firmeza de ânimo; o ataque acabou por ser severamente rechaçado, tendo sido ocasionado aos bandoleiros cerca de 30 mortos e 40 feridos; os defensores sofreram 6 mortos, 2 feridos e 1 desaparecido”<sup>318</sup>.

Poucas vezes se distingue o movimento de libertação a que se faz referência. São todos, em geral, classificados como *terroristas* e *bandoleiros*. Apesar de sempre constar como tendo havido vitória das tropas portuguesas, o inimigo, independente da sigla a que pertencesse, aparecia, em geral, como um adversário forte, que não poderia ser menosprezado. Mencionava-se, por exemplo, com frequência a posse de armas modernas por parte dos guerrilheiros. E aqui está um outro aspecto, também visível através dos periódicos, que não pode ser ignorado: apesar de os jornais caracterizarem os movimentos de libertação como algo distante da realidade cotidiana, parece haver a intenção de lembrar os leitores constantemente de que há uma guerra em andamento, cujo inimigo não pode ser desprezado.

Por um lado, são muitas as pequenas notas que fazem referência a questões relacionadas aos movimentos de libertação em si, de modo a localizá-los além-fronteiras. A polícia de Léopoldville fora obrigada a intervir em pancadaria na sede do MPLA<sup>319</sup>; Holden Roberto ostentava novo carro em Kinshasa<sup>320</sup>, matéria que sugere desvio de verbas por parte

---

sobre a guerra, nomeadamente emissoras de rádio estrangeiras e, apesar de escassos, panfletos. Falaremos disso adiante.

<sup>318</sup> Comunicado das Forças Armadas em Luanda IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3119. Luanda: 02 de Junho de 1967, p. 07. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>319</sup> “Aconteceu em Léopoldville. Cena de pancadaria na sede do MPLA” IN Diário de Luanda. Ano XXXIII. Número 10. 301. Luanda: 09 de Julho de 1963.

Notícias sobre a dissidência de um grupo do MPLA com a formação de um outro comitê diretivo, sob liderança de Viriato da Cruz, sobre a decisão da OUA de que os demais movimentos de libertação deveriam integrar-se à FNLA, e sobre as dificuldades enfrentadas pelo movimento liderado por Agostinho Neto em Léopoldville merecem notas frequentes no *Diário de Luanda* durante o mês de julho de 1963. Com isso, a redação avisava aos leitores que, caso tais movimentos saíssem vitoriosos, era mais provável que Angola caísse nas mãos de Holden Roberto e da sua Frente que cometeu atos de extrema violência no norte da província, cujas fotos circularam não só em Angola, como internacionalmente.

<sup>320</sup> “Quem pagou o novo automóvel de Holden Roberto?” IN ABC Diário de Angola. Ano X. Número 3423. Luanda: 10 de Abril de 1968, p. 04 Hemeroteca Municipal de Lisboa.

do líder da FNLA; guerrilheiros da UNITA estariam envolvidos em desordem no noroeste da Zâmbia, fazendo com o que o presidente tivesse que abrir inquérito para investigar o caso<sup>321</sup>. Matérias como essas, por menores que fossem, estavam muitas vezes estampadas na capa dos periódicos. Insistia-se, ainda, na desagregação desses movimentos, ao chamar a atenção aos seus conflitos internos e às denúncias mútuas que dirigiam uns aos outros. Um exemplo é a matéria publicada pela revista *Notícia*, em 1973, com o título *Doze anos depois, cisão no MPLA*, na qual se fazia referência à revolta liderada por Daniel Chipenda e ao fracasso das tentativas da OUA em conciliar o MPLA e a FNLA<sup>322</sup>.

Por outro lado, assim como o faziam os comunicados das Forças Armadas, parecia haver uma insistência de que esse inimigo não era fraco, o que, conseqüentemente, contribuía para heroicizar as tropas portuguesas. O jornal *ABC Diário de Angola*, em 26 de fevereiro de 1967, publica na primeira página uma nota referente à abertura, em Luanda, de uma exposição dos materiais de guerra apreendidos aos *terroristas* pelas Nossas Tropas (NT), evento este que contou com a presença do então Governador-Geral de Angola, Rebocho Vaz. Figuraram na exposição, por exemplo, 16 tipos distintos de metralhadoras, instruções em chinês e boletins do Partido Comunista Chinês: “O ‘certame’ [...] constitui expressiva demonstração, não só

---

<sup>321</sup> “O que se passa no Noroeste da Zâmbia?” IN *ABC Diário de Angola*. Ano X. Número 3138. Luanda: 22 de Junho de 1967, p. 01. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Além da UNITA, faz-se menção aos adeptos da *seita* Testemunhas de Jeová como elementos envolvidos nas desordens. Marcelo Bittencourt menciona a perseguição que os membros de tal grupo sofreram em Angola por parte da PIDE. Segundo o autor, esse grupo religioso era temido devido ao não-reconhecimento de qualquer autoridade que não fosse Jeová, o que trazia o perigo da não-obediência às autoridades coloniais. Marcelo BITTENCOURT. *Op.cit.*, p. 281.

Vale mencionar a preocupação demonstrada pelos SCCIA e pela PSP em seus relatórios com outro grupo religioso, cuja presença em Angola ao longo dos anos 1960, era notificada com certa frequência: os tocoístas. Tratava-se de um movimento religioso, cujo líder era Simão Toco, que pregava ideias de desobediência pacífica. O grupo parece ter sido forte na capital durante os anos 1960, mas acabou enfraquecido por conflitos internos e dificuldades de promover cultos devido à repressão sofrida. Em 1966, dois casais brancos foram expulsos da província, por ordem do Governador Geral, por se terem iniciado em núcleo tocoísta em Luanda. Segundo a PSP, os grupos tocoístas atuavam, principalmente, na Ilha, no Cazenga, Cemitério Novo, Sambizanga, Mota, Lixeira e Prenda. O fato de realizarem reuniões em kimbundu, kikongo e em outras línguas, era ainda outra preocupação para as autoridades. Ver: SCCIA. Ofício do Governador Geral para o Ministério do Ultramar. Luanda, 26 de Janeiro de 1967. MU/GM/GNP/018/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa; PSP. Resumo de Informações nº2. Fevereiro de 1966, p.46. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

As autoridades portuguesas fizeram uso, após o início do conflito armado em Angola, de Simão Toco como um defensor da pátria indivisível. Marcelo Bittencourt menciona uma entrevista do líder religioso à Rádio e Televisão Portuguesa (RTP) na qual Toco criticou as ações *terroristas* ocorridas no Norte. Ver: Marcelo BITTENCOURT. *Dos Jornais às Armas*. Lisboa: Vega, 1999, pp. 136 – 137. No entanto, apesar dessa negociação entre Simão Toco e o regime português, os tocoístas continuaram a ser vigiados e o líder só retornou a Angola após o 25 de Abril de 1974.

<sup>322</sup> “Doze anos depois, cisão no MPLA” IN *REVISTA NOTÍCIA*. 17 de Novembro de 1973. Hemeroteca Municipal de Luanda.

A intenção aqui não é produzir um estudo sobre o MPLA. Portanto, para saber mais sobre os conflitos internos e as dissidências dentro do movimento, ver Marcelo BITTENCOURT. *Op.cit.*, 2008.

*da eficiência das acções contra os bandoleiros, como revela outra faceta importante da luta, como seja, as armas de que o inimigo dispõe e os países que as fornecem*<sup>323</sup>

A partir de abril de 1968, este mesmo jornal passa a publicar, duas vezes por semana, uma seção de título *Vida militar*, “*uma página exclusivamente dedicada aos briosos elementos das nossas Forças Armadas*”<sup>324</sup>, que logo passa a se chamar *Página do soldado*. Nesse espaço, palavras como *honra e glória* são constantes, assim como notícias de condecoração de militares por seus atos de bravura.

Nesse sentido, talvez seja ainda mais significativa a série de artigos publicada entre 1969 e 1970 na revista *Semana Ilustrada* sob o título de *Dossier Terrorismo*. Nela, Arthur Ligne apresentava suas narrativas enquanto combatente no norte de Angola. Nessas páginas publicadas na revista salientava-se o heroísmo do soldado português e as dificuldades que enfrentava. O adversário, por sua vez, era descrito como um ser sedento por sangue. Vale destacar um trecho de uma dessas reportagens por ilustrar bem a ação de contrapropaganda da qual tratamos no capítulo anterior.

“Os bandoleiros do M.P.L.A., vindos de países limítrofes prometeram aos seus maiores, infiltrarem-se em território de Angola, com a intenção de destruírem povoações, aliciarem povos e fazerem a vida negra aos soldados portugueses. “Matar, destruir, chacinar, amarfanhar gentes, é a especialidade dos ignóbeis guerrilheiros”<sup>325</sup>.

*Bandoleiros, terroristas* ou *turras* continuam a ser as formas de descrever os guerrilheiros não só do MPLA, como também da FNLA. Mas isso não é novidade. O interessante nessas reportagens é como a definição e a classificação dos adversários vem inserida em uma história, em uma memória de campanha das tropas portuguesas. Conta-se como ocorreu o chamado *batismo de fogo*, como se deu o primeiro contato do narrador com a realidade das minas, como ocorreu determinada travessia, e assim por diante. O leitor acaba por flagrar-se a torcer pelo narrador, como em um filme de ação. Os acontecimentos narrados em primeira pessoa, quase como uma epopeia do soldado português a enfrentar os maiores

<sup>323</sup> “Abriu ontem ao público exposição do material de guerra apreendido aos terroristas” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3206. Luanda: 26 de Fevereiro de 1967, p. 01. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>324</sup> “Com a colaboração do *Movimento Nacional Feminino*, o nosso jornal passará a publicar, a partir de hoje, todas as quartas-feiras e domingos, uma página exclusivamente dedicada aos briosos elementos das nossas Forças Armadas. [...] Essa iniciativa foi possível pelo apoio que nos foi dado pela Companhia da União de Cervejas de Angola (CUCA), gentileza que nos compete agradecer, de forma muito especial”. Ver: “Vida militar” IN ABC Diário de Angola. Ano IX. Número 3435. Luanda: 24 de Abril de 1968, pp. 01, 09. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Grifo meu. Uma rápida leitura das matérias publicadas nesta página permite concluir que cabia ao Movimento Nacional Feminino – uma organização de mulheres em apoio ao Estado Novo e à Guerra Colonial – grande parte de sua confecção – se não toda ela.

<sup>325</sup> Arthur LIGNE. “Dossier Terrorismo” IN *Semana Ilustrada*. Ano III. Número 119. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

obstáculos para defender Angola dos sanguinários que a ela declararam guerra, produzem um efeito que o *Boletim das Forças Armadas* ou que a *Página do Soldado* não poderiam produzir: introduz-se o leitor nos próprios acontecimentos narrados, de modo a fazê-lo compartilhar, através da leitura, das dificuldades vividas pelo militar. Nelas, o adversário é forte, e usa armamentos modernos, vindos do exterior. Mas a bravura e a coragem do soldado português são ainda maiores, e por isso a vitória seria certa.

Em suma, essas notas frequentes, essas reportagens de guerra, os comunicados das Forças Armadas e a presença do militar nos jornais que circulavam em Luanda parecem ter um objetivo: não deixar que a população luandense esquecesse que havia uma guerra sendo travada, e “*que esquecimento é meio [de] relaxar*”<sup>326</sup>. A cada aniversário do início da guerra, publicava-se uma nota nos jornais, como esta publicada no *ABC Diário de Angola*, em 15 de março de 1968, sob o título de *7 Anos de luta de luto e de firmeza*.

“Porém, torna-se necessário, para que nossa firmeza possa ter resultados concretos – e tê-los-á, de certeza – que nos convençamos que, presentemente, o inimigo usa armas diferentes das de então, substituídas por armamento moderno e, muito especialmente, usa a terrível arma da dialéctica subversiva, de perigoso aliciamento de massas e de protectores. [...] Mas há que se reforça-la [a firmeza] ainda mais, se possível, evitando-se que sejamos batidos no campo presentemente mais favorável ao inimigo – o da persuasão”<sup>327</sup>.

Parte da *Ação Psicossocial*? Acredito não haver dúvidas. Mas ao contrário de interpretar essa insistência em matérias relacionadas aos movimentos de libertação, por parte dos redatores dos periódicos, enquanto existência concreta da realidade da guerra em Luanda, parece-me mais razoável entendê-la como o oposto. Essa conclusão, por sua vez, poderia nos levar a pensar que a guerra não influenciaria a vida na capital, o que explicaria o constante crescimento da cidade, cujo número de imigrantes portugueses continuou a subir. A questão, porém, não é tão simples. Devemos, primeiro, nos perguntar: para quem estavam voltadas essas matérias?

No primeiro capítulo desse trabalho, vimos a dificuldade em se delimitar um público leitor para esses periódicos. Se levarmos em consideração os altos índices de analfabetismo, descartaremos grande parte dos habitantes dos musseques. No entanto, vimos que a cultura escrita circula também por outros meios, como os orais. Poderíamos também tomar em consideração os preços desses periódicos. Os jornais diários custavam, até junho de 1967,

<sup>326</sup> “Serenidade Vigilante” IN Revista de Angola. Número 90. Luanda: 1ª quinzena de Fevereiro de 1965. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>327</sup> “7 anos de luta, de luto e de firmeza” IN ABC Diário de Angola. Ano X. Número 3397. Luanda: 15 de Março de 1968, pp. 01, 04. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

2\$00, tendo, então, passado a custar 2\$50. A revista *Semana Ilustrada* custava 5\$00, enquanto a *Revista de Angola* era 6\$00<sup>328</sup>. Já a Revista *Notícia* apresenta grande variação de preço. Custava 2\$50 no início dos anos 1960. Entrou na década de 1970 com o preço de 5\$00, e em 1973, já estampava 10\$00 na capa. Quero com isso mostrar que, mesmo os habitantes do subúrbio que sabiam ler poderiam ter certa dificuldade em se tornarem leitores assíduos de tais periódicos, tendo com eles apenas contatos ocasionais. Não se pode esquecer que a média salarial em Luanda girava em torno dos 25\$00 diários, o que, devido ao elevado custo de vida, mal dava para garantir a subsistência.

Em 1973, Ramiro Monteiro publicou um estudo realizado com 602 chefes de famílias, moradores de áreas não-urbanizadas da periferia de Luanda, e apenas 180 deles alegaram ler jornais, sendo que 85 afirmaram ter acesso aos periódicos apenas esporadicamente. O mais lido dentre os jornais seria a *Província de Angola*, e Monteiro apresenta duas explicações para tal: primeiro, este jornal traria informações mais completas sobre o desporto; segundo, e mais importante, por ser o mais rico em publicidade, era o jornal mais divulgado nos setores comerciais e indústrias, e a maior parte dos leitores de jornais dos musseques o faziam através dos periódicos adquiridos pelas empresas e organismos para os quais trabalhavam<sup>329</sup>.

Havia, no entanto, um jornal semanal, idealizado pela PIDE, financiado pelos SCCIA, e destinado especificamente para as populações suburbanas, que era vendido por 1\$00. Como vimos no capítulo anterior, chegou a ter grande sucesso na capital, apesar da hesitação de muitos de seus leitores em reconhecer-se como tal. Dentre os números do *Tribuna dos Musseques* aos quais tive acesso<sup>330</sup>, não aparecem menções aos movimentos de libertação. Nem mesmo em tom de noticiário. Apenas uma nota deixa ver, nas entrelinhas, que havia o perigo de subversão.

“Quando ‘ele’ te procurar a sós, para contar, em jeito de confiança, verdades duvidosas, e te pedir ‘segredo absoluto’, é **mau amigo** – afasta-o do teu convívio; [...] Quando o ouvires apregoar doutrinas que sabes serem contrárias ao entendimento entre os homens – e os muitos exemplos que o mundo de hoje nos

<sup>328</sup>O preço da Revista de Angola variava com relação ao local onde era vendida. Seu custo era de 6\$00 em Luanda, e 7\$00 nas demais cidades de Angola. Já a *Semana Ilustrada* era vendida por 5\$00 em toda a província.

<sup>329</sup>A porcentagem de chefes de família que de fato liam jornais pode ser ainda menor, uma vez que a pesquisa de Monteiro foi realizada através de inquéritos aos próprios moradores dos musseques. Sendo a capacidade de leitura e o acesso à informação elementos de distinção que não podem ser desconsiderados, principalmente em uma sociedade marcada por um elevado índice de analfabetismo, é de se presumir que muitos se afirmassem enquanto leitores mesmo que não o fossem. Mesmo porque não se define o que se entende por “leitura esporádica”. Sabe-se apenas que é mais espaçada do que a leitura semanal de jornais. Segundo a pesquisa de Monteiro, 422 chefes de família disseram não ler jornais, 37 alegaram ler periódicos diariamente, 58 semanalmente e 85 esporadicamente. Ver: Ramiro Ladeiro MONTEIRO. Op.cit., pp. 374 – 375.

<sup>330</sup>Na Hemeroteca Municipal de Lisboa, constam apenas os números publicados enquanto suplemento do ABC Diário de Angola. A partir de 1969, porém, e até o 25 de Abril de 1974, o *Tribuna* passou a ser publicado enquanto jornal independente do ABC. A esses números, portanto, não tive acesso.

oferece, infelizmente, dão-nos a certeza de que só através da compreensão e da fraternidade é possível construir um mundo melhor – é **mau amigo**, aponta-o sem receio [...]”<sup>331</sup>.

Essa pequena matéria deixa ver que havia tentativas de construção de células clandestinas na capital, assunto do qual falaremos adiante. No entanto, não menciona qualquer sigla ou movimento. Nem ao menos se dá nome às *doutrinas* a que se refere. Talvez para não dar ideias a quem ainda não as tivesse. No geral, não se escreve nesse jornal diretamente sobre questões relacionadas à guerra e aos movimentos de libertação. Afinal, a ideia era que ele se constituísse enquanto espaço *apolítico*, devido ao público ao qual se destinava. Será possível pensar, então, que a intenção de não deixar que a guerra fosse esquecida estivesse voltada, particularmente, para uma camada específica da população?

### III.2.2 A Luanda do Asfalto.

“Na cidade urbanizada multiplicam-se os sinais de abundância: os ‘arranha-céus’ e os abastecimentos comerciais de qualidade – lojas de modas, ‘boutiques’ e ourivesarias, salões de chá e restaurantes; adensa-se a rede de telefones domésticos; são numerosos os automóveis de preço elevado; há uma população ávida de bons espetáculos, de teatro, de bailados ou ópera. É outra face, com nível de vida de tipo europeu ou americano [...]”<sup>332</sup>.

Essa parte da cidade quase não apareceu no trabalho até agora. Não surpreende, uma vez que as questões que norteiam o mesmo o levam, no mais das vezes, para o outro lado da capital, para onde foram empurrados os negros e mestiços. Na cidade do asfalto, com seus arranha-céus e ruas pavimentadas (figura 8), estava majoritariamente a população branca, europeia ou dela descendente. Apesar da segregação existente, era principalmente nessa parte da cidade que muitos habitantes do subúrbio conseguiam emprego. Lá estavam, então, diariamente cumprindo a função de criados, pedreiros, faxineiros, operadores de bomba de gasolina, ajudantes nas casas comerciais, e assim por diante. Alguns, em especial após a expansão do sistema educacional e das reformas ligadas à ação psicossocial, conseguiram uma posição melhor, chegando a trabalhar como funcionários em escritórios. Mas não eram eles os habitantes por excelência dessa parte da cidade. Estavam lá na função de prestadores

<sup>331</sup> António M’Vembo. “Foge dos maus amigos” IN Tribuna dos Musseques. Número 19. Luanda: 21 de Setembro de 1967, pp. 01, 07. Grifos do autor. António M’Vembo era o pseudônimo de Norberto de Castro.

<sup>332</sup> Ilídio do AMARAL. *Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1968, p. 80.

de serviços. Podiam, assim, espiar uma vida que muito dificilmente poderiam conquistar para si.

A jornalista Ana Sofia Fonseca, em seu trabalho com as memórias dos portugueses que viveram a Angola do último período colonial, ilustra o cotidiano da capital para aqueles que habitavam a cidade do asfalto. Uma de suas entrevistadas chegou a dizer-lhe que às vezes “*escuta um rumor da guerra. Entra-lhe por um ouvido e sai-lhe por outro, parece realidade mais distante que os Estados Unidos, de onde vêm as suas calças Levi’s e a Coca-Cola*”<sup>333</sup>, o que nos leva aos dizeres do geógrafo Ilídio do Amaral: vivia-se, na cidade de cimento, mais de acordo com padrões europeus e norte-americanos.

A vida em Luanda era diferente da vida na metrópole. Essa juventude desfrutava de maiores liberdades do que poderia fazê-lo em Portugal. Não só de maior liberdade, como também de maior conforto, uma vez que “*em Angola, toda a remediada casa de branco tem os seus negros. Requite banal, sem direito a rótulo de luxo. [...] A quantidade de serviços é sinal de categoria. Quanto mais, melhor posição na apertada hierarquia colonial*”<sup>334</sup>. No entanto, se o contato com o africano se dava através dessa prestação de serviço, a falta deles em outros ambientes da sociedade nem sempre chamava a atenção de todos aqueles jovens. Outra entrevistada de Fonseca admitiu que em sete anos de liceu, conheceu apenas uma colega negra e duas mestiças, o que lhe trouxe a questão: “*onde andam os africanos*”<sup>335</sup>

Enquanto os negros e mestiços *andavam* do outro lado da cidade, os portugueses e seus descendentes desfrutavam de tudo o que a cidade lhes poderia oferecer. A pista de automobilismo Monumental os atraía para assistir corridas de automóveis e para torcer pelos seus favoritos. Quem não pudesse comparecer, acompanhava através da rádio. Aliás, e isso vale dizer, a rádio conheceu grande desenvolvimento neste momento. Sintonizava diversos festivais e concursos que aconteciam nas casas de espetáculo, como no *Restauração* ou no *Cinema Avis*. Segundo Fonseca, “*na Luanda branca, poucos são os que nunca acorreram ao enorme edifício do Cinema Restauração para aplaudir os melhores da terra, as vedetas de passagem e os sonhadores em busca de ribalta*”<sup>336</sup>. Quem lá não pudesse estar, sintonizava o *show* na rádio.

---

<sup>333</sup> Esse depoimento lhe foi dado por Eduarda Taboada, que desembarcou em Luanda aos quinze anos, em agosto de 1968.

Ana Sofia FONSECA. *Angola, terra prometida: A vida que os portugueses deixaram*. 2ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009 p. 134.

<sup>334</sup> Ana Sofia FONSECA. Op.cit., p. 55.

<sup>335</sup> Ana Sofia FONSECA. Op.cit., pp. 243 – 244.

Este depoimento lhe foi dado por Manuela Augusto.

<sup>336</sup> Ana Sofia FONSECA. Op.cit., p. 233.

Os cinemas eram também polos de atração. Os jornais diários traziam as programações do *Restauração*, *Miramar*, *Avis*, *Tivoli*, *Império*, entre outros. Estes dois últimos foram inaugurados em 1965, o que mostra que, mesmo com a guerra, a vida cultural da capital abria espaço para a inauguração de mais casas de espetáculos. Claro está que a população da cidade do asfalto reservava até mesmo seus espaços de entretenimento aos seus pares, reforçando o regime de segregação vigente. Para os negros, havia o *N'Gola Cine*, cuja programação, além de também presente nos periódicos diários, ocupava sempre espaço no *Tribuna dos Musseques*. Os negros e mestiços não eram proibidos por lei de frequentar os cinemas da cidade do asfalto. Essa segregação disfarçava-se em uma estratificação baseada em critérios econômicos. O custo de 20\$00 por um bilhete no Cinema *Restauração* era muitas vezes quase o valor que recebiam pelo dia de trabalho. Já no *N'Gola Cine* o preço do bilhete girava em torno dos 7\$50<sup>337</sup>.

Acredito já ter ficado claro que essa segregação que se revestia de hierarquização socioeconômica buscava maquiagem uma violenta discriminação racial, que aparecia, muitas vezes, na diferença salarial entre negros e brancos que desempenhavam exatamente a mesma função em uma mesma empresa ou fábrica. No que diz respeito à relação de forças estabelecida pela colonização portuguesa, podemos fazer uso das palavras de Isabel Henriques, quando ela afirma que “as operações de dominação criam uma sociedade onde as diferenças geram as hierarquias somáticas, ou raciais, as quais, por sua vez, decidem a organização de hierarquias socioprofissionais”<sup>338</sup>.

Vale, no entanto, chamar a atenção para o fato de que o governo fazia uso dessa segregação para controlar as informações que chegavam a cada um dos grupos. Em outras palavras, a censura era exercida de maneira distinta em relação aos filmes apresentados nos cinemas da cidade do asfalto e aqueles que estavam em cartaz no *N'Gola Cine*. Em 05 de abril de 1966, por exemplo, o subdiretor da PIDE envia uma correspondência ao presidente da Comissão de Censura, referindo-se ao filme *Queda do Império Romano*, na qual consta que “Julga-se de interesse que certos filmes, como este, não devem ser apresentados ao público do *N'Gola Cine*, na sua maioria constituído por africanos menos evoluídos”<sup>339</sup>.

Em suma, em uma Luanda que crescia, a cidade do asfalto vivia o seu esplendor. Defrontava-se com a pobreza dos musseques quando cruzava com seus criados e serviçais.

---

<sup>337</sup> M.M. de BRITO JÚNIOR. “Promoção Social” IN ABC Diário de Angola. Ano X. Número 3410. Luanda, 28 de Março de 1968, p.03.

<sup>338</sup> Isabel Castro HENRIQUES. “Estruturas sociais” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999, p. 220.

<sup>339</sup> Comissão de Censura à Imprensa. PIDE/DGS. Del. A. Proc.16.23.B/1. NT.2133, fls. 06 – 07.

Mas conseguia reservar para si os melhores colégios, os cinemas, as boates e até mesmo as praias. A *Revista Notícia*, em 13 de janeiro de 1973, publica uma matéria na qual exalta o caráter democrático da praia, onde todos são bem-vindos e onde todos podem divertir-se. Como uma boa revista ilustrada, a *Notícia* apresenta matérias que abundam em imagens, enquanto o texto escrito costuma ser sucinto. E o tal caráter democrático das praias estava em visível contradição com as fotografias estampadas na matéria. Em oito páginas, é difícil localizar um negro sequer nas imagens<sup>340</sup>.

Não é de se surpreender que, nessas condições, parte significativa da população branca da cidade do asfalto mal percebesse que havia uma guerra sendo travada nas fronteiras da província – a não ser quando seus próprios filhos eram recrutados para o serviço militar ou quando os soldados de folga deslocavam-se a Luanda para divertir-se e acabavam por alterar a rotina de seus espaços de lazer<sup>341</sup>. Muitos dos moradores do asfalto estavam, provavelmente, bastante ocupados com outros afazeres. Para a burguesia nascente e estabelecida na Baixa, pode-se destacar o acúmulo de capital, atividade esta que, afinal, ganhou impulso após o eclodir da luta armada. Aliás, a guerra, para esse grupo, trouxe consigo uma obsessão: apesar de não influenciar o ambiente no qual vivia, o medo de uma possível instabilidade financeira no futuro levava-o a transferir fundos constantemente para Portugal<sup>342</sup>.

Não é de se admirar, enfim, que essa Luanda, com seu brilho e suas liberdades, continuasse a atrair muitos portugueses, mesmo que número significativo deles não encontrasse espaço na área urbana da cidade, e acabasse por constituir moradia naquela outra cidade, para além da *fronteira do asfalto*<sup>343</sup>.

---

<sup>340</sup> As imagens são em branco e preto de modo que é não é fácil diferenciar a cor da pele dos que estão fora do primeiro plano da imagem. No entanto, é possível dizer que a praia, pelo menos no dia em que as imagens foram captadas, era majoritariamente aproveitada pela população branca de Luanda. “Praia é para todos” IN *Revista Notícia*. Luanda: 13 de Janeiro de 1973, pp. 36 – 43. Matérias sobre as praias de Luanda eram usadas, com frequência, para cobrir espaços de artigos cortados pela Comissão de Censura.

<sup>341</sup> Fonseca menciona que os soldados, por exemplo ficavam à porta da boate Tamar, na qual eram impedidos de entrar. Esse espaço estaria reservado à elite econômica da província. Ver: Ana Sofia FONSECA. *Op.cit.*, p. 286. Encontrando as portas aos espaços de lazer da cidade do asfalto fechadas para si, esses soldados acabariam por frequentar os musseques e bairros populares em busca de diversão.

<sup>342</sup> Gervase CLARENCE-SMITH *O III Império Português (1825-1975)*. PINTO, Maria João (trad.) Lisboa: Teorema, 1985, p. 223.

<sup>343</sup> “*Fronteira do asfalto*” é o título de uma crônica de Luandino Vieira, escrita em 1955 e publicada em livro de nome *A Cidade e a Infância*.

### III.2.3 Luanda: uma cidade dividida.

Luanda, porém, não era apenas a cidade do asfalto. Havia também a Luanda dos musseques, cuja situação em que se encontrava, segundo jornalista do *ABC Diário de Angola*, “*Nada diz a você, amigo leitor. Passa-se na outra cidade que você não conhece, a que não se identifica apesar de se situar bem perto de si, para lá donde termina o asfalto, em pleno subúrbio, em redor da Luanda que é a rotina do seu dia-a-dia*”<sup>344</sup>.

Talvez essa parte da cidade – a *auréola de miséria*<sup>345</sup> em torno da cidade urbanizada – tivesse permanecido ainda mais desconhecida se não fosse pelo levante de 4 de Fevereiro, no qual ficou clara a forte presença de habitantes do subúrbio. Sujeitos de uma ação explícita contra o sistema colonial, os negros e mestiços dos musseques tornaram-se, aos olhos de grande parte da população branca, os inimigos em potencial.

Enquanto os jornais, nos números que imediatamente se seguiram ao 4 de Fevereiro, insistiam em que a situação em Luanda estava sob controle, e que a população “*mostra-se calma como é de seu dever ante os recentes incidentes*”<sup>346</sup>, pode-se dizer que havia, na capital, um clima de tensão, o que também nos mostra uma leitura atenta desses mesmos periódicos. O *Diário de Luanda*, um dos jornais de maior tiragem da Província<sup>347</sup>, em 10 de Fevereiro de 1961, publica uma nota intitulada “*Você pode colaborar na defesa da ordem, deixando às autoridades – a quem compete de facto – a manutenção da mesma*”<sup>348</sup>, o que deixa nas entrelinhas que havia quem tentasse “fazer justiça com as próprias mãos”.

De fato, em conversa telefônica com o Ministro do Ultramar, em 06 de Fevereiro de 1961, o então Governador Geral de Angola, Silva Tavares, define a situação de Luanda da seguinte maneira:

“população indígena aterrorizada com medo da população branca. Brancos em corrida às lojas que vendem armas. Foi dada ordem à Polícia e Administração para que imponham a ordem a toda gente e protejam todos. Dar sensação que o que se quer é proteger todos e manter a ordem”<sup>349</sup>.

<sup>344</sup> R.S.M. “O homem parasita do homem” IN *ABC Diário de Angola*. Ano XIII. Número 4614. Luanda, 07 de Maio de 1971, p.14.

<sup>345</sup> Ilídio do AMARAL. *Op.cit.*, 1968, p. 73.

<sup>346</sup> O Comércio. Ano XXVI. Número 5000. Luanda, 07 de Fevereiro de 1961

<sup>347</sup> O *Diário de Luanda* era um jornal da tarde de grande circulação e era, dentre os periódicos examinados, talvez o mais abertamente pró-regime, ao lado da *Revista de Angola*. Após o 25 de Abril de 1974, o *Diário de Luanda* torna-se alvo de críticas por manter a mesma direção anterior à queda do Estado Novo, quando o dito jornal era órgão vinculado à ANP (Ação Nacional Popular),

<sup>348</sup> *Diário de Luanda*. Ano XXXI. Número 9.448. Luanda, 10 de Fevereiro de 1961, p. 12.

<sup>349</sup> Comunicação tida pelo Senhor Ministro com o Governador-Geral em 6-2-61 às 18,30 horas; Arquivo Histórico Ultramarino, MU/GM/GNP/052/Pt.1

O assalto às cadeias, porém, deixou claro que o número de policiais com os quais a capital contava para a manutenção da ordem era insuficiente, o que levou o Governador Geral a solicitar ao Ministério da Defesa que lhe fossem enviados reforços. Em rádio enviado pela Defesa Nacional ao Comandante Chefe de Luanda, ainda no dia 04 de Fevereiro de 1961, explicitou-se que existiam já forças militares a caminho da capital, e uma das orientações que lhes foi dada era a seguinte: “*dentro do possível ocupar militarmente os pontos principais designadamente onde existem europeus e de modo garantir a sua segurança*”<sup>350</sup>.

Enquanto as forças militares foram direcionadas para, *dentro do possível*, a proteção dos europeus<sup>351</sup>, a população africana ficou à mercê da retaliação de dois grupos. De um lado, estavam os policiais. O Governador Geral, em conversa telefônica com o Ministro do Ultramar, “*diz que se passaram cenas lastimáveis com ataques aos pretos. Os policiais disseram que queriam vingar os seus camaradas mortos*”<sup>352</sup>. De outro, os brancos também buscavam vingar-se. Essa onda de retaliações teve início logo no dia 05 de fevereiro de 1961, por ocasião do funeral dos agentes da ordem que foram assassinados no dia anterior. Adolfo Maria – que ingressaria, alguns anos mais tarde, no MPLA – estava ainda no interior de Angola quando estouraram os ataques de 4 de Fevereiro e relembra esse período em Luanda como prejudicial para o convívio<sup>353</sup>.

“Havia linchagem no meio da rua, houve casos de linchagem. Foi uma situação muito traumática para a convivência. [...] O que depois a própria polícia teve que travar. Primeiro encorajou, depois teve que travar. Partiu-se dos chamados taxistas. Alguns bandos de brancos que foram aos musseques, isto após o 4 de Fevereiro”.

O Governador Geral, por sua vez, faz curioso comentário sobre o fato em correspondência ao Gabinete dos Negócios Políticos do Ministério do Ultramar. Segundo ele,

“Se os acontecimentos do dia 3 atemorizaram a população branca dando-lhe a sensação de estar à mercê do terrorismo dos pretos os acontecimentos do dia 5

<sup>350</sup> Nota Remissiva. Rádio da DEFNAC para o Comandante Chefe Luanda. MU/GM/GNP/052/Pt.1 Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>351</sup> Os documentos oficiais referem-se aos portugueses enquanto europeus, uma vez que, segundo o discurso predominante do regime, a partir principalmente dos anos 1950, os habitantes das províncias ultramarinas eram todos portugueses. Para diferenciá-los, usa-se, na maior parte dos casos, os termos *europeus* e *africanos*. Antes do fim do Estatuto do Indigenato, era o termo *indígena* que prevalecia. Após setembro de 1961, porém, este é substituído por *nativo*, *africano* ou, simplesmente, *preto*. São raras as referências nas quais a cor da pele não é, de alguma forma, mencionada. Isso demonstra que, apesar do fim da legislação, a discriminação não desapareceu, mas trocou os seus nomes. Aqui, ao tratar dos documentos analisados, buscarei reproduzir os termos que neles constam, para a dar ao leitor a oportunidade de perceber como essas diferenciações permaneceram, com vistas à manutenção da segregação que caracterizou a violência colonial em Angola.

<sup>352</sup> DIA 6 – comunicação telefônica para o Senhor Ministro do Governador Geral de Angola. MU/GM/GNP/052/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>353</sup> Adolfo MARIA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.

deram aos pretos a sensação de estarem à mercê da vingança dos brancos o que de certo modo equilibrou a situação”<sup>354</sup>

A situação, porém, estava longe do equilíbrio. Pelo contrário, os acontecimentos do 4 de Fevereiro e as retaliações que se seguiram delimitaram ainda mais esses dois grupos. Apesar da insistência em uma pretensa harmonia racial em Angola, percebe-se que a tensão entre negros e brancos está todo o tempo presente, marcada por uma espécie de sentimento de medo mútuo. Se não foi inaugurada com o início da guerra, pode-se dizer que a partir de então agravou-se. Como relembra Adolfo Maria, “*a um momento dado, um preto que anda com um branco é suspeito. Ou o branco que anda com um preto é suspeito. Ou porque é bufo da PIDE ou porque é candidato à terrorista*”<sup>355</sup>.

A documentação encaminhada pela Polícia de Segurança Pública (PSP) para a PIDE, logo após os acontecimentos de fevereiro de 1961, deixa ver essa tensão e o caráter racial que ela tomou no mais das vezes. Se um funcionário negro não comparecesse ao trabalho sem justificar, escrevia-se para a PSP. Um exemplo é o de José dos Santos Russo, “*mais conhecido como Zé das Molas*”, que, em abril de 1961, apresenta a suspeita à Polícia contra empregados seus, *indígenas*, que “*desde segunda-feira passada*” têm faltado o serviço. E dá os nomes: Bento, José, João e Afonso. O informante, segundo documento da PSP, “*desconfia que estes indivíduos também façam parte dos bandoleiros*”<sup>356</sup>. Se há uma entrada de negros na casa ao lado, avisa-se à polícia, como o fez, também em abril de 1961, Mário Henrique Jesus dos Santos, ao denunciar haver “*pretos, os quais nada fazem*” em uma casa de pau-a-pique, a qual fornece o endereço. Esses indivíduos, *pretos*, insiste a testemunha, ora saem arrumados, ora esfarrapados. Além disso, “*há dias, cerca das 20H30 entrou um preto acompanhado de um outro, o qual transportava uma mala muito pesada e um embrulho*”. Acrescenta, por fim, que um dos *pretos* disse ao outro que ainda era muito cedo<sup>357</sup>. Esses motivos eram mais que suficientes para que se desconfiasse de que os *pretos* estariam a tramar algum plano subversivo, e avisar às autoridades policiais para que se investigasse.

Casos como estes se multiplicam nos arquivos da PIDE, a tal ponto que, em resposta a uma das correspondências da PSP, de 1961, na qual consta que “*numa viela sem saída que dá para as trazeiras [SIC] do prédio do MUNHÁS, existe uma casa onde é usual reunirem-se,*

<sup>354</sup> Correspondência do GNP para o secretário Adjunto da Defesa Nacional. MU/GM/GNP/052/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>355</sup> Adolfo MARIA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.

<sup>356</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Del.A. Proc. 16.48.A. NT.2179; folha 169. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>357</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Del.A. Proc. 16.48.A. NT.2179; folha 190. Torre do Tombo, Lisboa.

*das 12 às 13 horas, mulatos e pretos. Desconfia-se que se tratam de reuniões de carácter subversivo*”, a PIDE responde que a PSP deve agir conforme julgar mais conveniente, dado que esta Polícia não dispõe de pessoal para tratar do caso<sup>358</sup>.

Os casos acima citados ocorreram em 1961, mas tudo indica que continuaram a ocorrer nos anos posteriores. Em relatório mensal de setembro de 1967 da Polícia de Segurança Pública ainda consta que *“tem sido alertado o pessoal da P.S.P. contra falsas queixas de subversão, originadas por vinganças pessoais”*<sup>359</sup>.

A leitura de dezenas de acusações como essas deixa ver que o crime maior, na maioria dos casos, era a cor da pele. Ser negro após o ataque de 4 de Fevereiro era razão suficiente para atrair para si suspeitas de envolvimento com atividades ditas subversivas.

Essas suspeitas, claro está, deram forma à maneira pela qual os habitantes dos musseques, e, em especial, os negros, passaram a ser tratados pelos agentes da ordem. Mesmo porque as próprias condições em que viviam os africanos nos bairros suburbanos, das quais tratamos no capítulo anterior, faziam desse cenário o ideal, aos olhos das autoridades, para o surgimento de ideias subversivas. É então que, desde o início da luta de libertação, as *rusgas*, ou *operações de limpeza*, como os jornais preferiam chamar, realizadas nos *musseques* de Luanda, se tornaram ainda mais frequentes e violentas. Devido ao fim do trabalho forçado, a intenção já não era a busca por trabalhadores para enviar para São Tomé. Os objetivos dessas rusgas aos bairros periféricos da cidade eram vários: deter indivíduos que não apresentassem documentos ou que parecessem suspeitos; capturar elementos inimigos (isto é, vinculados a algum dos movimentos de libertação) ou que tivessem com eles contato; capturar ladrões ou receptores de artigos roubados; reprimir a vadiagem; capturar desertores<sup>360</sup>. Em suma, aos objetivos das rusgas anteriores a 1961, adiciona-se outro: a busca por *terroristas*.

A repressão que se abateu sobre essa população, tida como *terrorista* em potencial pelas autoridades policiais, gerou consequências na própria relação entre esses homens e mulheres e os agentes da ordem. Primeiramente, pode-se destacar o medo. Em relatório enviado pela Seção de Informações da PSP para a PIDE, em 5 de fevereiro de 1961, transcreve-se *“as declarações prestadas pelo nativo FRANCISCO ADÃO [...] residente em Luanda no Muceque Rangel”*. Após narrar os motivos para a sua saída da senzala onde vivia, em Catete, Adão afirma ter vindo a Luanda para procurar emprego.

---

<sup>358</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Del.A. Proc. 16.48.A. NT.2179; fls. 162 – 163. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>359</sup> PSP. Resumo de Informações nº9. Setembro de 1967, p. 26. MU/GM/GNP/058/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>360</sup> Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Del.A. P.Inf. Proc. 15.12.A. NT.2084, fls. 18-19. Torre do Tombo, Lisboa.

“Que durante o dia tem andado a vê se consegue arranjar patrão, não tendo no entanto, conseguido, permanecendo as noites dentro de sua casa com receio que seja indicado como bandido. Que no passado dia três do corrente, foi preso em sua casa, por elementos desta Polícia”<sup>361</sup>.

A não comprovação de emprego, mesmo após a abolição do Estatuto do Indigenato, era razão para ser vítima das inúmeras rusgas levadas adiante nos musseques de Luanda. E vale ressaltar que a situação era ainda mais complicada para indivíduos provenientes de Catete, uma vez que grande parte dos envolvidos nos ataques do 4 de Fevereiro era dessa região, o que dava-lhes a classificação *a priori* de *terroristas*. Fato este agravado ainda pela proximidade de Catete com uma das zonas de guerrilha do MPLA, os Dembos. Falaremos disso adiante. Por ora, cumpre-nos aprofundar a relação estabelecida entre habitantes dos subúrbios e agentes da ordem.

#### III.2.4 Luanda em estado de subversão latente.

Certo é que a população da periferia não assistiu passiva ao aumento da violência a ela dirigida. Em nota enviada pela PIDE para PSP, em 28 de abril de 1961, diz-se que

“os indígenas do Muceque Rangel desde que o exército e os policiais passaram a fazer buscas às cubatas, decidiram cavar alçapões com cerca de 3 metros de profundidade [SIC], nas salas de entrada e interiores, que disfarçam depois com esteiras pregadas e esticadas sobre as quais colocam uma camada de areia, para que os agentes da ordem caiam nessa armadilha”<sup>362</sup>.

Essa prática parece ter se tornado recorrente, uma vez que o relatório referente às rusgas realizadas no musseque Rangel faz referência a confecção da mesma armadilha em, pelo menos, sete casas do musseque<sup>363</sup>.

Tornou-se comum, ainda, o apedrejamento de patrulhas policiais nos subúrbios. Em agosto de 1966, por exemplo, no musseque Sambizanga, uma patrulha da PSP “foi apedrejada por um grupo de indivíduos, sem que, no entanto, com eles tivesse intervindo, os quais, seguidamente, se puseram em fuga”.<sup>364</sup> Para tal, os negros e mestiços se valiam do

<sup>361</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Del.A. Proc. 16.48.A. NT.2179; folha 23. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>362</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Del.A. Proc. 16.48.A. NT.2179; fls. 160. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>363</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 199. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>364</sup> Muceque Sambizanga. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12. B/6 NT. 2085, fl. 69. Torre do Tombo, Lisboa.

melhor conhecimento que tinham dos labirintos e da má iluminação dos bairros suburbanos, de modo que conseguiam se colocar em fuga após o ato.

Houve ainda um caso, ocorrido em outubro de 1970 no musseque Rangel, em que um africano disparou três tiros em direção a uma patrulha do Comando da Região Militar de Luanda, sem que a tivesse acertado. Apesar de o haverem perseguido, com a ajuda de europeus mais tarde identificados como guardas da 6ª Esquadra da PSP, as forças da ordem não conseguiram capturar o atirador, que escapou pelas ruelas escuras do musseque<sup>365</sup>.

A análise de documentos nos quais constam casos de desordens nos musseques de Luanda mostra, novamente, que os fatores capazes de gerar tensão entre os indivíduos não se reduzem a apenas um critério. Não é apenas a região de origem, a etnia, a classe social, o bairrismo ou mesmo a questão da raça que, tomados isoladamente, possibilitam o entendimento do deflagrar de conflitos entre grupos diversos. Esses fatores contribuem para a formação de uma sociedade complexa e sobrepõem-se uns aos outros de acordo com as circunstâncias. Para exemplificar, pode-se utilizar a própria rivalidade entre agentes da ordem e moradores de bairros suburbanos, que muitas vezes não obedecem apenas a critérios raciais. Há uma disputa de força envolvida. Em 05 de julho de 1969, por exemplo, um guarda da PSP apresentou 21 africanos detidos por haverem, de acordo com o participante, atirado pedras em crianças e mulheres durante espetáculo promovido pela Câmara Municipal de Luanda no musseque Rangel. Afirma ainda que,

“procuramos dispersar os agressores, mas eles, que mais parecia um grupo devidamente organizado, com o fim de provocar a desordem, iam procurando cercar-nos de pouco a pouco, para imobilizar a nossa acção. Ao ver as suas intenções, ordenei aos guardas [...] para fazer alguns disparos para o ar [...], a fim de os amedrontar e por em debanda, mas eles não se intimidaram e continuaram mais agressivos, a crescer sobre nós, apedrejando-nos”<sup>366</sup>

Vieram reforços que conseguiram dominar a situação, “*mas para isso tiveram que usar meios violentos, utilizando as armas de que estavam munidas, distribuindo algumas coronhadas e cassetadas*”. Note-se que o policial, em correspondência para a PIDE, diz tratar-se de um grupo *organizado* com o objetivo de provocar desordem. Desta forma, levanta-se sobre os *desordeiros* a suspeita de envolvimento em atividades subversivas.

Ao averiguar o caso, porém, o subinspetor da PIDE, Jaime Oliveira, soube que a confusão teve início quando uma das crianças que assistiam ao espetáculo arremessou uma pedra que acabou por ferir um guarda *nativo*, que, por sua vez, procurou vingar-se da afronta.

<sup>365</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 39. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>366</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 58 – 61. Torre do Tombo, Lisboa.

A sua atitude, porém, gerou a retaliação dos demais espectadores, e iniciou-se a confusão que teve como consequências a detenção de grande número de negros e o uso da força por parte das patrulhas policiais<sup>367</sup>.

Vê-se, portanto, que o fator catalisador do conflito não foi tão-somente o racial. Afinal, todos os envolvidos eram *nativos*. Foi a posição na hierarquia social que gerou a tensão existente, alimentada, certamente, por um abuso de autoridade que marcava a relação entre agentes da ordem e habitantes do subúrbio. O agravamento desse conflito, no entanto, acaba por misturar-se às rivalidades raciais. O policial negro passa a ser visto como traidor, ao atuar na manutenção de uma ordem que privilegia e que tem como objetivo primeiro a proteção da população branca de Luanda, e que, ao tratar dos negros dos musseques, não hesita em responder com tiros e coronhadas.

Com o andar da guerra, seria inevitável que a tensão dicotômica entre colonizador e colonizado ganhasse força. Em Luanda, pelas circunstâncias lá vividas, o colonizador misturou-se ao branco, de modo que ser negro e agente da manutenção da ordem colonial configurava, aos olhos de muitos, alta traição. O que, por sinal, foi constatado por um agente da Polícia de Segurança Pública, já em janeiro de 1964. Em relatório no qual se resume, para a PIDE, as principais *actividades inconvenientes* que tiveram lugar nos bairros suburbanos de Luanda nos dias anteriores, a pedido da polícia política, percebe-se a frequência de agressões por parte de *nativos* aos agentes da ordem, sejam militares ou policiais civis, assim como agressão a alguns indivíduos não necessariamente vinculados às autoridades, do que o agente conclui que “*verifica-se assim, que as atitudes praticadas não o são em relação a agentes da autoridade, mas também em relação a brancos e a pretos afectos à soberania Portuguesa*”<sup>368</sup>.

Da mesma forma, a construção de laços de solidariedade nos musseques era influenciada pelas dicotomias que geravam os conflitos. Os desmandos policiais nos musseques, o abuso de autoridade, fez do agente da ordem o inimigo comum das populações negras e mestiças que viviam nos bairros suburbanos, e essa posição suplantava, muitas vezes, as demais distinções. Como é frequente, a presença do inimigo comum torna-se capaz de aglutinar os mais diferentes grupos em mútua defesa, mesmo que em alianças frágeis,

---

<sup>367</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 65. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>368</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 196 – 197. Torre do Tombo, Lisboa.

incapazes de subsistir sem a existência deste adversário<sup>369</sup>. Nos registros policiais de Luanda, multiplicam-se casos em que isto fica visível.

Em dezembro de 1967, por exemplo, a PSP decidiu prender um negro morador do Rangel por este se negar a apresentar documentos. Segundo a polícia, o detido reagiu violentamente, e buscou agredir os policiais que efetuavam a detenção, tendo inclusive chegado a dizer, em voz alta, que *“no fim do ano os brancos são todos corridos para as suas terras e isto está por pouco”*.

“O seu comportamento deu motivo a que se juntassem muitos africanos, que apedrejaram a patrulha e tentaram tirar o preso, não tendo conseguido, por dois europeus, ALÍPIO MARQUES [...] e ILÍDIO LAMELAS [...] tendo auxiliado os agentes, tendo o ALÍPIO MARQUES cedido a sua viatura para condução do preso à esquadra”<sup>370</sup>

Mais tarde, um grupo de africanos apedrejou a residência de Lamelas, em retaliação por seu auxílio aos policiais.

Outro exemplo significativo dessa construção de solidariedade é a frequência com que a intervenção de agentes da ordem em desavenças nos musseques faz com que os que antes brigavam unam forças contra os policiais. Foi o que aconteceu, por exemplo, em 20 de setembro de 1965, no Sambizanga, em decorrência de uma desordem entre *nativos*. *“Quando intervieram naquela desordem, [os agentes da ordem] foram apedrejados, por muitos nativos que se puseram em fuga, deixando alguns deles no chão, facas e aduelas de barril, que utilizaram na desordem”*<sup>371</sup>. Em relatório mensal da PSP, documento que resume os acontecimentos mais relevantes do período, a questão é também abordada. Em maio de 1966, diz-se que, na zona suburbana de Luanda, *“verificaram-se frequentes casos de agressão entre as populações africanas e quando os agentes policiais tiveram de intervir, aquelas reagiram agressivamente contra eles”*<sup>372</sup>. Esses casos se repetiam com tamanha frequência que levou a PIDE, em dezembro de 1965, a cogitar a possibilidade de que tais desordens fossem, na verdade, truques para atrair os agentes da ordem, com a intenção de agredi-los<sup>373</sup>.

---

<sup>369</sup> O fato de que a presença do inimigo comum era capaz de unir elementos conflitantes não significa, porém, que os outros fatores que geravam tensão tenham sido anulados. Por vezes o eram, mas apenas momentaneamente, em resposta às circunstâncias. As desordens geradas por desentendimentos entre indivíduos de diferentes regiões da província, por exemplo, continuavam a marcar presença em relatórios policiais.

<sup>370</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 71 – 72. Torre do Tombo, Lisboa. Grifos no original.

<sup>371</sup> Muceque Sambizanga. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12. B/6 NT. 2085, fl. 73. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>372</sup> PSP. Resumo de Informações nº5. Maio de 1966, p. 15. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>373</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 160 – 161. Torre do Tombo, Lisboa.

Do que até aqui se tratou parece ser possível traçar, de um modo geral, uma resumida cronologia no que se refere às respostas dos negros e mestiços à violência a eles dirigida. Durante os anos de 1961 e 1962, constam com maior frequência, nos registros policiais, documentações referentes à movimentação dos negros pela cidade, se faltavam trabalho, se apareciam em grupos a pedir emprego, se surgiam negros nunca antes vistos na capital. Quanto aos próprios habitantes de origem africana nos musseques, surgem casos de enfrentamento, a partir, por exemplo, das armadilhas construídas nas cubatas para os agentes da ordem durante as suas rusgas. A partir de 1964 e 1965, passam a constar enfrentamentos mais diretos por parte dos moradores não-brancos dos musseques, principalmente através do apedrejamento de viaturas policiais, o que, com o passar dos anos, tende a aumentar. Essa resistência mais aberta parece estar relacionada com o aumento da propaganda, em especial do MPLA, através da rádio em Luanda, o que tornava mais tangível a possibilidade da independência. Falaremos disso, porém, adiante.

#### III.2.4.1 A presença do militar na capital.

“Desejo muito que a tua acção honre de todas as maneiras Portugal e que voltes à tua terra orgulhoso por uma conduta em terras de além mar e para com as suas gentes que será sempre firme mas generosa, energética mas fraternal”<sup>374</sup>.

Outra consequência que a guerra trouxe a Luanda foi a presença do Exército nos subúrbios, seja através de patrulhas do Comando Militar em rondas pelos musseques, seja devido ao número de soldados de folga, vindo das zonas de guerrilha para Luanda. A partir do início da guerra, não só o contingente militar na capital aumentou, mas também a sua autoridade, o que não deixou de gerar conflitos<sup>375</sup>. Segundo dados apresentados por Bender,

<sup>374</sup> Manuel Dias BELCHIOR. “Conselhos aos soldados de África”. Documento encaminhado pelo Gabinete dos Negócios Políticos para a Agência Geral do Ultramar, em maio de 1962, com o parecer de que não havia obstáculos para a publicação do mesmo, aconselhando apenas a substituição de alguns termos, quais sejam: *indígena, raça negra e negros*. Esses conselhos seriam parte da *Ação Psicossocial*. MU/GM/GNP/060/Pt.1. Lisboa, Arquivo Histórico Ultramarino.

<sup>375</sup> Logo em 11 de fevereiro de 1961, o Governador Geral decidiu que as forças militarizadas de Luanda, para fins operacionais, ficariam sujeitas ao comando militar. Destarte, “a PSP, a Guarda Fiscal e as forças administrativas de Luanda ficarão desde hoje para os efeitos referidos sujeitas ao Comando Militar”. Ver: Correspondência do GNP para o secretário Adjunto da Defesa Nacional. 11 de Fevereiro de 1961. MU/GM/GNP/052/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

O foco deste trabalho estará nos conflitos que este aumento de efetivos e de autoridade gerou nas relações entre os militares e a população suburbana. No entanto, é necessário frisar que este conflito aparece também, com frequência, na própria relação entre agentes da ordem. Não é incomum que haja confrontos entre militares e guardas da PSP, por exemplo. A alteração das relações de forças que se seguiu ao 4 de Fevereiro acentuou a

no início de 1961 os efetivos do exército português em Angola giravam em torno dos oito mil homens – dentre os quais de dois a três mil eram europeus enquanto cinco mil eram africanos, sendo que, destes últimos, nenhum estava no posto de oficial. Após o primeiro ano da guerra, havia já cinquenta mil homens no exército<sup>376</sup>.

Através da documentação referente ao plano da Ação Psicossocial, é possível perceber a insistência do papel do militar nos planos de conquista do coração dos africanos, o que pode também ser verificado no pequeno trecho recortado dos *Conselhos aos soldados de África*, cuja ênfase assentava na criação de laços afetivos entre os soldados e as populações nativas. A presença do militar nos jornais, como vimos, contribuía para construir uma visão heroica daqueles que lutavam em e por Angola enquanto parte da nação portuguesa. No jornal *A Província de Angola*, em maio de 1973, encontra-se a mesma perspectiva na fala do Comandante Chefe das Forças Armadas, ao afirmar que:

“Mas o militar no Ultramar não é apenas o portador ou o servente de uma arma com a qual a determinadas alturas faz fogo. É também um factor de promoção social, um elo da cadeia de esforços que vem sendo feitos no sentido de se melhorar as condições de vida e as possibilidades futuras da população com que contactaram”<sup>377</sup>.

No que se refere à historiografia sobre Angola, já se escreveu sobre a violência dos militares com relação às populações atingidas pela guerrilha, assim como sobre as retaliações do Exército no distrito de Malanje, onde se deu a revolta da Baixa do Cassanje, e no norte após o levante de 15 de Março. Em Luanda, por sua vez, os militares também nem sempre exibiram o comportamento que se esperaria de um *fator de promoção social*, e o Bairro Operário tornou-se, entre 1965 e 1971, o espaço por excelência no qual eles extravasavam as suas energias.

Segundo a DGS<sup>378</sup>, em documento de dezembro de 1971, o elevado índice de prostituição no Bairro Operário atraía esses homens, que passavam meses a lutar nas matas. Isto aliado ao consumo excessivo do álcool seriam, aos olhos da polícia política, as causas dos inúmeros casos de agressão registrados envolvendo militares na área. Essas desordens, por sua vez, criariam “*um ambiente contrário à moral e aos bons costumes, mas que não deixa de*

---

disputa por poder entre as próprias autoridades. E se isso não será trabalhado aqui, não poderia, ao menos, deixar de ser mencionado.

<sup>376</sup> Gerald BENDER. Op.cit., p. 262.

<sup>377</sup> Província de Angola. Ano XLIX. Número 15.001. Luanda: 07 de Maio de 1972, p. 04. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>378</sup> Em novembro de 1969, a PIDE foi substituída pela Direção Geral de Segurança, mantendo, no entanto, não só as suas funções, como também a sua maneira de operar.

*ser, mais ou menos, próprio de tais localidades*<sup>379</sup>. Dessa forma, o diretor provincial da DGS, que redige tal documento, atribui as atitudes dos militares ao meio, de modo a quase inocentá-los pelos seus atos. Voltemos no tempo, contudo, para identificar os fatores que o levaram a chegar a essa conclusão.

Já desde 1965, e nos anos que se seguem, aparecem nos arquivos da polícia secreta inúmeras explosões de granadas no Bairro Operário, que, ao serem investigadas, foram atiradas pelos próprios militares. A título de exemplo, recorto aqui um caso ocorrido em 26 de dezembro de 1966, e relatado pelo agente da PIDE Tiago dos Santos. Segundo ele, ao chegar ao local minutos depois do incidente, já lá havia grande número de pessoas que comentavam o ocorrido.

“Soube, então, que a referida granada tinha sido lançada por um grupo de 3 militares, do Exército, dos quais um era 1º cabo e que fora dirigida a um grupo de indivíduos que ali se encontrava, não sendo ninguém atingido, em virtude do fraco alcance do atirador. Soube ainda que, do grupo, houve quem tentasse perseguir os militares em questão, mas que logo se detiveram ao serem ameaçados com novas granadas”<sup>380</sup>.

A posse de materiais de guerra, frequentemente utilizados contra as populações suburbanas, vinha acompanhada de ameaças que tornavam instáveis as vidas dos moradores do bairro. Em 24 de outubro de 1967, por exemplo, outro agente, de nome Paulo, afirma que já há vários dias, *“militares em grupos mais ou menos numerosos, assaltam e agridem indivíduos, arrombam casas, danificam bens e ameaçam os moradores, especialmente as mulheres”*<sup>381</sup>. Escreve ainda que militares invadiram uma residência, na qual despiram a moradora e *“puseram-na a correr”*. Atiraram uma granada no quintal de uma casa que, por ter caído dentro de uma celha com água, não chegou a explodir. Ameaçaram ainda uma família que vivia no Bairro Operário, prometendo estourar em sua residência granadas caso não a tivessem abandonado no dia seguinte. Com medo, os moradores obedeceram, e já não estavam mais lá quando os militares foram conferir se sua ordem havia sido acatada. Trata-se aqui de uma expropriação ilegal que deu resultado através do reconhecimento, por parte dos moradores, de que a ameaça se concretizaria caso não obedecessem a ordem dada.

Ainda neste relatório, o agente afirma que alguns dos indivíduos lesados deslocaram-se aos quartéis para apresentar reclamação, e que a eles foi dito que fizessem o mesmo com os militares se assim o quisessem. Como resposta, uma das vozes reclamantes teria dito que

<sup>379</sup> Bairro Operário. PIDE/DGS.DInf 1ª Proc.15.12.C, NT.2085, fls. 03 – 04. Torre do Tombo, Lisboa. Grifo meu.

<sup>380</sup> Bairro Operário. PIDE/DGS.DInf 1ª Proc.15.12.C, NT.2085, fl. 62. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>381</sup> Bairro Operário. PIDE/DGS.DInf 1ª Proc.15.12.C, NT.2085, fl. 37. Torre do Tombo, Lisboa.

“querer, queremos, simplesmente, se o fizermos seremos acusados de terroristas”. Não importa aqui se a frase realmente foi pronunciada ou não. O que vale é que se disse que ocorreu desta maneira, fato que demonstra que a situação de guerra dava espaço para atitudes violentas em relação à população marginalizada, ao mesmo tempo em que reduzia o seu espaço de reação, por conta do medo de cair nas mãos da polícia enquanto um suposto terrorista. Não nos esqueçamos de que essa parcela da população era, no mais das vezes, encarada como inimigo em potencial. Em outras palavras, quando, através dos ataques de 4 de Fevereiro e 15 de Março, contesta-se, aberta e diretamente, a hegemonia imposta pelo regime colonial, o que ocorre é uma insistência na manutenção das relações de poder existentes através de um uso ainda maior da força.

Coincidentemente ou não, na seção *Pelo Hospital do ABC Diário de Angola*, em 1967, passam a constar com uma frequência incomum casos de agressões *por desconhecidos* no Bairro Operário. Há números em que todos os casos de entrada nos hospitais registrados pelo jornal são devidos a agressões ocorridas neste bairro. E, em todos os casos, efetuadas por *desconhecidos*<sup>382</sup>.

Abusos como esses continuavam a se verificar nos anos que seguiram. Em 17 de março de 1969, o agente da polícia J. Rodrigues descreve para o subinspetor da PIDE, Jaime de Oliveira, fato que presenciou no Bairro Operário dois dias antes.

“cerca das 23H00, quando em serviço de ronda aos muceques, numa viatura desta Polícia e ao passar nas proximidades do ‘Bar Carioca’, verifiquei que junto do mesmo se encontrava grande ajuntamento de pessoas – militares e civis – ouvindo-se grande algazarra.

“Aproximando-me do citado ajuntamento deparei com um grande grupo de militares fardados a segurarem um civil pelos braços e um outro também fardado a aproveitar-se daquelas circunstâncias para o espancar.

“O militar agressor foi diversas vezes chamado a atenção de que não devia proceder assim, mas, este virava-se para os apaziguadores insultando-os e ameaçando-os, proferindo em voz alta palavras obscenas, dando origem a reparo e até comentários desagradáveis por parte das variadíssimas pessoas que ali passavam”<sup>383</sup>.

Se a situação no Bairro Operário tornou-se mais urgente pela frequência com que incidentes como estes ocorriam, não era apenas nele que se verificavam abusos de autoridade e acidentes com granadas deixadas por membros do Exército. Em 1963, em musseque não especificado, a explosão de uma granada de mão causou a morte de três crianças de *raça negra*, deixando ainda uma em estado grave. Segundo Silvino Silvério Marques, então Governador Geral de Angola, “*tratava-se duma granada do tipo das usadas pelas NT, que se*

<sup>382</sup> Um exemplo é o número publicado no dia 04 de Outubro de 1967.

<sup>383</sup> Bairro Operário. PIDE/DGS.DInf 1ª Proc.15.12.C, NT.2085, fl. 31. Torre do Tombo, Lisboa.

*presume tenha caído duma viatura*”<sup>384</sup>. Em março de 1966, uma granada, que se acredita perdida por elementos militares, foi encontrada no musseque Calemba<sup>385</sup>.

Nota-se que, em Luanda, quem estourava granadas e semeava a tensão entre a população não eram os temidos *inimigos da pátria, terroristas a soldo do estrangeiro*, mas os próprios *agentes da ordem*. A população dos musseques, exposta a atos de violência que aparecem constantemente nos arquivos policiais, muitas vezes reagia, agredindo policiais e militares. Quando o faziam, tornavam-se logo suspeitos de fazer parte das temidas *organizações subversivas*.

Enquanto isso, as autoridades, que deveriam reprimir tais abusos, atribuíam ao meio as causas para a reincidência de violência. Culpava-se, enfim, o morador do subúrbio pela agressão a ele dirigida. É ainda curioso que, nesses documentos, não se define se os militares envolvidos seriam brancos, negros ou mestiços. Classifica-se apenas, em alguns casos, os civis agredidos ou envolvidos nos confrontos com os militares. Em todos relatórios aos quais tive acesso, os que sofreram a violência militar, quando classificados, eram *nativos* ou *africanos*. Ora, isso nos remete para a própria função do militar no ultramar: proteger, sempre que possível, a população de origem europeia. Podemos concluir que essa situação de violência por parte dos militares não se teria estendido por tantos anos se as vítimas não fossem as populações marginalizadas pelo sistema colonial português em Angola.

#### **III.2.4.2 Desigualdade e tensões raciais.**

Os ataques e retaliações, como vimos, levaram o Governador Geral de Angola, em 1961, a presumir que havia se estabelecido o equilíbrio entre negros e brancos em Luanda. As constantes denúncias acima apresentadas mostram-nos, todavia, dois aspectos importantes: primeiro, esse equilíbrio não havia sido atingido; segundo, a população branca da capital contava com a polícia para investigar aqueles em que não confiava. Afinal de contas, as autoridades policiais lá estavam para manter uma ordem que era, ainda, colonial, a despeito de todas as tentativas do governo português em negá-la.

---

<sup>384</sup> Correspondência do Governador Geral ao Ministério do Ultramar. 23 de Setembro de 1963. MU/GM/GNP/052/Pt.1

<sup>385</sup> PSP. Resumo de Informações nº3. Março de 1966, p. 30. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

Devemos ter em mente que, devido ao elevadíssimo índice de imigração portuguesa, muitos europeus e deles descendentes acabaram por se estabelecer nos musseques, onde viviam lado a lado com a população de origem africana, o que, por certo, não coincidia com as suas expectativas. Cláudia Castelo, ao buscar as motivações que levaram os portugueses a migrar para o Ultramar, diz que “há que ter em conta que o migrante tem a percepção de que no destino se irá enquadrar no estrato dominante da sociedade, independentemente da sua posição social e económica”<sup>386</sup>. A diferença jurídica vigente até 1961, de certa forma, correspondia aos seus anseios. Com o fim do Estatuto do Indigenato, porém, não havia legislação que os distinguisse dos negros. Apesar do fim da lei, essa diferenciação sofreu adaptações, mantendo-se através da sobrevivência de certas práticas sociais, que foram, por vezes, reforçadas. Vimos no capítulo anterior, ainda, que certas diferenciações, apesar de não mais sancionadas por lei, continuaram a existir na prática, como, por exemplo, diferenças salariais entre trabalhadores negros e brancos, assim como o tratamento dispensado aos dois grupos não só pelo patronato, como também pela polícia.

De acordo com Marcelo Bittencourt, o próprio desenvolvimento econômico e as políticas de integração do africano na economia, como resultado da Ação Psicossocial, contribuíram, em certa medida, para agravar as tensões raciais.

“Por um lado, as melhorias das condições de vida de alguns negros e mestiços, apesar de se pautarem por uma desproporção, quando relacionada ao conjunto da população angolana, passaram a ser tomadas por muitos colonos como algo que podia ser generalizado e, por conta disso, acusavam a ‘ingratidão’ dos negros e mestiços, que continuavam a ‘fazer a guerra’. De outro, o crescimento económico não seria suficiente para atender a todas as demandas dos colonos pobres, que passariam a questionar os fundamentos da política de ‘ação psicossocial’, já que os africanos continuavam a defender a independência mesmo após o Estado lhes criar facilidades”<sup>387</sup>

As duas atitudes, segundo o autor, teriam levado a um agravamento do comportamento agressivo por parte dos europeus estabelecidos em Angola. A isto, adiciono o *medo*. Os acontecimentos de 4 de Fevereiro e de 15 de Março transformaram a relação entre brancos e negros na província. Mostraram aos portugueses que os seus negros não eram sempre pacíficos como defendiam, fazendo deles o possível inimigo. E a esse medo, respondeu-se através da violência.

Nos musseques, o conflito racial pode ser identificado em casos muito recorrentes, em alguns dos quais vale nos determos. O primeiro deles é o frequente desentendimento entre comerciantes brancos e habitantes negros dos bairros suburbanos. Se a pequena burguesia

<sup>386</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit. 2007, p. 203.

<sup>387</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 309.

negra estava a se configurar, ela ainda não tinha força para suplantar a pequena burguesia branca, e esta, como vimos no capítulo anterior, controlava a maior parte das casas comerciais existentes nos musseques. Esse monopólio, por si só, já era motivo para conflitos. Muitos documentos da PIDE relatam apedrejamentos a estabelecimentos comerciais, nem sempre com o intuito de roubo ou furto. Um desses casos de desavença, no entanto, pelo tamanho que acabou por tomar, merece ser mencionado, uma vez que resultou na prisão de 122 homens pela Polícia Militar e pela PSP.

Em 05 de março de 1966, o comércio de um *européu*, leia-se “branco”, chamado Miguel Ribeiro, no musseque Prenda, foi alvo do ataque de *africanos*, ou seja, negros. Um chefe de brigada da PIDE foi enviado ao local para averiguar o que se teria passado, e define o “ataque” como algo que se lhe “*afigura premeditado, e com fins subversivos*”<sup>388</sup>. Para comprovar seu argumento, menciona ataques a outros comércios de brancos por negros naquela região.

“Tanto num caso como no outro, verifica-se que os africanos usaram da violência, procurando resolver as suas questões (?) por seus próprios meios, meios violentos, sem respeito pelas autoridades a quem não procuram para solucionar esses problemas”

Como resultado de suas averiguações, o agente da PIDE diz que o negro que iniciou a desordem teria já combinado com outros para atacar o estabelecimento de Ribeiro. Era ato, portanto, premeditado, cujo objetivo seria o de “*tornar a vida difícil aos comerciantes europeus*”. Menciona a opinião do meio nativo de que teria sido a esposa do comerciante que haveria dado início à desordem, mas logo a descarta.

Em 23 de março de 1966, um inspetor da Polícia Judiciária elabora um relatório com o seu parecer sobre o caso. Eis que a história parece ter sido outra. Logo no início do relatório, apresenta-se o seguinte obstáculo: o medo das possíveis retaliações dificultou que se conseguisse os depoimentos dos que participaram ou testemunharam. Fato que novamente alude à falta de confiança, por parte das populações de origem africana, de que a polícia atuaria em sua proteção. Sabia-se que a sua função era a de garantir a segurança de homens como Miguel Ribeiro.

De acordo com as averiguações, dois africanos entraram no bar de Miguel Ribeiro e solicitaram à esposa do mesmo uma cerveja e \$50 de jinguba (amendoim) torrada. Parte da jinguba servida, porém, estava crua, o que levou um dos clientes a reclamar com a esposa de

---

<sup>388</sup> Muceque Prenda. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc.15.12.D/1. NT.2086, fl.162.

Ribeiro e a solicitar-lhe que a fritasse. A mulher disse-lhes que não o faria, e que se voltassem a reclamar chamaria o marido, que resolveria a situação à pancada.

“O cliente, nesta altura, viu o comerciante MIGUEL RIBEIRO sair por uma das portas do estabelecimento e reaparecer quase logo, acompanhado de um guarda da Polícia de Segurança Pública, [...] e os dois começaram, sem mais averiguações, a espancar o cliente, tendo-lhe dado uma boa sova. – O signatário constatou, no dia 18 do corrente [março], que o homem ainda tinha vergões nas costas”<sup>389</sup>.

Enquanto um dos clientes apanhava, o outro correu para buscar ajuda. Os que vieram em auxílio não conseguiram, contudo, livrar o rapaz da agressão, o que os levou a lançar pedras sobre o telhado da casa comercial. O barulho atraiu ainda mais gente, formando uma multidão a insultar o comerciante e a sua família pelo ocorrido. A chegada da Polícia Militar ao local fez dispersar a multidão.

“Seguidamente a Polícia Militar, acompanhada pelos filhos do comerciante Ribeiro, começou a bater aquela zona, indo até distâncias de 800 metros ou mais, batendo às portas das residências, que lhes eram indicadas pelos filhos do comerciante Ribeiro, e obrigando os homens a sair, de mãos no ar, e conduzindo-os para o local de concentração [...], onde eram guardados pela Polícia de Segurança Pública [...]. Um ou outro homem que pretendia fugir era prontamente agarrado pelos dois cães que a Polícia de Segurança Pública levava”<sup>390</sup>.

Além disso, foram unânimes os depoimentos prestados de que a PM e a PSP espancaram os detidos. “*De certeza, sabe-se que tanto a Polícia Militar como a Polícia de Segurança Pública fizeram larga e indiscriminada distribuição de cassetadas, socos e pontapés, e que os cães [...] também morderam muitas pessoas*”<sup>391</sup>, de modo que muitos tiveram que receber tratamento em hospital. Mesmo após a decisão da Polícia Judiciária de pôr os detidos em liberdade, após seis dias de prisão, alguns deles foram ainda agredidos pela PSP no momento da libertação.

Há ainda uma informação deste relatório que merece ser destacada: o comerciante Miguel Ribeiro e a sua família eram conhecidos no bairro como pessoas conflituosas, “*não sendo esta a primeira vez que provocam incidentes com clientes africanos, procurando depois dar-lhe carácter de manifestações ráticas de pretos contra brancos*”<sup>392</sup>.

<sup>389</sup> Informação nº20/66. Polícia Judiciária. Luanda, 23 de Março de 1966, p. 03. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>390</sup> Informação nº20/66. Polícia Judiciária. Luanda, 23 de Março de 1966, p. 04. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>391</sup> Informação nº20/66. Polícia Judiciária. Luanda, 23 de Março de 1966, p. 05. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>392</sup> Informação nº20/66. Polícia Judiciária. Luanda, 23 de Março de 1966, p. 08. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

A descrição dessa ocorrência é de bastante interesse para este trabalho. Nela, percebe-se que a função da polícia era proteger a população branca, enquanto o negro era automaticamente tido como o culpado por quaisquer desavenças que o envolvessem. Sem qualquer questionamento, a PSP e a PM levaram a cabo detenções, através do uso da força contra indivíduos que já se haviam dispersado. A PIDE, por sua vez, ao investigar o que se havia passado, considerou como válido apenas o depoimento do comerciante e de seus familiares, ao ponto de supor que se tratava de uma atividade subversiva contra os brancos. Essa constante suspeita com relação aos negros dava espaço para diversas formas de abuso por parte da população branca, que tinha, atrás de si, a proteção policial. Não se admira, portanto, que os negros e mestiços não tivessem recorrido às autoridades para resolver a questão, como enfatizou o agente da polícia secreta. Ainda, não seria de se surpreender que os moradores dos musseques associassem a violência dirigida a eles pelas autoridades à segregação racial que se colocava naquela sociedade.

Se, por um lado, as conclusões distintas a que chegaram as diferentes polícias ao serviço do Estado colonial demonstram a complexidade do mesmo, por outro essas divergências não trouxeram como consequência a concretização de uma verdadeira justiça social. Era um Estado colonial complexo, não há dúvidas. Mas era, ainda, um Estado colonial. Dito de outra forma: apesar das investigações levadas adiante pela Polícia Judiciária, a qual, por fim, inocentou os negros envolvidos e ordenou que fossem postos em liberdade, não se pode concluir que o *erro de julgamento* inicial por parte da PIDE, PSP e PM fora reparado e que a justiça afinal fora feita. Apesar de os ter posto em liberdade, a PSP continuou a agredir tais indivíduos – o que demonstra, se não um aumento, pelo menos uma continuidade do uso da violência na sequência do resultado das investigações. Parece ainda que as conclusões da Polícia Judiciária resultaram tão-somente na libertação dos detidos. Os envolvidos na agressão provavelmente não sofreram quaisquer punições.

Em anexo ao processo sobre o caso, encontra-se um relatório do Quartel General da Região Militar de Angola, de 26 de março de 1966, em resposta às acusações feitas à PM pelo cozinheiro da Residência do Governador-Geral, Mateus Manuel, um dos agredidos na ocasião pela Polícia Militar.

“Foram efectuadas diligências, para se identificarem quais os agentes da P.M. que fazendo parte do piquete que actuou na repressão do motim de 5 de Março no Muceque Prenda, teriam revistado e possivelmente agredido o MATEUS MANUEL, diligências essas que não levaram a qualquer conclusão, por terem sido revistados e identificados perto de duas centenas de indivíduos [...]”<sup>393</sup>.

---

<sup>393</sup> Esse documento é bastante interessante para se perceber a maneira pela qual a impunidade era defendida pelas próprias organizações policiais e militares. Defende-se, nele, que a PM é injustamente acusada de cometer

Em primeiro lugar, fica patente a preocupação em investigar e punir *apenas* o agressor do empregado da Residência do Governador Geral. Segundo, mesmo nesse caso as diligências não tiveram qualquer conclusão. Acredito ser possível deduzir que, muito provavelmente, a libertação dos presos foi a única consequência das investigações e que nenhum dos agentes fora, de fato, punido pelo abuso de autoridade e pela violência desmedida contra os moradores negros do musseque.

As relações de poder, em um ambiente social marcado por uma violência racial muito grande, como no caso de Luanda, tornaram ainda mais complexas as maneiras pelas quais as relações entre grupos eram construídas e reconstruídas. A população branca, mesmo a que morava nos subúrbios, contava com as forças da ordem estabelecida para lhes proteger e, assim como os agentes da ordem, cometiam abusos contra as populações negras. No entanto, o andar da Ação Psicossocial certamente aumentou a presença de negros entre esses mesmos agentes da ordem. Conflito racial, portanto, mas não só. Conflito, também, que decorria da disputa pelo poder, na qual o lado mais forte trabalhava no sentido de manter uma ordem social que privilegiava poucos e fazia ascender socialmente alguns indivíduos “*de cor*” para mostrar como exemplo de que, em Angola, os negros também poderiam atingir posições de relevo, caso o merecessem – mais uma faceta da habilidade do regime português em travestir a discriminação racial em hierarquias puramente socioeconômicas, discurso este que dificilmente, porém, seria comprado pelo grupo discriminado.

Quanto a isso, podem ser destacados alguns casos em que as populações negras e mestiças de Luanda responderam direta e explicitamente, de maneiras mais ou menos violentas, à fantasiosa insistência da propaganda colonial de que não haveria discriminação racial em Angola. Em 1969, na capital, foram rasgados cartazes elaborados de acordo com as instruções do Conselho de Orientação da Ação Psicológica, que haviam sido fixados em lugares públicos<sup>394</sup>. Ainda neste ano, a Emissora Oficial, devido às afirmações emitidas durante o programa *A Voz de Angola* de que não haveria, na Província, discriminação no trabalho, recebeu cartas de ouvintes em reação, enfatizando as diferenças salariais e a própria

---

atos de violência: “*Julga-se que estas queixas e exposições, deturpando os factos passados, e inventando outros, não terão outra finalidade, senão conseguir que os Muceques deixem de ser patrulhados pela P.M. que presentemente, talvez por falta de efectivos da PSP, é a única que faz o policiamento destes Bairros*”. Em outras palavras, culpados caso se prove o contrário, os negros e mestiços dos bairros suburbanos supostamente acusavam, através de invenções e deturpações dos fatos, a PM com o intuito de se verem livres dos agentes da ordem. Processo nº97.E.08. Quartel General da Região Militar de Angola, 26 de Março de 1966, pp. 01, 03. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>394</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº5. Agosto de 1969, p. 40. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

discriminação no tratamento prestado pelas entidades patronais em relação aos trabalhadores negros e brancos<sup>395</sup>. Em 10 de outubro de 1971, um funcionário desse mesmo programa radiofônico foi agredido por cerca de doze indivíduos que lhe chamaram de “*bufo da Voz de Angola*”. De acordo com a vítima, já era a segunda vez que tentavam agredi-lo por prestar serviço ao dito programa<sup>396</sup>.

Em um cenário como este, não era difícil que histórias, possivelmente fictícias, fossem criadas em que tais tensões raciais eram intensificadas. Um caso, classificado pela polícia como *boato*, pode ser destacado, também pelas proporções que acabou por tomar.

A história, na verdade, começa ainda antes do início da luta de libertação. Em panfleto do MINA, de 1960, já se pode encontrar denúncias de que brancos estariam a envenenar alimentos destinados aos negros<sup>397</sup>. A história reaparece em 1964 no musseque Lixeira. No dia 3 de novembro, um europeu, de nome Mário Cunha, dono de agência funerária, visitou o comerciante, também europeu, Antônio Serra, com o intuito de negociar uma compra de terreno. Ao sair da residência do comerciante, Mário Cunha deparou-se com cerca de cento e cinquenta pessoas a esperar por ele, composta, basicamente, por mulheres e crianças. Contra ele, as mulheres lançavam injúrias como “branco de m.” e acusavam-no de, em parceria com o comerciante, envenenar artigos a serem vendidos aos negros e mestiços, de modo a melhorar o seu comércio de caixões<sup>398</sup>.

O caso repetiu-se no musseque Rangel, já em 17 de novembro de 1967, quando uma africana<sup>399</sup> foi detida por participação em desordens

“relacionadas com os falsos boatos a circular nos diversos muceques da periferia da cidade, em como alguns brancos procediam à distribuição de rebuçados e outros

<sup>395</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº5. Agosto de 1969, p. 66. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>396</sup> Bairro Operário. PIDE/DGS.DInf 1ª Proc.15.12.C, NT.2085, fl. 9. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>397</sup> “*Eis um dos processos: - envenenamento nos géneros alimentícios para venda aos negros.*”

“*a) Um branco chamado Costa, em Janeiro, em Luanda, vendeu fubá envenenada cuja consequência foi a morte de oito membros de uma família daquela área.*”

“*b) Alguns dias depois foi encontrado outro branco a vender carne de porco, também envenenada no preço de 1\$50 o quilo, em Luanda [...]*”

“*c) Outro branco na Maianga (Luanda) envenenou um saco com açúcar para vender aos negros; fê-lo de noite, sem avisar a criada negra; pela manhã, como o branco ainda estivesse deitado e pedira um café. Sentiu-se mal, o malfeitor, após ter ingerido o café e, já à beira da morte confessou que recebera 15.000\$00 escudos do Governo, para eliminar um bom número de negros.[...]*”

“*e) Um outro branco miserável, no mercado dos nativos em Luanda, pretendeu dar a uma Criança negra uma garrafa contendo um certo líquido envenenado e logo que as Kitamdeiras procuraram saber o que era, o bicho apressou-se em parti-la. Surrado pelas referidas mulheres, confessou que tinha sido o homem que faz os caixões que lhe incumbira tal missão*”. Ver: Lúcio LARA. “Apelo do M.I.N.A.” IN *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. 2ª Edição. Vol.1. Luanda: LitoCor, 1998, p. 276.

<sup>398</sup> Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Del.A. P.Inf. Proc.15.12.A. NT.2084, fls. 87 – 88. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>399</sup> Lembremos que *africano* era o termo policial para designar o não-branco. Ver nota 351.

artigos, envenenados, para matarem os pretos, a fim de um tal CUNHA, proprietário de uma Agência Funerária, vender caixões<sup>400</sup>.

Três anos se passaram e as suspeitas de envenenamento persistiam. Não surpreende, portanto, que encontremos a mesma história em 16 de fevereiro de 1971, quando um grupo composto por algumas centenas de pessoas, de novo tendo mulheres e crianças em sua maioria, atirava pedras – documento não menciona o alvo – e pedia a entrega de Benjamin Roela. Alegavam que o dito Roela, em parceria com um dono de casa funerária, distribuía rebuçados envenenados às crianças para vender mais caixões<sup>401</sup>.

Vale aqui um parênteses e um breve retorno ao que falamos no capítulo anterior. As condições de saneamento dos musseques eram por demais precárias. Praticamente não havia balneários, a coleta de lixo não funcionava, de modo que formavam-se imensas lixeiras a céu aberto, não havia esgoto e a água encanada era artigo de luxo. As chuvas constantemente arrasavam com os bairros periféricos e formavam verdadeiras piscinas ao ar livre. Nos subúrbios de Luanda, portanto, era alto o índice de mortalidade infantil, muitas delas causadas por diarreias e disenterias, fato que chegou, inclusive, a ganhar, em 1968, destaque no jornal *Tribuna dos Musseques*<sup>402</sup>. Adicione-se a isso a insuficiência dos hospitais, nos quais era difícil conseguir consulta.

Muitas crianças morriam e, provavelmente, as mães mal sabiam quais eram as causas. Em uma sociedade na qual a tensão racial atingia elevados níveis, e em que o medo recíproco de retaliações marcava a forma como esses grupos se relacionavam, não seria difícil convencer razoável parte das populações negras e mestiças dos musseques de que as causas de tais mortes e doenças seriam alimentos envenenados vendidos pelos brancos, quando estes controlavam a maior parte dos comércios da localidade e frequentemente apresentavam tratamento agressivo em relação aos negros. Era uma maneira, inclusive, de levar adiante práticas de boicote a casas comerciais de brancos. Conflitos raciais, sim. Mas também disputa de classe. Lembremos que o comerciante negro tinha dificuldades em conseguir crédito para investir em suas atividades comerciais, o que contribuía para a precariedade das suas lojas. Sem condições de disputar com o comerciante branco na guerra da concorrência, muitos não conseguiam prosperar, o que dava ao branco o quase monopólio dos estabelecimentos comerciais na região. No fim das contas, porém, era o fator racial que se sobressaía.

---

<sup>400</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 76. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>401</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 34. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>402</sup> Adriano SEBASTIÃO. “Muito elevado índice de mortalidade infantil em Luanda” IN *Tribuna dos Musseques*. Número 44. Luanda, 21 de Março de 1968, p. 05. Hemeroteca Municipal de Lisboa. Adriano Sebastião esteve envolvido com atividade clandestina nos anos 1950. Foi preso pela PIDE em 1960 e posto em liberdade condicional, em 1967, junto com Manuel Pedro Pacavira e Afonso Dias da Silva.

Por último, é importante mencionar ainda mais um caso, também recorrente: o dos atropelamentos. Luanda era uma cidade marcada pela precariedade da iluminação pública, assim como pela falta de sinalização, o que fazia dos acidentes de automóveis e dos atropelamentos a causa de um assustador número de óbitos da capital. Em setembro de 1967, foram registrados 139 acidentes de viação apenas na zona suburbana da cidade<sup>403</sup>. Alguns anos mais tarde, em 1973, entre janeiro e novembro, foram registrados 4.230 acidentes de viação que tiveram consequências graves, o que dá uma média de 12 acidentes por dia. Nesses onze meses, Luanda teve o saldo de 265 mortos, de modo que a revista *Notícia* chegou à conclusão de que, na capital, era na guerra do trânsito que as pessoas morriam<sup>404</sup>. De fato, mesmo com o elevado índice de ocorrências de agressão na capital de Angola – nos anos 1970, frequentemente a cidade de Luanda é responsável por mais 50% do que a PSP chama de “crimes contra a pessoa”<sup>405</sup> registrados na província, e assim também o é em relação aos “crimes contra a propriedade” –, são os acidentes de viação e atropelamentos que mais enchem as seções *Pelo Hospital* dos jornais diários.

Os atropelamentos eram muito comuns nos musseques, envolvendo principalmente crianças. Estas brincavam nas ruas sem muito cuidado, e a falta de iluminação atrapalhava a visão dos motoristas. Com a tensão racial existente, porém, esses casos de atropelamentos davam origem a mais desentendimentos.

Um caso como esse ocorreu no musseque Lixeira, no dia 08 de outubro de 1965. Um motociclista branco atropelou uma criança em uma das ruelas do bairro, e parou para prestar socorro – o que não era de todo comum, uma vez que casos de atropelamento seguidos pela fuga do motorista enchiam as páginas dos jornais. Sobre a ocorrência, um agente da polícia política elaborou um relatório.

“Acontece porém, que instantaneamente, apareceram de todos os lados muitos africanos, que mesmo sem terem visto o que se havia passado, tiveram logo a preocupação de rodear o europeu (motociclista), tiraram-lhe a criança dos braços e começaram a empurrá-lo para fora da estrada, a insultá-lo e a dizer: ‘Damo-lhe uma carga de pancada, eles só fazem isto aos ‘pretos’, etc...’.”<sup>406</sup>

<sup>403</sup> PSP. Resumo de Informações nº10. Outubro de 1967, p. 22. MU/GM/GNP/058/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>404</sup> Manuela GONZAGA. “Mortos em outubro. Desta guerra não se fala”. Revista *Notícia*. Luanda, 01 de Dezembro de 1963, p. 28. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>405</sup> Em novembro de 1971, os casos de crimes contra a pessoa em Luanda chegaram a constituir 60,7% de todos os casos registrados em Angola.

PSP. Relatório Mensal de Informações. Novembro de 1971, p. 01. MU/GM/GNP/058/Pt7. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>406</sup> Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Del.A. P.Inf. Proc.15.12.A. NT.2084, fl. 76. Torre do Tombo, Lisboa.

No Rangel, em 28 de junho de 1967, deu-se caso semelhante. Um europeu atropelou uma criança de seis anos, levando-a ao óbito. Uma multidão de africanos juntou-se para agredir o atropelador. Três agentes da PSP intervieram e acabaram eles mesmos a serem hostilizados. *“Pouco depois”,* relatou comandante da Polícia de Segurança Pública, *“compareceu um piquete desta Corporação que teve de fazer uso dos cassetetes e das coronhas das espingardas para dispersar a multidão que chegou a apedrejá-los”*<sup>407</sup>.

De tudo o que até aqui se mostrou, fica claro como as relações de poder estabelecidas nessa sociedade – que não devemos esquecer, era uma sociedade *colonial* – estavam cada vez mais influenciadas pelos conflitos raciais, agravados pelo sentimento de medo mútuo que se seguiu ao 4 de Fevereiro de 1961 e aos eventos imediatamente seguintes. Apesar de os atores sociais agirem muitas vezes em função dos seus interesses de classe, eles estavam mais conscientes das identificações raciais, o que, por sua vez, agravou-se com o decorrer da guerra de independência. Como consequência, abriu-se espaço para a formação de solidariedades que tinham como base critérios raciais, isto é, negros que provinham de camadas e regiões distintas daquela sociedade<sup>408</sup> perceberam estar a partilhar as mesmas condições de vida e a ver-se como pertencentes a um mesmo grupo, o que seria de extrema importância para se pensar a nação.

Por conseguinte, sendo alvo da população branca, dos policiais civis, da PIDE e dos militares, as populações negras e mestiças dos musseques responderam de maneira ativa à violência a elas dirigida. Juntavam-se em solidariedade contra os agentes da ordem, contra brancos que acreditavam estar a agredir negros, contra os comerciantes brancos que tornavam-se prósperos e tomavam o espaço que lhes poderia pertencer e que muitas vezes agiam enquanto informantes da polícia política e da PSP. Respondiam à violência também com violência, de modo que os Serviços de Centralização e Coordenação de Informações de Angola, em relatório datado de 1968, concluíram que em Luanda, *“surgiram muitos incidentes, principalmente nos bairros suburbanos, que revelam um clima de subversão latente e manifestado por animosidade contra as autoridades e a etnia europeia”*<sup>409</sup>.

Esse clima de subversão latente, por sua vez, é alimentado, segundo os próprios SCCIA, pela audição das emissoras estrangeiras e, em especial, da Rádio Brazzaville, o que traz as questões: seriam essas atitudes, cada vez mais comuns nos bairros suburbanos, parte de

---

<sup>407</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 84 – 85. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>408</sup> Franz-Wilhelm HEIMER. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo, 1980, p. 25.

<sup>409</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº 2. Janeiro de 1968, pp. 132 – 133. MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico do Ultramar, Lisboa.

uma ação organizada, que tivesse como objetivo atingir a independência do país? Eram elas coordenadas por algum dos movimentos de libertação que, ao contrário do que afirmavam os jornais da província, tinham seus núcleos de ação em funcionamento também no interior de Angola? É importante aqui, portanto, reservar um espaço para o MPLA e a sua propaganda radiofônica.

### III.2.5 A onipresença do MPLA.

“A propaganda portuguesa afirma que o MPLA está apenas nas matas e perto da fronteira. Mas o MPLA está nas cidades, através de numerosas organizações clandestinas, como o demonstram as dezenas de prisões que a PIDE tem feito, nos últimos meses, nas cidades angolanas”<sup>410</sup>.

Este é um trecho do programa *Voz da Angola Combatente*, emitido pelo MPLA em 19 de maio de 1970, através da Rádio Brazzaville, e transcrito pelos agentes dos SCCIA, na qual o movimento afirma atuar *dentro* de Angola, ao contrário do que diziam os jornais analisados.

O destaque aqui dado à propaganda do MPLA não se deve à crença de que os demais movimentos de libertação não tivessem os seus membros ou simpatizantes em Luanda. Eles não só o tinham, como a sua presença fica ainda mais clara após o 25 de Abril de 1974. No entanto, a análise dos documentos torna notória a prevalência do MPLA em Luanda, principalmente entre as populações não-brancas do subúrbio.

Pode-se perceber certa negligência tanto por parte das autoridades quanto dos jornais com relação ao programa radiofônico da FNLA/GRAE, *A Voz de Angola Livre*, emitido de Kinshasa<sup>411</sup>. Os periódicos em circulação na capital procuravam sempre desmentir as informações divulgadas através das emissões do programa do MPLA, sem menção ao da FNLA. Era comum ainda que os SCCIA apresentassem seus relatório sobre as emissões do MPLA, com uma pequena nota em que dizia que “*deste Relatório Especial não consta a análise da propaganda radiodifundida pelo GRAE, em virtude de se considerar insuficiente a amostragem de que se dispõe*”<sup>412</sup>. Uma das explicações possíveis para esse descaso era a

<sup>410</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº14. Propaganda radiofônica do MPLA. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>411</sup> Segundo os SCCIA, a UNITA – movimento formado em 1966 por uma dissidência de Jonas Savimbi e alguns seguidores, que eram antes parte da FNLA – fazia sua propaganda através, principalmente, de contatos com as populações, não investindo em emissões radiofônicas.

<sup>412</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº20. Propaganda radiofônica do MPLA. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

precariedade técnica dessa rádio. Segundo relatório dos SCCIA, de junho de 1970, enquanto as condições de escuta da Rádio Brazzaville no distrito de Luanda eram consideradas como *completamente perceptíveis*, no caso das emissões do GRAE nada constava para o mesmo distrito. É possível concluir, portanto, que, devido a essa limitação técnica, não era fácil aos habitantes da capital sintonizarem o programa de rádio do movimento de Holden Roberto. Além disso, não era incomum que as próprias autoridades reconhecessem a qualidade superior do trabalho de propaganda do MPLA, através principalmente da rádio, em comparação com os desenvolvidos pelos demais movimentos de libertação. Segundo os SCCIA, “*a propaganda desenvolvida pelo MPLA, especialmente a radiodifundida, revela uma excelente preparação dos programistas e redatores, aliada a uma total falta de escrúpulos*”<sup>413</sup>. Quanto a isso, Adolfo Maria, que esteve por trás do programa *Angola Combatente*, reconheceria que “*a propaganda do MPLA está sempre na mão de quadros com uma determinada cultura, uma determinada formação política, e ela é muito defasada da sua prática. Mas muitíssimo!*”<sup>414</sup>, o que, certamente, também se pode falar da propaganda colonial.

O estabelecimento do MPLA em Brazzaville, em fins de 1963, trouxe a possibilidade ao movimento de fazer uso da Rádio lá instalada, inaugurada ainda durante a Segunda Guerra Mundial como parte da estratégia adotada pela *França Livre*<sup>415</sup>. Devido à sua potência, os programas emitidos pela Rádio Brazzaville chegavam a ser altamente perceptíveis além fronteiras, o que trouxe ao MPLA a chance de se fazer escutar em toda Angola. O programa *Voz da Angola Combatente* acabou por se tornar a principal ligação entre o movimento, estabelecido em território vizinho, e a população da província.

A força de mobilização que esse programa produziu chamou a atenção das autoridades coloniais, como a PIDE/DGS e os SCCIA. Impossibilitadas de cortar tais emissões, passaram, então, a transcrever, cautelosamente, os conteúdos emitidos, com cuidado inclusive para manter as expressões e os conceitos utilizados. É através dessas transcrições que se pode acessar as propagandas do MPLA que chegavam ao interior da província.

Vimos que os militantes que atuaram em Luanda ao longo dos anos 1950 apresentavam a preocupação de *descer às massas*, ou seja, de conquistar as populações negras e mestiças dos musseques para a luta nacionalista. Muitos deles, nos anos que se seguiram, acabaram por aderir ao MPLA, e essa preocupação não os abandonou. Grande parte das emissões do movimento apresenta o cuidado em atingir os núcleos urbanos, com especial

---

<sup>413</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº02. Atividades do inimigo em 1965 e 1966. Janeiro de 1968, MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>414</sup> Adolfo MARIA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.

<sup>415</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 271.

atenção ao operário, devido à crença em seu papel revolucionário. Em 06 de maio de 1970, o MPLA diz em sua emissão que *“a mobilização faz-se clandestinamente nas cidades, quer através de panfletos, quer por meio de reuniões políticas, quer pela organização de escuta de ‘Angola Combatente’, etc.”*. Ainda neste mesmo mês, no dia 22, é dito que *“é preciso intensificar o trabalho político e as ações de guerra nas cidades. A maioria dos operários vive nas cidades e representam um grande potencial revolucionário”*<sup>416</sup>.

Assim, a insistência na importância da constituição de células clandestinas nas cidades era frequente nas emissões do movimento, quase sempre acompanhada das regras que deveriam conduzi-las, de modo a evitar seu desmantelamento pela PIDE/DGS. O MPLA incentivava, ainda, a organização de grupos para a escuta dos programas e insistia que *“ouvir ‘Angola Combatente’ é dever de todo angolano. Organizar discussões sobre o programa é dever do revolucionário”*.<sup>417</sup> Era também preciso promover o trabalho de mobilização, uma vez que é *“por seu intermédio que o povo conhecerá a teoria revolucionária, que criará uma consciência revolucionária”*<sup>418</sup>.

De fato, formaram-se organizações clandestinas que atuavam, em Luanda, em nome do MPLA. Seria talvez um tanto ingênuo imaginar que através do Processo dos 50 e da repressão que seguiu ao 4 de Fevereiro, a PIDE tivesse conseguido anular completamente os focos de grupos nacionalistas no interior de Angola. Vimos no primeiro capítulo, por exemplo, que entre os anos de 1962 e 1963 – antes, portanto, do início da emissão do programa radiofônico em questão – formou-se, em Luanda, um grupo que se intitulou Movimento Interno Popular de Libertação de Angola (MIPLA), que buscava ligações diretas com a direção do MPLA, ainda sediada em Léopoldville. Chegaram a distribuir panfletos e planejar meios de angariar fundos para a execução de ações de vulto dentro da província. Não chegaram a fazê-lo, porém. Muitos de seus membros e simpatizantes foram logo presos pela PIDE.

Com a transferência do MPLA para Brazzaville, e com a consequente utilização da rádio lá instalada, a comunicação do movimento com as células clandestinas no interior passou a fazer-se através de mensagens codificadas. Já em 1964, aparece em Luanda o Comitê Regional do MPLA, que, no entanto, mal conseguia levar suas atividades para além

---

<sup>416</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº14. Propaganda radiofônica do MPLA. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>417</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº17. Propaganda radiofônica do MPLA e do GRAE. 12 de Junho de 1970. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>418</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº14. Propaganda radiofônica do MPLA. 06 de Maio de 1970. MU/GM/GNP/138/Pt.3. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

de reuniões clandestinas, devido ao controle da polícia política<sup>419</sup>. Parece, então, ter havido um período de refluxo, no que diz respeito a ações mais concretas de manifestação anticolonial entre os anos de 1963, quando o MIPLA é dissolvido, até 1966, quando a PIDE descobre outros movimentos<sup>420</sup>.

Segundo os SCCIA, em fevereiro de 1966, foi desarticulado pela PIDE um grupo clandestino que atuava no Calemba e tinha ramificações em outros musseques. O relatório não informa qual era a atuação desse grupo. Em novembro de 1966, outro grupo “*com características idênticas mas melhor articulado*” foi identificado. Este, através de uma organização desportiva de nome *Clube Juvenil do Coba*, “*recrutava os seus ‘associados’ com vista à futura prática de terrorismo contra europeus e ataques a aquartelamentos e esquadras da polícia*”<sup>421</sup>, e mantinha ligações com a Central de Catete do MPLA.

Em 1967, a PIDE desmantelou um grupo que adotou para si a sigla MMIA, que significava *Movimento de Mobilização no Interior de Angola*. A maior parte dos seus membros que, segundo a PIDE, eram doze, trabalhava no Hospital Militar de Luanda, e a organização tinha como finalidade “*apoiar os terroristas do MPLA em tudo o que contribuísse para a independência de ANGOLA, como era solicitado nos programas rádiofónicos do MPLA, transmitidos por Rádio BRAZZAVILLE*”<sup>422</sup>. Esse grupo chegou a elaborar panfletos, e utilizou para tal a copiadora do Hospital Militar. Produziu, de acordo com a polícia política, oito panfletos, tendo feito setenta cópias de cada, que foram distribuídas pelos musseques de Luanda. Nos panfletos apreendidos, porém, fica claro que, embora tenha tido como inspiração a propaganda radiofônica do MPLA, essa organização buscava auxiliar tanto este movimento quanto a FNLA ou, em outras palavras, apoiava todo e qualquer grupo que lutasse pela independência de Angola. Em um de seus panfletos, aparece a seguinte frase: “*A vossa força colaborará com as forças do M.P.L.A. e as do*

---

<sup>419</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 288.

<sup>420</sup> Essa cronologia parece também estar ligada à própria vivência do MPLA no exterior. Em 1962 e 1963, o MPLA defrontava-se com graves crises. A saída de Viriato da Cruz do movimento e sua adesão à FNLA, a escolha do movimento de Holden Roberto pela OUA enquanto o único legítimo na luta armada contra os portugueses e os obstáculos enfrentados pelo MPLA em Léopoldville ilustram as dificuldades enfrentadas neste momento. Com a fixação do MPLA em Brazzaville, a sorte do movimento começou a mudar e culminou com a abertura da Frente Leste na segunda metade dos anos 1960, o que parece ter incentivado a organização clandestina no interior Angola. Ao longo desses anos, a propaganda do movimento surtiu efeitos na capital, e Agostinho Neto colheu seus frutos no pós-Golpe de 1974, quando o MPLA novamente enfrentou uma grave crise interna e a direção, derrotada militarmente, conseguiu mobilizar as populações negras e mestiças dos musseques e dos bairros populares de Luanda em seu favor, o que acabou por se mostrar fundamental para a consolidação não só de Agostinho Neto como presente do movimento, mas também do MPLA frente à UNITA e à FNLA. Este, contudo, é um tema para o quarto capítulo.

<sup>421</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº 2. Atividades do Inimigo em 1965 e 1966, pp. 132 – 133. MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico do Ultramar, Lisboa.

<sup>422</sup> MMIA. PIDE/DGS. SC CI(2) Proc. 8266 NT. 7521, fl. 08. Torre do Tombo, Lisboa.

*ELNA/U.P.A.*<sup>423</sup>. Ou seja, os problemas que afetavam o MPLA, largamente propagados nas emissões radiofônicas que estão na própria origem do MMIA, eram distintos daqueles enfrentados pelos militantes do interior. Mesmo com as acusações feitas pela *Angola Combatente* ao movimento de Holden Roberto, a dita organização optou por não tomar partido. Em outro panfleto, os militantes do MMIA chegaram a dizer que os problemas entre os dois movimentos eram desavenças pequenas, facilmente resolvíveis com a ajuda da OUA, e que todos saberiam se unir quando chegasse o momento<sup>424</sup>.

Ainda em 1967, outra organização, de sigla COMPOL – Corpo de Milícia Popular de Libertação –, também pró-MPLA, foi formada com a intenção de fabricar em Luanda explosivos rudimentares, a serem detonados em restaurantes e estacionamentos na capital, em conformidade com as orientações transmitidas através da rádio<sup>425</sup>.

Houve, portanto, tentativas de organização de movimentos clandestinos em Luanda. Tiveram, porém, vida curta, uma vez que foram rapidamente desmantelados pela polícia política, e não chegaram a fazer mais do que distribuir panfletos e planejar sabotagens que não puderam ser realizadas.

Roberto de Almeida, preso em 1963 devido à participação no MIPLA, lembra que, ao sair da prisão, em 1968, encontrou células clandestinas mais desenvolvidas do que o eram cinco anos antes. Ao colaborar com elas, todavia, foi preso pela segunda vez, e permaneceu detido até 1971. Ele acredita que estava prestes a ser preso novamente em 1974<sup>426</sup>. Os olhos da PIDE/DGS permaneciam vigilantes, e pouco espaço davam para a movimentação dos grupos clandestinos.

Havia, porém, outra área de atuação na qual as células pró-MPLA em Luanda – cuja atuação, como vimos, raramente ia além da organização de reuniões clandestinas e, em alguns casos, da distribuição de panfletos – concentravam os seus esforços. Para abordá-la, é preciso dizer que a presença do movimento na capital se fazia também através das estradas que a ligavam a outros locais do distrito.

---

<sup>423</sup> MMIA. PIDE/DGS. SC CI(2) Proc. 8266 NT. 7521, fl. 05. Torre do Tombo, Lisboa.

ELNA era o Exército de Libertação Nacional de Angola, o braço armado da FNLA.

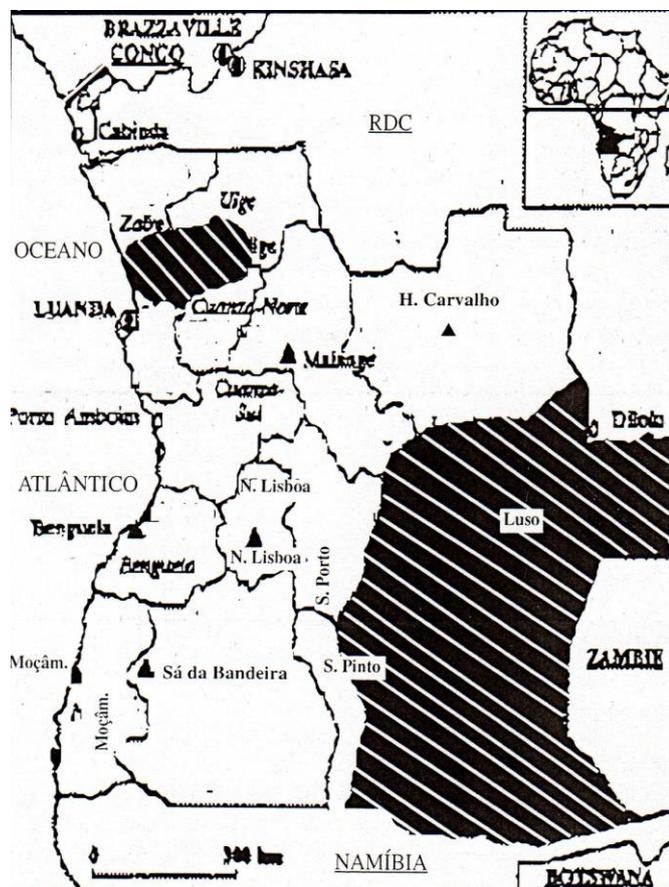
<sup>424</sup> “Nos dias de Moises de Israel, povo israelita do Governo Teocrático, mesmo a caminho para Canã, terra prometida, entre eles tiveram certos desentendimentos que tais eram resolvidos pelo Moises o dirigente. Portanto o desentendimento entre o povo de israelita [SIC], não impossibilitou a chegada na terra prometida canã, isto é para ficarem livres da escravidão no egito pelo maligno Faraó. Assim também, como o desentendimento entre a U.P.A./G.R.A.E. e o M.P.L.A., (são pequenos problemas) que são resolvidos na O.U.A. e não impossibilita nada a nossa independência. A VICTÓRIA É CERTA.”

MMIA. PIDE/DGS. SC CI(2) Proc. 8266 NT. 7521, fl. 12. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>425</sup> SCCIA. Relatório Especial de Informações nº 6. Atividades do Inimigo em 1967, p. 164. MU/GM/GNP/138/Pt.1. Arquivo Histórico do Ultramar, Lisboa.

<sup>426</sup> Roberto de ALMEIDA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 16 de Fevereiro de 1995.

Desde o início dos anos 1960, o MPLA contava com um foco de guerrilha nos Dembos, região próxima ao distrito de Luanda, a qual ganhou o título de Primeira Região Político-Militar.

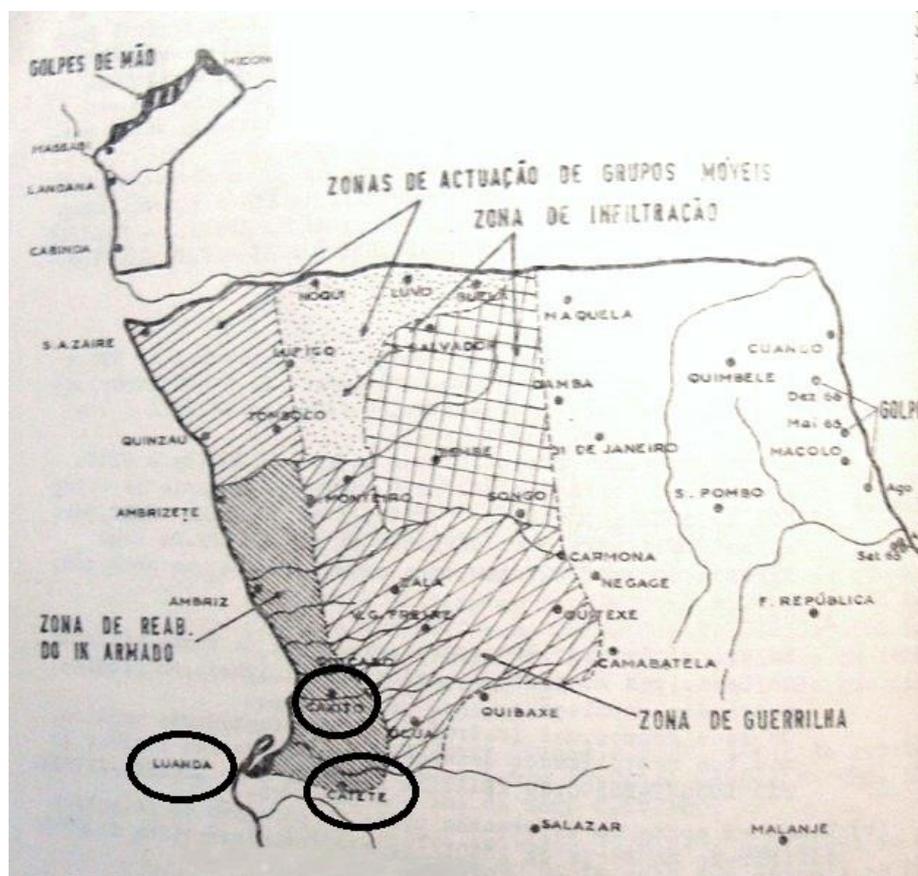


**Figura 9:** Zona de extensão da guerrilha do MPLA em 1970. Segundo MPLA, *A Vitória é Certa*, Argel, 1978.  
Fonte: Jean Mabeko Tali. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio*, 2001.

Esta Região, porém, teria de enfrentar um longo e penoso isolamento, o que tornou a sua luta mais voltada para a própria sobrevivência. A direção do movimento tinha grandes dificuldades em enviar reforços, uma vez que estes raramente conseguiam chegar ao destino: pelo caminho, tinham de enfrentar não só as tropas portuguesas, como também o exército da FNLA. Os guerrilheiros da Primeira Região buscavam, então, contato com as células clandestinas existentes nos centros urbanos mais próximos, o que os levava às regiões de Catete e Caxito<sup>427</sup> (figura 10). Destes pontos, buscava-se a ligação com Luanda, o que, por sua vez, levava a PSP a buscar um controle ainda maior das entradas e saídas da cidade. Como vimos, era função dessa polícia emitir Certificados de Residência aos recém-chegados à capital. Por sua vez, a prisão de indivíduos sem documentos, o que significava que estavam

<sup>427</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 312.

em Luanda sem a devida autorização, era um dos maiores resultados das rugas efetuadas aos musseques da cidade. Os números de detidos constam nos relatórios mensais da PSP, o que demonstra que esta era uma informação de grande utilidade para o controle da subversão na capital.



**Figura 10:** Mapa. Atividade do inimigo em 1965 e 1966.  
Fonte: SCCIA. Relatório especial de informações nº2.

Vimos, por exemplo, que o grupo clandestino desmantelado pela PIDE em 1966, e que atuava através de um clube desportivo, mantinha ligações com a Central de Catete do MPLA. Já Caxito era visto pelos SCCIA como zona sensível, uma vez que constituía “zona de ligação entre LUANDA e a ‘zona de guerrilha’, sendo fonte de abastecimento para o In.”<sup>428</sup>. De fato o era. Segundo Roberto de Almeida, na célula clandestina em que atuou após sair da prisão em 1971, uma das ações levadas a cabo era o envio de roupas, alimentos e materiais para a Primeira Região<sup>429</sup>. Adriano dos Santos, que tinha sido membro da diretoria do Botafogo e, através do clube, entrou em contato com os movimentos clandestinos luandenses

<sup>428</sup> SCCIA. Relatório especial de informações nº2. Actividade do inimigo em 1965 e 1966, p. 133. MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>429</sup> Roberto de ALMEIDA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 16 de Fevereiro de 1995.

dos anos 1950, afirma também que, ao retornar a Luanda nos anos 1970, após haver passado um longo período em Ndalatando, passou a atuar no transporte de materiais para a região dos Dembos, tarefa, segundo ele, mais arriscada que efetuou, e a qual exerceu até 1974<sup>430</sup>.

Esses grupos clandestinos, portanto, existiam, mas viam-se forçados a agir nas pequenas brechas que encontravam. As tentativas de mobilização para a formação de novas células, uma das responsabilidades desses grupos, são perceptíveis através daquela pequena nota publicada no *Tribuna dos Musseques*, quando alertou-se para o perigo dos *maus amigos*, que agiam em segredo e expunham doutrinas e ideias “*contrárias ao entendimento entre os homens*”, de modo a convencer o leitor a denunciar quem agisse de tal forma<sup>431</sup>. Mas se esta matéria, como já disse, não menciona qualquer sigla diretamente, os documentos confidenciais tratam do assunto de forma mais explícita, demonstrando o sucesso que as emissões do *Angola Combatente* obtiveram junto às populações.

A Polícia de Segurança Pública chamava a atenção para a frequência com que os habitantes de Luanda acompanhavam o desenvolver dos acontecimentos através da escuta de emissões dos programas dos movimentos de libertação. Referindo-se à capital, em outubro de 1966, consta que

“No período, toda a população se manteve atenta à evolução dos acontecimentos. [...] Posta-se atenta diante dos receptores para não perder um comentário ou notícia da Rádio Brazaville [SIC], ou de quaisquer outras emissoras utilizadas pelos movimentos terroristas anti-portugueses. Aqueles que não dispõem de receptores, solicitam ou recebem sofredamente as notícias que lhes são transmitidas pelos ‘escutas’, as quais, mesmo deturpadas, têm sempre ampla aceitação e divulgação, tanto no meio africano como no europeu. [...] Existe pois certa excitação entre a população da cidade que se nota com facilidade, verificando-se entre os africanos pronúncios [SIC] de um estado de espírito arrogante que revela a existência de uma consciencialização subversiva generalizada cuja origem se procura detectar”<sup>432</sup>.

Algumas informações contidas neste trecho são de grande relevância para a compreensão desse cenário *subversivo* de Luanda. É claro que, em uma sociedade em que a maioria da população mal ganhava para própria subsistência, seria ingênuo pensar que grande parte dela fosse proprietária de aparelhos de rádio, cujo alto valor – não só financeiro mas também simbólico – que tal objeto possuía pode ser verificado na frequência pela qual a PSP explicita em seus resumos o alto número de aparelhos de rádio furtados em Luanda<sup>433</sup>. Daí a

<sup>430</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de Setembro de 1997.

<sup>431</sup> António M’VEMBO. “Foge dos maus amigos” IN *Tribuna dos Musseques*. Número 19. Luanda: 21 de Setembro de 1967, pp. 01, 07.

<sup>432</sup> PSP. Relatório de Situação nº3/66. Outubro de 1966, pp. 01 – 02. MU/GM/GNP/058/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>433</sup> O alto número de rádios furtados é uma constante em resumos de informações da PSP. A título de ilustração, posso citar o mês de fevereiro de 1969, no qual registrou-se o furto de 44 aparelhos de rádio, de 271 casos de

insistência do MPLA para que os militantes organizassem grupos para a discussão das emissões do movimento. Além disso, a mensagem transmitida pela rádio era passada adiante através dos tais *escutas* a que o trecho acima se refere, o que contribuía para alargar o número de indivíduos que tinham acesso ao conteúdo emitido.

O relatório faz também menção ao fato de que o programa, principalmente da Rádio Brazzaville – uma vez que as demais são apenas mencionadas de maneira generalizada – tem aceitação também no meio europeu. O MPLA buscava, através das suas emissões, trazer para o seu lado a população branca de Angola, e para isso insistia que *“a guerra não é contra o povo português mas contra o governo de SALAZAR”*<sup>434</sup>. Em 1967, *“continuou o In [inimigo] a frisar que a guerra não é contra o ‘branco’ nem contra o povo português, mas contra o ‘regime fascista de Salazar apoiado pelos imperialistas’”*<sup>435</sup>.

Para não alongar por demais este trabalho, optou-se por focalizar as relações sociais nos musseques de Luanda. A população branca que lá vivia, pela proximidade com os negros e mestiços, tendia adotar posturas mais abertamente racistas, até como forma de diferenciação com relação aos vizinhos que, no mais das vezes, considerava como inferiores. Era essa camada, menos escolarizada e economicamente menos favorecida, a que mais resistia às políticas ligadas à Ação Psicossocial, por considerá-las injustas na medida em que significavam dispêndio de grande quantidade de dinheiro em prol dos nativos<sup>436</sup>. Muitos brancos das camadas mais baixas ressentiam os resultados dessa política e demonstravam ser favoráveis a adoção dos métodos sul-africanos para acabar com a concorrência de negros e mestiços<sup>437</sup>.

Da mesma forma, porém, que a homogeneização dos negros e mestiços acarretaria uma demasiada simplificação da análise, temos que destacar que o próprio grupo dos colonos estava longe de ser homogêneo. Angola foi o destino de muitos portugueses contrários ao regime de Salazar, e mesmo este grupo opositor era bastante diversificado. Havia elementos da esquerda portuguesa na Província, assim como democratas liberais e até mesmo monarquistas. Alguns deles eram favoráveis à independência, mas a maioria não via essa

furtos e roubos registrados na cidade. Ou seja, se considerarmos a hipótese, provavelmente não muito longe da realidade, de que não houve furto de mais de um rádio em uma mesma ação de roubo, teríamos que, em 16,23% desses casos, houve aparelhos de rádio envolvidos.

PSP. Resumo de Informações nº2. Fevereiro de 1969, pp. 18 – 19. MU/GM/GNP/058/Pt.4. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>434</sup> SCCIA. Relatório especial de informações nº2. Actividade do inimigo em 1965 e 1966, pp. 126 – 127. MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>435</sup> SCCIA. Relatório especial de informações nº6. Actividade do inimigo em 1967, p. 160. MU/GM/GNP/138/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>436</sup> Cláudia CASTELO. Op.cit., 2007, p. 359.

<sup>437</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., pp. 190 – 191.

possibilidade com bons olhos. Uma camada de brancos que ganhou força foi a que defendia uma maior liberalização das economias portuguesa e ultramarina, com a consequente descentralização política da colônia. Essa era a burguesia local que se beneficiou com a alta cotação dos produtos ultramarinos no mercado internacional nos anos 1940, e com a industrialização e a entrada de capital estrangeiro na colônia nos anos que se seguiram. O problema para essa camada era o de ter que sujeitar-se aos interesses da burguesia metropolitana<sup>438</sup>.

Resumidamente, mesmo entre os brancos de Luanda havia divergência quanto aos modelos de desenvolvimento defendidos. O descontentamento apresentado por algumas camadas frente às políticas governamentais chamava também a atenção das autoridades que procuravam controlá-las. O MPLA, por sua vez, através da rádio, buscava conquistar esses descontentes. Vale dizer que chegou a ter sucesso no que se refere aos brancos que tendiam à esquerda.

A preocupação, como vimos, em publicar notas nos jornais que desmentissem as informações emitidas pela *Angola Combatente*, que insistissem na desagregação dos movimentos, nas rivalidades entre e dentro deles, e que enfatizassem a importância de uma vigilância constante frente ao inimigo que não desiste, pode ser explicada como uma resposta ao investimento, por parte do MPLA, no seio deste ramo da população de Angola. Parte da Ação Psicossocial, as matérias, das quais já falamos, pretendiam combater o MPLA em uma outra guerra: a da persuasão.

Pode-se concluir que a propaganda do MPLA, emitida principalmente pela Rádio Brazzaville, alcançou, portanto, sucesso em muitos aspectos. De fato, o aumento de atitudes definidas pelas autoridades como *inconvenientes*, cuja frequência, principalmente a partir de meados dos anos 1960, levou os SCCIA a afirmarem que, em Luanda, vivia-se em um *clima de subversão latente*, por certo sofreram influência de tais emissões. Os sucessos do MPLA narrados pela rádio, mesmo que nem sempre condizentes com a realidade, fazia da independência uma possibilidade na imaginação das populações marginalizadas pelo sistema colonial. Em Luanda, porém, a hostilidade entre *colonizados* e *colonialistas* se misturou mais fortemente a tensões raciais. Novamente, alerta-se para o fato de que, no interior de Angola, os problemas muitas vezes eram outros.

Nos detivemos em algumas ações que chamaram a atenção das autoridades coloniais para o *clima de subversão latente*, caracterizado, segundo os SCCIA, “*por manifestação de*

---

<sup>438</sup> Gervase CLARENCE-SMITH. Op.cit., pp. 190 – 191.

*hostilidade aos europeus, circulação de boatos e falta de respeito às autoridades, frequentes desordens, etc.*”<sup>439</sup>. No entanto, a partir de fins dos anos 1960 e principalmente na primeira metade dos anos 1970, enquanto Angola ainda era colônia portuguesa disfarçada de Província Ultramarina, outras manifestações de subversão vieram a tornar-se um tanto comuns nos bairros suburbanos.

A partir de abril de 1969, tornaram-se frequentes, nos relatórios da PSP, notícias de que haviam sido encontrados panfletos de caráter subversivo em Luanda e siglas do MPLA escritas em paredes e muros. Durante o mês de outubro deste ano, diz-se que “*foram encontrados vários panfletos do MPLA em diversos pontos da cidade de LUANDA, os quais continham frases de carácter subversivos, manuscritos por um indivíduo sob o pseudônimo de ‘O jovem dos Socialistas pretos em ANGOLA’*”<sup>440</sup>.

A situação continua a ser verificada em 1970. No dia 12 de abril deste ano, segundo a PSP, encontrou-se a sigla MPLA escrita em diversos locais do musseque Rangel<sup>441</sup>. Em 30 de maio, foi encontrado um papel, afixado em residência no Marçal, com os dizeres:

“‘ANGOLANOS TODOS’  
‘CONTRA OS BRANCOS’  
‘SEM MEDO’  
‘A VITÓRIA É CERTA’  
‘MPLA’”<sup>442</sup>.

No mês seguinte, a PSP encontrou novos escritos do MPLA em muros no Rangel e no Lixeira. Em um desses casos, escreveu-se “*MPLA-Brazzavil*”. Ao mesmo tempo, os casos de desacato às autoridades começavam a ser acompanhados, ainda com mais frequência, de dizeres como “*esta terra não é dos brancos, é dos pretos*”<sup>443</sup>. Em outubro de 1970, encontrou-se em residência do Rangel um escrito em que constava “*Viva o MPLA*”. Segundo os moradores das imediações, seria já a terceira ou quarta vez que tal escrito aparecia, sempre nos muros de casas de europeus<sup>444</sup>.

<sup>439</sup> SCCIA. Relatório especial de informações nº2. Actividade do inimigo em 1965 e 1966, p. 132. MU/GM/GNP/138/Pt.2. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>440</sup> PSP. Resumo de Informações nº10. Outubro de 1969, p. 18. MU/GM/GNP/058/Pt.5. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>441</sup> PSP. Resumo de Informações nº04. Abril de 1970, p. 21. MU/GM/GNP/058/Pt.5. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>442</sup> PSP. Resumo de Informações nº05. Maio de 1970, p. 20. MU/GM/GNP/058/Pt.6. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>443</sup> PSP. Resumo de Informações nº06. Junho de 1970, p. 15. MU/GM/GNP/058/Pt.6. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

<sup>444</sup> PSP. Resumo de Informações nº10. Outubro de 1970, p. 17. MU/GM/GNP/058/Pt.6. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

A presença da sigla MPLA na grande maioria dos escritos e dos panfletos encontrados pela polícia nesses derradeiros anos do regime colonial em Angola, assim como a constante utilização de frases de efeito utilizadas pelo próprio movimento em sua propaganda radiofônica – como, por exemplo, “*a vitória é certa*” ou “*Angola não é Portugal – MPLA*” –, são fortes indícios de que os grupos ou indivíduos que levavam tais atividades adiante, com atuações, principalmente, nas áreas suburbanas, seguiam as indicações dadas pelo movimento através do programa *Angola Combatente*. Indícios estes comprovados pela preocupação dos agentes da ordem em acompanhar o mais possível tais emissões.

Nota-se, no entanto, que, ao mesmo tempo em que existem referências claras ao programa radiofônico nos panfletos e pichações, fica patente também que o próprio entendimento do que significaria a independência era outro. Em outras palavras, as expectativas do que seria a nação após o fim do colonialismo eram distintas. Enquanto o MPLA defendia que a guerra não era contra o branco, em Luanda, percebe-se que o nacionalismo vinha investido, no mais das vezes, da crença de que Angola era “*terra dos pretos*” e que não demoraria a chegar o dia em que todos os brancos teriam que deixá-la, o que, por sua vez, contrariava as ideias veiculadas pelo movimento através da Rádio Brazzaville.

A realidade luandense era outra, e como consequência as respostas às circunstâncias colocadas eram distintas. Enquanto nas fileiras do MPLA havia um significativo número de angolanos brancos, assim como de mestiços, em Luanda a tensão racial, como vimos, só fazia aumentar, a tal ponto que as próprias relações de poder foram enformadas por este conflito. Roberto de Almeida, que permaneceu no interior durante os anos da guerra, reconhece que, na capital, a situação era outra.

“Aqui, os nacionalistas, em nível interno, brigaram mais de perto ou, pelo menos, durante mais tempo, com os colonialistas, com as autoridades portuguesas e mesmo com os colonos, aqueles que eram mais extremistas, com ideias que... etc. De maneira que eu diria até que em nível interno havia mais ódio com relação ao colonialista. O Movimento, a partir de lá de fora, tinha ideias mais contemporizadoras. Já compreendia que isso não é uma questão de raças, não era uma guerra de negros contra brancos, mas, enfim, era uma guerra de libertação de todos os angolanos, e tem angolanos de todas as raças, de negros a mestiços, a brancos, etc. Mas isso não era muito bem entendido aqui, porque as pessoas aqui dentro, nesse aspecto, eram muito mais radicais. Aqui, o angolano era negro e tinha que correr com os brancos. Ainda havia muito dessas ideias”<sup>445</sup>.

Na capital, portanto, a independência significava, para muitos, a saída de todos os brancos de Angola. Nesse caso, entram também as disputas de classe. Lembremos que a

---

<sup>445</sup> Roberto de ALMEIDA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 16 de Fevereiro de 1995.

diferenciação racial estabelecida na prática impedia o negro de ascender profissionalmente e de formar uma burguesia de peso, frente à concorrência desleal que favorecia a população branca. Diferentes experiências, portanto, que acabariam por acarretar expectativas igualmente distintas quanto ao futuro, e criação de imagens também divergentes no que se refere à nação angolana.

O programa *Angola Combatente*, além disso, mesmo que não fosse essa a intenção, acabaria por alimentar as tensões raciais. Ao enfatizar as vitórias do MPLA, as emissões tornavam a possibilidade da independência mais palpável aos negros dos musseques. Como, para eles, a independência significava a saída dos brancos de Angola, a crença na proximidade da mesma aumentava-lhes a coragem para enfrentar os europeus estabelecidos em Luanda<sup>446</sup>.

As populações negras da capital sabiam, porém, da posição que lhes cabia dentro do sistema colonial, e aqui voltamos à questão do medo. Enquanto a propaganda radiofônica do MPLA incitava seus ouvintes a levarem adiante ações de sabotagem nas cidades, da mesma forma que, como na emissão de 31 de dezembro de 1968, ensinava como fabricar granadas do tipo coquetel molotov com materiais acessíveis, bem como a montar bombas, não se chegou a verificar qualquer ação de sabotagem desse tipo na capital<sup>447</sup>. Vimos que houve a organização de um grupo, o COMPOL, com tal finalidade. No entanto, a PIDE foi mais rápida e desmantelou o grupo antes que qualquer ação pudesse ser levada adiante, assim como o fez com os demais.

O rápido desmantelamento dos grupos clandestinos nos leva a conclusão de que as tais atividades subversivas ou inconvenientes, como ataques a patrulhas da polícia, agressão a comerciantes brancos e até as pichações, eram respostas espontâneas da população, influenciadas por certo pela propaganda do MPLA, mas sem espaço para se organizar em grupos com vistas a ações de maior relevo. Eram mais manifestações de descontentamento com a situação vivida em Luanda, e isso também explica as contradições entre as ações desenvolvidas e as instruções emitidas de Brazzaville.

Ao contrário do que insistia o movimento em suas emissões, ao fazer largas referências às células clandestinas existentes nos centros urbanos, principalmente em Luanda, o fato, portanto, é que as células que conseguiram se formar pouco espaço tiveram para atuar

---

<sup>446</sup> Mencionamos, por exemplo, um caso verificado, em dezembro de 1967, no musseque Rangel em que um negro, ao ser detido pela polícia, pronunciou a seguinte frase: “*no fim do ano os brancos são todos corridos para as suas terras e isto está por pouco*”, que demonstra, por um lado, a crença de que a independência culminaria com a saída dos brancos e, por outro, que esta estaria próxima. Mucque Rangel. PIDE/DGS. Del.A. PInf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fls. 71 – 72. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>447</sup> Marcelo BITTENCOURT. Op.cit., 2008, p. 275.

de forma efetiva. Adriano dos Santos, a respeito da atuação dessas células na cidade, disse que “*havia muita espontaneidade no meio disso. Não creio que tivesse assim uma organização muito sólida. Todos procuravam dar a participação possível*”<sup>448</sup>. De tal maneira que “*a falta de colaboração com as autoridades e a resistência passiva foram os principais resultados colhidos pelo In nos meios urbanos, traduzidos no aumento de atitudes inconvenientes ou suspeitas*”<sup>449</sup>.

Destarte, se o MPLA era, de certa forma, onipresente na Luanda do último período colonial, presença esta um tanto incômoda aos olhos dos agentes da ordem, pode-se dizer que a PIDE/DGS o era ainda mais.

### III.3 Uma outra guerra

Em Luanda, a guerra, portanto, era outra. Guerra que era consequência de outra guerra. Esta última, distante e incerta, transformou a vida na capital. A eclosão da luta pela independência de Angola trouxe à tona elementos já existentes, mas muitas vezes negados. A insistência na teoria lusotropicalista como prova maior de que havia harmonia racial em terras portuguesas foi acompanhada de um agravamento das tensões raciais dentro de Luanda. O negro tornara-se o inimigo em potencial. E a repressão policial dirigiu-se basicamente contra ele.

Essa guerra estava, porém, localizada em uma área da cidade: na periferia, onde erguiam-se musseques e bairros populares. Era lá que os habitantes tinham que lidar com a violência policial e com a agressividade da população branca. Não contavam, no entanto, com qualquer ajuda estrangeira e menos ainda com campos de treinamento para enfrentá-las. Tinham que usar as armas disponíveis, e a principal delas era o melhor conhecimento que tinham do espaço e a própria solidariedade que construíram para defender-se mutuamente.

Do outro lado da cidade, viva-se, porém, o auge do que a capital poderia oferecer. Lá pouco se sabia sobre a cidade localizada *para lá do asfalto*. Os jornais, por sua vez, não contribuíam para um maior esclarecimento. O subúrbio aparecia, principalmente, nas matérias relacionadas às construções em transgressão e nas seções *Pelo Hospital e Pela Polícia*, onde

---

<sup>448</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de Setembro de 1997.

<sup>449</sup> SCCIA. Relatório especial de informações nº6. Actividade do inimigo em 1967, p. 155. MU/GM/GNP/138/Pt.1. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.

figuravam as agressões entre os moradores daqueles bairros e os inúmeros casos de roubo que lá eram comuns. A violência dos policiais no tratamento a essas populações não se tornava noticiário. Por outro lado, insistia-se na não-discriminação racial em terras portuguesas.

Nessa parte de Luanda, onde as ruas eram asfaltadas e as construções eram regulamentadas, não havia guerra. Havia conforto. Conforto este cujas bases assentavam em uma violenta exploração de uma mão-de-obra que, não obstante o discurso empregado, era ainda extremamente mal paga. As relações de força eram ainda marcadas pela situação colonial, e não seria desejável para os habitantes da cidade do asfalto que o fosse de outra maneira. Como vimos no capítulo anterior, o Estado português criou uma sociedade baseada na distinção racial. Sem ela, a própria relação colonial deixaria de existir.

Na Luanda do asfalto, repito, não havia guerra. E se ela influenciou a vida desse lado da cidade, o fez, principalmente, através do aumento de impostos e, por conseguinte, do custo de vida, consequências estas que foram sentidas na vida dos habitantes da cidade como um todo<sup>450</sup>, e de algumas medidas que respondiam à Ação Psicossocial – como, por exemplo, a imposição de um salário mínimo aos seus trabalhadores e criados, que em Luanda girava em torno dos 25\$00 e 30\$00 dependendo da ocupação, e uma maior presença, embora ainda extremamente desigual, de funcionários negros nos escritórios e companhias antes ocupados quase que exclusivamente por brancos.

Em suma, a guerra saiu de Luanda logo após o 4 de Fevereiro. A situação de guerra, porém, lá permaneceu, em especial na área dos musseques. Sendo uma *zona sensível* aos olhos das autoridades, toda atenção para com Luanda era pouca. E a principal vítima dessa guerra foi a população suburbana *negra e mestiça*, mesmo que supostamente não existisse preconceito racial na pátria portuguesa, onde, dizia-se, brancos e negros viviam em perfeita harmonia.

---

<sup>450</sup> Lembremos que, em 1973, o custo de vida em Luanda aumentou em 13,2%. Os impostos diretos, ao longo da primeira metade da guerra, aumentaram em 97%, enquanto os indiretos em 114%. Já o imposto mínimo geral, que variava de acordo com o distrito, atingiu uma média de 300\$00 entre os anos de 1966 e 1973. Ver: Gerald BENDER. Op.cit., p. 276.

O custo de vida aumentou também por conta da crise de alimentos que se abateu sobre a Província e acabou por ter suas consequências nos centros urbanos. Os reordenamentos, os quais mencionamos na nota 193 (segundo capítulo, página 84), diminuíram a produtividade dos camponeses, assim como a fuga de populações para os territórios vizinhos e o uso de herbicidas pelo exército português com o objetivo de anular as fontes de abastecimento dos guerrilheiros. Dessa forma, Angola passou a ter que importar produtos que antes exportava, como, por exemplo, o arroz e a batata, o que se refletiu nos preços dos mesmos. Artigos sobre a carência de alimentos podem ser encontrados nos jornais angolanos. Ainda em janeiro 1965, a Revista de Angola publica uma matéria intitulada “*Angola importa arroz*”. Na revista Notícia, por exemplo, ao longo do ano de 1973, a falta de batata aparece na seção *Cartas na Mesa*, dedicada às cartas dos leitores. Vale assinalar que, apesar dessas consequências da guerra terem afetado a vida dos habitantes dos centros urbanos como um todo, é inegável que as camadas socioeconômicas mais baixas tenham sido, novamente, as mais atingidas.

Inimigos por excelência, prováveis terroristas, as populações negras da capital atraíram para si toda a violência dos agentes da ordem, empenhados na manutenção de um regime que tinha como pressuposto a diferenciação racial, cujos ideólogos utilizavam toda a sua habilidade para disfarçar. Como resposta a essa situação de guerra, os negros do subúrbio responderam como podiam, principalmente através de ações espontâneas que, mesmo sem consequências de vulto, chamaram a atenção para o descontentamento desses homens e mulheres com o sistema vigente. Por certo, essas ações sofreram influência da propaganda do MPLA, mas os olhos da PIDE/DGS não tornaram possível a configuração de grupos clandestinos que sobrevivessem o suficiente para colocar em prática as instruções do movimento.

Uma outra guerra, com outras questões, e com maior rivalidade racial. Era também uma guerra ainda em estado de latência, mas que estava a cada ano mais perto de estourar. Luanda se encontrava nessas circunstâncias quando se recebe a notícia de que o governo de Marcelo Caetano chegara ao fim. A crise de hegemonia, colocada já desde o fim da década de 1940, agravou-se com o passar dos anos. O 25 de Abril de 1974 encontra a capital de Angola em um estado de subversão ainda latente, mas já prestes a explodir.



**Figura 11:** A “guerra” das paredes.  
Fonte: Revista *Notícia* 15 de fevereiro de 1975.

#### IV PAZ E GUERRA: DO 25 DE ABRIL À INDEPENDÊNCIA DE ANGOLA.

“Não se espere, pois, como à primeira vista poderia parecer, que um qualquer mar de serenitas e tranquilas vagas se venha espraiair aos nossos pés de ora em diante por mero efeito dos acontecimentos de 25 de Abril. Creio que não pode deixar de ser o contrário que irá acontecer. Para os incautos a surpresa virá tão só da manutenção quase imediata das questões fundamentais, até ao presente camufladas na roupagem falseada da dicotomia regime-oposição”<sup>451</sup>.

A guerra transformou a realidade angolana. Não só a guerra, mas também o contexto internacional e as pressões capitalistas no sentido de uma transformação socioeconômica que permitisse a aceleração da implantação de uma economia industrial na Província. Luanda, enquanto capital, foi um dos locais onde essa industrialização e suas consequências na organização social se fizeram sentir de maneira mais direta. Superpovoada, a cidade, com sua economia capitalista, foco de expansão da sociedade central, continuava a atrair grande contingente populacional e a capital entrou em 1974 com uma população que ultrapassava os quinhentos mil habitantes<sup>452</sup>.

É exatamente no período de luta pela libertação que se verifica o *boom* econômico de Angola, com um claro desenvolvimento industrial, voltado mais fortemente para o abastecimento do mercado interno, mas não só. Este desenvolvimento, apesar de controlado majoritariamente pelos oligopólios portugueses e, em setores que necessitavam de maior tecnologia e *know-how*, pelo capital estrangeiro, abriu caminho para a consolidação de uma burguesia colonial. Tal cenário, então, abriu espaço para outro foco de contestação ao governo português: sedentos de maior autonomia, insatisfeitos com o controle da metrópole sobre as suas atividades, muitos industriais e empresários coloniais mostravam-se favoráveis a uma maior autonomização da Província. Os capitalistas da metrópole, por sua vez, desejavam eles mesmos maior liberdade na compra de produtos primários e na busca de mercado consumidor, além de uma inserção definitiva no mercado europeu.

Por outro lado, como vimos, as reformas empreendidas pelo governo português no sentido de promover as populações negras e mestiças, apesar dos resultados pontuais que obtiveram, não foram suficientes para travar a onda de descontentamento com o regime. Ao contrário, em muitos casos, fortaleceu-a, na medida em que abriu caminho para a formação de uma burguesia não-branca que via na presença dos colonos o maior obstáculo para sua

---

<sup>451</sup> Joaquim MESTRE. “Um golpe ou uma etapa?”. Revista Notícia. Luanda, 02 de Maio de 1974, p. 15.

<sup>452</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Manuel RUAS (trad.) Vol.2, Luanda: Editorial Nzila, 2001, p. 30.

ascensão. Além disso, embora não fosse essa a intenção, essas reformas contribuíram para agudizar os conflitos raciais, o que de certa forma alimentou as aspirações de um outro grupo: o dos brancos que, convivendo de maneira mais próxima aos negros, passaram a contestar fortemente as políticas de promoção social empreendidas em nome do que se chamou de *Ação Psicossocial* e a desejar ações discriminatórias de maior peso.

Nessas circunstâncias, concluímos no capítulo anterior que a sociedade luandense entra no ano de 1974 em um estado de *subversão* latente, bem percebido pelas autoridades do regime português. A propaganda do MPLA, através da Rádio Brazzaville, atingia uma parte significativa das populações negras e mestiça, além de parte da intelectualidade branca, e difundia informações que exaltavam os sucessos do movimento, mesmo que muitas vezes em contradição com a própria realidade. Os microgrupos clandestinos organizavam-se na medida do possível, agindo nos pequenos espaços que a repressão da PIDE/DGS permitia, na base principalmente da ação individual e espontânea. Apesar de todas as dificuldades, no fim dos anos 1960 e início dos 1970, assistiu-se a uma reorganização dessa clandestinidade luandense, que teve como consequência a retomada dos trabalhos de panfletagem e o aparecimento de escritos nos muros e paredes nos quais, no mais das vezes, fazia-se referência ao MPLA. Se a polícia secreta não lhes permitia ir além, também não conseguia fazer desaparecer todas as manifestações do gênero.

Essa clandestinidade, porém, sobrevivia dispersa, em uma realidade bastante distinta daquela vivenciada pelos guerrilheiros e militantes dos movimentos de libertação localizados além-fronteiras. E apesar de militarem, no mais das vezes, em nome do MPLA, a dificuldade de contatos com a direção do mesmo fazia com que essas células se estruturassem às margens dele, ou seja, não estavam organicamente integradas.

É, portanto, nesse cenário complexo, no qual verificava-se uma multiplicidade de projetos de sociedade, e no qual conviviam, quase sempre de forma não-harmônica, grupos fiéis ao governo de Marcelo Caetano ao lado de outros, também muito heterógenos, que o criticavam de forma mais ou menos radical, que os acontecimentos de Lisboa de 25 de Abril de 1974 chegam à capital de Angola através dos noticiários. A tal *subversão*, por fim, sai do seu estado de latência, e o conflito se torna aberto.

#### **IV.1 O 25 de Abril em Luanda e os meses que se seguiram.**

Luanda amanheceu, no dia 25 de abril de 1974, como o fazia todos os dias. Movimento usual nas ruas e estradas. A população dos musseques dirigiu-se aos locais de trabalho, para as indústrias localizadas na periferia ou para os seus serviços na baixa da cidade. O comércio abriu como de costume. Os primeiros jornais vinham com as seções de sempre. Nada fora do comum.

Segundo a revista *Notícia*<sup>453</sup>, foi a partir das dez horas da manhã que começaram a circular os primeiros rumores de que algo havia ocorrido em Lisboa. Mas o ritmo da cidade prosseguiu inalterado. Às 10:30 as emissoras de rádio estrangeiras informaram ter havido um golpe militar na metrópole, mas as informações eram ainda confusas. Foi por volta das 13 horas que o então governador geral, Fernando Santos e Castro, informou, através da Emissora Oficial de Angola, que eclodiu um golpe de Estado em Portugal, mas que as comunicações com a metrópole eram difíceis, de modo que não conhecia os pormenores com exatidão. Este comunicado foi várias vezes repetido ao longo do dia.

Por volta das 20:30, o governador-geral distribuiu outro comunicado no qual afirmava não conhecer ainda as características do movimento que eclodiu em Lisboa. Dizia apenas ter tido conhecimento de que Marcelo Caetano teria renunciado às suas funções, e que uma Junta Militar, cuja composição desconhecia, teria assumido o poder na metrópole<sup>454</sup>.

##### **IV.1.1. Cravos Vermelhos, Flor de Abril: a Revolução em Portugal.**

De fato, em Lisboa, aos 25 minutos do dia 25 de abril, a leitura da canção *Grândola, Vila Morena*, por José Vasconcelos, no programa *Limite* da Rádio Renascença foi a senha para que se iniciasse um movimento de oficiais, que ficaria conhecido como Movimento das Forças Armadas (MFA), que acabaria por derrubar o Estado Novo português<sup>455</sup>.

Com a exceção da DGS, que efetuou alguns disparos, o regime caiu sem oferecer resistência. Marcelo Caetano se rendeu, com a única condição de fazê-lo ao general António

<sup>453</sup> Revista *Notícia*. Luanda, 27 de Abril de 1974.

<sup>454</sup> A Província de Angola. Luanda, 26 de Abril de 1974, ano LI, número 15.702, p. 02.

<sup>455</sup> Kenneth MAXWELL. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006, pp. 89 – 90.

de Spínola. No dia seguinte, viam-se rosas e cravos por toda a parte. O Estado Novo chegara ao fim sem derramamento de sangue. Os oficiais envolvidos ficariam conhecidos como “Capitães de Abril”, e o golpe de Estado como a Revolução dos Cravos.

O novo chefe da República portuguesa passa a ser Spínola, que governa com o Conselho de Estado, composto pela Comissão Coordenadora do Programa (CCP) – um comitê político do qual faziam parte sete membros que redigiram o programa do MFA – e por sete membros nomeados pelo próprio Spínola, e com a Junta de Salvação Nacional, composta por sete oficiais que representavam as divisões das Forças Armadas<sup>456</sup>.

No dia 26 de abril de 1974, os periódicos luandenses trouxeram informações mais concretas sobre o ocorrido, incluindo a composição da Junta de Salvação Nacional e a notícia da demissão de Santos e Castro, que seria substituído temporariamente pelo secretário-geral, tenente-coronel António da Silva Osório Soares Carneiros, até a nomeação de um novo governador.

Nos dias que se seguem, porém, dentre as inúmeras matérias que tratam do golpe, percebe-se que a questão do Ultramar permanece sem respostas claras e definitivas. O futuro de Angola aparece como uma incógnita. Amplamente divulgado foi o programa do Movimento das Forças Armadas, que, entre outras medidas, abolia a censura, permitia a formação de associações políticas, concedia anistia aos presos políticos e extinguiu as principais instituições do governo deposto, como a Mocidade Portuguesa, a Legião Portuguesa e a PIDE/DGS. Esta última, no caso das colônias, seria reestruturada, saneada e organizada como Polícia de Informação Militar (PIM). A nova correlação de forças era um tanto ambígua, todavia, quando tratava da questão do Ultramar, mesmo que explicitasse que o prolongamento da guerra fora uma das razões principais para a deposição do regime<sup>457</sup>. Segundo o Programa do MFA,

“A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios: reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar; criação de condições para um debate franco e aberto a nível nacional do problema ultramarino e lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz”<sup>458</sup>.

<sup>456</sup> K. MAXWELL. *Op.cit.*, p. 96.

<sup>457</sup> Segundo Clarence-Smith, os efeitos da guerra na economia de Portugal têm sido exagerados pelos estudiosos. De acordo com ele, muito mais significativo foi o impacto social da guerra, devido, especialmente, ao grande número de mutilados e de deficientes permanentes e à ineficiência dos serviços sociais em Portugal para dar-lhes assistência. Além disso, a incapacidade de se chegar a uma vitória definitiva, uma vez que os guerrilheiros se refugiavam nos Estados vizinhos que lhes davam apoio, tornava a guerra interminável, o que baixava o moral dos soldados. Ver: Gervase CLARENCE-SMITH. *O III Império Português (1825-1975)*. Maria João PINTO (trad.) Lisboa: Teorema, 1985, pp. 27 – 28.

<sup>458</sup> A Província de Angola. Luanda, 27 de Abril de 1974, ano LI, número 15.703, p. 15.

Segundo Maxwell, todos os oficiais do MFA lutaram no Ultramar e muitos deles eram contrários a qualquer solução para a questão que significasse apenas uma mudança nas regras do jogo<sup>459</sup>. A elaboração original do programa continha, ainda, uma outra seção que reconhecia “o direito dos povos à autodeterminação e adoção acelerada de medidas tendentes à autonomia administrativa e política dos territórios ultramarinos, com efetiva e larga participação das populações autóctones”<sup>460</sup>, que, no entanto, foi retirada por sugestão do próprio Spínola.

Neste primeiro momento, é António de Spínola que ganha destaque na narrativa dos acontecimentos, e a sua visão com relação ao Ultramar era bastante distinta daquela defendida pelo MFA. Em fevereiro de 1974, o general expôs suas ideias a respeito da problemática no livro *Portugal e o Futuro*, que imediatamente após o 25 de Abril tornou-se a Bíblia para quem desejasse discutir a política portuguesa. Nele, Spínola defendia a constituição do espaço português em federação. Colocava-se como contrário à manutenção da guerra, mas apresentava a constituição de uma “comunidade portuguesa” como solução para a questão do Ultramar. Em suas primeiras mensagens à imprensa, não apresentou um discurso substancialmente diferente dos proferidos pelos membros do regime deposto. No dia 02 de maio, para a revista *Notícia*, o chefe da República diz:

“Neste momento histórico da vida nacional em que se pretende construir um Portugal pluricontinental renovado, saúdo o Povo de Angola e expresso a minha inabalável fé nos seus destinos à sombra da Bandeira Portuguesa”<sup>461</sup>.

Era comum, inclusive, por parte dos generais Spínola e Francisco da Costa Gomes<sup>462</sup>, referências à vocação lusotropical do povo português<sup>463</sup>.

Em suma, dentro mesmo do novo governo de Portugal reuniam-se correntes em disputa no que se refere ao futuro do império.

Se começava a ficar claro, dia após dia, quem eram os derrotados – o que ficava evidente pelo apoio maciço dos meios de informação ao MFA, aqueles mesmos que, dias antes do golpe, denunciavam os *terroristas* que lutavam pela independência e elogiavam os governos de Salazar e Caetano, agora taxados de *fascistas* –, permanecia em aberto quem teria

<sup>459</sup> K. MAXWELL. Op.cit., p. 140.

<sup>460</sup> K. MAXWELL. Op.cit., p. 88.

<sup>461</sup> Revista *Notícia*. Luanda, 2 de Maio de 1974, p. 12.

<sup>462</sup> Costa Gomes fora chefe do Estado-Maior General das Forças Armadas, mas exonerado por não ter comparecido à cerimônia em homenagem a Marcelo Caetano em março de 1974. Após a Revolução, compõe a Junta de Salvação Nacional e, até setembro de 1974, volta a ser chefe do Estado Maior General das Forças Armadas. Sucede Spínola no cargo de presidente da República.

<sup>463</sup> Ver, por exemplo, discurso de Costa Gomes em Lisboa após visita ao Ultramar em maio de 1974. A Província de Angola. Luanda, 07 de Maio de 1974, ano LI, número 15.712, p. 01.

sido o vencedor. Enquanto o governo provisório evitava uma tomada de posição definitiva com relação ao Ultramar, o equilíbrio precário em que se mantinha a sociedade luandense começava por se desfazer. Em todo caso, só no dia 25 de abril foram enviadas para a PSP pelo menos dezesseis requerimentos para porte de arma de fogo, sendo que, destes, dez foram requisitados por habitantes de Luanda<sup>464</sup>.

Inevitável perceber, no entanto, através dos discursos dos novos governantes à imprensa e das próprias posições tomadas pelos jornais, que, pelo menos em um primeiro momento, e apesar da flagrante falta de informação quanto ao futuro do Ultramar, não parecia que se caminhava para uma solução radical de independência completa com relação a Portugal, o que garantia um apoio significativo da população branca ao novo governo português, uma vez que não parecia que haveria, de fato, transferência de poder aos negros.

A solução da federação proposta por Spínola cai como uma luva nas mãos do grupo de colonos que desejavam maior autonomia para a Província, mas que não necessariamente defendiam a ruptura. A imprensa luandense faz eco a essas vozes. *A Província de Angola*, ao anunciar a abertura de um espaço para a publicação de análises sobre a nova conjuntura política, justifica a iniciativa como uma forma de fazer com que Lisboa tome conhecimento do que Angola quer e deseja, “*dentro dos interesses gerais da solidariedade lusitana, em que – pensamos –, quer continuar integrada e a pertencer, mas integrada e a pertencer a um nível de igualdade que lhe confira não apenas deveres, mas, principalmente, direitos*”<sup>465</sup>. No número do dia 30 de abril, este mesmo jornal dá destaque a uma manifestação de apoio ao MFA, organizada por democratas angolanos, na qual manifestaram a sua convicção na perenidade de Angola enquanto parcela de Portugal, mas com iguais direitos e deveres<sup>466</sup>.

Enquanto Spínola e o MFA envolviam-se em disputas internas, porém, os ânimos em Angola, face à prolongada espera, exaltavam-se. Cedo ficou patente que não haveria solução para a questão do Ultramar que não a descolonização.

---

<sup>464</sup> Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Delegação Angola. Proc. 16.48.A. NT. 2178, fls. 27 – 42. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>465</sup> *A Província de Angola*. Luanda, 29 de Abril de 1974, ano LI, número 15.705, p. 01.

<sup>466</sup> *A Província de Angola*. Luanda, 30 de Abril de 1974, ano LI, número 15.706, p. 01.

#### IV.1.2. O velho e o novo.

A mudança de regime político não conduz, necessária e imediatamente, a uma transformação profunda da sociedade. Em Angola, a quilômetros de distância de Lisboa, a Revolução de Abril demorou mais a chegar na prática. Mesmo as aplicações das medidas estabelecidas pelo programa do MFA foram feitas de maneira mais lenta em Angola. E aqueles que usufruíam dos privilégios do regime colonial procuraram agarrar-se a essa lentidão e assegurar os seus benefícios naquela sociedade, cujo futuro era cada vez mais incerto.

Pode-se aqui destacar, por um lado, a continuidade das atividades da OPVDCA – Organização Provincial de Voluntários e Defesa Civil em Angola – instituição paramilitar considerada por muitos como braço armado da extrema-direita angolana e, por outro, a reestruturação da DGS em Polícia de Informação Militar, na qual seus quadros foram absorvidos, deixando livres os elementos que melhor representavam a repressão do regime deposto. Dizia-se ser preciso denunciar os elementos da DGS que houvessem cometido ações violentas e abusos de autoridade para então detê-los, ao contrário de Lisboa, onde a ordem fora a inversa. No entanto, esses elementos sempre inspiraram profundo medo na população. Estando eles soltos e armados, coibia-se o próprio movimento de fazer denúncias. Convém não esquecer que as populações oprimidas não demonstravam grande confiança na polícia como meio para resolver as suas questões. E não seria o Movimento das Forças Armadas que conseguiria, de um dia para o outro, estabelecer o clima de confiança que a situação exigia.

Outro ponto que gerou conflito foi a não realização do saneamento dentro das estruturas da Polícia de Segurança Pública. Vimos, no capítulo anterior, o quanto esta instituição estava marcada pela defesa dos interesses da minoria branca e pelo abuso de autoridade com relação aos negros.

As estruturas e mecanismos sociais existem também interiorizados nos indivíduos pertencentes a uma sociedade<sup>467</sup>. Claro ficou que, no caso de Luanda, havia uma crise de hegemonia colocada desde pelo menos fins dos anos 1940, mas que se agravou ao longo da década de 1950 e ficou patente após os ataques do 4 de Fevereiro de 1961. Apesar de sofrer contestações de muitos lados, a hegemonia portuguesa estado-novista se fazia sentir nas

---

<sup>467</sup> “[...] a sociedade existe em estado individual, em estado incorporado; ou, dito por outras palavras, o indivíduo biológico socializado é algo de social individualizado”. P. BOURDIEU. “Habitus e campo” IN R. CHARTIER; P. BOURDIEU. *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011, p. 60.

instituições ou, em outras palavras, nos quadros que agiam em nome dessas instituições, e em larga parte da população que devia seus privilégios à existência de um regime colonial racista, mas muito hábil em escondê-lo através da propagação do discurso lusotropical. Estes ficariam conhecidos, principalmente após a tentativa de contragolpe em Portugal em setembro de 1974, como a *maioria silenciosa*.

Portanto, a mudança das regras do jogo colocada pelos oficiais do MFA, que asseguravam liberdades de manifestação às populações, entra em choque imediatamente com os grupos cuja maneira de estar no mundo ainda obedecia a padrões e crenças criados e enraizados durante a longa era da ditadura Salazar-Caetano. Veremos que os principais focos de conflito que a partir de julho resultaram em uma guerra aberta em Luanda envolveram exatamente os grupos que já se confrontavam antes do 25 de Abril. A defesa de um deles, porém, em detrimento de outro pelas autoridades do regime colonial português contribuía para a manutenção da situação sob o seu controle.

Já nas comemorações do 1º de Maio, coloca-se uma situação delicada. Houve convocação para manifestação em comemoração ao dia do trabalho a ser realizada no Largo da Mutamba que, no entanto, não tivera grande repercussão. Segundo os jornais, os habitantes do musseques optaram por permanecer em seus bairros ao invés de atenderem aos chamados. O período de incertezas quanto ao futuro de Angola, aliado à manutenção de quadros da PSP e ao fato de os agentes da DGS permanecerem em liberdade, coibiu uma efetiva participação popular nas manifestações que imediatamente se seguiram ao 25 de Abril. De acordo com os repórteres de *A Província de Angola*<sup>468</sup>, após percorrerem a cidade em buscas frustradas por comemorações, chegaram à Mutamba e encontraram cerca de cem pessoas. Duas jovens traziam um dístico em que se lia *Viva Angola Livre – Abaixo ao Colonialismo*. Policiais da PSP detiveram as duas moças e levaram-nas ao Comando desta polícia – vale lembrar que não houve notícia de repressão policial à manifestação realizada pelos democratas que defendiam a continuidade de Angola como parte de Portugal. Tiveram que colocá-las em liberdade imediatamente, mas não lhes devolveram o cartaz. O ato repressivo não passou despercebido, e cerca de duzentas pessoas encaminharam-se ao Palácio do Governo para protestar contra a ação da PSP.

Curiosa ainda foi a nomeação, em começos de junho, do general Silvino Silvério Marques como novo governador-geral de Angola. Ora, Silvério Marques já havia exercido o mesmo cargo entre 1962 e 1966. Era um conhecido defensor da tese do integracionismo, isto

---

<sup>468</sup> A Província de Angola. Luanda, 03 de Maio de 1974, ano LI, número 15.708, p. 23.

é, da elaboração de uma mesma Constituição para Portugal e para o Ultramar. Sua nomeação, portanto, contribuiu para consolidar a opinião de que o novo governo português não desejava uma mudança efetiva no que diz respeito à política aplicada às colônias.

Acusado por democratas como agente da repressão às suas associações – atribuíam-se a ele, por exemplo, a responsabilidade pelo encerramento das atividades da Associação dos Naturais de Angola (Anangola) – e aos jornalistas<sup>469</sup>, lá estava novamente o general Silvério Marques, nomeado agora pelo próprio António de Spínola. Dessa vez, porém, já não tinha as mesmas armas de que dispunha nos anos 1960. Até mesmo a polícia, como ele mesmo lembraria *a posteriori*, lhe fora tirada ao controle<sup>470</sup>. Ironicamente, no mesmo dia em que *A Província de Angola* estampa a notícia de que Silvério Marques tomaria posse como governador geral, é divulgada também a nota de que a Anangola retornaria às suas atividades<sup>471</sup>.

Realmente, Silvério Marques chega em uma nova Luanda. Agora, as associações e os partidos políticos multiplicam-se, assim como a disputa pela aquisição de um capital político e social de última hora. E, dessa vez, ele não poderia, simplesmente, reprimir tais atividades.

Apesar, portanto, da permanência de um ambiente que em certos aspectos remontava ao Estado Novo, era evidente que o processo de mudança fora iniciado, de modo que essas duas realidades, a antiga e a nova, compartilhavam o mesmo espaço e tempo, e grupos defensores de cada uma delas colocavam-se em clara disputa pela imposição de hegemonia. Certamente, em começos da década de 1960, seria inimaginável em Luanda que um grupo de jovens se deslocasse ao Palácio para manifestar-se a favor da liberalização da *liamba*, por nós conhecida como maconha, como ocorreu em fins de maio de 1974<sup>472</sup>.

Apesar das permanências, portanto, algo havia mudado. Quando se percebe que tais mudanças seriam inevitáveis, e que também o seria a descolonização, uma parte da população branca vai buscar manter as populações negras e mestiça o mais distante possível do poder de decisão.

---

<sup>469</sup> Bobela da Mota publica uma carta aberta no jornal *A Província de Angola*, na qual deixa claro o descontentamento dos democratas com a nomeação de Silvério Marques para o posto de Governador Geral. Esta carta foi transcrita e publicada, posteriormente, pelo *Diário de Lisboa*. Ano 54. Número 18.513. 17 de Julho de 1975.

<sup>470</sup> Silvino Silvério MARQUES. “Esclarecer, Corrigir e Confirmar” IN *O Dia*, Lisboa, 15 de Setembro de 1986. Artigo disponível em Silvino Silvério MARQUES. *Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril: Uma polémica com Veríssimo Serrão*. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d, p. 63.

<sup>471</sup> *A Província de Angola*. Luanda, 07 de Junho de 1974, ano LI, número 15.742, p. 03.

Esse ressurgimento, porém, não teve a repercussão que seria de esperar. A Anangola não voltaria a ter o peso que teve nos anos 1950 e início da década de 1960.

<sup>472</sup> Marques ROCHA. “Liamba, a destruição da juventude angolana”. *A Província de Angola*. Luanda, 29 de Maio de 1974, ano LI, número 15.733, p. 07.

### IV.1.3. Partidos e associações.

Após a garantia de liberdades antes negadas, grupos com determinadas afinidades começam por se reunir e criar as suas próprias associações, movimentos e partidos políticos. Tratar-se-á deles aqui de maneira, por certo, simplista. Alguns, aparecerão novamente adiante, mas a maior parte deles será apenas mencionada, uma vez que não chegou a ter influência significativa no processo de descolonização. No entanto, são dignos de nota já que são, de certa forma, fundamentais para se compreender como a sociedade luandense se organizou no imediato pós-25 de Abril, assim como as disputas políticas que estavam em causa.

As associações que primeiro ocuparam as páginas dos jornais baseavam-se em afinidades fundamentalmente socioprofissionais e de geração, e estavam ligadas à esfera da educação. De maio de 1974, remontam as manifestações dos professores eventuais por melhores condições de trabalho que se arrastaram pelos meses que se seguiram. Também deste mês data a organização dos estudantes da Universidade de Luanda em associação que recebeu o nome de Pró-Associação dos Estudantes da Universidade de Luanda (Pró-AEUL). Em maio, ainda, os estudantes do Liceu Salvador Correia fundaram sua Associação Acadêmica. Em julho, os estudantes deste mesmo liceu lançaram uma campanha, a qual logo aderiram estudantes das demais instituições, de recusa à prestação dos exames e de ocupação dos estabelecimentos de ensino, causando profundo incômodo às autoridades, o que se estenderia até agosto.

No caso das manifestações estudantis, não se pode dizer, neste momento, que tivessem caráter popular, uma vez que apenas uma pequena minoria tinha possibilidades de ingressar nos liceus e na Universidade. Apesar das reformas realizadas no ensino ao longo do último período colonial, ainda era difícil às massas populares irem além das classes primárias. No entanto, quando as posições perante o futuro de Angola começam por se radicalizar, muitos desses estudantes acabariam por se aproximar das populações negras dos musseques.

Com o tempo, começam a aparecer também as comissões de trabalhadores, que apresentam as suas reivindicações. Em junho, as greves começaram a surgir, como, por exemplo, a paralisação do pessoal dos transportes coletivos, que deixou Luanda sem transportes públicos no dia 18 deste mês<sup>473</sup>. Algumas das greves, contudo, parecem, em um

---

<sup>473</sup> “A cidade de Luanda esteve ontem sem machimbombos”. A Província de Angola. Luanda, 19 de Junho de 1974, ano LI, número 15.752, p. 03.

primeiro momento, um tanto desorganizadas, com trabalhadores a incitarem outros, nos próprios locais de trabalho, à paralisação – como ocorreu, por exemplo, numa construção em Luanda, em 8 de julho de 1974<sup>474</sup>. Passados os meses, no entanto, as organizações de classe começam a se delinear e ganhar força. Falaremos disso adiante.

Além das associações, assiste-se também ao ressurgimento de partidos criados nos anos 1960 que reivindicam seu lugar no debate político. Pode-se mencionar a NTO-BAKO, associação majoritariamente bakongo, dirigida por Francisco Lele, e a UNA, União Nacional Angolana, fundada por Angelino Alberto em Lisboa. Aparece também o MDIA, Movimento de Defesa dos Interesses de Angola, cuja liderança estava em franca disputa nos jornais luandenses. A FUA, Frente da Unidade Angolana, antigo movimento composto por brancos contrários ao regime salazarista, também marca a sua presença. A FUA buscou, nos anos 1960, se integrar ao MPLA. Após a queda do Estado Novo, passa a buscar seu espaço enquanto representação legítima dos brancos angolanos<sup>475</sup>.

Entre os movimentos democráticos que aglutinavam parte da antiga oposição branca e mestiça ao regime deposto, pode-se destacar também o MDA, Movimento Democrático de Angola, a FRESDA, Frente Socialista Democrática de Angola e o MNA, Movimento Nacionalista Angolano.

Outros partidos e associações políticas foram criados no pós-25 de Abril. Dentre eles, o que adquiriu talvez uma força maior fora o PCDA, Partido Cristão Democrático de Angola. Outras organizações com certo relevo são o FUICO, Frente Unida para Independência na Comunidade e o PTSA, Partido Trabalhista para a Salvação de Angola.

Frente a tal explosão de grupamentos políticos, a questão da legitimidade e da representatividade se coloca em primeiro plano. Esses pequenos grupos buscam alargar a sua base de apoio e trazer para si as populações negras que não haviam aderido aos movimentos de libertação. Apostaram, no geral, em um discurso um tanto similar, que os caracterizava como progressistas e multirraciais, o que, mesmo no caso daqueles compostos majoritariamente por brancos, significava que defendiam uma descolonização que desencadeasse em um governo misto, e, portanto, apoiavam a via da negociação com os negros.

---

<sup>474</sup> Vale dizer que três dos trabalhadores que incitavam à greve foram detidos pela PSP, dois negros e um mestiço, num claro ato repressivo que remontava ao regime anterior. Comando Geral da PSP em Angola. PIDE/DGS. Delegação Angola. Proc. 16.48.A. NT. 2178, fls. 21. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>475</sup> Segundo Heimer, a proposta da FUA era que, ao invés de uma corrida eleitoral, se recorresse a um sistema de representatividade macroétnica, na qual a FNLA representaria os bakongo, a UNITA, os ovimbundu, o MPLA, os kimbundu e a FUA, a etnia branca. Ver: Franz-Wilhelm HEIMER. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo, 1980, pp. 61 – 62.

A partir de meados de maio de 1974, alguns desses partidos buscaram constituir uma frente de modo a agregar outras siglas e fazer valer a sua representatividade no seio da sociedade angolana e perante os olhos de Portugal. É claro que essa tentativa de união de siglas tinha também uma outra intenção: fazer-se legítima frente aos movimentos que pegaram em armas contra o regime deposto.

Em uma sociedade ainda colonial que trazia às costas treze anos de luta armada pela independência, o capital político liga-se quase que naturalmente ao papel desempenhado durante esses anos na contestação ao colonialismo. Dito de outra forma, perante a evidente realidade de que, no interior, não houve ação de peso na luta contra a opressão colonial, esses grupos, para concorrer com os movimentos armados, vão buscar, no mais das vezes, uma aliança com aqueles que, por sua atuação dentro da província, pagaram altos preços e perderam sua liberdade. Os presos políticos, que então retornavam a Luanda, tornaram-se capital de peso, e os partidos recém-criados tentaram deles se apropriar. Enquanto isso a própria imprensa contribuía para a criação de uma áurea em torno dos ex-presos políticos, com matérias que descreviam as condições em que viviam e as maneiras pelas quais foram torturados<sup>476</sup>.

Desta forma, a FUICO tentou criar uma frente ao convocar para uma reunião a FRESDA, o Partido Democrático NTO-BAKO, o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola e o Movimento Democrático para a Independência de Angola. Um pouco melhor sucedido foi o PCDA, que, em 20 de maio de 1974, anunciou que:

“Três movimentos pacifistas africanos, cujos membros saíram do campo de São Nicolau, fundiram-se com o Partido Cristão Democrático de Angola, unindo-se sob a sigla deste e lançando as bases do que promete vir a tornar-se um dos mais importantes, senão mesmo o mais importante partido político multirracial de Angola”<sup>477</sup>.

Os partidos em questão eram o NTO-BAKO, o Movimento de Defesa dos Interesses de Angola e o PRPA, *Parti de Ressemblemt du Peuple Angolais*. Neste pequeno trecho do anúncio da fusão, fica claro o que estava em jogo. O PCDA, ao defender uma ideia de descolonização consensual, conseguira atrair simpatias de parte da população branca. Todavia, importava ainda conquistar negros e mestiços. Para tanto, apoiou-se na legitimidade política trazida pelos partidos que reuniam ex-presos políticos – qualificados como indivíduos que arriscaram suas vidas pelo futuro de Angola – e na sua composição rática, já que

<sup>476</sup> A Província de Angola. Luanda. 09 de Maio de 1974, ano LI, número 15.714, p. 04.; Moutinho PEREIRA. “Liberdade e que mais?” Revista Notícia. Luanda, 19 de Maio de 1974, pp. 54 – 55; Bento de CASTRO. “O último preso do Tarrafal regressou a Angola”. Revista Notícia. Luanda, 20 de Julho de 1974, p.14.

<sup>477</sup> A Província de Angola. Luanda. 20 de Maio de 1974, ano LI, número 15.725, p. 04.

trouxeram consigo elementos negros, o que facilitaria a sua aproximação às populações não-brancas dos musseques.

No entanto, quando a disputa por capital político estava em jogo, verificou-se o desencadear de inúmeras acusações de grupos e indivíduos uns contra os outros, principalmente entre os provenientes de São Nicolau. O MDIA é um exemplo claro dessa disputa. Dois ex-presos políticos reivindicavam a direção do MDIA e acusavam-se mutuamente de colaboração com as forças policiais de São Nicolau em troca de algumas facilidades, o que acaba por resultar na divisão de um micropartido em dois: o MDIA e o MDIA-de-Pé<sup>478</sup>.

Esses partidos, apesar de suas tentativas, não foram capazes de criar bases sociais que lhes permitissem contestar a representatividade dos movimentos armados. Nessas circunstâncias, ganha relevo um outro grupo que se coloca na disputa política a partir de 14 de junho de 1974. A UNITA, União Nacional para a Independência Total de Angola, assina com as autoridades portuguesas um acordo de suspensão de hostilidades. Ao contrário das siglas recém-criadas, por haver pegado em armas contra o regime colonial, trazia consigo o capital político que os demais partidos não conseguiram conquistar.

Como movimento que depôs as armas, a UNITA garantiu espaço para a sua ação de propaganda na esfera da legalidade, enquanto os demais movimentos de libertação estavam proibidos de fazê-lo. Essa propaganda voltou-se precisamente para a população branca de Angola. Savimbi abandonou, então, o discurso maoísta que adotara até então e construiu a imagem da UNITA enquanto movimento moderado. Apostou na ideia de um movimento que se dispunha a trabalhar pela paz. Defendeu, e isso tornou-se um ponto chave na sua aproximação à população branca, que condições deviam ainda ser criadas para que Angola poudesse se tornar independente. Em suas próprias palavras: “*A independência total de Angola está dentro do quadro possível – mas a imediata está dentro de um quadro impossível. Não peçamos o impossível – peçamos somente o possível*”<sup>479</sup>.

A UNITA é quase que imediatamente amparada por grande parte da imprensa luandense, que, enquanto insiste na fragilidade do MPLA, fragmentado em divergências internas, aposta em Savimbi como meio de evitar que o movimento de Agostinho Neto, visto

---

<sup>478</sup> Em muitas análises sobre a sociedade que se construiu em Angola depois do 25 de Abril e no pós-independência, insiste-se em solidariedades criadas entre os ex-presos em São Nicolau, entre os antigos guerrilheiros nas frentes de combate, entre os militantes clandestinos nas áreas em que atuavam, etc. No entanto, deve-se destacar que mesmo dentro desses grupos existiam fortes rivalidades, de modo que uma excessiva redução sociológica, nesse caso, pode tornar-se perigosa para uma análise mais ampla da organização social neste período.

<sup>479</sup> “Dr. Jonas Savimbi declara”. Diário de Luanda. Luanda, 01 de Julho de 1974, ano XLIII, número 14.190, p.08. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

enquanto mais revolucionário e tendente à esquerda, assegure para si um espaço privilegiado nas negociações com o governo português.

Se o MPLA conquistara a maioria das populações negras e mestiças de Luanda e ainda parte da intelectualidade branca, a verdade é que o movimento atraía também forte rejeição da maior parte da população de origem europeia, que via nele o perigo comunista. Sem partidos com legitimidade suficiente para ampará-los, a UNITA aparece enquanto possibilidade válida e, de fato, conquista a simpatia de alguns brancos com alto poder econômico e de outros pertencentes às classes mais baixas.

#### **IV.1.4. Restruturação da rede clandestina.**

A situação, porém, era mais complexa do que a leitura dos periódicos permitiria concluir. A partir de maio, os novos governantes portugueses começam a insistir, através da mídia, para que os movimentos de libertação deponham as suas armas e passem a lutar abertamente no espaço agora livre do debate político. O general Costa Gomes, em passagem por Angola, fez este apelo<sup>480</sup>, o qual foi muitas vezes reafirmado nos comunicados do Comando-Chefe das Forças Armadas em Angola. Em seus discursos vagos, as autoridades portuguesas insistem em sua intenção de acabar com a guerra e estabelecer a paz. Mas não vão muito além. Para justificar a falta de definições quanto ao problema do Ultramar, apostam na ideia de que o seu destino teria de ser escolhido pela própria população ultramarina. Sem quaisquer garantias, a resposta do MPLA e da FNLA, neste caso, coincidiu, e nisso tiveram o apoio da OUA<sup>481</sup>: só deporiam as armas quando o Governo Português reconhecesse o direito de Angola à independência, mesmo porque não confiavam em qualquer eleição ou referendo que fosse realizado em uma Angola onde as autoridades e a própria polícia fossem ainda portuguesas.

Em 24 de maio de 1974, o Comando Chefe distribuiu o seguinte comunicado:

“Como foi afirmado já, em diversas ocasiões, assiste aos cidadãos o direito de manifestar publicamente as suas opiniões desde que se conformem com a ordem política instaurada pelo Movimento das Forças Armadas, isto é, desde que respeitem

---

<sup>480</sup> A Província de Angola. Luanda, 06 de Maio de 1974, ano LI, número 15.711, p. 01.

<sup>481</sup> “A Organização de Unidade Africana (O.U.A.) prometeu dar todo o seu apoio militar e financeiro necessário ao movimento de guerrilheiros na África portuguesa, a não ser que Portugal concorde em conceder a independência a esses territórios”. Ver: “OUA prometeu todo o apoio às guerrilhas”. Diário de Lisboa. Lisboa, 15 de Junho de 1974, ano 54, número 18.486, p. 15.

a liberdade dos outros e não procurem, sob qualquer pretexto, praticar actos de natureza violenta ou mesmo criar clima de agitação e perturbação.  
 “Desde modo, quanto às possibilidades de propaganda dos movimentos emancipalistas – MPLA, FNLA e UNITA – em manifestações públicas, este Comando-Chefe esclarece, mais uma vez, que tal propaganda não será permitida, enquanto esses movimentos não renunciarem à luta armada”<sup>482</sup>.

Em junho, como vimos, a UNITA suspendeu as hostilidades e passou para a legalidade. A recusa dos outros dois movimentos de libertação de abandonarem a luta armada, fez com que muitos dos militantes que agiam clandestinamente permanecessem na clandestinidade.

As células que existiam antes do 25 de Abril movimentavam-se com dificuldade, tornando-se, por consequência, muito fechadas em si. Roberto de Almeida<sup>483</sup> relembra que, após o golpe, os membros das diversas células nem ao menos se conheciam. Essa clandestinidade passou por uma reestruturação devido às mudanças trazidas pela deposição do Estado Novo. Formaram-se, então, após o 25 de Abril, comitês de ação, que, em princípio, constituíam base de apoio à Primeira Região, atividade que, como vimos, era uma das mais importantes empreendidas pela clandestinidade em Luanda mesmo antes do golpe do MFA.

Os primeiros comitês foram criados, de maneira dispersa, ao redor de ex-presos políticos, como os comitês Hermínio Escórcio e comitês Manuel Pedro Pacavira. Outro grupo de antigos presos se reuniu em torno de Aristides Van-Dúnem, Inicialmente, agiam nas proximidades de suas residências. Em fins de junho, porém, muitos dos ex-presos políticos formaram, em conjunto, um Comitê de Ação Política e elaboraram um manifesto em apoio ao MPLA, apesar da proibição vigente, assinado, entre outros, além dos três acima mencionados, por Aires Machado e Roberto de Almeida<sup>484</sup>. Formou-se ainda o Comitê 4 de Fevereiro, que reunia sobreviventes do ataque às prisões de 1961, cuja ideologia baseava-se em um nacionalismo pan-africano e era marcada por um racismo antibranco<sup>485</sup>.

Mais adiante outros comitês vieram a se formar, reunindo, por vezes, não mais de três ou quatro elementos. Dentre eles, dois podem ser destacados: os Comitês Amílcar Cabral (CAC) e os Comitês Henda, importantes pelo seu papel na organização das Comissões Populares de Bairro (CPB) e na mobilização em torno do Poder Popular, dos quais falaremos adiante<sup>486</sup>. Ambos os comitês foram criados em torno de grupos de estudantes e intelectuais

<sup>482</sup> A Província de Angola. Luanda, 24 de Maio de 1974, ano LI, número 15.728, p. 03.

<sup>483</sup> Roberto de ALMEIDA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 16 de Fevereiro de 1995.

<sup>484</sup> “Em Luanda. Comissão Legal de Apoio ao MPLA”. Diário de Lisboa. Lisboa, 24 de junho de 1974, ano 54, número 18.493, pp. 01, 20.

Esse grupo possuía credenciais do MPLA para promover atividades em nome do movimento em Luanda.

<sup>485</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Vol. 02 Op.cit., p. 75.

<sup>486</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2, pp. 52-53.

ligados à extrema-esquerda portuguesa. Segundo Tali, enquanto os CAC simpatizavam com o marxismo de tendência albanesa, e estiveram ligados a grupos que formariam, em Portugal, o PCP(R), Partido Comunista Português (Reconstruído), os Henda apresentaram tendência maoísta e teriam ligações com o MRPP, Movimento Reorganizativo do Partido do Proletariado<sup>487</sup>.

Adriano dos Santos, que participou da atividade clandestina já desde fins dos anos 1950, aderiu aos Comitês Henda. Algumas das ações desses comitês, segundo ele, eram a publicação de jornais voltados para a denúncia e consciencialização, e a promoção de ações tais quais pichações, greves e sabotagem<sup>488</sup>.

Por hora, cumpre dizer que havia uma atividade clandestina em Luanda que, apesar de organizada em inúmeros pequenos grupos, foi fundamental para consolidação de uma base de apoio para o MPLA. Além disso, uma das importantes atividades empreendidas por esses grupos em um primeiro momento, principalmente pelos comitês constituídos em torno dos expresos políticos, era o envio de militantes para a Primeira Região, para os Centros de Instrução Revolucionária (CIR) e para Brazzaville. Vale lembrar que antes do 25 de Abril a circulação dentro da província e para fora dela era fortemente controlada pela PSP e pela PIDE/DGS. Após a Revolução, e devido ao fato de o MPLA não ter deposto suas armas imediatamente, e ter até buscado intensificar sua guerrilha por algum tempo, muitos jovens expressaram o desejo de ingressar nas fileiras do movimento, o que demonstra o sucesso das emissões da Rádio Brazzaville na conquista de simpatizantes para o MPLA.

Através dessa circulação de militantes, chegaram a Luanda notícias mais claras a respeito da crise enfrentada pelo MPLA, cuja direção, a esta altura, era fortemente contestada por duas correntes: a Revolta do Leste, liderada por Daniel Chipenda e causada por um profundo descontentamento com a maneira pela qual a guerrilha estava a ser conduzida, e a Revolta Ativa, cujo manifesto foi publicado pela revista *Notícia*<sup>489</sup>, da qual fazia parte a intelectualidade do movimento, incluindo nomes como Mário e Joaquim Pinto de Andrade, e que tinha como objetivo principal a democratização do MPLA.

---

<sup>487</sup> Os entrevistados por Marcelo Bittencourt tenderam a identificar os CAC enquanto grupos maoístas em contraste com os Henda, que seriam, dentro do quadro da disputa que se colocou no pós-independência, marxistas-leninistas. Essa visão deve provir da posterior ligação entre os Henda e Nito Alves. Este entrou em conflito com o Comitê Central do MPLA por defender a aplicação em Angola de um suposto marxismo-leninismo puro. Essa ligação, porém, tem início enquanto Nito Alves ainda se declarava maoísta. A sua mudança de linha ideológica viria a causar uma divisão dentro dos próprios Henda entre os que continuariam a apoiá-lo e os que se colocariam contra a sua nova posição.

<sup>488</sup> Adriano dos SANTOS. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 12 de Setembro de 1997.

<sup>489</sup> “O que se discute em Lusaka”. Revista *Notícia*. Luanda, 06 de Julho de 1974, pp. 12 – 13.

Esses comitês organizados em Luanda defenderam, em peso, a direção de Agostinho Neto face às duas revoltas. Enquanto classificaram a Revolta do Leste como tribalista e aliada aos interesses imperialistas – principalmente após tornarem-se públicas as ligações entre Chipenda, Holden Roberto e Mobutu –, acusaram a Revolta Ativa de oportunismo, de ser composta por pequenos burgueses, desde sempre beneficiários do colonialismo, com vistas à tomada de poder. Com relação a esta última, aderiram à tese da direção do MPLA de que se tratava de uma manobra política levada adiante por aqueles que estavam há muito afastados do movimento, que fugiram à luta de modo a elevar o seu peso político no momento em que a independência aparecesse como possibilidade. Nas palavras de Jean-Michel Mabeko Tali,

“Ser ‘anti-Neto’ – ou como tal considerado – tornou-se, pelo jogo das palavras de ordem – e pelo mecanismo de arrastamento próprio das multidões em tempos de exaltação –, sinónimo de ser ‘anti-povo’. [...] Antes de entrar em Luanda, já as duas ‘Revoltas’ ali haviam sido precedidas da sua imagem de ‘anti-povo’”<sup>490</sup>.

Em comum, ainda, combatiam fervorosamente o imperialismo e o neocolonialismo. Negavam também qualquer legitimidade e representatividade aos partidos nascidos no pós-25 de Abril, aos quais acusavam também de oportunismo. Da mesma maneira, denunciavam a FNLA e a UNITA como movimento “fantoques”. Defendiam a transferência do poder ao MPLA de Agostinho Neto, visto como único representante legítimo do povo angolano.

Em contraste, estavam os seus projetos de sociedade. Mais tarde, quando o MPLA entra em Luanda, esses grupos, desunidos, juntam-se ao movimento para travar a luta contra o perigo do imperialismo, representado pela FNLA. Posteriormente, essa aliança resultará em graves problemas para a direção do MPLA, uma vez que esses comitês vão partir da falta de definição ideológica do movimento para tentar moldá-lo segundo as suas convicções.

Neste momento, no entanto, esses comitês foram fundamentais para assegurar uma base de apoio a Neto que se revelaria como o seu principal capital na disputa não só com as dissidências internas, mas também na luta pela consolidação do seu poder frente aos demais movimentos de libertação. Eram eles que dinamizavam a vida da clandestinidade na capital. Enquanto o movimento se consumia em conflitos internos e estava militarmente derrotado, as

<sup>490</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol 01, p. 266.

A Revolta Ativa, no entanto, chegou a conquistar a simpatia de algumas células clandestinas existentes já antes do 25 de Abril. José Gonçalves lembra que o grupo clandestino do qual fazia parte, conhecido como *Liberdade e Paz*, aderiu à Revolta Ativa, embora uma pequena parte tenha permanecido fiel à Direção do Movimento. Verificou-se, portanto, em alguns grupos, uma cisão entre os que apoiaram a Revolta Ativa e os que defendiam a direção. José GONÇALVES. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 2 e 3 de Julho de 1996.

Outro foco de atração para a Revolta Ativa eram indivíduos ligados por afinidades aos seus signatários, muitos dos quais saíram de Luanda nos anos cinquenta e sessenta, como os irmãos Pinto de Andrade e Gentil Viana. No entanto, trata-se um grupo minoritário se o compararmos com a força exercida por toda a mitologia que girava em torno de Agostinho Neto. Em Luanda, a Revolta Ativa iniciou o seu processo de desaparecimento.

populações negras dos musseques identificavam-se maciçamente com o MPLA e com Agostinho Neto, ou com a imagem que deles fora construída pelo programa *Angola Combatente* e pelo empenho dessa militância clandestina. Neto tornou-se o grande símbolo da resistência, da luta pela libertação nacional, no imaginário popular luandense.

A FNLA, por sua vez, não foi capaz de montar uma rede na capital que tivesse força evidente, como mencionamos no capítulo anterior. No entanto, o movimento atraía a simpatia de grande parte dos bakongo que vivia em Luanda, o que, longe de ser irrelevante, era porém insuficiente para disputar a capital com o MPLA, cuja base principal de apoio era precisamente a população não-branca de Luanda e de outros centros urbanos.

#### IV.1.5. Conflitos começam a se delinear...

“E o pior que se sucede em Angola é o clima de tensão. À semelhança do que sucedeu há dias, um simples boato poderia ter consequências catastróficas, capazes de tornar Luanda uma cidade sem lei [...]. E tudo porque reina o clima de desconfiança, desconfiança esta notória entre as duas forças de pretos e de brancos”<sup>491</sup>.

Vimos no capítulo anterior que, apesar da negação da existência de racismo em terras portuguesas, a discriminação racial não só existia como ainda se agravava em Luanda. Com relação aos discursos dos partidos recém-formados, publicados através de comunicados nos jornais, insistia-se, em sua totalidade, na defesa de uma Angola multirracial. Ao mesmo tempo, os leitores, em suas cartas aos periódicos, faziam apelos à calma e à confraternização entre pretos, brancos e mestiços como única forma de se construir uma nova nação. Ora, a insistência no tópico revela precisamente que este era um problema que se colocava para aqueles que pensavam o futuro do país.

Acima, lê-se um trecho da carta de Ramos Buta, ele mesmo defensor da transferência de poder ao MPLA, ao jornal *A Província de Angola*. O boato a que se refere foi a denúncia de que haveria ataques às escolas próximas aos bairros suburbanos, o que não se verificou. Porém, houve histeria, e muitas mães interromperam as aulas para tirar seus filhos das escolas. Ora, os boatos que acirravam negros contra brancos não foram inaugurados após o 25 de Abril, como vimos. O clima de incerteza ou de desconfiança, para usar a palavra do autor,

---

<sup>491</sup> Manuel Ramos BUTA. *Liberdade, responsabilidade e verdade*. A Província de Angola. Luanda, 24 de Maio de 1974, ano LI, número 15.728, p. 05.

todavia, agravou a tensão e os deu força, a ponto de ter havido necessidade de intervenção das Forças Armadas para acalmar a situação. O clima de tensão a que ele se refere, portanto, já existia. Sem o poder policial ilimitado para reprimi-lo e sem a censura prévia para escondê-lo, atinge níveis mais altos e toma as páginas dos jornais.

Já havia uma crise de hegemonia posta muito antes do 25 de Abril, o que levou as autoridades do Estado Novo a fazerem uma série de concessões para salvaguardar a sua permanência na África. Quando, porém, no pós-golpe de Estado, começou a ficar claro que a hegemonia antes dominante estava a ser derrotada, ou, em outras palavras, quando percebeu-se que o processo de descolonização seria inevitável, teve início a luta pela imposição de uma nova hegemonia para preencher o vazio que o fim do regime colonial deixaria. A população branca buscou estratégias para assegurar, o mais possível, a sua posição na sociedade. Em Luanda, os partidos e movimentos formados ou recém-estruturados, apesar de em muitos casos terem sido organizados por brancos, buscavam atrair as populações negras para sua esfera, de modo a adquirir representatividade. Isso, contudo, os levou a afastar de si uma parte significativa da população branca que negava qualquer concessão aos negros e mestiços, e defendia a imposição do modelo rodesiano, através da proclamação de uma independência unilateral, que garantiria para si o monopólio do poder político e da força no novo Estado. Como, porém, os colonos, no caso do império português, não tinham o controle do aparelho administrativo, como na Rodésia, essa declaração unilateral de independência teria de ser feita através do uso da força.

Segundo Franz-Wilhelm Heimer<sup>492</sup>, após o 25 de Abril, oficiais de direita buscaram persuadir as forças armadas portuguesas em Angola a formar organizações clandestinas empenhadas em levar a cabo um golpe contrarrevolucionário. Ao mesmo tempo, as atitudes de grupos de brancos de baixo ou médio poder aquisitivo que, como vimos, já resistiam abertamente às estratégias de promoção social dos nativos e reivindicavam ações discriminatórias de maior peso, tornaram-se ainda mais duras com relação aos negros e mestiços.

Nessas circunstâncias, a tensão aumentava, o que ficou patente com a visita do Ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, a Luanda. Em 26 de maio de 1974, milhares de pessoas, quase todas negras, dirigiram-se ao Palácio do Governo para manifestar-se a favor da independência imediata. No momento da dispersão, a multidão deu vivas à independência e ao MPLA. Foram cometidos alguns excessos, como danificação de

---

<sup>492</sup> Franz-Wilhelm HEIMER. Op.cit., pp. 51 – 52.

automóveis. No entanto, algumas horas depois, reuniram-se, em frente ao Palácio, algumas centenas de pessoas, brancas em sua maioria, que organizaram uma contramanifestação, em oposição a que ocorrera anteriormente. Os contramanifestantes chegaram a invocar o nome de Marcelo Caetano e a exigir o retorno da DGS às suas funções. Apesar do desaparecimento do apoio ao regime deposto nos jornais e revistas, casos como este mostram que a tal *maioria silenciosa* não era tão silenciosa assim.

Em face disto, no dia seguinte, o Comando-Chefe emitiu um comunicado através do qual proibia manifestações de rua que não fossem previamente autorizadas, e justificava a medida devido à desobediência da proibição de propaganda de movimentos em armas, à falta de civismo dos manifestantes e ao clima gerado pela realização da contramanifestação<sup>493</sup>.

Já por ocasião da visita de Almeida Santos, começaram a circular, em Luanda, alguns panfletos que davam a entender que existia um exército secreto de brancos e que asseguravam que seria dele a última palavra com relação ao futuro de Angola<sup>494</sup>.

Dos brancos que apoiavam o regime Salazar-Caetano e que, de certa forma, dependiam da própria ideologia e da força do Estado Novo para manter suas prerrogativas, pode-se destacar, para os fins deste trabalho, os guardas brancos da PSP, os comerciantes de origem europeia dos musseques e os taxistas<sup>495</sup>. Esses grupos tinham também mais o que temer quanto ao futuro, uma vez que construíram uma relação com a maioria negra e mestiça dos musseques marcada por intenso uso da violência e do abuso de autoridade. No caso deles, portanto, haveria pouca margem de negociação possível, mesmo porque pareciam estar poucos dispostos a abrir mão das suas posições.

Os taxistas de Luanda desde cedo apresentaram-se enquanto grupo organizado, e praticamente fecharam a possibilidade do exercício desta atividade aos negros. Segundo José Gonçalves<sup>496</sup>, dos seiscentos choferes de taxi existentes em Luanda, apenas três não eram

---

<sup>493</sup> A Província de Angola. Luanda, 27 de Maio de 1974, ano LI, número 15.731, p. 01.

<sup>494</sup> “Mesquita Brehm fala ao DL”. Diário de Lisboa. Lisboa, 03 de Agosto de 1974, ano 54, número 18.525, p.05.

<sup>495</sup> Nesse grupo, seria possível acrescentar a extinta DGS e as próprias Forças Armadas. No entanto, nos documentos analisados provenientes do arquivo da PIDE/DGS e do acervo dos periódicos referentes ao pós-25 de Abril, não constam com frequência confrontos que os envolvessem. Pode-se supor que o primeiro grupo tenha evitado um enfrentamento direto com as populações negras, o que se justificaria inclusive pela instabilidade das suas posições no pós-25 de Abril. No caso das Forças Armadas, enquanto protagonistas da Revolução de Abril, parece ter-se verificado certa modificação na sua imagem, até mesmo pela liberdade que os oficiais negros encontraram de se fazer ouvir no novo momento político, como revelaria o contato entre estes oficiais e o Comando-Chefe durante os conflitos verificados nos musseques em julho de 1974. Claro que houve confrontos, mas foram pontuais e não tiveram grande repercussão.

Os grupos aqui destacados o foram por já terem estado em foco quando se analisou os conflitos entre as populações negras e mestiças e os agentes da ordem e os brancos. Não quero com isso dizer que fossem estes os únicos que possuíam certa dependência da ideologia do regime deposto para manter suas prerrogativas.

<sup>496</sup> José GONÇALVES. Entrevista a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 2 e 3 de julho de 1996.

brancos. Não se pode esquecer ainda que este grupo exerceu papel significativo nos massacres às populações dos musseques nos dias que se seguiram ao 4 de Fevereiro de 1961.

Já na noite de 27 de maio de 1974, uma confusão no bairro Marçal resultou em incidente na Baixa, quando um dos envolvidos na briga no musseque, na fuga, bateu contra um taxi. Em resumo, o condutor do taxi agrediu o fugitivo, o que acabou por gerar nova discórdia entre aquele e um grupo de artilharia que interveio. Como consequência, diversos taxistas envolveram-se de modo a solidarizar-se com o colega que estava no centro da questão, o que era já costume por parte deste grupo cujas afinidades profissionais e rácicas sempre se destacaram quando qualquer dos motoristas via-se em situação de conflito. Obrigados a dispersar, os taxistas voltaram a seus carros e atordoaram a cidade inteira com suas buzinas. Na zona do Cuca, um dos veículos foi apedrejado, o que fez com que a PSP interviesse, ao verificar que muitos dos motoristas para lá se dirigiam<sup>497</sup>.

Após o incidente, o sindicato dos motoristas de taxi foi chamado ao Comando Chefe, onde fora informado de que havia *“conhecimento de que uma maioria de motoristas mais ‘agressivos’ não contribuem para o bom nome da classe dum maneira geral, e dos motoristas de taxi em particular”* e de que não haveria hesitação em expulsá-los de Angola caso não merecessem a confiança do Movimento das Forças Armadas<sup>498</sup>. A ameaça, porém, não evitaria o confronto direto entre os taxistas e as populações negras e mestiças dos musseques, que estouraria no início de julho.

Vimos no capítulo anterior que um dos maiores focos de tensão nos musseques era a presença de comerciantes brancos, que praticamente monopolizavam o pequeno comércio das zonas suburbanas. Vimos ainda que eram antigas as acusações de que os comerciantes brancos envenenavam os produtos que vendiam aos negros. No pós-25 de Abril, porém, essas histórias chegam aos jornais. No dia 29 de junho, *A Província de Angola* publica que recebeu o telefonema de uma senhora indignada com a venda de açúcar envenenado pelos comerciantes do subúrbio. Disse ela que havia crianças pretas mortas em decorrência daquele ato<sup>499</sup>.

Por outro lado, prosseguiram e se intensificaram as ameaças aos comerciantes na zona dos musseques. Em 31 de maio, uma comerciante do musseque Rangel se queixou à PSP de

---

<sup>497</sup> “Incidente na zona suburbana”. *A Província de Angola*. Luanda, 28 de Maio de 1974, ano LI, número 15.732, pp. 05, 23.

<sup>498</sup> “Representantes da Gitapa e do Sindicato dos Motoristas estiveram no Comando-Chefe”. *A Província de Angola*. Luanda, 29 de Maio de 1974, ano LI, número 15.733, p. 07. Gitapa era o Grémio dos Industriais de Transportes Automóveis da Província de Angola.

<sup>499</sup> “Notas do dia: dois factos inconvenientes”. *A Província de Angola*. Luanda, 29 de Maio de 1974, ano LI, número 15.733, p. 07.

que grupos de *africanos* estavam a lhe dirigir ameaças, dizendo-lhe que aquela terra era dos pretos e não dos brancos. Considerava que este fato estaria relacionado ao assalto ao seu comércio no dia 24 do mesmo mês<sup>500</sup>. No Marçal, houve também casos semelhantes. Em 29 de maio, uma comerciante se queixou que grupos de *africanos* dirigiam-se à porta da sua loja de mobílias quando seu marido estava ausente, chamavam-na de racista e mandavam-na retornar à metrópole<sup>501</sup>.

Os policiais da PSP também apresentaram queixas contra ameaças sofridas nos musseques. No Lixeira, em 14 de maio, um grupo de *africanos*, portadores de catanas e pequenos machados, ameaçou uma patrulha da PSP enquanto diziam “*os brancos andam a matar as crianças pretas e nós vamos matar os brancos*”<sup>502</sup>. Neste mesmo bairro, outro guarda alegou ter sido agredido em sua própria residência, em 22 de junho, por um indivíduo que, antes de atacá-lo, perguntou se era ele o “Inácio polícia”. Disse-lhe, então, que não havia mais polícia e que todos deveriam ser mortos, primeiro os policiais brancos e depois os pretos<sup>503</sup> – o que confirma a análise apresentada no capítulo anterior de que os próprios conflitos raciais estavam profundamente misturados às disputas de poder dentro da sociedade.

As ações contra policiais da PSP não ficaram restritas ao Lixeira, de modo que muitos dos agentes desta Polícia que habitavam os musseques viram-se obrigados a procurar residência em outros bairros, o que, por sua vez, aumentou o temor dos brancos que lá ficaram, e que costumavam ver na presença dos guardas da PSP uma garantia para a sua própria segurança.

Em Luanda, onde a relação entre brancos e negros se revestia de forte caráter de opressão, e onde todo um aparelho repressivo fora construído para a manutenção das relações de dominação, o afrouxamento deste aparelho inevitavelmente geraria, se não atos, ao menos o desejo de retaliação. Aliás, através da documentação policial só se pode ler um lado da história. O descrédito da polícia frente às populações não-brancas trazia como consequência o agravar da situação, uma vez que, ao invés de ir até o comando policial registrar uma queixa, conforme faziam os demais, esses grupos optavam, no mais das vezes, por agir por conta própria.

---

<sup>500</sup> Muceque Rangel. PIDE/DGS. Delegação Angola. P.Inf. Proc. 15.12.D. NT. 2086, fl. 04. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>501</sup> Muceque Marçal. PIDE/DGS. Delegação Angola. P.Inf. Proc. 15.12.E/5. NT. 2086, fl. 02. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>502</sup> Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Delegação Angola. P.Inf. Proc. 15.12.A. NT. 2086, fl. 03. Torre do Tombo, Lisboa.

<sup>503</sup> Muceque Lixeira. PIDE/DGS. Delegação Angola. P.Inf. Proc. 15.12.A. NT. 2086, fl. 02. Torre do Tombo, Lisboa.

Talvez, se os grupos opressores estivessem dispostos a fazer alguma concessão e de negociar, a onda de violência pudesse ter sido evitada. Mas como a história não é feita de “se”, o fato é que estes grupos, ou parte deles, buscaram agarrar-se aos seus privilégios. As forças responsáveis pela manutenção da ordem não foram capazes de conter o surto de violência que se seguiu na capital.

#### **IV.1.6. Algumas questões colocadas neste primeiro momento.**

Portanto, já nas primeiras semanas que se seguiram ao golpe de 25 de Abril, ficou claro que a distinção entre os que defendiam o regime Salazar-Caetano e os que se opunham a ele era bem mais complexa do que se podia imaginar. Vários eram os projetos de sociedade colocados em debate, várias as questões que os acirravam ainda mais. Através dos periódicos que circulavam em Luanda, é possível perceber parte dessas disputas: seguindo a onda democrática, muitos deles abriram maior espaço para a opinião dos leitores, e rapidamente tornaram-se campos de batalha entre os diversos partidos políticos recém-criados, os quais dirigiam-se acusações mútuas através das páginas dos jornais.

Enquanto nos primeiros números que se seguiram ao 25 de Abril, verificou-se uma predominância de artigos que defendiam a solução federalista, pouco a pouco, e já a partir de maio, ao lado das defesas da permanência de Angola enquanto parte integrante de Portugal, começavam a se delinear vozes que defendiam a independência completa, e que acabariam por ser tornar predominantes. Contudo, mesmo entre os defensores da independência, havia os que clamavam pela independência imediata e os que acreditavam ser necessária a criação de condições propícias para assim fazê-lo. Caso a solução escolhida fosse a da independência, abria-se outro campo de debate. A quem deveria pertencer o governo do novo Estado? Deveria Angola ser governada exclusivamente por negros, já que foram eles os mais prejudicados por tantos anos de colonialismo? Ou pelos brancos, que teriam, supostamente, maior capacidade para gerir o Estado? Se fosse um governo misto, como se daria essa divisão de poder, de modo a impedir que os brancos acabassem, ao longo do processo, por monopolizar o poder de decisão?

A própria participação dos movimentos de libertação nesse novo Estado não aparecia como uma certeza. O governo português, através do presidente Spínola, hesitava em reconhecer o direito dos povos ultramarinos à independência, enquanto o MPLA e a FNLA se

negavam a qualquer possibilidade de diálogo enquanto tal direito não fosse reconhecido. A guerrilha, no caso de Angola, estava praticamente derrotada. Portugal efetivamente detinha o controle sobre o território angolano, diferente da situação na Guiné e em Moçambique. Durante alguns meses, os dois movimentos de libertação procuraram intensificar a sua atividade guerrilheira no sentido de fortalecer as suas posições e conquistar seu espaço no processo de descolonização. No caso do MPLA, cuja atividade militar estava ainda em piores condições se comparada à da FNLA, foi exatamente a forte representatividade que desfrutava dentre a população da capital que lhe garantiu esse espaço.

Com o passar dos meses, os movimentos de libertação conseguiram, por fim, consolidar a sua posição enquanto parte do diálogo a ser travado. Afinal, seus membros arriscaram a vida pela independência do país. No entanto, deveriam eles ser os únicos a deter o poder político na Angola independente? E as dezenas de partidos políticos que apareceram após o 25 de Abril? Qual seria o papel que lhes seria atribuído na construção da nova nação?

Enquanto pairava uma completa incerteza perante o futuro, enquanto os debates tomavam as páginas dos jornais, as células clandestinas faziam também o seu trabalho na consciencialização das populações dos subúrbios e foram fundamentais para assegurar uma base de apoio ao MPLA que, não obstante as crises internas, manteve-se como o movimento com maior representatividade na capital.

Certamente, todas essas questões ligavam-se a outras que, de certa forma, estavam no centro do debate: qual seria o modelo de descolonização adotado, que tipo de sociedade se desejava construir? Qual seria o regime político-ideológico aplicado na condução do Estado angolano independente? Capitalista, comunista, socialista, social-democrático?

Em torno de respostas para tão diferentes questões, formaram-se grupos que tinham por base diversas afinidades: raciais, étnicas, ideológicas, familiares, de classe, entre outras. O agravar da tensão fez com que alguns desses fatores de solidariedade se sobrepusessem a outros e dessem origem a alianças várias, as quais, passado o momento de confronto, mostraram-se precárias. Em outras palavras, os grupos político-sociais formados no pós-25 de Abril em Luanda foram determinados não apenas pelas posições ideológicas dos indivíduos, mas também pelo seu papel na sociedade, ou seja, por todas as clivagens sociais existentes.

## IV.2 O deflagrar do conflito.

Enquanto o governo provisório português afogava-se em suas próprias desavenças – o que culminaria no pedido de demissão do primeiro ministro Palma Carlos, em 10 de julho, e na ascensão a esse cargo, três dias depois, de Vasco Gonçalves, conhecido por suas tendências de esquerda<sup>504</sup> –, a situação em Luanda se agravava e atingia o estado de conflito aberto.

Logo nas primeiras horas do dia 11 de julho de 1974, fora encontrado, no musseque Cazenga, o cadáver de um motorista de taxi, assassinado misteriosamente. O incidente, porém, desmontaria o precário equilíbrio social de Luanda.

Durante toda a manhã, motoristas de taxi exaltados manifestaram-se contra a morte do colega, criando um clima de apreensão na cidade. Primeiro, dirigiram-se ao Palácio do Governo, na tentativa de falar com Silvério Marques. Depois, deslocaram-se aos Estúdios Norte e à Emissora Oficial, à procura dos jornalistas Sebastião Coelho e Norberto de Castro, os quais acusavam de incitarem a população negra contra a branca. Ficou patente, nessa situação, a omissão da Polícia de Segurança Pública, que não atuou no sentido de controlar essa explosão.

Por volta das 19:30, começaram a circular rumores de que haveria distúrbios no Cazenga. De fato, taxistas e comerciantes brancos, armados de punhais, cacetes e armas de fogo, colocaram-se no local onde o cadáver havia sido encontrado e paravam qualquer viatura que transportasse “pessoas de cor”. Em seguida, destruíam os carros e agrediam as pessoas. Chegaram a parar um ônibus e agredir os passageiros. O Exército e a Polícia intervieram. No entanto, o grupo, ao invés de dispersar, deslocou-se à zona do Cuca, onde assistiu-se a nova onda de massacres. Aqui, os ataques foram levados a cabo também com granadas e caçadeiras.

No dia seguinte, uma sexta-feira, a população dos bairros atingidos expressou a sua indignação. Fora violentamente agredida na noite anterior. E, mais uma vez, não pôde contar com a proteção da polícia. Face aos pedidos de calma, um grupo invadiu a Casa Mortuária do Hospital de São Paulo, tirou de lá os cadáveres e se encaminhou para a frente do Palácio do Governo, no intuito de mostrá-los ao governador geral para que ele visse com seus próprios

---

<sup>504</sup> A nomeação de Vasco Gonçalves para o cargo de Primeiro Ministro representaria uma primeira vitória do MFA em sua disputa com a corrente de Spínola. Palma Carlos diz que seu pedido de demissão teve como causa o fato de suas ideias não coincidirem com as do Conselho de Estado, no qual, como vimos, tinham importante atuação os oficiais do MFA. Costa Gomes reconheceria a existência de uma “pequena dissidência interna sobre um conjunto de problemas fundamentais, dos quais ‘o primeiro e mais importante tem sido o do ultramar’”. Ver: “Demissões”. Diário de Lisboa. Lisboa, 10 de julho de 1974, ano 54, número 18.507, p.17.

olhos as consequências da omissão das forças de segurança. No entanto, em contraste com a movimentação dos exaltados na noite anterior, essa manifestação foi fortemente reprimida pela PSP, que, não saneada, continuava a assegurar a proteção de uma minoria da população de Luanda.

É inevitável a comparação destes massacres com os que se seguiram ao 4 de Fevereiro de 1961, mesmo porque os agentes agressores destes e daqueles incidentes saíram do mesmo estrato social e conseguiram promover grande estrago devido à omissão da instituição policial. No entanto, algo havia mudado: dessa vez, as populações dos musseques iriam organizar os seus próprios meios de protesto e autodefesa, levando a cabo, inclusive, ações de contraviolência. Já na segunda-feira, dia 15 de julho, os habitantes dos bairros suburbanos não compareceram ao trabalho.

“A paralisação do trabalho no dia de hoje, foi aconselhada, exigida mesmo, através dos apelos feitos pelo MPLA, nas emissões radiofónicas directamente de Brazzaville e em panfletos largamente distribuídos em Luanda, no que foram secundados pelo chamado Movimento Democrático de Angola e por grupos de agitadores. Convidando à paralisação do trabalho, como sinal de pesar e de protesto pelos lutosos acontecimentos de quinta e sexta-feira da última semana, os apelos, longe de recomendarem a ponderação e calma, tão necessárias no momento presente, concitavam, abertamente à desconfiança nas relações entre as camadas étnicas da população, geradora de um desentendimento que ninguém de boa fé deseja e deve ser condenado com vigor”<sup>505</sup>.

O trecho acima, retirado do *Diário de Luanda*, interessa na medida em que deixa ver uma continuidade de discurso. Alguns termos, é claro, foram alterados. Ao invés de *terroristas*, fala-se em *agitadores* e, em outros momentos, em *extremistas*. São esses os novos inimigos da calma e da harmonia racial. Nesse recorte, atribui-se aos *agitadores*, ligados ao MPLA, a responsabilidade por gerar o desentendimento entre camadas étnicas, quando, apenas quatro dias antes, as populações negras sofreram aberta agressão de grupos de brancos e quando quiseram se fazer ouvir foram, como de costume, reprimidas. Utilizavam, agora, a arma que detinham: paralisariam a economia da cidade que dependia da sua força de trabalho. Fábricas, oficinas, e casas comerciais mantiveram suas portas fechadas na segunda-feira.

Tendo o conflito claros contornos raciais, os militares negros das Forças Armadas tomaram posição. Concentrados na área dos Quartéis, deslocam-se em marcha para a Fortaleza de São Miguel, acompanhados pela população civil durante parte do trajeto. Na revista *Notícia*, publica-se uma imagem dessa marcha. Apesar da baixa resolução da mesma,

---

<sup>505</sup> “Ambiente agitado essa manhã em Luanda”. *Diário de Luanda*. Luanda, 15 de julho de 1974, ano XLIII, número 14.202, p. 09.

pode-se ver, em primeiro plano, uma bandeira do MPLA, carregada por civis, ou, pelo menos, por indivíduos que não trajavam fardas militares.



**Figura 12:** Manifestação de militares. Julho de 1974.  
Fonte: Revista *Notícia*, 20 de Julho de 1974.

Segundo a revista, “o dever para com a farda diluiu-se ante a ameaça que sentiam pender sobre a vida de familiares e gente de sua cor”<sup>506</sup>, o que marca a sobreposição de fatores raciais aos profissionais. No contato com o Comandante-Chefe, os soldados criticaram a atuação da polícia e exigiram medidas adequadas para a proteção das gentes dos musseques. A partir de então, a segurança dos bairros suburbanos passa a ser responsabilidade das Forças Armadas, enquanto a da cidade de asfalto fica a cargo da PSP. Torna-se patente o total descrédito em que caiu a Polícia de Segurança Pública, cujo saneamento, por certo um dos mais necessários, fora ignorado enquanto a tensão se agravava.

Nos dias que se seguiram, o ambiente de violência permaneceu<sup>507</sup>. Nos musseques, os negros responderam também com agressividade. Os comerciantes brancos e alguns cabo-verdianos rapidamente se tornaram os alvos dos ataques, e viram suas lojas serem saqueadas e queimadas. Vale dizer que os poucos comércios locais controlados por negros estavam, na maioria dos casos, nas mãos de cabo-verdianos, enquanto os angolanos encontravam imensos obstáculos para se consolidarem enquanto pequena burguesia, apesar dos avanços verificados.

<sup>506</sup> “Guerrilha chega a Luanda”. Revista *Notícia*. 20 de julho de 1974, p. 32.

<sup>507</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2. p. 33.

O Comando-Chefe, em 16 de julho, traçou então uma linha para separar a área dos musseques e a cidade do asfalto, e proibiu a entrada de qualquer indivíduo que portasse armas nas zonas suburbanas. Tornava-se concreta a separação que sempre existira simbolicamente.

Diariamente, e apesar dos apelos à calma emitidos pelo Comando-Chefe e reproduzidos pela imprensa e pelas emissoras de rádio, verificava-se um aumento do número de mortos e feridos e um movimento contínuo no Hospital de São Paulo, onde fez-se necessária a colaboração de inúmeros voluntários, majoritariamente estudantes, para tornar possível o atendimento aos que incessantemente davam entrada na Emergência. A partir do dia 19 de julho, apesar da eclosão de confrontos pontuais, percebe-se uma tendência de melhora na situação dos bairros suburbanos, o que, no entanto, não dura muito.

Na base desses conflitos que estouraram na cidade, além de tensões rácicas, e ligadas a elas, estavam projetos distintos de sociedade. Uns queriam manter os privilégios que detinham, outros queriam, finalmente, ter voz ativa – claro que havia também os que desejavam, pura e simplesmente, inverter o quadro, apropriando-se dos privilégios de outrem, que passariam, assim, à categoria de oprimidos.

Por isso, quando Spínola finalmente reconheceu, em fins de julho, o direito à independência do Ultramar e afirmou seu desejo de negociar com os movimentos de libertação, a cidade de Luanda se transforma novamente em campo de batalha. Nesse momento, porém, não é mais Silvério Marques que está à frente do governo de Angola, mas o Almirante Rosa Coutinho.

Em três de agosto, os jornais voltam a noticiar incidentes violentos na zona dos musseques<sup>508</sup>. Esse segundo período de violência é marcado pela circulação de panfletos da FRA, Frente Revolucionária Armada – grupo que reúne racistas brancos e que defende a aplicação do modelo rodesiano em Angola –, e pela intensa propaganda em Luanda desenvolvida pela UNITA<sup>509</sup>.

É também em princípios de agosto que se verifica uma maior organização das populações dos musseques voltadas para a própria autodefesa. Neste período, verificou-se que os simpatizantes do MPLA, “*desorientados pela sua prolongada ausência, esperavam-no em Luanda e organizavam-se o melhor que puderam em seu nome e no de Neto*”<sup>510</sup>. Um exemplo que tomou as páginas dos jornais foi o do bairro do Golfe, cujos moradores fecharam as vias

---

<sup>508</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2. p. 33.

<sup>509</sup> Segundo Tali, “*a UNITA estava activa nas cidades do centro-sul e reunia já multidões nas suas reuniões públicas [...]. Aderiam-lhe importantes sectores da comunidade branca [...]*” .Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2. p. 34.

<sup>510</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2. p. 34.

que davam ao musseque, e impediram a entrada de brancos e não moradores. O jornalista consegue entrar e relata que havia bandeiras do MPLA hasteadas em diversos locais. A população como um todo andava pelas ruas munida de catanas e outras armas brancas. O tenente-coronel que acompanhava o repórter perguntou a um dos habitantes o porquê de portar tais armas quando se deve viver em paz, e ainda aludiu ao fato dele mesmo e do jornalista não estarem armados. *“Está muito bem, Sr. Tenente-Coronel. Tem muita razão. Mas, os senhores vieram aqui bem intencionados. Agora há outros, que vêm com outros objetivos”*<sup>511</sup>, foi a resposta que recebeu.

Enquanto isso, em 5 de agosto, parte da população branca moradora dos musseques, com predominância de comerciantes e seus familiares, manifestava-se em frente ao Comando Distrital da Polícia de Segurança Pública, contra o fato de as Forças Armadas terem tomado para si missões que eram antes da responsabilidade da PSP. Segundo o comandante distrital desta Polícia, aquelas pessoas sentiram-se inseguras ao verem os quadros da PSP mostrarem interesse em residir em outros locais que não a periferia. A manifestação ganhou volume e deslocou-se para a frente do Palácio. Além de bandeiras portuguesas, entre os cartazes e dísticos podia ser lido “Branços com a UNITA” e “Queremos a força da Polícia”. Havia ainda pequeno cartaz com os dizeres “abaixo o MPLA”<sup>512</sup>. Rosa Coutinho tentou, da varanda, se comunicar com a multidão, mas o barulho não permitiu. Em seguida, percorreram a cidade em seus automóveis, ostentando bandeiras de Portugal.

Esse cenário de tensão e violência se prolonga pelos dias que se seguem, marcado por incêndios e saques a estabelecimentos comerciais, carros apedrejados, tiroteios nas áreas suburbanas. Como ocorreu no Golfe, outros bairros e musseques começaram a se organizar e a constituir grupos para vigília e segurança de suas áreas, e em alguns deles formaram-se também postos de controle de entradas e saídas. Essa nova onda de violência se estendeu até meados de agosto. Começaram a se formar e a se consolidar, então, organizações de bairro, voltadas, nesse momento, principalmente para a autodefesa.

Esses eventos trariam como consequência graves crises para a vida na capital. O número de pessoas que acabaram por perder tudo o que tinham ao longo desses combates crescia, e chegou a criar-se uma comissão para prestar assistência aos desalojados dos incidentes dos musseques. Mesmo assim, em fins de julho e novamente em meados de agosto,

---

<sup>511</sup> Eduardo de SOUSA. “Muceque do Golfê isolado, por africanos, de qualquer contacto exterior”. Diário de Luanda. Luanda, 05 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.220, p. 06. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

<sup>512</sup> “Manifestações populares em Luanda”. Diário de Luanda. Luanda, 06 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.221, p. 15. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

chegou-se à média de mil negros a abandonarem a cidade por dia<sup>513</sup>. Através dos Caminhos de Ferro e dos ônibus, milhares de habitantes dos musseques retornavam aos seus locais de origem ou para onde tinham família. Muitas fábricas e empresas perdiam, diariamente, grande número de operários, o que resultou em uma grave crise da indústria na capital, definida, pelo *Diário de Luanda* da seguinte maneira:

“A situação do parque industrial de Luanda não é apenas grave – é gravíssima. Fábricas encerradas, outras com produção reduzida, técnicos em ausência sem regresso, operários que desapareceram, planos não cumpridos, projectos abandonados e uma tremenda incógnita a pairar sobre o futuro”<sup>514</sup>.

Por outro lado, houve êxodo de cabo-verdianos e brancos cujas casas comerciais foram destruídas. Os brancos foram, em sua quase totalidade, expulsos dos bairros suburbanos. Ora, os musseques sofreram as consequências, e o problema do abastecimento fez-se questão central, uma vez que a quase totalidade do comércio estava em suas mãos.

Não eram apenas os brancos dos musseques que deixavam Angola. Através das linhas marítimas e aéreas, saíam também moradores da cidade do asfalto e este êxodo trazia problemas imediatos. Um deles era a dúvida se as escolas e a própria Universidade de Luanda teriam as suas atividades iniciadas, uma vez que se constatava que muitos dos professores já não estavam mais em Angola.

Em suma, a partir de julho desencadeou-se na capital confrontos de evidente caráter racial, gerados principalmente pela população branca de baixa renda que habitava os bairros periféricos da cidade e que tinha como meta a implantação do modelo rodesiano para a independência de Angola, mesmo que tivesse de implantá-lo através do uso da força. Certamente, portanto, o fator racial foi preponderante no estabelecimento de relações nesse momento, seja de solidariedade, seja de conflito. No entanto, os critérios raciais não determinaram por completo as maneiras pelas quais os grupos sociais estabeleciam vínculos entre si. Outras afinidades se fazem também sentir.

Um exemplo está na própria atuação do MDA e dos comitês de ação junto às populações dos musseques. Parte dos membros dos comitês eram jovens ligados ao meio

<sup>513</sup> Esses dados foram coletados pelos jornalistas do *Diário de Luanda* junto ao inspetor dos Caminhos de Ferro de Luanda. Segundo ele, a média de passageiros em situações normais para a Cacuso, Salazar, Golungo-Alto e Malanje oscilava entre os 300 e os 400 passageiros por dia. Ver: “Estão a sair de Luanda em comboios do C.F.L. cerca de 1000 passageiros por dia”. *Diário de Luanda*. Luanda, 23 de Julho de 1974, ano XLIII, número 14.209, p.09. O mesmo jornal publica matéria sobre êxodo em Luanda no mês seguinte e afirma que tal atingiu “segundo dados em nosso poder, [o número de] 100 mil, durante o mês que foi sensivelmente até 15 do corrente”, através, principalmente dos CFL e dos autocarros. No entanto, as perspectivas eram otimistas, uma vez que começava a se esboçar um movimento de regresso. “Há êxodo de populações de Luanda?”. *Diário de Luanda*. Luanda, 24 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.236, pp. 01, 04.

<sup>514</sup> “Em foco. Situação industrial (grave)”. *Diário de Luanda*. Luanda, 28 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.239, p. 01. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

estudantil, cuja maioria era branca, assim como a composição do MDA era marcada, principalmente, por brancos e mestiços. Nesse caso, as afinidades ideológicas dos membros desses grupos os aproximavam dos interesses das classes mais exploradas pelo regime colonial. Em outras palavras, nem todos os brancos apoiavam uma declaração unilateral de independência, e havia mesmo aqueles que defendiam reformas sociais profundas, de maneiras mais ou menos radicais. O posicionamento ideológico e político de parte dessa população a aproximava das populações negras e mestiças e, nesse momento, do MPLA.

Essas diversas afinidades, principalmente em momentos de maior tensão, corriam o risco de ser sobrepostas por questões raciais. O MDA, por exemplo, convocou a população dos musseques para uma manifestação no Estádio de S. Paulo em apoio ao MFA, a se realizar em 2 de agosto de 1974. No entanto, o evento não ocorreu conforme o planejado. Os habitantes dos musseques apresentavam certa desconfiança por se tratar de uma manifestação para negros organizada por brancos. O fato de a segurança do evento ter sido entregue a soldados brancos contribuiu para aumentar a apreensão. De fato, uma grande massa popular chegou a ocupar as arquibancadas, mas as abandonou por temer a repressão, já que trazia dísticos e bandeiras em defesa dos movimentos de libertação e cartazes contra o colonialismo<sup>515</sup>.

Portanto, era tênue a linha que separava os diversos vínculos estabelecidos. Mesmo apreensivas, as populações dos musseques compareceram ao chamado do MDA. No entanto, a presença das forças de segurança composta exclusivamente por brancos intensificou suas apreensões, e a manifestação fracassou.

#### **IV.2.1. Diferentes projetos de sociedade em questão.**

Ao analisarmos a sociedade luandense a longo prazo, fica claro que o assassinato do motorista de taxi não fora a causa do conflito. Pode ter sido o último impulso necessário. Estava, porém, visível aos olhos de quem quisesse ver que a situação caminhava para a violência aberta. A imprensa luandense, em especial o *Diário de Luanda*, insiste, porém, na infiltração de guerrilheiros do MPLA e da FNLA na cidade e os responsabiliza por instigar os ódios raciais, tanto no que se refere aos incidentes de julho como aos de agosto. Ignora,

---

<sup>515</sup> “Houve manifestação, mas fora do programa traçado”. *Diário de Luanda*. Luanda, 2 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.218, p. 09.

novamente, as causas internas do conflito – da mesma maneira que o fez em 1961, quando atribuiu os ataques às prisões a agentes externos que incitavam as populações locais, supostamente drogadas, a agir conforme ordenado.

O conflito, contudo, estava posto, e remontava há, pelo menos, treze anos, quando a atitude repressiva por parte das autoridades do regime tornara-se ainda mais brutal contra os negros, vistos enquanto possíveis terroristas. Ao longo desses anos, o ódio racial apenas se intensificou, o que se tornou ainda mais visível após as aberturas políticas efetuadas pelo novo governo português.

Mesquita Brehm, um dos nomes de maior relevo da FRESDA, afirmou ter solicitado diversas vezes ao Comando-Chefe para que se levasse a cabo uma ação de desarmamento da população branca. Todavia, foi só após a explosão de violência que uma campanha nesse sentido foi iniciada. Por suas displicências, Silvério Marques, o Comando-Chefe e a PSP foram fortemente acusados de conivência com os massacres, uma vez que nada fizeram para evitá-los, mesmo quando os sinais eram evidentes.

Ao eclodirem os primeiros incidentes de maior gravidade, ao longo do mês de julho, Silvério Marques foi chamado a Lisboa, para onde partiu no dia 20 deste mês e de lá não retornou. Spínola nomeou uma Junta Militar para constituir um governo em Angola, e o Almirante Rosa Coutinho, da ala esquerda do MFA, foi escolhido para presidi-la. O “Almirante Vermelho”, como ficaria conhecido pelos colonos em Angola, chega a Luanda em 25 de julho de 1974.

A escolha de Rosa Coutinho como presidente da Junta Militar que governaria Angola seria mais uma vitória do MFA. Não surpreende que, dois dias após a sua chegada, o *Diário de Luanda* trouxesse a seguinte manchete: *O Presidente da República anuncia: imediato início do processo de descolonização do Ultramar português*, matéria na qual se transcreve o comunicado de Spínola, do qual segue um trecho:

“[...] chegou o momento de o Presidente da República reiterar solenemente o reconhecimento do direito dos povos do território ultramarino portugueses à autodeterminação, incluindo o seu imediato reconhecimento do seu direito à independência”<sup>516</sup>.

Não era, no entanto, a vitória final do MFA. O debate passou a ser, a partir de então, como se daria esse processo e a que grupos seria transferido o poder. É nessas circunstâncias que, dois dias após o reconhecimento do direito à autodeterminação e independência dos

---

<sup>516</sup> Diário de Luanda. Luanda, 27 de julho de 1974, ano XLIII, número 14.213, p. 01. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

povos ultramarinos por António de Spínola, que a Junta Militar, presidida por Rosa Coutinho, toma posse em Luanda. Segundo repórter enviado pelo *Diário de Lisboa*, a posse da Junta Militar despertou, como seria de imaginar, sentimentos opostos na população.

“Uma grande parte da população, jovens e negros sobretudo, manifestam sem contracções a sua imensa alegria e esperança pelos direitos finalmente reconhecidos [...].

“A seu lado, o medo, um certo medo, lateja. É feito de insegurança, receio pela perda de privilégios.

“Colonos, comerciantes, funcionários públicos, portugueses que se trocaram por África, sentem de súbito um grande vazio, que os boatos, as ameaças, os extremismos, insuflam de angústia”<sup>517</sup>.

Sendo o conflito também uma disputa de poder, a declaração de Spínola de que daria início ao processo de descolonização, como vimos, reacendeu os ânimos, e Luanda mais uma vez se tornou palco de violência. Grupos de brancos, em agosto, enfrentaram as determinações da Junta, em visível protesto a Rosa Coutinho, e desobedeceram toques de recolher e proibições amplamente divulgadas.

Com a aceitação do estabelecimento de diálogo com os movimentos de libertação, a crise do MPLA, ainda dividido, tornou-se a causa alegada para o atraso do início das conversações. Face ao fracasso das tentativas de estabelecimento de um acordo entre as dissidências e a direção do MPLA, através da imprensa luandense, inicia-se uma campanha de pressão para que o governo português iniciasse as conversações com a UNITA e a FNLA, e deixasse o MPLA de lado. Contra essa campanha, empenhavam-se outros órgãos da mídia. Vale mencionar, por exemplo, a *Emissora Oficial de Angola* – rádio que, até pouco tempo, difundia a ideologia do Estado Novo, e que constituiu parte importante do programa de *Ação Psicossocial*. A *Voz de Angola*, nesse novo contexto, empenha-se na confrontação da mídia impressa, ao ponto de acusar João Fernandes, diretor da Revista *Notícia*, de *fascista* e “*outras coisas feias*”<sup>518</sup>. A FRESDA iniciou também uma campanha de acusação da parcialidade da imprensa de Luanda.

Spínola, por sua vez, buscou isolar Agostinho Neto do processo de negociação, durante o qual pretendia considerar Daniel Chipenda como presidente do MPLA<sup>519</sup>. Chegou a encontrar-se, em 14 de setembro de 1974, com Mobutu e Holden Roberto na Ilha do Sal para

<sup>517</sup> Fernando DACOSTA. “Alegria e medo em Luanda”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 29 de Julho de 1974, ano 54, número 18.523, p. 01.

<sup>518</sup> João FERNANDES. “Angola é possível”. *Revista Notícia*. Luanda, 19 de Outubro de 1974, p. 12.

<sup>519</sup> Em agosto, fora realizado em Lusaka um Congresso cujo objetivo era reunificar o MPLA. O Congresso fracassou com o abandono primeiro da Direção e depois da Revolta Ativa. Chipenda permaneceu com as suas delegações, continuou os trabalhos e se fez eleger presidente do MPLA. Como as outras duas partes não estavam presentes, essa eleição não foi considerada como válida pelos representantes dos países africanos presentes.

negociar a descolonização de Angola. O MPLA, movimento mais à esquerda, contava, porém, com a simpatia do MFA, e, em Angola, Rosa Coutinho buscava ganhar tempo e evitar que qualquer solução para a questão da colônia que excluísse o MPLA fosse tomada.

Por sua vez, o MFA acabou por atingir a vitória definitiva em sua disputa com António de Spínola. O general, após fracasso de um levante da *maioria silenciosa* em 28 de setembro de 1974 em seu favor, renuncia. Costa Gomes torna-se, então, o novo Presidente da República portuguesa.

Em 15 de outubro de 1974, a FNLA e o governo português assinam um acordo de suspensão das hostilidades. Em finais desse mesmo mês, é a vez do MPLA de Neto e as tropas portuguesas assinarem o cessar-fogo. Esse acordo simbolizou o reconhecimento, por parte das Forças Armadas portuguesas, de Agostinho Neto como presidente do MPLA.

Em fins de outubro, portanto, os três movimentos de libertação tinham já assinado acordos de suspensão de hostilidades com o governo português. Em aberto ficava a maneira pela qual o processo de descolonização se daria e quem seriam os interlocutores legítimos para tomar parte nas negociações. Ou, em outras palavras, como os movimentos de libertação conseguiriam chegar a um acordo entre si e como se daria o entendimento entre eles e a população branca de Angola.

#### **IV.2.2. A capital que os Movimentos de Libertação encontraram.**

A primeira delegação a entrar em Luanda é a da FNLA, que chega em fins de outubro de 1974. A entrada do movimento de Holden Roberto exerce certa pressão no MPLA, que temia a perda de espaço na capital para o movimento rival se ainda demorasse para enviar os seus representantes para a cidade<sup>520</sup>. Em seguida, em 8 de novembro chega a delegação do MPLA, presidida por Lúcio Lara, que se depara com uma realidade já muito diferente daquela que muitos de seus militantes e fundadores haviam deixado anos antes. “*Nós encontramos uma cidade fervilhando*”, relembriaria Lara<sup>521</sup>. A entrada da delegação foi apoteótica. Grande parte da população suburbana da capital mostrara que já tinha feito a sua escolha entre os três

---

<sup>520</sup> Lúcio Lara conta que na reunião com os portugueses para tratar do cessar-fogo, compareceram, de Luanda, Manuel Pedro Pacavira e Hermínio Escórcio, que insistiram para que o MPLA entrasse em Luanda. Disseram que a malta estava já ansiosa e que a FNLA entrou bem fardada na capital, de modo que se corria o risco de perder espaço. Daí a decisão de enviar uma delegação a Luanda o mais rápido possível. Lúcio LARA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 01 e 14 de Fevereiro de 1975.

<sup>521</sup> Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 01 e 14 de Fevereiro de 1975.

movimentos de libertação. Era pró-MPLA. Nos dias que se seguiram à inauguração da sede, homens e mulheres formariam filas para adquirir o bilhete de membros do movimento<sup>522</sup>. Por fim, no dia 10 de novembro, entra a delegação da UNITA, comemorada por parte da população através de cortejo de viaturas a buzinares e gritarem vivas ao movimento de Savimbi, o que contribuiu para exaltar os ânimos dos habitantes da cidade.

A chegada dos movimentos de libertação a Luanda não acalmou os ânimos da população. Bem pelo contrário. Aos mais atentos, não surpreenderia que os tiros voltassem a se fazer ouvir na cidade. Quando a independência deixa ver-se no horizonte, a *“bela capital oscila entre a tensão e o medo de que as coisas se agravem, dando (de novo) lugar ao grande pânico”*<sup>523</sup>. Líderes dos movimentos de libertação fizeram apelos à calma e alegavam nada ter a ver com os incidentes verificados. Apesar disso, registraram-se, em 12 de agosto, 50 mortos *“após dois dias de tiroteio, lançamento de granadas, esfaqueamento e fogos postos”*<sup>524</sup>, e novas medidas de controle de circulação na cidade foram implantadas pelas autoridades.

O conflito desencadeado com a entrada dos movimentos de libertação em Luanda parece ter configurado uma outra tentativa da minoria branca de boicotar o processo de descolonização na forma como estava sendo conduzido. Em paralelo às novas agressões verificadas nos musseques, surgiu uma greve de camionistas, apoiados por taxistas, comerciantes e armazenistas. A intenção seria a de promover um boicote à economia angolana, de modo a criar as condições para um golpe, nos mesmos moldes do que ocorreu no Chile. Na opinião de Rosa Coutinho<sup>525</sup>, se estava a assistir a uma nova ofensiva neocolonialista. Segundo ele,

“À reacção de pessoas impacientes por não verem completamente definidas as condições em que se irá processar o futuro, misturam-se muitas provocações, muito jogo sujo, destinado a conseguir – num ambiente de caos, condições propícias ao estabelecimento de condições políticas que permitiram defender os privilégios ameaçados”<sup>526</sup>.

De fato, o cessar-fogo, a queda de Spínola e a entrada das delegações dos movimentos de libertação não resultaram no fim da campanha travada em Luanda que tinha como fim isolar o MPLA das negociações com o governo português. Houve, por exemplo, provocação da polícia, que chegou a efetuar disparos sobre a população que atendeu ao comício

---

<sup>522</sup> “Lúcio Lara em Luanda”. Diário de Lisboa. Lisboa, 14 de Novembro de 1974, ano 54, número 18.613, p.28.

<sup>523</sup> “A luta política passa pelos caminhos da greve”. Revista Notícia. Luanda, 09 de Novembro de 1974, p. 41.

<sup>524</sup> “Incidentes em Luanda”. Diário de Lisboa. Lisboa, 12 de Novembro de 1974, ano 54, número 18.611, p. 01.

<sup>525</sup> Em 30 de novembro de 1974, a Junta Militar é dissolvida e Rosa Coutinho é nomeado Alto Comissário de Angola.

<sup>526</sup> “Segundo Rosa Coutinho há banditismo e não guerrilha em Cabinda”. Diário de Lisboa. Lisboa, 16 de Novembro de 1974, ano 54, número 18.615, p. 01.

comemorativo da inauguração da sede do MPLA em Luanda. A imprensa luandense e a FNLA deram impulso a uma campanha de combate à Junta Governativa e ao movimento de Agostinho Neto<sup>527</sup>.

A situação em Luanda, porém, já era outra, e essas tentativas acabaram por fracassar.

“As energéticas medidas de segurança desencadeadas pelo almirante Rosa Coutinho no passado sábado, associadas à intensa campanha de autodefesa e esclarecimento promovida nos musseques pelas comissões de bairro do M.P.L.A., têm contribuído para uma acentuada melhoria da situação da capital angolana”<sup>528</sup>.

Os habitantes dos musseques estavam já melhor organizados. Como vimos, a situação de ameaças e violência levou-os a constituir suas próprias comissões que, com o tempo, excederam as funções de autodefesa<sup>529</sup>. Passaram, por exemplo, a discutir com as autoridades responsáveis maneiras de resolver os problemas dos seus bairros, colaboraram com os trabalhos da Junta de Habitação, atuaram em conjunto com o Grupo de Trabalho nomeado pela Secretaria de Educação para resolver problemas de segurança e transporte para as escolas localizadas em suas áreas, de modo a tornar possível que elas voltassem a funcionar após todos os distúrbios verificados.

Em novembro de 1974, em virtude da nova onda de violência que atinge a cidade, e devido à necessidade de melhor organizar as populações dos musseques para sua autodefesa, deu-se um passo à frente, e foram eleitas democraticamente, em assembleias populares, as Comissões Populares de Bairro, que englobavam camadas estudantis, mas especialmente o proletariado<sup>530</sup>. Os delegados do Órgão Coordenador das CPB eram por elas eleitos. Apesar de apoiarem o MPLA, eram dele independentes e ocupavam o vazio deixado pela queda do sistema colonial na organização da vida nesses bairros<sup>531</sup>. As CPB, representativas das vontades das massas populares de Luanda, eram a concretização do Poder Popular, que se tornaria uma questão central para o Governo de Transição – assunto do qual trataremos adiante. Os comitês de ação, em especial os CAC, estavam por trás da própria concepção das CPB e de toda a mobilização em torno do tema do Poder Popular<sup>532</sup>.

<sup>527</sup> Alguns dos jornais da metrópole, por sua vez, como o Diário de Lisboa aqui analisado, adotaram uma postura marcadamente de esquerda. No Diário de Lisboa, encontra-se um largo apoio ao Almirante Rosa Coutinho, assim como uma defesa aberta do MPLA.

<sup>528</sup> Eugênio ALVES. “Reforçado o papel da Junta Governativa”. Diário de Lisboa. Lisboa, 14 de Novembro de 1974, ano 54, número 18.617, p. 24.

<sup>529</sup> Essas comissões de autodefesa constituídas nos bairros deram origem, no pós-independência, à ODP – Organização de Defesa Popular.

<sup>530</sup> Sobre a formação de um proletariado negro luandense, voltar ao segundo capítulo.

<sup>531</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol02, p. 54.

<sup>532</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol02, p. 53.

Associações de classe também começavam a ganhar certa relevância através das comissões de trabalho – grupos socioprofissionais que se organizaram e apresentaram as suas reivindicações ao patronato. Pode-se dizer que foram as primeiras experiências sindicais da maioria dos trabalhadores luandenses, e os comitês de ação também se envolveram nessas mobilizações. Antes, grande parte das profissões eram englobadas pela SNECIPA – Sindicato Nacional dos Empregados do Comércio e da Indústria da Província de Angola. Era, porém, patente que esse sindicato estava longe de representar os interesses das classes trabalhadoras. Além do mais, a sua representatividade era pequena, visto que muitos dos empregados não se sindicalizavam. Era baixa, por exemplo, a sindicalização de trabalhadores negros, a ponto de Ricardo Nunes, que esteve à frente do SNECI após o 25 de Abril, afirmar que *“importante também que, a partir de agora, o Sindicato tem as portas abertas para os trabalhadores negros, aos quais o SNECI sempre fechou”*<sup>533</sup>.

Através, portanto, das comissões de trabalhadores, esses grupos socioprofissionais esboçavam uma organização que, partir de outubro, consegue paralisar vários setores da economia angolana. Os trabalhadores exigiam melhores condições de trabalho e saneamento dos quadros, isto é, reivindicavam a demissão de todo aquele que, supostamente, atuou como *“bufo”* da PIDE/DGS ou que apoiou o regime de Salazar e Caetano.

A greve dos portos, que começa a se configurar em fins de outubro de 1974, era particularmente perigosa. Estando a indústria interna em crise e a própria agricultura abalada pelos anos de guerra, a atividade dos portos de Luanda e do Lobito tornava-se ainda mais necessária para o abastecimento de toda Angola. Funcionários públicos e empregados de empresas privadas fizeram também paralisações.

A influência da ideologia do MPLA se fez sentir nessa onda grevista. Como no caso das comissões de bairro, não havia controle direto da direção do movimento sobre os trabalhadores. Lúcio Lara, inclusive, em conferência de imprensa realizada em Luanda, *“repudiou energeticamente alegações de que o M.P.L.A. foi o responsável pela organização destas greves”*<sup>534</sup>. No entanto, a imagem do MPLA como legítimo representante das classes exploradas, aliado a todo o empenho de organizações como os comitês de ação, levaram os trabalhadores, dos mais diversos setores, a identificarem-se com as linhas do movimento e agirem, muitas vezes, em seu nome, dando vivas ao MPLA e hasteando sua bandeira nas assembleias.

---

<sup>533</sup> Ricardo Nunes esteve à frente do SNECIPA em 1972, mas foi afastado do cargo devido, segundo a revista, a um discurso proferido que *“tresandava a socialismo”*. Manuela GONZAGA. *“Queda e ascensão de Ricardo Nunes”*. Revista Notícia. Luanda, 19 de Maio de 1974, p. 61.

<sup>534</sup> *“Lúcio Lara em Luanda”*. Diário de Lisboa. Lisboa, 14 de Novembro de 1974, ano 54, número 18.613, p.28.

Quando os movimentos de libertação entraram em Luanda, portanto, depararam-se com uma série de questões. A indústria enfrentava crise, assim como a agricultura em vários pontos de Angola. Faltava pão, hortaliças, carne e leite na capital. Não havia cervejas nem refrigerantes nos bares. O fornecimento de açúcar também se encontrava comprometido. Greves se alastravam. As populações dos bairros suburbanos haviam se mobilizado e organizado sob o rótulo do Poder Popular, que se revestia de grande importância e atraía os mais árdios defensores e críticos. É nesse cenário que o MPLA, a FNLA e a UNITA fazem uma aliança entre si e iniciam o processo de descolonização de Angola.

#### **IV.2.3. Considerações sobre essa etapa de incertezas em Luanda.**

Diferente do período que vai de 1961 a 1974, Luanda sofria, dessa vez, as consequências diretas do conflito, uma vez que era ela, a capital, o próprio campo de batalha. Os Comunicados das Forças Armadas antes tratavam de incidentes em locais distantes, afastados da realidade cotidiana da cidade. Em 1974, os Comunicados do Comando-Chefe traziam número de mortos, notícias de incêndios, saques e agressões nos próprios musseques luandenses, então separados da cidade de asfalto por uma linha de segurança. O controle de circulação de viaturas, que em determinados momentos eram proibidas de circular em espaços e horários determinados, assim como o toque de recolher que chegou a atingir a cidade inteira tornaram-se frequentes, alterando por completo o ritmo da cidade, que não havia sido afetado dessa forma nem mesmo em fevereiro de 1961. Casas de espetáculo, cinemas, bares e restaurantes viram-se obrigados a encerrar, por alguns dias, as suas atividades. E o mundial de Hóquei que teria lugar em Luanda tivera de ser cancelado. Não havia dúvidas: a guerra, de fato, havia chegado à capital.

Essa guerra, porém, não era controlada pelos movimentos de libertação. Havia, certamente, uma maioria de simpatizantes do MPLA na periferia de Luanda. Os contatos, apesar de facilitados no pós-25 de Abril, ainda não se faziam sem dificuldades, mesmo porque o movimento estava afogado em seus próprios problemas. Como mencionamos, foi através principalmente da atuação dos comitês de ação que esse apoio ao MPLA se consolidou<sup>535</sup>. E

---

<sup>535</sup> “*O seu destino [do MPLA] em Luanda organizou-se sem ele, por obra dos comitês de autodefesa armados, espontaneamente formados pelos simpatizantes e que lhes prestariam serviços inestimáveis [...]*”. Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit. vol. 02, p. 36.

esses comitês, vale repetir, não estavam organicamente integrados ao movimento. Agiam de maneira independente, apesar de o fazerem em nome do MPLA.

Para as massas populares dos musseques, a guerra travada em Luanda era, simultaneamente, uma guerra pela sobrevivência e pela defesa de um projeto de sociedade para a nova nação angolana. Explorados durante décadas pelo colonialismo português, esses homens e mulheres lutavam também para garantir a sua participação ativa na construção do Estado livre, e essa participação seria simbolizada pela própria ideia do Poder Popular. Nessas condições, estruturaram-se – e nisto atuaram militantes clandestinos do MPLA – as Comissões Populares de Bairro, numa tentativa de autoadministração dos bairros populares e musseques. As CPB seriam, então, uma garantia de que o Poder Popular teria papel predominante no futuro do país.

#### **IV.3 Rumo à independência: novos desafios.**

Uma das causas de toda essa agitação vivida em Luanda por meses a fio era exatamente a incerteza quanto ao futuro de Angola. Alguns dias após o reconhecimento do direito dos povos do Ultramar à independência, enquanto Spínola ocupava ainda o cargo de Presidente da República, o *Diário de Luanda* publica um comunicado da Junta de Salvação Nacional que esclareceria o processo de descolonização de Angola. Havia uma cláusula, porém, que dizia o seguinte:

“Obtido um acordo de cessar-fogo, o Governo Português constituirá imediatamente um Governo Provisório de Coligação em que se encontrem representados todos os movimentos de libertação, em paralelo com os agrupamentos étnicos mais expressivos do Estado de Angola, o que obviamente incluirá a etnia branca”<sup>536</sup>.

A isto colocaram-se contra os três movimentos de libertação, que negaram imediatamente qualquer partilha de poder com os movimentos criados após a Revolução de Abril. Apesar de não terem alcançado forte representatividade até então junto às massas populares, alguns desses partidos estavam bem organizados e dispunham de recursos financeiros significativos para investir em propaganda política.

---

<sup>536</sup> “Um documento histórico”. *Diário de Luanda*. Luanda, 10 de Agosto de 1974, ano XLIII, número 14.225, p. 01. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

Os três movimentos empenharam-se em defender, então, o princípio da *legitimidade revolucionária*, que os colocava como os únicos representantes legítimos da população de Angola, princípio este que recebeu o apoio do MFA. Começava a ser forjada uma aliança, embora frágil, entre o MPLA, a FNLA e a UNITA – o reconhecimento do último movimento pela OUA em 14 de setembro de 1974 garantiu, na reta final, o seu espaço nas negociações com o governo português.

A aceitação deste princípio, por outro lado, não deixou muitas possibilidades para os grupamentos políticos formados no pós-25 de Abril. Houve, por parte de algum deles, contestações. Alegavam, como o fez a FUA em janeiro de 1975, “*ser impossível admitir que só a força das armas conte em detrimento da força da justiça e da razão*”<sup>537</sup>. Seus apelos, no entanto, se revelariam infrutíferos. E, aqui, a falta de uma ampla base de apoio lhes dificultaria a consolidação enquanto partido a disputar espaço no processo de transferência de poder.

#### **IV.3.1. Unidade e paz.**

“O Acordo de Alvor foi recebido com alguma esperança e satisfação pelos Angolanos e talvez com menos alegria, mas também com alguma esperança, pela maioria dos Portugueses, quer civis, quer militares, que contavam que fosse portador do clima de pacificação desejado”<sup>538</sup>.

No dia 04 de janeiro de 1975, em Mombaça, os três movimentos de libertação deram início a uma cimeira preparatória para posterior negociação com o governo português. É nessa data que o MPLA e a FNLA assinam um acordo em que se comprometem a cessar as hostilidades um para com o outro. Ambos já haviam entrado em acordo anteriormente com a UNITA<sup>539</sup>. É em Mombaça, porém, que o cessar de hostilidades é assinado conjuntamente pelos líderes dos três momentos e onde se definem as linhas gerais para conversações a se realizarem com as autoridades portuguesas.

---

<sup>537</sup> “FUA – Comunicado”. A Província de Angola. Luanda, 03 de Janeiro de 1975, ano LII, número 15.943, página ilegível.

<sup>538</sup> Pedro Pezarat CORREIA. *Descolonização de Angola. A joia da coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991, p. 133.

<sup>539</sup> O acordo entre FNLA e UNITA foi assinado em Kinshasa, em 25 de novembro de 1974, e entre o MPLA e a UNITA se firmou no Luso em 18 de dezembro de 1974. Ver: Carmo VAZ (org.) *Angola rumo à independência. O Governo de Transição: documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol editores, s.d, pp. 17 – 20.

A elaboração desse acordo abriu caminho para as tão esperadas negociações com Portugal. Essas conversações, que se realizaram entre os dias 10 e 15 de janeiro de 1975, em Alvor, constituíram o golpe final aos partidos formados ou reorganizados após a queda do Estado Novo. Antes mesmo do anúncio das decisões finais da Cimeira, o ministro da Coordenação Interterritorial, Almeida Santos, que ao longo do ano de 1974 chegou algumas vezes a defender que a etnia branca deveria estar representada em qualquer que fosse a saída para a descolonização de Angola, disse aos jornalistas:

“a nossa posição tem sido a de reconhecer os três movimentos de libertação como legítimos representantes da população de Angola. É claro que os partidos que surgiram depois do 25 de Abril são uma realidade respeitável, no plano político, mas compreendam que, entre partidos que surgiram já na fase em que era fácil e livre organizar-se em partido político e movimentos que se organizaram há 12 e 14 anos, que efectivamente arriscaram a vida e por vezes a perderam, penso que não seria muito crucial que nós os colocássemos, neste momento, em posição de igualdade”<sup>540</sup>.

De fato, o primeiro artigo do primeiro capítulo do Acordo de Alvor, assinado em 15 de janeiro, assegurava o princípio da *legitimidade revolucionária* ao fazer constar que

“O Estado Português reconhece os Movimentos de Libertação, Frente Nacional de Libertação de Angola – F.N.L.A., Movimento Popular de Libertação de Angola – M.P.L.A., e União Nacional para a Independência Total de Angola – U.N.I.T.A., como os únicos e legítimos representantes do povo angolano”<sup>541</sup>.

Segundo o Acordo, a independência de Angola seria proclamada no dia 11 de novembro de 1975. Já a partir do dia 31 de janeiro, porém, passaria a ser governada por um Governo de Transição, composto pelos três movimentos de libertação e por representantes do governo português. Uma das funções deste governo seria a de criar as condições necessárias para as eleições de uma assembleia constituinte, que deveriam ocorrer no prazo máximo de nove meses após a posse do Governo de Transição, e a qual ficaria responsável pela decisão quanto ao modelo político a ser adotado pelo novo Estado. Nesse ponto, o Acordo apresenta outro golpe para as demais formações políticas: “*As candidaturas à Assembleia Constituinte serão apresentadas exclusivamente pelos Movimentos de Libertação – F.N.L.A., M.P.L.A., e U.N.I.T.A. – únicos representantes legítimos do povo angolano*”<sup>542</sup>.

---

<sup>540</sup> “Angola terá de escolher livremente já como povo soberano a sua constituição e o seu futuro”. A Província de Angola. Luanda, 12 de Janeiro de 1975, ano LII, número 15.952, p.02.

<sup>541</sup> Capítulo I. Da Independência de Angola. *Angola Acordo para a Independência*. Ministério da Comunicação Social, 1975, p. 03.

<sup>542</sup> Capítulo VI. Das eleições gerais para a Assembleia Constituinte de Angola. *Angola Acordo para a Independência*. Ministério da Comunicação Social, 1975, p. 11.

Excluídos, portanto, não só do Governo de Transição como também da possibilidade de fazerem parte da assembleia constituinte enquanto grupos políticos autônomos, colocaram-se apenas dois caminhos para os partidos pacifistas: desapareceriam ou se integrariam a um dos movimentos de libertação – o que, no fim das contas, resultaria também no seu desaparecimento.

Além da necessidade, por parte dos movimentos que pegaram em armas, de garantir para si os frutos dos anos de luta, essas determinações, e a conseqüente obrigatoriedade de escolha entre um dos movimentos por quem desejasse concorrer para a assembleia, evitariam a constituição de partidos com base em aspectos raciais, o que, naquelas circunstâncias, não seria desejável. Os movimentos de libertação mostrar-se-iam, no geral, receptivos a alianças, já que, no caso da disputa por votos, era importante conquistar a simpatia da população branca, cuja proporção, como vimos, não era nada desprezível no seio da totalidade da população angolana.

Aliás, durante as discussões, preocupou-se em definir, finalmente, a nacionalidade angolana “*pelo nascimento em Angola ou pelo domicílio desde que os domiciliados em Angola se identifiquem com as aspirações da nação angolana através de uma opção consciente*”<sup>543</sup>. Em outras palavras, segundo o estabelecido em Alvor, os brancos nascidos ou radicados em Angola, se assim o desejassem, seriam legalmente considerados angolanos. Portanto, a ausência de partidos majoritariamente compostos por brancos no Governo de Transição e nas eleições para a assembleia constituinte representava uma forma de recusar posicionamentos rracios e de insistir na ideia de que os movimentos de libertação representavam toda a nação angolana, a qual englobava negros, mestiços e brancos. Os critérios em jogo para a escolha partidária deveriam, obrigatoriamente, fundar-se em opções ideológicas.

Nessas circunstâncias, após a assinatura do Acordo de Alvor, as palavras de ordem passariam a ser unidade e paz. A primeira como única forma de garantir a segunda. Destarte, o Acordo foi, de certa forma, bem recebido pela população, e mesmo por parte dos brancos, apesar de não demonstrarem a mesma alegria que os negros, como sublinhou Pezarat Correia, ele mesmo um representante do Movimento das Forças Armadas. Para os negros e para alguns brancos, o Acordo trazia consigo a esperança de pacificação. Neto, Savimbi e Holden Roberto fariam discursos em nome dos três movimentos e assegurariam seu trabalho conjunto com vistas à independência e à consolidação da paz em Angola. Os que fizeram a guerra

---

<sup>543</sup> Capítulo VII. Da nacionalidade angolana. *Angola Acordo para a Independência*. Ministério da Comunicação Social, 1975, p. 12.

comprometiam-se a adotar o caminho da paz e a passar para a luta eleitoral. Deveriam, inclusive, integrar, progressivamente, os seus exércitos em Forças Militares Mistas<sup>544</sup>, que formariam o Exército Nacional do Estado Independente.

Tem início, então, o período de campanha eleitoral e comícios políticos, que, no entanto, não tem longa duração.

#### **IV.3.2. A efêmera vida do Governo de Transição.**

Vimos que o cenário de Luanda não era dos mais calmos no momento em que as delegações da FNLA, do MPLA e da UNITA chegaram à capital. Pouca coisa tinha mudado quando o Governo Provisório tomou posse, em 31 de janeiro de 1975. Ao mesmo tempo, os três movimentos de libertação se empenhavam em consolidar os modelos de desenvolvimento que defendiam na futura Constituição do país, e para isso, deveriam sair vitoriosos nas eleições. Esforçaram-se, então, por mobilizar a maior base social possível a seu favor. Promoveram comícios e atividades por todo o território e, segundo Heimer, não hesitaram em utilizar meios irregulares para a campanha, como a utilização da função pública para fins partidários, através de delegações que assumiam funções judiciárias e administrativa sem base legal para tal, chegando, inclusive, à intimidação e mesmo ao uso da violência física.

Essa disputa entre os movimentos de libertação aparece ainda nos muros e paredes da cidade. Procurava-se afirmar, através de pichações, que o movimento no qual se militava era mais forte que os demais. As paredes contavam ainda um pouco da história dos conflitos em Luanda. Em fevereiro de 1975, por exemplo, ainda subsistiam escritos da FUA, cartazes do PCDA e ainda o extremismo da FRA em dizeres como “brancos acordem”<sup>545</sup>. Eram, porém, as siglas dos movimentos de libertação que mais apareciam. Sobrepunham-se às vezes umas às outras, em uma clara disputa por espaço, não só no poder, mas também nos muros.

Até meados de março, no entanto, os três movimentos de libertação, em suas campanhas, continuaram a insistir na ideia de unidade e paz como caminho para a

---

<sup>544</sup> Cada movimento deveria transferir 8.000 combatentes para as Forças Militares Mistas. As Forças Armadas portuguesas contribuiriam com 24.000 militares, que deveriam ser evacuados entre 01 de outubro de 1975 e 29 de fevereiro de 1976. Capítulo IV. Ver: Da Comissão Nacional de Defesa. *Angola Acordo para a Independência*. Ministério da Comunicação Social, 1975, pp. 09 – 10.

<sup>545</sup> A “guerra das paredes”. Revista Notícia. Luanda, 15 de Fevereiro de 1975, p. 48.

prosperidade de Angola. Agostinho Neto, em seu apoteótico retorno a Luanda, em 4 de fevereiro de 1975, diz para a multidão que o aguardava no aeroporto:

“Todos os Movimentos de Libertação estão aqui representados – a FNLA, a UNITA, o MPLA – nós todos temos o dever de ultrapassar as nossas pretensões individuais ou de organização, para unidos, construirmos aquela Angola que todos nós desejamos”<sup>546</sup>.

A imensa mobilização em torno da chegada do presidente do MPLA constituiu mais uma prova da força que Agostinho Neto possuía entre as populações da capital. De acordo com a revista *Notícia*, “foi, certamente, a maior e mais vibrante manifestação que Luanda já viu. Um mar imenso de gente que, desde cedo, na manhã, foi tomando posições num aeroporto tornado imenso palco”<sup>547</sup>. Desde o dia anterior, militantes do movimento esforçaram-se em preparar o aeroporto e mesmo a cidade para a chegada de tão esperado líder, considerado como o “guia do povo”, como consta no muro cuja fotografia abre este capítulo. Viam-se bandeiras e cartazes do MPLA por toda a parte. Mal tiveram início as campanhas, e o MPLA já era vitorioso em Luanda. Graças, é claro, a anos de mobilização por meio da rádio, ao empenho dos simpatizantes através das células clandestinas, comitês de ação e movimentos democráticos e, não se pode esquecer, ao fato de muitos de seus líderes serem provenientes da região e mesmo da cidade de Luanda<sup>548</sup>.

A despeito da insistência na necessidade de união, as discordâncias logo começaram a aparecer nos discursos adotados pelos líderes dos movimentos de libertação. Apesar de mal definidos, os modelos defendidos por cada um deles apresentavam divergências não facilmente resolvíveis. Era claro que o MPLA se inclinava mais à esquerda, embora não definisse a linha que seguia. A FNLA e a UNITA falavam em socialismo, em socialização dos meios de produção, mas garantiam a proteção da iniciativa privada e criticavam a política de nacionalizações. No entanto, o projeto da FNLA se inclinava mais para a consolidação de uma economia liberal em Angola, enquanto a UNITA optava por uma posição mais centrista.

Rapidamente, no caso de Luanda, a questão do Poder Popular tornou-se central e radicalizou as ações e os discursos adotados pelos três movimentos, mesmo antes da posse do

<sup>546</sup> “À chegada a Luanda”. A Província de Angola. 05 de Fevereiro de 1975, ano LII, número 15.968, p. 02.

<sup>547</sup> “Neto Regressou”. Revista *Notícia*. Luanda, 8 de Fevereiro de 1975, p. 44.

<sup>548</sup> Os líderes do MPLA no exterior haviam construído, mesmo que anos antes do 25 de abril, solidariedades com indivíduos que permaneceram no interior que sobreviveram aos anos de guerra. Além disso, as próprias famílias desses líderes que ficaram na capital contribuía para fortalecer estes laços entre exterior e interior. Mencionamos, por exemplo, que a Revolta Ativa conseguiu adeptos em Luanda por trazer para si militantes que tinham afinidades com os Pinto de Andrade e com os Viana. Havia, ainda, os laços regionais. O fato de Agostinho Neto ser de Catete, por exemplo, contribuía para trazer os migrantes dessa região, cujo número em Luanda era significativo em muitos dos musseques, para a esfera de influência do Movimento.

Governo Provisório. Na visão de seus promotores, ser a favor ou contra o Poder Popular significava a escolha entre uma verdadeira independência, na qual o povo estaria no poder, ou o modelo neocolonial que, através da manutenção dos privilégios de uma minoria, excluiria o povo do poder político.

A FNLA e a UNITA desde cedo mostraram-se hostis ao Poder Popular. No final de janeiro, as Comissões Populares de Bairro e os Comitês de Ação organizaram a *Primeira Semana da Luta pelo Poder Popular*, que culminou com a *Primeira Grande Assembleia Popular*. Já aqui, os movimentos supracitados acusaram os promotores do evento da intenção de fazê-lo coincidir com a posse do Governo de Transição e dar-lhe um aspecto de debilidade.

É certo que um governo de coligação entre os três movimentos não seria tão bem recebido pelos Comitês Populares de Bairro que, como vimos, defendiam a transferência de poder pura e simplesmente para o MPLA de Agostinho Neto, visto como o legítimo representante do povo angolano. À FNLA era dirigida a acusação de se tratar de um movimento “fantoche”, que representava os interesses imperialistas de Mobutu, preocupado em expandir sua área de influência na África Austral. A rejeição à UNITA devia-se, em grande parte, à aceitação que o movimento de Savimbi teve junto à população branca luandense e à vinda à tona, após o 25 de Abril, da colaboração entre a UNITA e as tropas portuguesas durante a luta de libertação<sup>549</sup>.

Os dois movimentos, e em especial o de Holden Roberto, não se esforçaram, porém, para dissolver essa rejeição. O presidente da FNLA não hesitava em acusar o Poder Popular, ou em suas palavras, os “*pseudo-poderes*”, que alguns vêm chamando de “*populares*”<sup>550</sup> de pretender boicotar a ação do Governo Provisório. Chamou-lhes de “*poderes paralelos*”, de “*embriões de soviets*” que deveriam ser vigorosamente repudiados, uma vez que seriam o “*gérmen da morte*” para a democracia conquistada.

A UNITA buscou manter-se acima das discussões em torno do Poder Popular. No entanto, a aliança entre o movimento de Savimbi e as populações brancas de Luanda situaram-na, para os promotores do Poder Popular, no campo dos anti-povo<sup>551</sup>.

Segundo Tali, a primeira delegação do MPLA que chegou a Luanda, em 8 de novembro de 1974, parece não ter ficado muito entusiasmada com o Poder Popular. Lúcio

<sup>549</sup> Ainda em 1974, tornaram-se públicas correspondências trocadas entre Jonas Savimbi e autoridades militares portuguesas, através das quais o líder da UNITA descrevia as suas ações contra o MPLA e solicitava materiais de guerra, medicamentos e outros artigos. A publicação dessas cartas foi feita pela Afrique-Asie, e foi transcrita pelo Diário de Lisboa. Ver: “A longa traição da UNITA”. Diário de Lisboa. Lisboa, 05 de Agosto de 1974, ano 54, número 18.528, p. 13.

<sup>550</sup> Holden ROBERTO. “Mensagem de Holden Roberto”. A Província de Angola. 17 de Março de 1975, ano LII, número 16.005, p. 05.

<sup>551</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol. 02, p. 56.

Lara ao referir-se os comitês de ação – que, como vimos, foram os impulsionadores das CPB e os maiores defensores do Poder Popular – afirma ter encontrado, em Luanda, “*grupos extremistas bastante desenvolvidos*”<sup>552</sup>, o que preocupava a Direção, que temia as dificuldades que teria em manter sob seu controle uma organização que não fora criada no seio do movimento. Lara buscou cooptar membros dos comitês de ação e integrá-los oficialmente ao MPLA. Houve adesões, mas os comitês, principalmente os CAC e os Henda, tinham já optado por manter-se independentes.

Finalmente, após esse período de hesitação, Agostinho Neto, em seu primeiro comício na capital, em 05 de fevereiro de 1975, declarou-se favorável ao Poder Popular. O MPLA, então, se identificou à ideia “*de um poder gerido pelo povo*”<sup>553</sup> ou, como constava em um dos muros de Luanda, “*MPLA o povo no poder*” (figura 11). Assim, o movimento dirigido por Neto consolidou, mesmo que temporariamente, a sua aliança com os comitês e com as CPB.

A não definição precisa de uma linha ideológica pelo MPLA abriu espaço para que esses comitês de ação iniciassem uma estratégia que ficou conhecida como “*entrismo*”. Isto é, buscaram infiltrar-se nas estruturas do movimento para impor as suas matrizes ideológicas. As divergências entre os comitês contribuíram para agravar a disputa pela hegemonia dentro do movimento, e essa situação não passou despercebida ao Comitê Central. Agostinho Neto não simpatizava com a existência de correntes de pensamento dentro do movimento e era ainda mais hostil à tentativa de imposição de linhas ideológicas. No entanto, naquele momento, a dependência do MPLA face aos comitês na mobilização das CPB e do Poder Popular falaram mais alto. A aliança, porém, entre o MPLA e esses grupos mais radicais que se formaram em Luanda era bastante frágil, e sobreviveria apenas enquanto o inimigo comum, o imperialismo representado pela FNLA e pela UNITA, disputasse a hegemonia dentro da cidade<sup>554</sup>.

Se a opção do MPLA pela defesa do Poder Popular, por um lado, contribuiu para consolidar a sua posição perante o proletariado e a pequena burguesia negra e mestiça, por outro afastou de si a maior parte da população branca, que tendeu a apoiar a UNITA e a FNLA. A integração oficial ao MPLA, em 3 de março de 1975, do MDA, da FRESDA, do MNA e do PSTA, partidos e movimentos democráticos majoritariamente compostos por brancos, foi a maneira encontrada pelo movimento para tentar dissolver o temor que gerava nesse grupo. Além disso, esses partidos forneceriam ao MPLA quadros provenientes de

<sup>552</sup> Lúcio LARA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 01 e 14 de Fevereiro de 1975.

<sup>553</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol. 02, pp. 57 – 59.

<sup>554</sup> “[...] *as relações entre a extrema-esquerda e o MPLA evoluíram, fundamentalmente, com base em representações ideológicas e num fundo de violenta luta hegemônica*”. Sobre a fragilidade das alianças travadas pelo MPLA ver: Jean Michel Mabeko Tali, p.65, 76 – 88. Falaremos disso, mesmo que brevemente, na conclusão.

setores ativos da vida econômica do país em um momento em que o êxodo da população branca, associado à falta de quadros negros para substituí-la imediatamente, tornava-se problemático<sup>555</sup>. Apesar de, desde o início, o MPLA ter sido o movimento que mais integrou brancos e mestiços em suas fileiras, a opção ideológica do movimento fez com que conseguisse atrair apenas uma minoria branca intelectualizada e tendente à esquerda.

De modo geral e bastante simplificado, o MPLA conseguiu, portanto, mobilizar populações do meio urbano, principalmente o proletariado, e com maior força em Luanda. A UNITA obteve sucesso em se consolidar enquanto força representativa dos ovimbundu, que é o grupo étnico majoritário em Angola. A FNLA, porém, atraía a simpatia dos bakongo, mas não conseguiu se apresentar enquanto representante de todas as suas sensibilidades<sup>556</sup>. A aliança com Daniel Chipenda foi uma maneira de conquistar as simpatias dos povos do sul e ampliar a base social da FNLA. A população branca, por sua vez, tendia a rejeitar o MPLA, à exceção de uma minoria que, no geral, estava ligada à esquerda portuguesa. Dividia-se, portanto, entre a UNITA e a FNLA. Com o tempo, tendeu mais para a organização de Holden Roberto por acreditar que esta teria maior capacidade militar para, em caso de necessidade, derrubar o MPLA pela força.

De acordo com os grupos de apoio de cada movimento, Heimer chegou a especular que os possíveis resultados das eleições teriam dado uma minoria de 20% dos votos para a FNLA, entre 35 e 40% para o MPLA, e uma maioria de 40 a 45% para a UNITA<sup>557</sup>, resultado este que seria aceitável apenas pela UNITA. O MPLA temeria uma aliança entre os dois outros grupos, o que lhe daria uma posição de minoria. A FNLA, por sua vez, detentora da maior força militar se comparada aos demais movimentos, também rejeitaria o resultado.

Apesar de se tratar de uma especulação, é evidente que os atores políticos também realizavam esses cálculos, e logo ficou claro que o Acordo de Alvor não seria cumprido. De fato, os movimentos começaram por descumprir a cláusula que previa a integração de suas forças militares às Forças Mistas. Pelo contrário, buscaram fortalecer seus exércitos próprios. A FNLA, com forte apoio do Zaire, era a organização que tinha o maior poderio militar. Seus exércitos estavam bem equipados e treinados. A UNITA, fraca militarmente, continuou, por um tempo, a insistir na possibilidade de se chegar a um acordo, com vistas à realização das eleições, das quais sairia beneficiada. O MPLA encontrava-se militarmente fragilizado, principalmente após a integração de Chipenda e cerca de dois mil guerrilheiros à FNLA. A

---

<sup>555</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit. vol.02, p.60.

<sup>556</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit. vol.02, p.47.

<sup>557</sup> HEIMER. Op.cit., p. 74.

solução encontrada pelo movimento foi, por um lado, a de integrar em suas forças angolanos que antes lutaram no Exército Português<sup>558</sup> e, por outro, a de armar o Poder Popular.

### IV.3.3. O fracasso do Acordo e as Batalhas de Luanda.

“Dadas estas diferenças, que equivaliam a uma contradição no caso da FNLA e do MPLA, o princípio de uma competição pacífica pelo poder, fixado em Alvor, teria sido viável somente no caso de ser preenchida uma de duas condições: seja um consenso genuíno e sincero entre os movimentos, no tocante ao respeito das regras de procedimento acordadas em Alvor, seja uma instância de controlo capaz de impor o respeito destas regras. Os acontecimentos subsequentes provariam que nenhuma destas duas condições estava de facto cumprida”<sup>559</sup>.

Ciente de que suas chances de vitória seriam superiores em uma disputa militar, a FNLA logo começou a empurrar o MPLA à ação armada. Mesmo antes da posse do Governo Provisório, houve momentos em que um conflito aberto parecia se delinear. A *Emissora Oficial* adotara, no pós-25 de Abril, um discurso cuja linguagem se radicalizava. Os redatores dos programas emitidos estavam, no mais das vezes, ligados aos movimentos pró-MPLA, e ao longo de janeiro de 1975 deram eco às campanhas de dinamização do Poder Popular. A Rádio, ainda, suspendeu a leitura de um comunicado da FNLA. Como consequência, elementos militarizados deste movimento, comandados por Hendrik Vaal Neto, invadiram, na noite de 26 de janeiro, as instalações da rádio, destruíram alguns equipamentos e agrediram o locutor em serviço. Não satisfeitos, raptaram, em sua residência, o subchefe de redação da Emissora, António Cardoso, ex-presos político e militante do MPLA<sup>560</sup>.

Em resposta, o movimento presidido por Neto emite o seguinte comunicado:

“Consciente das responsabilidades históricas que lhe incumbem – defesa dos interesses das camadas mais exploradas do povo angolano, o M.P.L.A. [-]. tem evitado a todo o preço responder a provocações das forças reaccionárias que tentam mergulhar de novo o país numa guerra, cuja finalidade seria a de afastar o M.P.L.A. do poder político. [...] Esta guerra de agressão, tem sido habilmente mascarada sob a capa de uma guerra civil. [...] O M.P.L.A. repudia veementemente estes actos de

<sup>558</sup> Os comitês de ação, em especial os CAC, tiveram papel importante também na mobilização dessa força em benefício do MPLA. Marcelo Bittencourt encontrou no acervo da PIDE uma série de panfletos, elaborados pelos CAC já em julho de 1974, através dos quais incentivavam os soldados angolanos a abandonarem as tropas portuguesas e apoiarem o MPLA com suas armas e munições. Ver: Marcelo BITTENCOURT. “*Estamos juntos!*”: *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Vol. 02. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008, p.262.

<sup>559</sup> HEIMER. Op.cit., p. 70.

<sup>560</sup> Segundo a matéria do Diário de Lisboa, a proibição da leitura do comunicado veio do Secretário de Estado da Comunicação Social. “A Emissora Oficial de Angola assaltada pela FNLA”. Diário de Lisboa. Lisboa, Ano 54. Número 18.674, p. 01.

violência e de prepotência contra o pessoal daquela emissora e solidariza-se incondicionalmente com ela, face à violência e à prepotência de que foi vítima. Tais actos não poderão ser aceites de modo algum pelo povo angolano, nem pelo o M.P.L.A. e constituem um desrespeito flagrante aos acordos de Mombaça e da Penina”<sup>561</sup>.

Às primeiras provocações, portanto, o MPLA optou por não responder diretamente. Como resultado, a ênfase na unidade permeou os discursos dos três movimentos nos meses que se seguiram, apesar de nem sempre estarem em conformidade com a prática. Em fevereiro, porém, Daniel Chipenda abriu sedes em Luanda, e no dia 13 deste mês, sem consultar as estruturas do Governo como previsto no Acordo, o MPLA desencadeou ações militares contra tais instalações. A justificativa do movimento era de que se tratava de um assunto interno do MPLA. Os tiroteios desencadeados pela ação mereceram matéria na revista *Notícia* com título de “*Violência em Luanda*”<sup>562</sup> e censura por parte da Comissão Nacional de Defesa<sup>563</sup>.

Portanto, a exibição de força e a disputa na capital tiveram início logo após a assinatura do Acordo de Alvor, colocando em risco aquela esperança de pacificação que marcou a sua elaboração. A situação iria se agravar a partir de março, quando as tropas portuguesas lançaram ataques à sede principal do MPLA, localizada na Vila Alice, o que parece ter resultado de mais uma ação de sabotagem ao movimento de Agostinho Neto. Segundo relata Pezarat Correia, uma patrulha portuguesa fora interceptada, desarmada e alvejada a tiros por elementos militarizados que se identificaram enquanto forças do MPLA. As autoridades portuguesas exigiram a entrega dos envolvidos, pedido este não satisfeito pelo MPLA. Como retaliação, tropas portuguesas destruíram a sede do movimento. Mais tarde, ainda de acordo com Pezarat Correia, descobriu-se que a ação contra militares portugueses, desencadeadas por elementos que se teriam identificado como do MPLA, fora, na realidade, levada a cabo pela FRA com o propósito de gerar conflitos entre o MPLA e as Forças portuguesas<sup>564</sup>.

Ainda em março, o movimento de Holden Roberto lançou ataques às posições do MPLA na periferia da capital. As populações negras dos musseques, como já seria de se esperar, colocou-se ao lado do MPLA, e sofreu inúmeras baixas por conta disso. Incapaz de mobilizar tropas regulares para combater a FNLA, o MPLA apostou na constituição de milícias do Poder Popular na capital, que promoveriam contra-ataques ao movimento de

---

<sup>561</sup> “A Emissora Oficial de Angola assaltada pela FNLA”. Diário de Lisboa. Lisboa, 27 de Janeiro de 1975, Ano 54. Número 18.674, p. 24.

<sup>562</sup> “Violência em Luanda”. Revista *Notícia*. Luanda, 15 de Fevereiro de 1975, pp. 15 – 16.

<sup>563</sup> Pedro Pezarat CORREIA. Op.cit., pp. 135 – 136.

<sup>564</sup> Pedro Pezarat CORREIA. Op.cit., pp. 137.

Holden Roberto. Enquanto isso, Savimbi optou por uma posição de neutralidade, de modo a tirar proveito no caso da realização das eleições.

Os tiroteios entre as forças dos dois movimentos começaram na madrugada do dia 23 de março e os campos de batalha foram novamente os bairros suburbanos. Ouvia-se nos subúrbios explosões de granadas e disparos de armas automáticas. De acordo com o *Diário de Lisboa*, a população dos musseques estava apreensiva e denunciava o fato de a FNLA fazer rusgas às suas casas contra a sua vontade<sup>565</sup> e de revistar automóveis e populares que passavam pela Avenida do Brasil, onde se localizava a sede da delegação do movimento. As pessoas que manifestavam simpatia pelo MPLA eram então espancadas. Consta ainda que a “*casa mortuária da cidade de Luanda está pejada de cadáveres vítimas das acções desencadeadas pela F.N.LA. sobre a população civil. [...]*”<sup>566</sup>. Segundo o MPLA, os acontecimentos da última semana de março provocaram, em Luanda, duas centenas de mortos, muitos feridos e inúmeros desaparecidos<sup>567</sup>.

Segundo o *Diário de Lisboa*, o Alto-Comissário português, para evitar as repercussões dos incidentes da capital no país, nomeou uma comissão *ad-hoc* para censurar os jornais luandenses. As rádios tiveram os seus programas alterados, e foram proibidas de transmitir noticiários. A Emissora Oficial passou a ter permissão apenas para emitir os comunicados oficiais<sup>568</sup>. Não demorou, porém, para os confrontos saírem de Luanda e atingirem outras localidades de Angola.

Nesses dias, o Acordo de Alvor foi diversas vezes descumprido. Apesar disso, os ministros do Governo de Transição tentavam manter o funcionamento do mesmo, apesar do agravamento das tensões. No dia 27 de março, o Colégio Presidencial reuniu-se com os ministros portugueses Melo Antunes e Almeida Santos para tentar resolver a questão da violência em Luanda, ao fim do qual assinaram um novo cessar de hostilidades. Posteriores encontros entre os próprios primeiros-ministros e entre representantes de cúpula dos movimentos, o Alto Comissário e os comandos militares portugueses foram realizados na tentativa de encontrar uma solução para os enfrentamentos militares. As decisões e os acordos estabelecidos eram, porém, sistematicamente violados.

---

<sup>565</sup> “Angola. Granadas nos jardins do palácio do Governo”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 26 de Março de 1975. Ano 54. Número 18.723, p.01.

<sup>566</sup> “Angola. Ameaça de guerra civil”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 27 de Março de 1975. Ano 54. Número 18.724, p.01.

<sup>567</sup> “As Forças Armadas Portuguesas passaram a apoiar o MPLA”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 3 de Abril de 1975. Ano 54. Número 18.730, p.01.

<sup>568</sup> “Censura em Luanda”. *Diário de Lisboa*. Lisboa, 2 de Abril de 1975. Ano 54. Número 18.729, p.01.

Ainda em fins de março, a Comissão Coordenadora do Programa do MFA em Angola (CCPA) elaborou um estudo, o qual discutiu com o Conselho da Revolução<sup>569</sup> em Lisboa, que chamava a atenção para a paralisação do Governo Provisório, a incapacidade do alto-comissário português para enfrentar a situação, a presença de forças regulares do Zaire no exército da FNLA e ainda para a necessidade de estabelecer uma aliança entre a parte portuguesa, o MPLA e a UNITA cujo fim seria o de garantir o cumprimento do Acordo de Alvor. O MPLA, contudo, pressionado pelas estruturas do Poder Popular, recusou estabelecer uma aliança com a UNITA<sup>570</sup>.

Além da disputa militar, os dois movimentos atacavam-se mutuamente através dos seus jornais *Liberdade e Terra* da FNLA e *Vitória Certa* do MPLA, e dos comunicados que eram veiculados pela imprensa e pela Emissora Oficial. Cada um deles negava qualquer responsabilidade perante os fatos, atribuindo ao rival a inteira culpa pelos massacres. O MPLA criticava ainda a reação vacilante das autoridades portuguesas, que controlavam grande parte das forças de segurança<sup>571</sup>. Johnny Eduardo, membro do Colégio Presidencial pela FNLA, chegou a acusar “*o M.P.L.A. de ‘ter arrebanhado corpos de vítimas, juntando-os de modo a parecer que houvera um massacre’ a fim de comprometer a F.N.L.A.*”<sup>572</sup>. O movimento de Holden Roberto responsabilizou ainda as “*hordas armadas do MPLA em Luanda*”<sup>573</sup> não só pelos incidentes na capital, como também pela repercussão dos mesmos no território nacional.

Ambos os movimentos mobilizaram o discurso étnico-regional. O MPLA em maio alegou que seus militantes foram vítimas de violência tribal levada a cabo sobre todos os que não fossem bakongo. Já a FNLA acusou o rival de haver armado todos os seus militantes, cuja maioria era natural de Luanda e de Catete, que atacavam os bakongo, malanjinós e bailundos<sup>574</sup>. Enquanto a disputa era contra um inimigo comum, isto é, contra o grupo de brancos que vivia nos musseques, durante julho e agosto de 1974, o fator étnico-regional parece ter sido sobreposto por critérios raciais. Em outras palavras, as agressões nos

---

<sup>569</sup> Em 11 de Março de 1975, Portugal foi alvo de uma nova tentativa frustrada de golpe de Estado, cuja intenção seria a de derrubar o governo e devolver o poder a Spínola, o que, por sua vez, culminou com a substituição dos órgãos de cúpula existentes pelo Conselho da Revolução. Ver: Pedro Pizarat CORREIA. Op.cit., p. 138.

<sup>570</sup> Pedro Pizarat CORREIA. Op.cit., p. 140.

<sup>571</sup> O Governo Português, porém, estava mergulhado em graves problemas e não estava em condições de dar a Angola a atenção que a crise tornava necessária.

<sup>572</sup> “Civis armados nos incidentes em Luanda”. Diário de Lisboa. Lisboa, 03 de Abril de 1975. Ano 54. Número 18.730, p.11.

<sup>573</sup> “Comunicado do Bureau Político da FNLA”. A Província de Angola. 8 de Maio de 1975, ano LII, número 16.037, página ilegível.

<sup>574</sup> “Comunicado do Bureau Político do MPLA”, “Comunicado do Bureau Político da FNLA”. A Província de Angola. Luanda, 8 de Maio de 1975, ano LII, número 16.037, página ilegível.

musseques colocavam brancos e negros em confronto. As diferenciações raciais homogeneizavam grupos que eram bastante heterogêneos. Quando o conflito colocou-se entre os não-brancos, porém, os fatores étnico-regionais voltaram a ser mobilizados. Se o MPLA divulga que seus militantes foram atacados por bakongos, não se admira que tal discurso provocasse como efeito uma revolta nos indivíduos provenientes de outros grupos étnicos com relação aos agressores. O mesmo pode ser dito com relação às acusações da FNLA contra os naturais de Catete e Luanda.

Paralelamente à mobilização do fator étnico-regional, e até como forma de se contrapor a ele, os movimentos dizem defender os interesses nacionais. Enquanto o MPLA se apoiou na ideia do Poder Popular, que trabalhava com a noção de Povo e de massa, como forma de ultrapassar as divisões étnicas e as submeter às diferenças de classe, Holden Roberto aposta na questão da nação e direciona os seus ataques ao fato de o MPLA ter armado a população civil. Em uma das propagandas da FNLA, veiculada por *A Província de Angola*, consta uma imagem de Holden Roberto com os dizeres: “*Agora estão armando angolanos para matar angolanos. É triste!*”.

Não passou despercebida para o líder da FNLA a possibilidade de aumentar a rejeição ao MPLA pelo fato de o movimento de Neto ter armado parte da população. “*Quem arma miúdos de 14 anos*”, disse ele, “*é porque não tem apoio. Sabe que os miúdos não pensam. Se dá armas a esses miúdos irresponsáveis, é porque já não tem apoio da população*”<sup>575</sup>. Segundo o discurso da FNLA, Neto armou a população civil como uma manobra para sabotar as eleições e suscitar uma intervenção comunista em Angola.

Os discursos adotados por cada uma das partes em seus ataques verbais deixavam ver ainda que o conflito em Angola começava a apresentar-se nos moldes das disputas internacionais. Enquanto o MPLA prosseguia nas acusações à FNLA como movimento a serviço dos interesses capitalistas e imperialistas, o movimento de Holden Roberto alertava para o perigo comunista que o MPLA representava. Em outras palavras, o MPLA configurou-se enquanto o símbolo da luta anti-imperialista, enquanto a FNLA procurou representar-se enquanto baluarte do anticomunismo.

Em fins de maio, a perspectiva da realização de eleições parecia distante. Frente à situação que se colocava, o Governo Provisório não consegue dar início a trabalhos fundamentais como a elaboração da lei e dos cadernos eleitorais.

---

<sup>575</sup> Holden ROBERTO. “Encontro de Holden Roberto com a imprensa”. *A Província de Angola*. Luanda, 15 de Maio de 1975, ano LII, número 16.043, p. 03.

O jornal *A Província de Angola* dá destaque ao movimento de Holden Roberto, sem poupar elogios ao presidente da FNLA, dando eco a propaganda anti-MPLA.

A partir de 5 de junho, estouraram, em Luanda, “*os mais graves embates armados desde os acordos de Alvor*”<sup>576</sup>. Envolvem, mais uma vez, as forças do MPLA e da FNLA. As autoridades portuguesas, através do comandante do setor de Luanda, emitiram ordem imperativa para que as forças dos movimentos retornassem aos quartéis, e chegaram a ameaçar prendê-los e até abatê-los caso não a cumprissem. O ELNA, Exército de Libertação Nacional de Angola, da FNLA, chegou a atacar o Hospital de São Paulo, e a casa do ministro Diógenes Boavida, do MPLA, foi bombardeada. A troca de tiros em frente às sedes dos movimentos causou ainda a destruição do Hospital Universitário. O MPLA acusou a UNITA de participação nos ataques ao lado da FNLA. A UNITA e a FNLA responsabilizaram o MPLA pelos incidentes. Estes episódios ficaram conhecidos como a “primeira batalha de Luanda”.

Com o agravar da situação e o perigo de uma guerra civil generalizada, a UNITA pressionou no sentido da realização de um novo encontro de cúpula entre os presidentes dos três movimentos, como mais uma tentativa de colocar fim aos confrontos militares. Naquelas condições, porém, o ódio entre os militantes de ambos os movimentos já estava colocado e o estabelecimento de qualquer solução que não militar seria impraticável. Agostinho Neto foi pressionado pelos comitês e pelas CPB a não comparecer à reunião. No entanto, a proposta da UNITA saiu vencedora e Neto, Savimbi e Holden Roberto encontraram-se em mais uma Cimeira, agora realizada no Quênia, entre os dias 16 e 21 de junho. Ao fim do documento resultante do encontro, os presidentes dos três movimentos “*afirmam solenemente renunciar ao uso da força como meio de solucionar os problemas e honrar os compromissos resultantes do Acordo*”<sup>577</sup>. Segundo Heimer, porém, a aceitação da reunião de cúpula fora apenas uma estratégia para ganhar tempo e preparar-se militarmente para posterior confronto<sup>578</sup>.

A trégua que, afinal, foi o resultado da Cimeira, durou até a primeira semana de julho quando o MPLA e a FNLA retomaram a guerra dos comunicados, e o Comando Operacional de Luanda denunciou nova vaga de prisões arbitrárias efetuadas pelos dois movimentos<sup>579</sup>.

Dessa vez, porém, seria o MPLA a tomar a iniciativa. Em 9 de julho, as suas Forças Armadas Populares de Libertação de Angola, FAPLA, em conjunto com as milícias do Poder Popular, direcionaram uma ação ofensiva contra a FNLA que culminou com a sua saída e a da UNITA de Luanda. Esse episódio ficou conhecido como a “segunda batalha de Luanda”.

---

<sup>576</sup> “Bombardeada e residência do ministro da justiça (M.P.L.A.)”. Diário de Lisboa. Lisboa, 6 de Junho de 1975, ano 55, número 18.783, p.07.

<sup>577</sup> Trecho do texto resultante da Cimeira de Nakuru. Pedro Pezarat CORREIA. Op.cit, p. 142.

<sup>578</sup> HEIMER. Op.cit., p. 79.

<sup>579</sup> “Outra vez tiros em Luanda”. Diário de Lisboa. Lisboa, 10 de Julho de 1975, ano 55, número 18.811, p. 05.

Essa foi, sem dúvida, uma grande vitória para o MPLA, e só foi possível pela aceitação que o movimento conquistou entre as massas populares. O MPLA venceu, mas devia essa vitória também aos comitês de ação e às CPB.

Era uma vitória pontual, no entanto. Ela marcou o fim do Governo Provisório e do Acordo de Alvor, cuja suspensão parcial foi formalizada pelo governo português em 22 de agosto de 1975, através do Decreto-Lei nº 458/A-75<sup>580</sup>. O MPLA garantiu o controle do governo da capital, mas ainda envolvia-se em batalhas em outras zonas da Angola na tentativa de se consolidar em todo território nacional.

O êxito inicial do MPLA, por sua vez, contribuiu para a consolidação de uma aliança entre os movimentos de Holden Roberto e de Jonas Savimbi<sup>581</sup>, e os impulsionou no sentido de mobilizar o apoio dos países ocidentais na luta contra o perigo comunista representado pelo movimento de Agostinho Neto. O ELP, Exército de Libertação Português, engajou-se ao lado da FNLA, que contava ainda com apoio norte-americano e do Zaire. A UNITA passou a contar também com auxílio dos Estados Unidos, mas beneficiou-se ainda mais de um apoio efetivo da África do Sul, que organizou uma coluna, constituída majoritariamente por suas tropas regulares, que entrou em Angola, pela Namíbia, em 14 de outubro de 1975, alterando profundamente a situação em desfavor do MPLA<sup>582</sup>. O objetivo das duas partes em confronto era controlar a capital em 11 de novembro de 1975, para, de Luanda, proclamar a independência do país.

Angola, porém, era ainda território português, e Portugal era membro da OTAN. Uma interferência aberta de países estrangeiros poderia causar embaraços para os envolvidos, de modo que as forças aliadas à FNLA e à UNITA optaram por esperar até 11 de novembro<sup>583</sup> para invadir a capital. Mesmo porque de Lisboa fora transmitida às forças portuguesas a

---

<sup>580</sup> O Decreto-Lei, porém, não afetava os princípios programáticos do Alvor, isto é, insistia-se na unidade territorial de Angola, não alterava a data de independência e reafirmava os três movimentos de libertação enquanto únicos representantes legítimos do povo angolano. Ver: Pedro Pezarat CORREIA. *Op.cit.*, p. 148.

<sup>581</sup> No início de agosto de 1975, chegou a ser assinado um acordo entre o MPLA e a UNITA, mas que foi inviabilizado por bloqueio da UNITA. A CIA já preparava uma aliança entre a UNITA e a FNLA e pressionou Savimbi a sabotar o acordo, o que é, inclusive, admitido pelo dirigente da CIA para Angola, John Stockwell. Ver: Pedro Pezarat CORREIA. *Op.cit.*, pp. 145 – 146.

<sup>582</sup> HEIMER. *Op.cit.*, pp 83 – 84.

Desde o período da luta de libertação, o MPLA e a FNLA contavam com grande ajuda externa. O que diferencia o período da guerra civil do da guerra de independência, segundo Pezarat Correia, é a intervenção direta de forças regulares estrangeiras no conflito. É isso que marca a internacionalização da guerra civil angolana. Ver: Pedro Pezarat CORREIA. *Op.cit.*, pp. 152 – 153.

<sup>583</sup> Com o deflagrar do conflito, o governo português decidiu evacuar suas tropas de Angola no dia da independência.

decisão do presidente da República de que deveria ser evitada, a todo custo, uma invasão estrangeira de Luanda até a data marcada para a transferência de poder<sup>584</sup>.

Essa espera salvou o MPLA. No último minuto, o movimento de Agostinho Neto contou com a chegada de tropas cubanas e com equipamento soviético para bloquear o avanço dos rivais. Ora, ficava claro que a disputa de poder entre, por um lado, o MPLA e, por outro, a FNLA e a UNITA, tomava os contornos da Guerra Fria. E os líderes dos três movimentos logo perceberam que seriam as alianças externas que determinariam a sua vitória ou derrota no confronto que se colocava.

No dia 11 de novembro de 1975, o MPLA proclamou, em Luanda, a independência da República Popular de Angola. Ao mesmo tempo, a FNLA e a UNITA proclamavam, no Huambo, a República Democrática de Angola. A tão almejada independência, portanto, estava longe de significar a paz.

#### IV.3.4. A vida em Luanda por Ryszard Kapuściński.

“Havia um ambiente apocalíptico, uma expectativa de destruição. Alguém chegava com o boato de que se preparavam para bombardear a cidade durante a noite. Uma outra pessoa ouvira dizer que, nos bairros negros, se afiavam facas para cortar a garganta aos portugueses. A insurreição explodiria a qualquer momento. ‘Que insurreição?’ – perguntei [...] Ninguém sabia exatamente. Apenas uma insurreição e descobriremos de que tipo é quando nos atingir”<sup>585</sup>.

Mal recuperada dos conflitos anteriores, Luanda tornara-se mais um vez campo de batalha. O trecho acima é parte das memórias de Ryszard Kapuściński, jornalista polonês que se dispôs a cobrir os acontecimentos de Angola até a independência. Sua narrativa começa em setembro de 1975. Ricardo, como era chamado pelos angolanos, hospedou-se em Luanda, na cidade de asfalto, e narra o ambiente que encontrou. A cidade que descreve já tinha sido abandonada pelos movimentos rivais ao MPLA, mas via-se ameaçada por suas forças armadas. Segundo ele, todo fim de tarde, um avião atirava sobre Luanda panfletos em que se afirmava que os exércitos de Holden Roberto estavam à porta da cidade.

O eclodir da guerra civil marcou a saída maciça da população branca que ainda estava em Angola. *“As pessoas fugiam como de uma doença infecciosa, como de um ambiente*

<sup>584</sup> Pedro Pezarat CORREIA. Op.cit., pp. 144.

<sup>585</sup> Ryszard KAPUŚCIŃSKI. *Mais um dia de vida. Angola – 1975*. Porto, Campo das Letras, 1997, p. 15.

*pestilento, que não se pode ver, mas mata*<sup>586</sup>. Além dos habitantes de Luanda, a saída dos brancos de todo o país se fazia através da capital. De todos os lados, vinham gentes em caravanas na esperança de sair a tempo de salvar suas vidas, de modo que formou-se um verdadeiro acampamento, nas imediações do aeroporto, de pessoas desesperadas à espera de uma vaga no próximo avião, não importava qual o destino. Ali vivia-se, de acordo com Kapuściński, “*em piores condições do que os pretos no bairro africano próximo do aeroporto*”<sup>587</sup>.

Os que deixavam a capital levavam tudo o que podiam. Kapuściński ilustra Luanda como uma cidade de caixotes. Tudo o que podiam colocar dentro de suas caixas de madeira, colocavam. “*Nas ruas, agora, havia apenas milhares de carros, a enferrujarem e a cobrirem-se de pó. Também restavam ainda as paredes, os telhados, o asfalto nas estradas e os bancos de ferro ao longo das avenidas*”<sup>588</sup>. A Luanda de antes, segundo ele, desaparecia na Baía.

Deixando o tom poético de lado, esse êxodo traria consequências amargas para a vida na capital. A economia, os meios de produção, os serviços funcionavam nessa cidade, agora encaixotada. Na periferia, estava a mão de obra. Esse abandono agravaria a crise econômica que Luanda já vivia. Em outubro, praticamente todo o comércio já havia fechado as suas portas. Os restaurantes e cafés já não mais funcionavam, e suas mesas e cadeiras apareciam nos bairros periféricos<sup>589</sup>.

A prestação de serviço também foi abalada. Os depósitos de água se localizavam nas proximidades das frentes de combate e eram com frequência destruídos durante os confrontos, o que acarretava em deterioração do fornecimento. Os policiais e os bombeiros deixavam a cidade. Não havia mais lixeiros, nem médicos.

Segundo Kapuściński, em meados de outubro, a capital já não tinha contatos com o resto do país. As informações sobre o andar da guerra vinham através da rádio, que o jornalista conseguia escutar através das janelas abertas ao passear pelas ruas de Luanda.

A única diversão na cidade era um cinema a céu aberto, cujo dono fugiu para Portugal, mas o projetor ficou. Possuía apenas uma cópia do filme pornográfico *Emmanuelle* que projetava em sessões contínuas e não cobrava o passe. A lotação estava sempre esgotada.

E foi assim, alvo da artilharia pesada do exército de Holden Roberto que de quando em vez fazia tremer a capital, tomada pelo pânico da incerteza, com dificuldade de acesso aos bens de consumo e aos serviços primários para a vida numa cidade, que a população de

<sup>586</sup> Ryzard KAPUŚCIŃSKI. Op.cit., p. 19.

<sup>587</sup> Ryzard KAPUŚCIŃSKI. Op.cit., p.17.

<sup>588</sup> Ryzard KAPUŚCIŃSKI. Op.cit., p.22.

<sup>589</sup> Ryzard KAPUŚCIŃSKI. Op.cit., p.25.

Luanda, em 11 de novembro de 1975, encontrou ainda energia para celebrar a proclamação da independência por Agostinho Neto.

#### **VI.4 Em Luanda, a guerra chega quando se discute a paz.**

A Revolução dos Cravos trouxe euforia para Portugal e para o Ultramar. Grande parte das populações, europeia e africanas, festejaram a queda do regime de Oliveira Salazar e Marcelo Caetano. Uma alegria que, no espaço ultramarino, misturou-se à tensão. Luanda aclamou a chegada dos seus presos políticos, agora anistiados. Organizou os seus partidos e associações. Mas, ao mesmo tempo, extravasou questões há muito caladas pelo governo deposedo.

Do 25 de Abril de 1974 ao 11 de Novembro de 1975, em vários momentos parecia possível estabelecer a paz em Angola. Essa era, afinal, uma das bandeiras do Movimento das Forças Armadas. Mas essa solução não chegava. Alguns jornalista atribuíram a essa demora a responsabilidade pelos conflitos que a partir julho estouraram em Luanda. Não perceberam eles que este conflito já estava posto fazia anos.

Pode-se concluir, pelo que foi exposto, que havia uma estreita correlação entre a expectativa de paz e o desenrolar de conflitos na capital. A razão para tal reside no fato de que o fim da guerra de libertação e a perspectiva de independência traziam consigo a necessidade de definição de um modelo de desenvolvimento para o Estado autônomo, o que se tornava um espaço aberto para a disputa de poder.

Durante os treze anos de luta de libertação, portanto, a capital seguiu sua rotina. Não sofreu suas consequências diretas, muito por conta de uma política colonial repressiva que foi eficiente no sentido de isolar Luanda o mais possível das influências da guerra. O que não podia conter, porém, era a expectativa de uma vida diferente que a luta de independência trazia consigo, e o esforço por negar a existência de conflitos internos contribuiu apenas para agravá-los. O confronto estava colocado. Restava apenas o assassinato de um motorista de taxi para fazê-lo estourar.

A chegada da guerra a Luanda provocou profundas transformações na própria composição social da cidade. Durante os sucessivos conflitos, assistiu-se a grande êxodo das populações dos musseques, o que diminuiu a oferta de mão de obra na capital. A economia sofria com a instabilidade causada, por um lado, pela emigração de trabalhadores, e, por

outro, por uma série de greves. A população branca, em grande número, deixara o país. O pequeno e grande comércio ficou abandonado, assim como as empresas, indústrias e os serviços. Saíram os profissionais especializados, os professores, os médicos, os engenheiros, os bombeiros, os motoristas. Foram-se os técnicos, os operários não-especializados. A cidade do asfalto ficara deserta e os subúrbios devastados por um longo ano sangrento.

Por outro lado, chegou a Luanda um grande número de ex-presos, tanto políticos como de delito comum, e de guerrilheiros. Alguns deles não viam Luanda há mais de uma década, e certamente já não poderiam reconhecê-la. Outros lá entravam pela primeira vez. Nas vésperas da independência, começaram a chegar à capital também grandes contingentes de cubanos, em socorro ao MPLA. Nessas condições, a cidade iria continuamente se reestruturar e reorganizar os seus vínculos de solidariedade.

A saída de parte da camada economicamente ativa de Luanda, a necessidade de reestruturação da economia, a emergência da guerra civil, a crise política que se colocava, tudo isso gerou problemas graves para a cidade, que passou a sofrer com uma redução drástica da sua atividade produtiva e a conseqüente falta de bens de consumo primários.

Nos primeiros conflitos que estouraram na capital, o fator racial se colocou sobre os demais. Com a evasão da população branca, este fator perdeu parte da sua importância imediata, e outros fatores como o étnico e, no caso de Luanda e de outros centros urbanos, as solidariedades de classe colocaram-se com mais força. A vitória do MPLA deveu-se, em grande parte, à grande adesão do proletariado e do subproletariado ao modelo de desenvolvimento defendido pelo movimento.

Apesar de todos esses contratemplos, pelo menos uma determinação do Acordo de Alvor foi cumprida: a data da independência. Em 11 de novembro de 1975, Angola tornou-se livre de Portugal. Estava posta, porém, uma guerra civil em que os interesses internacionais já se colocavam em primeiro plano, e que carregaria a marca da Guerra Fria. Ou seja, colocava-se em disputa os modelos capitalista e não-capitalista. A vitória do MPLA e a proclamação da independência, portanto, não significaram a paz. Enquanto a FNLA fora derrotada de forma humilhante pelas forças cubanas/MPLA, a UNITA gozou de um maior sucesso, na medida que se retirou de forma organizada para o sudoeste angolano. Os Estados Unidos transferiram, então, a prioridade do seu auxílio para a UNITA e pressionaram o MPLA a aceitar uma aliança de governo com o movimento de Savimbi. Controlando militarmente a maior parte do território angolano, o MPLA recusa a proposta, e os EUA aconselham a UNITA a prosseguir na luta armada contra o governo sob a forma de guerra de guerrilha. Tem-se início uma longa guerra civil. A África do Sul se envolve intensamente, até cessar a sua participação após as

mudanças internas do país que levaram ao fim do *apartheid*. Ao apoio sul-africano, somava-se o dos Estados Unidos e do Zaire<sup>590</sup>.

Além da violenta guerra civil que se seguiria, o MPLA enfrentaria questões internas também graves. Dali, daquela cidade, destruída e abandonada, onde a guerra finalmente se fizera sentir e cuja composição social mudara drasticamente, o MPLA teria que iniciar um longo trabalho de reconstrução nacional. Não faltariam dificuldades. Se o movimento conseguiu expulsar os seus rivais da capital e proclamar unilateralmente a independência de Angola, teria ainda que enfrentar árduas disputas por poder dentro de si mesmo. E, novamente, no que diz respeito aos conflitos internos, os comitês de ação desempenhariam papel central, mas, desta vez, do lado oposto ao da direção do MPLA.

---

<sup>590</sup> Pedro Pezarat CORREIA. Op.cit., p. 169.



**Figura 13:** Mercado nos musseques.

Fonte: Ilídio do Amaral. *Estudo de geografia urbana*, 1968, Imagem 36.

“Há ainda os vários cheiros da vida, os cheiros das aglomerações humanas. De todos, o mais complexo, vários, colorido, gritante, é o do mercado, com as mulheres sentadas no chão, as quindas à volta, um abano a afugentar as moscas que querem pousar nos bagres secos, negros e submetálicos; no bombó assado; na batata-doce escondendo sob a pele queimada, baça, uma quentura amarela; nos dendéns vermelhos; nos limões de casca seca e ácida; nos cocos cor de capim de cubata... ou então em coisas que ele aprecia mais mas que são raras, misteriosas e estranhas, como o jinjimo ou o muxilo-xilo, cada uma exalando o seu cheiro, numa longa gama, com gradações, correspondências e contrastes, dispersões e tempos mortos, pausas e sequências até o infinito, numa composição avassalante. Diante do mercado – a mais complexa composição de cheiros que conhece –, ele não resiste: entrega-se”<sup>591</sup>.

---

<sup>591</sup> Mário António de OLIVEIRA. “XIV” IN *Crónica da Cidade Estranha*. Queluz: Literal, 1977, p. 82. Essa série de crônicas foi publicada em 1964 pela Agência-Geral do Ultramar.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS.

“Começa a ser tempo de fazer a História disto tudo – disse Orlando. – Como uma geração faz uma luta gloriosa pela independência e a destrói ela própria. Mas parece que a gente da sua geração não é capaz de a fazer. E a minha geração, a dos que agora têm trinta anos, não sei. Fomos castrados à nascença. Eu tinha treze anos quando Luanda se mobilizou em massa para receber os heróis da libertação. Fiz parte duma base de pioneiros, à entrada da Ilha, onde morava. Vivíamos para aquilo. Marchávamos, ouvíamos os relatos dos mais velhos vindos das matas, cantávamos as canções revolucionárias, inventámos aquela marcha-dança que se espalhou por todo o País, misto de fervor patriótico e imaginação criativa. E depois quiseram enquadrar-nos. Disseram, vocês devem marchar como os soldados, vocês são os futuros soldados. Já não podíamos dar aqueles passos malucos que arrancavam palmas a toda a gente, vai para frente, um passo para o lado, volta para trás, uma piada no meio. Mesmo no Carnaval, anos mais tarde, só se podia marchar como os soldados, os grupos deixaram de dançar. Liquidaram a imaginação, em nome duma moral militarista, de disciplina de caserna ou de convento, não sei, já não se podia criticar, dizer o que se pensava, tinha de se pensar antes de dizer. Houve as lutas internas, golpes de palácio que ninguém entendia, afastamentos de tipos que para nós eram heróis, outros iam parar à cadeia. E a minha geração, jovem e entusiasmada, foi perdendo o entusiasmo, foi considerando que a política era algo proibido e perigoso, só se devia cumprir e não pensar. Ela aí está, pensando só no carro e nas viagens, no futebol e nas farras. Sem meta na vida”<sup>592</sup>.

Esse trecho, retirado de um romance de Pepetela, reflete uma desilusão, uma tristeza para com os rumos tomados por Angola após a tão esperada liberdade política. Essa decepção está intimamente ligada à morte de uma esperança, que, de certa forma, existia nos corações das populações angolanas marginalizadas durante os últimos anos do período colonial. Para finalizar este trabalho, façamos uma rápida retrospectiva das análises elaboradas e busquemos entender o que se passou no imediato pós-independência para compreendermos o relato da personagem aqui destacado.

### **Retrospectiva.**

Fizemos uma longa viagem pelas ruas de Luanda. Ou, para primarmos pela exatidão, pelos turvos labirintos dos musseques, nos quais nos detivemos por mais tempo. Vimos como a cidade continuou a atrair grandes levas de imigrantes, mesmo após a eclosão da luta de libertação. Como não tinha estruturas para acomodar tanta gente, o resultado foi uma séria deterioração das condições de vida das populações de baixa renda. Mesmo com a explosão

---

<sup>592</sup> PEPETELA. *A Geração da Utopia*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993, pp. 303 – 304.

industrial vivida na cidade no pós-Segunda Guerra Mundial, problemas como desemprego e subemprego subsistiram. Ainda assim, homens, mulheres e crianças continuavam a se transferir para a capital, na busca de uma vida melhor.

Mário António de Oliveira chamou Luanda de “*ilha crioula*”, aludindo, em uma perspectiva lusotropical, à mestiçagem cultural resultante do contato entre portugueses e africanos na cidade, desde a sua fundação no século XVI<sup>593</sup>. De fato, até meados do dezenove, os negros, mestiços e os brancos que viviam em Luanda dividiam entre si o espaço ocupado da cidade, principalmente a Cidade Alta e a Cidade Baixa. No entanto, a intensificação da ocupação de Angola por portugueses – a maioria dos quais fixou-se em Luanda – iniciada já em finais dos oitocentos, mas que ganhou especial impulso durante o regime de Salazar, alterou por completo a organização espacial e racial da capital da colônia. As populações negras e mestiças foram continuamente expulsas da área central da cidade, e assistiu-se a uma explosão de bairros periféricos, os *musseques*. O racismo, enquanto ideologia legitimadora da dominação imperialista, ganhou força através da aplicação de uma legislação que classificava a população juridicamente através da cor da pele, embora disfarçada em termos culturais.

A crise de hegemonia que se tornou aberta com o eclodir da guerra, no entanto, fez necessária uma série de reformas na maneira pela qual as relações de poder eram exercidas naquela sociedade. Quando o descontentamento, portanto, assume aspectos de ação direta anticolonial, o governo português aceita fazer concessões, no sentido de garantir a sua permanência na África. Falamos da abolição das leis discriminatórias e das ações de promoção social voltadas à população não-branca de Angola. Ao contrário, porém, dos objetivos dessas reformas, o resultado foi um agravamento da crise, face ao contraste entre as leis e o *habitus*, este visível através não só da permanência como da radicalização de determinadas práticas sociais. Em outras palavras, apesar de todo o esforço para permanecer em Angola de forma consensual, verificou-se, no pós-1961, um aumento do descontentamento não só por parte das populações negras e mestiças mas também da de origem europeia.

Importa aqui destacar, uma vez mais, que, em meio às circunstâncias resumidas acima, as populações mais diretamente exploradas pelo regime vigente construíram vínculos de solidariedade entre si, até como uma forma de responder aos mecanismos de manutenção das relações de dominação próprias daquela sociedade colonial. Vimos que essa construção passava por diversos fatores, como os étnico-linguísticos, regionais, familiares, de classe, de

---

<sup>593</sup> Mário António de OLIVEIRA. *Luanda, 'ilha' crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.

raça, de bairro, etc., mesmo que, em determinadas situações, alguns destes se sobressaíssem aos demais.

A pergunta principal que nos colocamos foi em que medida a guerra, travada nas proximidades das fronteiras de Angola, influenciou na organização social de Luanda. Até abril de 1974, a guerra chegou à capital apenas de maneira indireta. Além das reformas empreendidas e da intensificação das políticas de controle das populações, a luta armada influenciava as vidas de mulheres e homens explorados pelo simples fato de existir, já que trazia consigo a possibilidade da construção de uma outra sociedade, na qual poderiam ter voz ativa. Trazia, portanto, a esperança de uma nova ordem social. O agravar das tensões raciais e da violência dirigida principalmente aos negros, vistos pelos agentes da ordem enquanto *terroristas* em potencial, deu a essa expectativa uma nova força, que transparecia em ações classificadas enquanto *subversivas* ou *inconvenientes* pelas autoridades policiais.

Essa contestação à ordem imposta ganhou impulso principalmente em fins dos anos 1960 e início da década de 1970, e foi fortemente influenciada pelas emissões do programa *Angola Combatente* do MPLA. Esse período coincide com o ápice da atividade guerrilheira do MPLA, devido ao impacto causado pela abertura da Frente Leste, e com a sua crise, causada pela contraofensiva portuguesa, o que, por sua vez, alimentou descontentamentos dentro do próprio movimento e culminou com a chamada Revolta do Leste, a partir de 1972. Vimos, porém, que, enquanto movimento praticamente derrotado militarmente e internamente dividido, o MPLA, em contraste, se fortaleceu na capital, onde era considerado pela grande maioria da população dos musseques como a sua vanguarda revolucionária. Nessas circunstâncias, chega o 25 de Abril de 1974.

Vimos ainda que foi com o fim do regime de António de Oliveira Salazar e de Marcelo Caetano que a guerra chegou a Luanda. A hesitação do novo governo português em apresentar uma solução definitiva para a questão do Ultramar e o conflito entre projetos distintos de sociedade fez da capital um campo de batalha. Notamos, então, que foi exatamente no momento em que a paz parecia possível que os confrontos na capital estouraram, em ligação direta com a necessidade de decisão quanto ao modelo de descolonização a ser aplicado, uma vez que esta escolha determinaria a maneira pela qual as relações de poder seriam construídas no Estado autônomo. Para esse ambiente de violência, contribuíram ainda todas as tensões agravadas ao longo dos anos que se seguiram ao 4 de Fevereiro de 1961. E no centro dessas tensões estava justamente o conflito racial.

Como resposta a essa onda de violência, por sua vez, as populações negras dos musseques de Luanda se organizaram, criaram suas comissões de bairro e suas milícias de

autodefesa. Por trás disso, estavam células, ainda clandestinas, que agiam em nome do MPLA, mas que não estavam a ele integradas: os comitês de ação. É nesse cenário de incertezas quanto ao futuro de Angola, que surgem as Comissões Populares de Bairro e o Poder Popular. E é essa a Luanda que os líderes dos movimentos de libertação encontram quando entram na capital, entre fins de outubro e início de novembro de 1974.

A chegada dos movimentos nacionalistas à capital e os acordos estabelecidos entre eles – o que, novamente, parecia abrir caminho para a paz –, no entanto, não significaram o fim da guerra. Vimos que os confrontos entre eles não demoraram a se colocar, tendo, novamente, Luanda como primeiro grande campo de batalha. O MPLA saiu vencedor desse conflito, e para tal contou com forte apoio das Comissões Populares de Bairro. Aliás, a intensa participação das massas populares, assim como o poder de mobilização dos comitês de ação na chamada *segunda guerra de libertação*, que teve por resultado a expulsão da FNLA de Luanda e a consolidação do MPLA, ampliou o grupo dos que podiam reivindicar legitimidade política, antes quase que monopolizada pelos que ingressaram na guerrilha ou pelos que haviam sido presos.

A Luanda na qual Agostinho Neto proclamou a independência em 11 de Novembro de 1975 era uma cidade que fervilhava politicamente. Havia o tal *fervor patriótico* lembrado por Orlando em nossa epígrafe, e uma grande esperança quanto ao futuro. “*Vivíamos para aquilo*”, disse ele. Havia uma grande mística em torno dos heróis da libertação, transmitida através de relatos e canções. O movimento era, de fato, capaz de mobilizar grandes massas populares que tinham se tornado bastante ativas politicamente. O MPLA era, para as populações negras e mestiças, a garantia de uma independência total, na qual o poder seria exercido pelo povo.

### **E depois?**

O trecho destacado do romance de Pepetela, contudo, mostra em seguida uma outra imagem, em visível contraste com o entusiasmo com o qual os pioneiros receberam os seus heróis. A personagem alguns anos depois reconheceria que, para a sua geração, “*política era algo proibido e perigoso, só se devia cumprir e não pensar*”. O que se passou com toda aquela euforia que o MPLA conseguia despertar nas populações?

Aqui vale um parênteses. É curioso, quando se olha para o cenário angolano de 1974, pensar que, nos anos 1950, Viriato da Cruz, Ilídio Machado, António Jacinto e Mário António de Oliveira tiveram que abandonar a ideia de constituir um Partido Comunista Angolano devido à rejeição que o termo “comunista” trazia consigo. Em uma sociedade com divisões de classe mais acentuadas, consequência do processo de industrialização, como se vê nos anos 1970, são as ideologias radicais de esquerda que ganham terreno. Após a Revolução de Abril e, posteriormente, da proclamação da independência, toda uma literatura de esquerda, antes proibida pelo regime colonial, passa a ser lida com grande ânimo pelos jovens que defendem a aplicação dessas teorias ao Estado angolano independente.

Chegamos a mencionar, no quarto capítulo, a surpresa dos líderes dos movimentos nacionalistas ao defrontarem-se, em Luanda, com grupos que classificaram enquanto *radicais*. Era, enfim, a tal geração que participou ou teve conhecimento da existência do PCA e das siglas na qual fragmentou-se que, ao retornar a Luanda, encontra um cenário completamente diferente daquele que deixou anos antes.

Dos comitês de ação de tendência de esquerda no pós-1974 ganharam destaque os Henda e os Amílcar Cabral, por haverem exercido importante papel na organização das Comissões Populares de Bairro e na mobilização do Poder Popular. Ambos os comitês, lançaram mão da estratégia do “*entrismo*”, ou seja, buscaram se inserir no movimento, ocupar as suas estruturas e transformá-lo por dentro, de acordo com as ideologias que defendiam, uma vez que o próprio movimento não definia com exatidão a sua linha ideológica. Tem início, então, mesmo antes da independência de Angola, uma disputa de hegemonia dentro do próprio MPLA entre as diversas correntes que tornaria evidente a fragilidade da aliança travada contra o inimigo comum, a FNLA.

Foi ainda nesse contexto que o nome de Bernardo Alves Baptista, conhecido como Nito Alves, ganhou destaque. Sua aparição no Congresso de Lusaka, em agosto de 1974, no qual proferiu um discurso inflamado em defesa de Agostinho Neto face às duas dissidências – Revolta do Leste e Revolta Ativa – lhe deu projeção no seio da Direção do Movimento. Sua carreira no MPLA é marcada, então, por uma rápida ascensão. Já na Conferência Interregional do MPLA, realizada em outubro deste mesmo ano, Nito Alves é eleito membro do Comitê Central do movimento.

Comissário político da Primeira Região Político-Militar<sup>594</sup>, por muitos anos isolada e cuja luta principal foi pela própria sobrevivência, Nito Alves apareceu em Luanda enquanto

---

<sup>594</sup> O MPLA, durante o processo de estruturação militar, dividiu as áreas de suas atividades guerrilheiras em Regiões Político-Militares. A região dos Dembos (figura 9), relativamente próxima à cidade de Luanda, passou a

herói da guerra de libertação, e suas alocuções inflamadas atraíram para si apoio de parte significativa dos Comitês Populares de Bairro. Lembremos, novamente, que uma das principais ações de atividade clandestina, já desde antes do golpe do Movimento das Forças Armadas em Lisboa, era o auxílio à Primeira Região. Em um primeiro momento, Nito Alves apresenta um discurso maoísta, o que garantiu a construção de vínculos de afinidade entre ele e os membros dos Comitês Henda, ao mesmo tempo em que se choca com os CAC, que, aliás, eram os que mais hesitavam em perder a sua autonomia face ao MPLA.

Com a entrada do MPLA em Luanda, verifica-se então uma radicalização do movimento, e a direção via-se pressionada por muitos lados a posicionar-se ideologicamente. No pós-independência, porém, Nito Alves acabou por mudar de discurso. Abandonou a retórica maoísta e se afirmou enquanto marxista-leninista. Aproximou-se, então, de um outro grupo, o de Sita Vales, relacionado ao Partido Comunista Português, que rapidamente se chocou com os CAC e parte dos Henda na luta por influência dentro do movimento. Além de Nito Alves, o grupo de Sita Vales conquistou outra figura do Comitê Central, em franca ascensão no MPLA: Zé Van-Dúnen, um ex-presos político de São Nicolau, cujas ligações com Nito Alves apareceram já na Conferência Interregional. Parte dos Comitês Henda permaneceu fiel a Nito Alves mesmo após a sua transformação ideológica, mas outra afastou-se e passou a criticá-lo.

Além dos comitês de esquerda, havia ainda os Comitês 4 de Fevereiro, que, devido aos seus ideais pan-africanistas e seu forte racismo anti-branco, eram classificados enquanto de “direita”. As disputas entre esses grupos não se restringiram à hegemonia dentro das estruturas do MPLA, mas decorreram ainda no âmbito da influência exercida por cada um deles ao nível das Comissões Populares de Bairro.

Ora, além de não simpatizar com a existência de organizações paralelas dentro do movimento, uma das prerrogativas de Agostinho Neto ao longo de todo o período de luta armada era exatamente a de não alinhamento a nenhuma das ideologias que vinham de fora. Apesar de ter contado com o suporte dos países socialistas, Neto procurou manter o movimento em uma posição de neutralidade frente aos conflitos político-ideológicos que se colocavam entre os países socialistas. O MPLA chegou a pagar um alto preço por isso, tendo perdido o apoio da China já na primeira metade dos anos 1960 e se desentendido, em alguns

---

ser chamada de Primeira Região Político-Militar e os guerrilheiros que nela atuaram, conforme visto no quarto capítulo, enfrentaram um longo e penoso período de isolamento, uma vez que o Movimento tinha dificuldades em enviar reforços.

momentos, com a União Soviética<sup>595</sup>. Agostinho Neto não abandonou essa posição independentista após o fim da guerra, o que justifica a hesitação do movimento em adotar uma ideologia específica.

Em seu discurso por ocasião do encerramento do 1º Curso Nacional de Ativistas, em 23 de maio de 1976, Neto enfatiza essa posição, ao dizer que:

“Nós os socialistas, entreajudamo-nos. Vamos de mãos dadas uns com os outros. Isso não significa que aquele que recebe ajuda deva necessariamente seguir aquele que o ajuda.

**Nós somos portanto independentes.** O MPLA é independente e Angola é independente. Nós fazemos a nossa própria política”<sup>596</sup>.

Essa neutralidade foi interpretada pelos comitês da extrema-esquerda como prova do caráter não-revolucionário do MPLA, o que alimentou ainda mais a sua intenção de integrar-se ao movimento para transformá-lo por dentro<sup>597</sup>.

Não admira, então, que a existência de grupos ditos *mais radicais* que pressionavam o movimento no sentido de adotar uma ideologia determinada tivesse atraído a atenção de alguns membros do Comitê Central do MPLA. Segundo Lúcio Lara,

“Nós temos diariamente [que] ser confrontados com grupos radicais, em que havia não só ala Nito Alves, havia a ala dos Comitês Henda, havia a ala dos Comitês Amílcar Cabral, havia a ala ideologizada do grupo 4 de Fevereiro. Portanto, a direção tenta navegar nessas águas”<sup>598</sup>.

Com a expulsão da FNLA de Luanda, Agostinho Neto iniciou um processo através do qual pretendia trazer para o movimento os órgãos do Poder Popular, que, como vimos, eram animados pelos comitês.

Já antes da independência, portanto, o conflito havia se colocado e, em especial, com os CAC, por ocasião da Segunda Semana do Poder Popular, realizada em setembro de 1975. Segundo documento dos Comitês Amílcar Cabral, essa Semana – que tinha como finalidades a discussão da Democracia Popular enquanto objetivo estratégico de luta da classe operária e das massas populares, a demarcação política das organizações populares e o reforço das Comissões Populares de Bairro enquanto organismos de luta pelo Poder Popular – “*foi completamente sabotada pelo M.P.L.A., que conseguiu deturpá-la completamente, esvaziá-la*

<sup>595</sup> Reitero que a intenção aqui não é elaborar uma análise sobre o MPLA, mas sobre a cidade de Luanda. Portanto, não aprofundarei questões que dizem respeito tão-somente ao movimento. Para uma melhor análise sobre as relações internacionais travadas pelo MPLA ao longo da luta de libertação ver Marcelo BITTENCOURT. “*Estamos Juntos*”: O MPLA e a luta anticolonial. Luanda: Editorial Kilombelombe, 2008.

<sup>596</sup> Agostinho NETO. *Operários e camponeses no poder*. Luanda. Departamento de Informação e Propaganda, D.O.R., Coleção Resistência, Texto nº6, 1976, p. 21. Grifo no original.

<sup>597</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Manuel RUAS (trad.) Vol.2, Luanda: Editorial Nzila, 2001, p.84.

<sup>598</sup> Lúcio LARA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 07 de 14 de Fevereiro de 1995.

de conteúdo e aproveitá-la em seu favor”. Afirmou-se ainda, neste documento, que o “M.P.L.A. não quer a Democracia Popular, não quer o Órgão Coordenador das CPB’s, não quer os Comitês Amílcar Cabral. E como não quer reprime, suprime, expulsa como antes do 25 de Abril”<sup>599</sup>. Segundo Tali, a Segunda Semana de Luta pelo Poder Popular marcou a ruptura completa entre a ala mais radical dos CAC e o MPLA, e, em outubro de 1975 – portanto, ainda antes da proclamação da independência – essa ala constituiu a OCA, Organização Comunista de Angola.

Nito Alves, logo após a independência, é nomeado Ministro da Administração Interna. Enquanto ministro, inicia, em 1976, uma dura repressão aos CAC e à OCA. Muitos dos seus membros foram presos, e se reuniram nos estabelecimentos prisionais aos militantes da Revolta Ativa<sup>600</sup> que tanto atacaram ao longo de 1974, também vítimas da ação repressiva do novo ministro. Essa atividade repressiva por parte de Nito Alves tinha a ver também com a disputa pela influência dentro das Comissões Populares de Bairro, o que não deve ser negligenciado face à luta pelo domínio do MPLA.

As divergências entre o grupo de Nito Alves e parte do Comitê Central do MPLA, que incluía Lúcio Lara, logo se tornaram visíveis, uma vez que Nito Alves tendia a uma radicalização de discurso, colocando-se enquanto defensor de um suposto marxismo-leninismo puro.

Certamente, nessas oposições entre os diversos comitês e ainda entre eles e alguns membros do Comitê Central do MPLA, havia questões relacionadas a divergências pessoais. Da mesma forma, as afinidades pessoais também contribuíam para a adesão de indivíduos a determinado grupo. No entanto, os diferentes projetos de sociedade defendidos por cada um deles também exerceram papel fundamental tanto como fator agregador de pessoas que tiveram diferentes experiências ao longo do período de luta armada, quanto como aspecto catalizador das desavenças.

Exemplo disso pode ser visto no grupo de Nito Alves. Por um lado, um dos principais grupos de apoio da ala nitista era composto pelos combatentes da Primeira Região, que

---

<sup>599</sup> Documento elaborado muito provavelmente pelos CAC, sem data. Foi publicado como Anexo 22 da obra de Tali. Ver: Jean-Michel Mabeko TALI. “Análise crítica da ‘II Semana de Luta pelo Poder Popular’ IN *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Manuel RUAS (trad.) Vol.2, Luanda: Editorial Nzila, 2001, pp, 282 – 283.

<sup>600</sup> Os membros da Revolta Ativa tentaram se reintegrar ao MPLA ao longo de fins de 1974 e 1975. Entre Agostinho Neto e Daniel Chipenda, escolheram o primeiro. Face ao conflito com a FNLA, optaram pela unidade do MPLA, mesmo que sob a direção de Neto. No entanto, encontraram resistência dos próprios membros do Bureau Político, que exigiram uma autocrítica pública e individual de cada um deles, o que não chegou a ser realizado. Mesmo assim, a Revolta Ativa, enquanto grupo, já não desenvolvia qualquer atividade quando a repressão se inicia. Os militantes da Revolta Ativa, segundo Adolfo Maria, foram presos em abril de 1976. Ver: Adolfo MARIA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.

compartilharam com Nito Alves toda uma dura experiência de luta pela sobrevivência, e com ele criaram laços de afinidade. Por outro, um dos seus aliados fundamentais era Zé Van-Dúnem, ex-presos político de São Nicolau, que não chegou a ingressar na guerrilha, tendo, portanto, uma trajetória distinta. Ainda assim, apesar das afinidades construídas ao longo da luta de libertação, verifica-se que havia guerrilheiros da Primeira Região que não apoiaram Nito Alves, assim como muitos dos militantes clandestinos de Luanda e dos ex-presos de São Nicolau não seguiram Zé Van-Dúnem, o que demonstra, uma vez mais, o quanto as reduções sociológicas podem atrapalhar uma análise mais aprofundada de como as relações sociais eram estabelecidas em determinados contextos.

Não se pode negar, aqui, a força que o posicionamento ideológico exerceu na composição desses grupos. É também através das afinidades ideológicas que se pode explicar o apoio dado a Nito Alves por parte de muitos estudantes que se identificavam com a sua linha marxista-leninista.

A própria confrontação, por sua vez, entre os marxismos de diversas tendências – leninista, maoísta, albanesa, etc. – e as concepções terceiro-mundistas – como a de Tito da Iugoslávia, por exemplo – demonstra como até mesmo o conflito interno angolano, e, em especial luandense, estava enformado pelo internacionalismo.

Convém não esquecer que a opção por uma linha ideológica estava relacionada ao regime político a ser adotado pela nova nação. Tratava-se, portanto, de um choque entre projetos distintos de sociedade. Para não nos desviarmos para uma discussão a respeito das diversas linhas marxistas em voga, deixemos claro apenas que a própria concepção do que seria o verdadeiro povo angolano estava em discussão. Essa polêmica ganhava ainda maior força uma vez que era a partir da concepção de povo que se definia qual seria a classe governativa ideal. Portanto, enquanto falava-se em democracia popular, em poder popular, colocava-se uma grave divergência a respeito de quem era o “popular” ou quem era o povo *revolucionário* que deveria guiar os destinos da nova nação.

Seria preciso uma pesquisa mais aprofundada sobre o assunto para melhor distinguir essas diferentes concepções. De forma bastante simplista, podemos traçar o seguinte quadro, tendo como base, principalmente, Mabeko Tali, alguns discursos de Agostinho Neto e entrevistas realizadas por Marcelo Bittencourt. Para os militantes dos comitês 4 de Fevereiro, o verdadeiro povo angolano definia-se principalmente em termos raciais, isto é, eram os negros. Deixava de fora brancos e mestiços.

Os Comitês Amílcar Cabral, em documento parcialmente transcrito por Tali, apresentam a democracia popular enquanto objetivo das *classes operárias* e das *massas*

*populares*. O destaque, portanto, está nos operários enquanto classe revolucionária. Já a OCA, organização composta pelo grupo considerado por analistas como mais radical, saído dos CAC, acusa o MPLA de representar a pequena burguesia, que, neste discurso, não aparece enquanto a classe revolucionária, ou seja, como representante dos interesses do povo angolano<sup>601</sup>. Nesse mesmo documento, a OCA denunciou a “*recolonização do povo angolano pelos expansionistas soviéticos*”, e acusou Nito Alves de “*refinado social fascista, lacão do social imperialismo, campeão da repressão dos revolucionários e das massas*”<sup>602</sup>, o que deixa claro que os alinhamentos internacionais também exerciam o seu papel nos choques ideológicos que se colocavam.

Os Comitês Henda, por sua vez, foram vítimas de um conflito interno causado pela mudança de posicionamento de Nito Alves. Quando este, ao longo de 1974 e 1975, ainda defendia a linha maoísta, a aliança fez-se sem grandes dificuldades. A mudança de discurso causada pela proximidade de Nito ao grupo de Sita Vales, com forte teor pró-soviético, causou uma cisão nos Comitês Henda. Parte deles acompanharam a transformação ideológica de Nito Alves, e outra se aproximou dos partidários de Agostinho Neto<sup>603</sup>. A tendência de Nito Alves via também os operários enquanto classe revolucionária, com a qual deveria estar o poder<sup>604</sup>, e se dizia defensora de uma linha marxista-leninista “pura” para a condução das atividades do MPLA.

Parte do Comitê Central do MPLA, porém, exprimia uma concepção bastante diferente do que era o povo angolano, e não hesitou em chamar a atenção para a indecisão dessa juventude que, ao ter contato com uma literatura revolucionária, passou a defender a simples transposição desses ensinamentos para o contexto de Angola como solução de todos os seus problemas. Eram acusados, então, de não ter conhecimento da realidade social de Angola, adquirida pelos líderes do movimento e pelos guerrilheiros ao longo dos anos de guerra.

“A prudência manifestada pela Direção em divulgar análises que não fossem alicerçadas no estudo sério da realidade social angolana era aproveitada para a apodiar de ‘direitista’. O cuidado posto em apontar a realidade de 14 anos de luta armada fundamentalmente realizada pelos guerrilheiros de origem camponesa, para que não se caísse no grave erro de confundir essa etapa de luta com uma tomada de consciência da classe operária angolana, então pouco engajada no processo, tal

---

<sup>601</sup> Documento elaborado pela OCA, em outubro de 1975. Foi publicado como Anexo 22 da obra de Tali. Ver: Jean-Michel Mabeko TALI. “A situação política em Angola” IN *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. Manuel RUAS (trad.) Vol.2, Luanda: Editorial Nzila, 2001, pp, 285 – 288.

<sup>602</sup> Documento elaborado pela OCA, em outubro de 1975. Foi publicado como Anexo 22 da obra de Tali. Ver: Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2., pp. 285 – 288.

<sup>603</sup> Jean-Michel Mabeko TALI. Op.cit., vol.2, 2001, pp, 87 – 88.

<sup>604</sup> Carlos PACHECO. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 11 de Março de 1995.

cuidado era tomado como uma manifestação ‘social-democrata’ ou ‘maoísta’. Os conceitos absurdos chegavam até ao ‘anti-sovietismo’ ou ao ‘anticomunismo’ que se atribuíam em grande parte aos responsáveis do MPLA e do Governo”<sup>605</sup>.

Ora, neste trecho de um documento elaborado pelo *Bureau Político* do MPLA, fica claro que um dos principais pontos de choque estava relacionado às divergências quanto à concepção de quem era o povo revolucionário. Para muitos dos líderes do MPLA, que se engajaram na luta de libertação, devia-se enfatizar os camponeses, uma vez que a maior parte dos guerrilheiros mobilizados ao longo dos anos de luta armada provinha deste grupo. Em contraste, estavam os que confundiam essa etapa da luta, ou o último período do colonialismo português em Angola, “*com uma tomada consciência da classe operária*”, que não estaria engajada no processo da luta armada. Lúcio Lara, em entrevista a Marcelo Bittencourt, reafirma a opinião de que

“a malta que serviu o *maqui* tinha uma vantagem de contato com as massas, e de ter experimentado em diferentes tonalidades do relacionamento com as verdadeiras massas. E os outros setores, urbanos, ou das prisões ou da clandestinidade, às vezes faltava isso para um juízo melhor do problema, para uma reflexão dos erros”<sup>606</sup>.

Lara reafirma, então, a oposição entre os que lutaram na guerrilha, e tiveram contato com as *verdadeiras* massas e os que permaneceram nos centros urbanos. Agostinho Neto, por sua vez, parecia buscar um discurso intermediário, e insistia que o poder deveria estar nas mãos das classes mais exploradas pelo regime colonial, que seriam simultaneamente os operários e os camponeses. Por outro lado, chamava a atenção para o fato de que “*quem dirige um país, dirige um povo. A classe que dirige, dirige um povo. Dirige portanto todos os componentes desse povo*”<sup>607</sup>, e afirmava que a classe governante não poderia deixar de considerar a burguesia patriota e a intelectualidade nacionalista, o que contribuía para alimentar a crítica de seus opositores de que o MPLA, no fundo, representava a pequena burguesia, e não o povo – concepção esta que traria diferentes significados dependendo de quem pronunciasse o discurso.

Nesse contexto, após a repressão que se abateu sobre os CAC e a OCA, acirrou-se o conflito entre parte do Comitê Central do MPLA e Nito Alves, visível principalmente através das disputas em torno das CPB e do Poder Popular, tidos enquanto instrumentos efetivos de

---

<sup>605</sup> Bureau Político do MPLA. *Angola: A tentativa de Golpe de Estado de Maio/77*. Lisboa: Edições Avante, 1977, pp. 15 – 16.

<sup>606</sup> Lúcio LARA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 07 de 14 de Fevereiro de 1995. Grifo meu.

<sup>607</sup> Agostinho NETO. *Operários e camponeses no poder*. Luanda. Departamento de Informação e Propaganda, D.O.R., Coleção Resistência, Texto nº6, 1976, p. 15.

controle da população. Afinal, em caso de conflito entre as forças concorrentes na capital, a experiência havia mostrado que o apoio das CPB poderia ser decisivo.

A corrente de Nito Alves, dentro da estratégia de *entrismo*, tinha conseguido se infiltrar nos principais organismos do MPLA, assim como conquistara grande influência sobre a maior parte das Comissões Populares de Bairro. Atraíram para si a suspeita de tentativa de criação de uma estrutura paralela dentro do movimento com vistas a tomada de poder.

Existe uma polêmica a respeito das intenções do grupo de Nito Alves, se haveria ou não um plano de golpe de Estado em preparação. De qualquer forma, Nito Alves e Zé Vandúnem foram expulsos do Comitê Central, acusados de fraccionismo e tentaram dar um golpe de Estado em 27 de Maio de 1977, para o qual contavam exatamente com a intervenção das massas populares a seu favor. Fica a dúvida se esse golpe estava planejado ou se foi uma tentativa desesperada de salvar as suas próprias cabeças, que estariam em risco após a decisão do Comitê Central.

Ao fracasso da tentativa de golpe – e aqui, mais uma vez, Agostinho Neto foi salvo pela interferência dos cubanos – seguiu-se uma violenta repressão que se abateu sobre todos os setores da sociedade luandense, visto que a tendência de Nito Alves se infiltrou sobre largas camadas sociais. Segundo Adolfo Maria, a repressão se estendeu a tal ponto que até mesmo indivíduos com ligação remota a algum dos ditos fraccionistas foram liquidados. Além disso, alguns responsáveis da polícia política do jovem Estado, a DISA – Direção de Informação e Segurança de Angola –, teriam também se aproveitado da situação para matar seus desafetos<sup>608</sup>. O próprio Lúcio Lara, membro influente do Comitê Central, reconheceria os efeitos perversos dessa repressão, uma vez que

“teve repercussões que creio que até hoje se sentem um bocadinho, porque criou no seio do movimento o horror [...]. Aqui havia um debate [...] muito vivo contra várias correntes. Debatíamos furiosamente. Mas depois encontravam o compromisso [...] e trabalhava-se. [...] Isso marcou muito o movimento. E podemos dizer que, mesmo sem que tenham sido castigados fisicamente, muitos jovens ficaram apertados de assumirem a sua plena juventude”.

Reconhece, enfim, que essa repressão “*tenha marcado as suas vidas [dos jovens] de revolucionários*”<sup>609</sup>.

Voltamos, portanto, ao relato da personagem de Pepetela, que remete à geração que fez a independência, mas que a destruiu ela própria. E como a sua geração, tomada pelo entusiasmo, foi sendo reprimida e moldada segundo os princípios em voga, ao mesmo tempo

<sup>608</sup> Adolfo MARIA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.

<sup>609</sup> Lúcio LARA. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 07 de 14 de Fevereiro de 1995.

em que perdia os seus heróis, que paravam nas prisões, sem que ao menos se entendesse o que se estava a passar. A consequência para o movimento seria a perda daquela mobilização popular que marcou os anos de 1974 e 1975 na cidade de Luanda.

A nação angolana, portanto, foi imaginada de maneiras não só distintas, como conflitantes por homens e mulheres que enfrentaram experiências muito diferentes ao longo do último período colonial. Esse conflito é muitas vezes interpretado como resultado de desentendimentos entre os que saíram de Angola para a luta armada e os que ficaram no interior. De modo geral, essa interpretação faz sentido. No entanto, não deve ser aplicada de forma determinista, uma vez que, mesmo dentro das tendências que se formaram existiram membros que enfrentaram experiências coloniais diferentes, como Nito Alves e Zé Van-Dúnem.

Se, por um lado, pode-se explicar essa aliança como produto da proximidade entre a Primeira Região e Luanda, por outro essa explicação entra em contradição quando se analisa o choque entre a tendência de Nito Alves e outros grupos clandestinos formados na capital, como os CAC e parte dos Henda. Mais uma vez, os fatores explicativos para a formação de certos grupos e os conflitos entre eles não podem ser reduzidos a um ou dois. Sobressaem-se, nesse caso, o compartilhamento de determinada experiência, as afinidades pessoais, as alianças internacionais, a disputa por poder e o posicionamento ideológico aliado à concepção do que seria o povo e a nação angolanos. Dentro dessa discussão do que seria o povo, contavam também, e convém não esquecer, as questões raciais, que continuaram a ser mobilizadas mesmo com a saída maciça da população branca. O próprio Nito Alves, apesar de agregar número significativo de mestiços entre os seus aliados, chegou a utilizar o argumento racial em seus discursos, o que demonstra que este era ainda um fator mobilizador que não podia ser ignorado.

No entanto, não seria fugir da realidade afirmar que, de modo geral, a comunidade imaginada<sup>610</sup> pelos que permaneceram em Angola entrou rapidamente em divergência com aquela imaginada pelos líderes do MPLA que estiveram no exterior durante a luta colonial. Os longos anos de separação entre os dirigentes do MPLA e a população de Luanda, ela mesma dividida, resultou em posições político-ideológicas diferentes, o que abriu caminho para o enfrentamento, uma vez que o MPLA optou por não admitir a existência de qualquer tendência organizada dentro do movimento.

---

<sup>610</sup> Benedict ANDERSON. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008, p. 32.

Além da perda da sua íntima ligação com as bases, que contava fortemente com a mediação dos comitês e do próprio Nito Alves, e apesar da aparente derrota sofrida pelos grupos “*do interior*” – muitos membros dos CAC foram parar nas cadeias, os Henda se enfraqueceram em conflitos internos, e os adeptos de Nito Alves foram, em muitos casos, executados –, esses conflitos exerceram uma pressão que desencadeou a definição da linha político-ideológica do MPLA: o movimento acabou por optar, oficialmente, pelo marxismo-leninismo<sup>611</sup> e pela sua constituição em partido político – decisões estas que foram tomadas durante o 1º Congresso do MPLA, realizado na capital da República entre os dias 4 e 11 de dezembro de 1977. Em outras palavras, a existência e a pressão exercidas pelos grupos constituídos em Luanda contribuíram para impor a discussão ideológica ao MPLA.

### **Para terminar.**

As considerações finais constituem um espaço não apenas para apresentar resumidamente o que já foi dito. Ganham ainda mais importância quando lançam luz para o fato de que os temas discutidos vão além do recorte temporal inicialmente proposto. Ao recortamos um período para aprofundar nossas análises, logo fica patente que, apesar das tentativas, “*não pode se partir o fio da vida, mesmo que está podre nalgum lado, ele sempre se emenda noutra sítio, cresce, desvia, fuge, avança, curva, para, esconde, aparece...*”<sup>612</sup> Por outro lado, diante da impossibilidade de examinar a história geral de Luanda, que fique pelo menos evidente que o nosso fim é, também, um outro princípio.

Para além de um balanço geral e bastante resumido sobre as conclusões às quais chegamos ao longo do trabalho, portanto, fez-se aqui também uma breve e simplificada análise da conjuntura política da capital nos anos que se seguiram à independência de Angola. A intenção era a de demonstrar que a maneira pela qual as populações negras e mestiças de Luanda se organizaram ao longo da luta de libertação influenciou a forma pela qual o jovem Estado angolano se consolidou no pós-independência. Rapidamente, os projetos de sociedade elaborados pelos homens e mulheres que viviam em Luanda se chocaram não só entre si, mas ainda entraram em conflito com o modelo de desenvolvimento defendido pelos líderes do

---

<sup>611</sup> Essa opção pela linha marxista-leninista deve ser entendida não só no âmbito das pressões internas sofridas pelo MPLA, mas também pela sua crescente necessidade de apoio internacional proveniente, principalmente, de Cuba e da União Soviética.

<sup>612</sup> Luandino VIEIRA. *Estória do Papagaio e do ladrão*. IN *Luanda. Estórias*. Lisboa: Edições 70, 1983, p. 71.

MPLA. O contato entre tão diferentes visões de mundo e opções ideológicas tornou frágil a aliança constituída, que sobreviveu apenas enquanto a presença do inimigo comum se fez sentir na capital.

Certamente, a própria evolução do Movimento Popular de Libertação de Angola, cuja liderança, representada na pessoa de Agostinho Neto, esteve, no mais das vezes, fechada a discussões de questões de grande importância no seio do movimento, e sempre hesitante em aceitar tendências organizadas no seu interior, teve papel fundamental no desenrolar trágico dessas desavenças. Contudo, existe já uma literatura que se debruça sobre essas questões internas do movimento. A intenção aqui foi a de contribuir para o entendimento da problemática sob um outro ponto de vista, isto é, através da perspectiva daqueles que *ficaram para trás*. Para tal, ao longo da pesquisa, ficou patente a necessidade de ultrapassar, mesmo que brevemente, o recorte temporal inicialmente proposto.

A guerra, portanto, esteve sempre presente em cada um dos capítulos. O MPLA, apesar de não ser o foco deste trabalho, também apareceu com frequência, uma vez que a sua propaganda e a imagem que construiu de si e de seus líderes atuaram na forma pela qual as populações dos subúrbios de Luanda construíram as suas expectativas em relação ao seu próprio futuro. No entanto, a ênfase esteve naqueles que *ficaram para trás*, que enfrentaram a dureza da relação colonial durante os anos em que o confronto armado se desenvolvia nas proximidades das fronteiras de Angola. Por isso, afirmei, já de início, que este estudo estaria *no meio do caminho*, isto é, que buscaria as influências nas relações sociais em Luanda que decorreram da luta nacionalista enfrentada a quilômetros de distância da capital.

As imagens selecionadas atuaram às vezes enquanto meras ilustrações, e outras enquanto fontes para auxiliar a análise. O uso delas, porém, teve um objetivo fundamental: aproximar o leitor da Luanda em que nos debruçamos. Para encerrar, na abertura dessas considerações finais, escolhi a imagem de um mercado, parte do cenário dos musseques, palco de atuação da figura das quitandeiras luandenses. A fotografia nos mostra cores e rostos, mulheres e crianças. Capta um instante da vida dos que *ficaram para trás*, e que também lutavam pela sua própria sobrevivência ante a desigual relação de forças imposta pelo regime colonial. O trecho da crônica de Mário António complementa a imagem e dá a ela aquilo que a câmera não pode captar: o cheiro, o qual podemos nós mesmos imaginar ao ler as palavras do autor ao mesmo tempo em que miramos a bela imagem do fotógrafo.

Para finalizar, uma nova apropriação de José Luandino Vieira, cujas palavras também nos acompanharam desde o início deste trabalho. Encerro, com ele, esta dissertação e “*se é*

*bonita, se é feia, vocês é que sabem. Eu só juro não falei mentira e estes casos passaram nesta nossa terra de Luanda*”<sup>613</sup>.

---

<sup>613</sup> José Luandino VIEIRA. “Estória da galinha e do ovo” IN *LUUANDA. Estórias*. Lisboa: Edições 70, 1983, p.162.

## FONTES E REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### Fontes

#### **Arquivo Histórico Ultramarino.**

- GAMA, Vasco da. *Relatório de Inspeção ao Concelho de Luanda - 2º Bairro ADM*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos e dos Negócios Indígenas, 1961. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.004/53.00389. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- ORFÃO, Domingos; COUTINHO, Germano COUTINHO. *Relatório sobre a inspeção ordinária realizada aos serviços municipalizados de água e eletricidade de Luanda*. Luanda, Inspeção dos Serviços Administrativos. 1969. AHU\_MU\_ISAU, A2.49.005/56.00430. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- PARALTA, João Barros. *Relatório da Inspeção ao 4º Bairro Administrativo de Luanda*. Inspeção dos Serviços Administrativos nº339. 1972. AHU\_MU\_ISAU A2.49.001/36.00221. Arquivo Histórico Ultramarino, Lisboa.
- VELLOSO, Duarte Carlos Pires. *Relatório da Inspeção ao 1º Bairro Administrativo do Concelho de Luanda*,. Inspeção dos Serviços Administrativos nº 331. 1969. AHU\_MU\_ISAU A2.49.005/56.00430.
- Acção Policial – Polícia de Segurança Pública de Angola. AHU/MU/GM/GNP/058.
- Acção Psicossocial. AHU/MU/GM/GNP/060.
- Correspondência. AHU\_MU\_DGE\_RPAD\_000; Cx.104
- Defesa Civil e Militar. P.10.4, AHU/MU/GM/GNP/062
- Diversos Angola. AHU\_MU\_DGEDU\_RE\_A015, Cx.041
- Incidentes em Angola. AHU/MU/GM/GNP/052.
- Relatórios de situação dos S.C.C.I.A. AHU/MU/GM/GNP/132.
- Relatórios especiais de informação dos SCCIA. AHU/MU/GM/GNP/138.
- Situação política interna. Angola. 1966/MAR/04 – 1966/DEZ/23 P.4.4. AHU/MU/GM/GNP/058.
- Sumário de Informações de Angola. AHU/MU/GM/GNP/152/Pt.20

### Arquivo PIDE/DGS

- IAN/TT, PIDE/DGS, SC, CI(2), Proc. 595, NT.7025 – ANANGOLA
- IAN/TT, PIDE/DGS, Dinf 1ª, Proc. 15.12.C, NT. 2085 – Bairro Operário.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A, Proc. 16.48.A, NT.2179 – Comando Geral da PSP em Angola.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A, Proc.16.23.B/1, NT.2133, Comissão de Censura à Imprensa.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.Angola, Proc.14.13.A, NT. 2040 – Condições de vida nos musseques de Luanda.
- IAN/TT, PIDE/DGS, SC, SR, Proc. 2010/63, NT. 3304 – M.I.P.L.A.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A, PInf, Proc. 15.12.E/5, NT.2086 – Muceque Marçal.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A, PInf, Proc.15.12.D/1, NT.2086 – Muceque Prenda.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A, PInf, Proc. 15.12.B/6, NT. 2085 – Muceque Sambizanga.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del. A., Pinf, Proc. 15.12.A, NT. 2084 – Muceque Lixeira.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A. , PInf., Proc. 15.12.D, NT. 2086 – Muceque Rangel.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A., P.Inf1, Proc. 15.39.A/1, NT.2101 – Panfletos do MPLA.
- IAN/TT, PIDE/DGS, Del.A. PInf., Proc. 15.12-A/2 – Tribuna dos Muceques.

### Literatura

- CARDOSO, António. *Baixa & Musseques*. 2ª Edição. União dos Escritores Angolanos, 1985.
- OLIVEIRA, Mário António de. *Crónica da Cidade Estranha*. Queluz: Literal, 1977
- PEPETELA. *A Geração da Utopia*. 2ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1993.
- VIEIRA, José Luandino. *A vida verdadeira de Domingos Xavier*. 6ª edição. Lisboa: Edições 70 / União dos Escritores Angolanos, 1979.
- VIEIRA, José Luandino. *LUUANDA. Estórias*. Lisboa: Edições 70, 1983.
- VIEIRA, José Luandino. *A Cidade e a Infância*. 2ª edição. Lisboa: Edições 70, 1978.

### Entrevistas

- ALMEIDA, Roberto de. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 16 de fevereiro de 1995.

- ANDRADE, Joaquim Pinto de. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 27 de Agosto de 1997.
- COSTA E SILVA, Alberto da. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 15 de junho de 2000.
- GOMES, Germano. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 22 de Outubro de 1997.
- GONÇALVES, José. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Rio de Janeiro, 2 e 3 de julho de 1996.
- LARA, Lúcio. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 7 e 14 de Fevereiro de 1995.
- MARIA, Adolfo. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 27 e 28 de Maio de 1999.
- PACHECO, Carlos. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Lisboa, 11 de Março de 1995.
- PACHECO, Fernando. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 15 de setembro de 1997.
- SANTOS, Adriano dos. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 13 de setembro de 1997.
- SILVA, Afonso Dias da. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt e José Maria. Rio de Janeiro, 8, 13 e 14 de Março de 1996.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. Entrevista concedida a Marcelo Bittencourt. Luanda, 21 e 27 de Fevereiro de 1995.
- VIEIRA, José Luandino . “A Literatura se alimenta de Literatura. Ninguém pode chegar a escritor se não foi um grande leitor”. Entrevista concedida a Joelma G. dos SANTOS. Universidade Federal de Pernambuco, p. 285. Disponível em [http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura\\_entrevistado\\_Jose-Luandino-Vieira\\_art.16ed.21.pdf](http://www.revistainvestigacoes.com.br/Volumes/Vol.21.1/a-literatura-se-alimenta-de-literatura_entrevistado_Jose-Luandino-Vieira_art.16ed.21.pdf) (acesso em 28 de janeiro de 2013).

### **Periódicos.**

*ABC Diário de Angola*. Luanda. 1963, 1965, 1967, 1968, 1969, 1971, 1972, 1973, 1974. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*A Província de Angola*. Luanda. 1972. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*A Província de Angola*. Luanda. 1974 e 1975. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

*Diário de Luanda*. Luanda. 1961, 1962, 1965, 1969, 1974. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*Diário de Lisboa*. Lisboa, 1974, 1975. Acervo disponível online. [http://www.fmsoares.pt/diario\\_de\\_lisboa/ano](http://www.fmsoares.pt/diario_de_lisboa/ano) , último acesso em 21 de dezembro de 2013.

*Jornal de Angola*. Departamento Cultural da Anangola. Luanda, 1953 e 1961. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

*Jornal de Angola*. Departamento Cultural da Anangola. Luanda, 1962 a 1965. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*O Comércio*. Luanda. 1961. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*Revista de Angola*. Luanda, 1965, 1966. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

*Revista Notícia*. Luanda. 1971 a 1973. Hemeroteca Municipal de Lisboa

*Revista Notícia*. Luanda. 1974 e 1975. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

*Revista Semana Ilustrada*. Luanda, 1969 e 1970. Acervo pessoal de Marcelo Bittencourt.

*Revista Semana Ilustrada*. Luanda, 1972. Hemeroteca Municipal de Lisboa.

### **Outros.**

*Angola rumo à independência. O Governo de Transição: documentos e personalidades*. Luanda: Livrangol editores, s.d.

Bureau Político do MPLA. *Angola: A tentativa de Golpe de Estado de Maio/77*. Lisboa: Edições Avante, 1977.

NETO, Agostinho. *Destruir o velho para construir o novo*. Luanda. Departamento de Informação e Propaganda, D.I.P., Coleção Resistência, Texto nº7, 1976.

NETO, Agostinho. *Operários e camponeses no poder*. Luanda. Departamento de Informação e Propaganda, D.O.R., Coleção Resistência, Texto nº6, 1976.

*3º Recenseamento Geral da População - 1960*, Luanda, Direcção dos Serviços de Economia e Estatística Geral, Repartição de Estatística Geral, vols. I-IV, 1964-67.

### **Referências Bibliográficas.**

- AMARAL, Ilídio do. *Ensaio de um estudo geográfico da rede urbana de Angola*. Lisboa: Junta de Investigação do Ultramar, 1962.
- AMARAL, Ilídio do. *Luanda: Estudo de Geografia Urbana*. Lisboa: Memórias da Junta de Investigação do Ultramar, 1968.
- ANDERSON, Benedict. *Comunidades Imaginadas*. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANTUNES, José Freire. *O Império com Pés de Barro. Colonização e Descolonização: as Ideologias em Portugal*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1980.
- ARENDT, Hannah. *As Origens do Totalitarismo*. Vol. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
- BAYART, Jean-François. “Caminhos enviesados da hegemonia colonial na África Ocidental francófona: ex-escravos, ex-combatentes, novos muçulmanos” IN QUADRAT, Samantha Viz; ROLLEMBERG, Denise (orgs.) *A construção social dos regimes autoritários: Legitimidade, consenso e consentimento no século XX. África e Ásia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010.
- BENDER, Gerald J. *Angola sob o Domínio Português: Mito e realidade*. Luanda: Editorial Nzila, 2004.
- BITTENCOURT, Marcelo. *Dos Jornais às Armas*. Lisboa: Vega, 1999.
- BITTENCOURT, Marcelo. “*Estamos juntos!*”: *O MPLA e a luta anticolonial (1961-1974)*. Luanda: Editorial Kilombelombe, vol. 01, 2008.
- BITTENCOURT, Marcelo. “Jogando no campo do inimigo: futebol e luta política em Angola” IN BITTENCOURT, Marcelo; MELO, Victor Andrade de; NASCIMENTO, Augusto (orgs.) *Mais do que um jogo: o esporte e o continente africano*. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010.
- BETTENCOURT, José de Sousa. *Subsídio para o Estudo Sociológico da população de Luanda*. Boletim do Instituto de Investigação Científica de Angola. Luanda, 2(1), 1965.
- BOURDIEU Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Editora Perspectiva, 1975.
- BOURDIEU, Pierre. “Sobre o poder simbólico” IN *O poder simbólico*. TOMAZ, Fernando (trad.) 7ª edição. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: Editora Unesp, 2004.
- BURAWOY, Michael. *O Marxismo Encontra Bourdieu*. São Paulo/Campinas: Boitempo/Unicamp, 2010.

- CABAÇO, José Luís. *Moçambique: Identidade, colonialismo e libertação*. São Paulo: Editora UNESP, 2009.
- CASTELO, Cláudia. *Passagens para África: O povoamento de Angola e Moçambique com Naturais da Metrópole*. Porto: Edições Afrontamento, 2007.
- CERTEAU, Michel de. *A Invenção do Cotidiano: Artes de fazer*. 3ª edição. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.
- CHARTIER, Roger. *Leituras e leitores na França do Antigo Regime*. LORENCINI, Álvaro (trad.) São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- CHARTIER, Roger. *Inscrever e apagar: Cultura escrita e literatura (séculos XI-XVIII)*. São Paulo: Unesp, 2007.
- CHARTIER, R.; BOURDIEU, P. “Habitus e campo” IN *O sociólogo e o historiador*. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.
- CHATTERJEE, Partha. *Colonialismo, Modernidade e Política*. Salvador: Edufba, 2004.
- CLARENCE-SMITH, Gervase. *O III Império Português (1825-1975)*. PINTO, Maria João (trad.) Lisboa: Teorema, 1985.
- COOPER, Frederick. “Conflito e conexão: repensando a História Colonial da África”. *Revista Anos 90*. Porto Alegre, v. 15, n.27, jul. 2008.
- CORREIA, Pedro Pezarat. *Descolonização de Angola. A joia da coroa do Império Português*. Lisboa: Editorial Inquérito, 1991.
- CRUZ, Elizabeth Ceita Vera. *O Estatuto do Indigenato – Angola: A Legalização da Discriminação na Colonização Portuguesa*. Luanda: Edições Chá de Caxinde, 2005.
- DÁVILA, Jerry. *Hotel Trópico: Brazil and the challenge of African decolonization, 1950 – 1980*. Durham/London: Duke University Press, 2010.
- DOMINGOS, Nuno. “Cultura popular urbana e configurações imperiais” IN *História & Sociedade. O império colonial em questão (sécs. XIX-XX): Poderes, saberes e instituições*. JERÓNIMO, Miguel Bandeira (org.). Lisboa: Edições 70, 2012.
- DOMINGOS, Nuno. *Futebol e colonialismo. Corpo e cultura popular em Moçambique*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2012.
- FABIAN, Johannes. “Travel, exploration and occupation” IN *Out of Our Minds: Reason and Madness in the Exploration of Central Africa*. Berkeley: UCLA press, 2000.
- FARIAS, Juliana Cordeiro de. *Entre Domínio e Consenso: Uma análise da relação de dominação no sistema colonial português em Angola*. Cadernos de História: História e cultura africana e afro-brasileira. Recife: Editora Universitária UFPE. Ano 9, nº IX, 2012, pp. 61 – 79.

- FONSECA, Ana Sofia. *Angola, terra prometida: A vida que os portugueses deixaram*. 2ª edição. Lisboa: A Esfera dos Livros, 2009.
- FRANEY, Laura E. “Blurring Boundaries, Forming a Discipline: Violence and Anthropological Collecting” IN *Victorian Travel Writing and Imperial Violence: British Writing on Africa, 1855-1902*. New York: Palgrave MacMillan, 2003.
- FREUDENTHAL, Aida. *A Baixa do Cassanje: algodão e revolta*. Revista Internacional de Estudos Africanos, nº18-22, 1995-1999, pp. 245 – 283.
- GUERRA, Henrique. *Angola: Estrutura Econômica e Classes Sociais*. 4ª Edição. Lisboa: Edições 70, 1979.
- GRAMSCI, Antonio. “Breves Notas sobre a Política de Maquiavel” IN *Cadernos do Cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.
- GRAMSCI, Antonio, *Quaderni del cárcere: Edizione critica dell’Istituto Gramsci*. Torino: Giulio Einaudi editore, 1977.
- HEIMER, Franz-Wilhelm. *O Processo de Descolonização em Angola, 1974-1976*. Lisboa: A regra do jogo, 1980.
- HENRIQUES, Isabel Castro. “Estruturas Sociais” IN BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- HERNANDEZ, Leila Leite. *A África em Sala de Aula: Visita à História Contemporânea*. São Paulo: Editora Selo Negro, 2008.
- KAPUŚCIŃSKI, Ryszard. *Mais um dia de vida. Angola – 1975*. Porto, Campo das Letras, 1997.
- KOSELLECK, Reinhart. *Futuro Passado: Contribuição à Semântica dos Tempos Históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto / Editora PUC – Rio, 2006.
- LARA, Lúcio. *Um Amplo Movimento... Itinerário do MPLA através de documentos e anotações de Lúcio Lara*. 2ª Edição. Vol.1. Luanda: LitoCor, 1998.
- LÉONARD, Yves. “O Ultramar Português” IN Francisco BETHENCOURT; Kirti CHAUDHUR (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999
- LOPO, Júlio de Castro. *Jornalismo de Angola: subsídios para a sua história*. Luanda: Centro de Informação e Turismo de Angola, 1964.
- MARQUES, Silvino Silvério. *Marcello Caetano, Angola e o 25 de Abril: Uma polémica com Veríssimo Serrão*. Lisboa: Editorial Inquérito, s.d.

- MAXWELL, Kenneth. *O Império Derrotado: revolução e democracia em Portugal*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- MCKENZIE, D. F. *Bibliography and the Sociology of Texts*. Cambridge: University Press, 1999.
- MEMMI, Albert. *O Retrato do colonizado precedido pelo retrato do colonizador*. 3ª edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.
- MENDONÇA, Sônia Regina de; FONTES, Virgínia. “História e teoria política” IN CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (org.) *Novos Domínios da História*. Rio de Janeiro: Editora Campus/Elsevier, 2011.
- MESSIANT, Christine. “Social and political background to the ‘democratization’ and the peace process in Angola” IN *Democratization in Angola*. Leiden: Eduardo Mondlane Foundation; Holland Comitee on Southern African; African Studies Centre, 1992.
- MICELLI, Sergio. *Bourdieu e a renovação da sociologia contemporânea da cultura*. Revista Tempo Social. São Paulo, USP, abril 2003.
- MONTEIRO, Ramiro Ladeiro. *A Família nos Musseques de Luanda: subsídios para o seu estudo*. Luanda: Fundo de Acção Social no Trabalho em Angola, 1973.
- MOORMAN, Marissa J. *Intonations: A Social History of Music and Nation in Luanda, Angola, from 1945 to Recent Times*. Ohio: Ohio University Press, 2008.
- MOURÃO, Fernando Augusto Albuquerque. *Continuidades e descontinuidades de um processo colonial através de uma leitura de Luanda: Uma interpretação do desenho urbano*. São Paulo: Terceira Miragem, 2006.
- MURTEIRA, Mario. “A Economia Colonial” IN BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- NETO, Maria da Conceição. *Ideologias, contradições e mistificações da colonização de Angola no século XX*. Lusotopie, 1997, pp. 327-359.
- OLIVEIRA, Mário António de. *Luanda, ‘ilha’ crioula*. Lisboa: Agência Geral do Ultramar, 1968.
- PAULO, João Carlos. “Práticas culturais” IN BETHENCOURT, Francisco; CHAUDHUR, Kirti (direção) *História da Expansão Portuguesa*. Vol. 5. Navarra: Círculo de Leitores, 1999.
- RANGER, Terence R. “Iniciativas e resistência africanas em face da partilha e da conquista” IN *História Geral da África: África sob dominação colonial, 1880-1935*. Vol. VII. Brasília: UNESCO, 2010.

- SAID, Edward. *Cultura e Imperialismo*. BOTTMANN, Denise (trad.) São Paulo, Companhia de Bolso, 2001.
- SAID, Edward. *Orientalismo: O Oriente como invenção do Ocidente*. EICHENBERG, Rosaura (trad.) São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SILVA, Elisete Marques da. “O papel societal do sistema de ensino na Angola colonial (1926-1974)”. *Revista Internacional de Estudos Africanos*. Instituto de Investigação Científica e Tropical; Centro de Estudos Africanos e Asiáticos, n°s 16-17, 1992-1994.
- SILVEIRA, Renato da. “Os Selvagens e a Massa: Papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental”. *Revista Afro-Ásia*, n. 23, 1999, pp. 87-144.
- TALI, Jean-Michel Mabeko. *Dissidências e Poder de Estado: o MPLA perante si próprio (1962-1977)*. RUAS, Manuel (trad.) Luanda: Editorial Nzila, 2001.
- THOMPSON, E. P. *A Formação da Classe Operária Inglesa: A Árvore da Liberdade*. 4ª Edição. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.
- THOMPSON, E. P. *Costumes em comum*. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.
- WILLIAMS, Patrick; CHRISMAN, Laura. *Colonial Discourse and Postcolonial Theory: A Reader*. New York: Columbia Press, 1994.